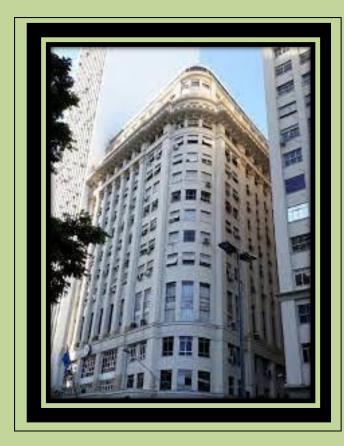
REPRODUÇÃO DE MEUS ARTIGOS NA REVISTA DO CLUBE MILITAR



Coronel Claudio Moreira Bento

Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista

Ex Diretor Cultural do Clube e de sua Revista no Centenário do Clube em 1987



Sede principal do Clube Av. Rio Branco 251 CEP 20040 Rio de Janeiro-RJ

Livro Digital com 161 páginas Editado por Camila Karen C S Renê

- História da Doutrina da Infantaria Brasileira - nov/dez 1978	3
-35º aniversário de instalação da AMAN em Resende – jul/ago 1979	9
-Cinquentenário da primeira entrega do Espadim de Caxias aos cadetes do E	
mar/abr 1982	
-Marechal Mascarenhas de Moraes - Significação histórica nov/dez 1983	39
-General Zeca Netto - Traços de seu perfil militar jan/fev 1984	46
-As tradições da AMAN em seus 40 anos de Resende jul/ago 1984	
-Comentário do amigo Cel R1 Virgílio Veiga sobre Caxias em 1946 jul/ago 1984	
- História da Revolução Farroupilha set/out 1984	
-Centenário do General Souza Docca set/out 1984	
- O escritor militar Marechal José Pessoa set/out1985	
-O Arquivo do Exército e a memória histórica de nossa Força Terrestre Atualidade	
1986	
-A espada de 6 campanhas do Duque de Caxias pela primeira vez em Brasília 1986.	
-70º aniversário do 1º Sorteio Militar dez 1986	
-O Centenário do Clube Militar jun 1987	
-O papel do Exército no Desenvolvimento Nacional O exemplo brasileiro1987	
-As presenças dos viscondes de Pelotas e Maracaju na assembléia 1987	
• •	
- O 1º secretário na fundação do Clube e seus registros 1987	
-A Certidão de Nascimento do Clube Militar 1987	
- Clube Militar e a tradição de reconhecimento moral de mérito pessoal e coletivo	
da História	117
-O Clube Militar e a Abolição 1987	123
-A Revista do Clube Militar do Cinquentenário – valiosa fonte histórica 1987	.126
-Uma verdade esquecida O Exército na I Guerra Mundial	
-Fundação do Clube Militar em 26 Jun 1887 Domingo no Clube Naval 1987	.132
-Homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca - Fundador e Primeiro Presidente de Company de	
Clube Militar 1987	
- Oração proferida pelo Diretor do Departamento Cultural	
-Homenagem - Nova Sistemática de Ensino da AMAN: Uma Necessidade de E	
Pedagógica jan 2002	138
-Caxias e sua espada invicta 2003	
-As ONGS na Amazônia Brasileira mai/jun/jul 2008	144
- Clube Militar e a Proclamação da República nov/dez 1989	145
- Agosto de 1942- O Brasil entra na 2ª Guerra Mundial	
- Escola Militar da Praia Vermelha (1857-1904)	
- O Exército e a Marinha do Brasil na 1ª Guerra Mundial 2014	158

Não foram publicados na Revista do Clube Militar mas aqui foram incluídos por pertinentes:

- Agosto de 1942- O Brasil entra na 2ª Guerra Mundial pg.
- Escola Militar da Praia Vermelha (1857-1904)
- O Exército e a Marinha do Brasil na I Guerra Mundial (1914-18)

Em tempo:

O pioneiro e mártir do Brasil no emprego de foguetes militares 1982 160 Um jornal na Guerra do Paraguai 1992 164

Obs.: A digitalização provoca alguns erros nos textos, o que seguramente ocorreu. Mas solicito ao leitor e pesquisador interessados que se fixem no Fundo e não na Forma.

HISTÓRIA DA DOUTRINA DA INFANTARIA BRASILEIRA

Ten Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento

Membro da Comissão de História do Exército do EME (1971-73), do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, da Academia Brasileira de História, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Instituto Etnográfico e Histórico do Paraná. Instrutor de História Militar da AMAN.

A Bibliex usa com muita propriedade o slogan "Uma nação é feita com homens e livros." Por extensão podemos afirmar, para a seguir tentarmos provar, no limitado espaço de um artigo, que a Infantaria Brasileira vem sendo feita por chefes e livros. Os últimos assinalando sua doutrina em determinada época e, em conjunto, o sentido da evolução dessa mesma doutrina, além de balizarem na História, para o infante brasileiro imortal, as glórias, tradições, vultos maiores, vitórias conquistadas e ensinamentos operacionais colhidos pela Infantaria Brasileira ao longo do processo histórico nacional de quase cinco séculos. E mais, sua notável contribuição para a definição e preservação do Brasil como pais de dimensões continentais, uno, integro e soberano, sob Deus.



A Infantaria Brasileira das "Ordenações Afonsinas" e do "Regimento de Gente de Pé de D. Sebastião" (Fonte: HEB)

AS ORDENAÇÕES AFONSINAS

A primeira doutrina de nossa Infantaria foi regulada pelas Ordenações Afonsinas, promulgadas em 1444 pelo rei Afonso V. Com apoio nesta doutrina, a Infantaria Brasileira ajudou a expulsar os franceses do Rio de Janeiro. No contexto desta luta surgiu glorioso o atual Regimento Sampaio, a mais tradicional unidade de Infantaria de nosso Exército.

BANDEIRAS DE INFANTARIA E OS BANDEIRANTES

Em 10 de dezembro de 1570, o rei D. Sebastião, de Portugal, baixou o Regimento da Gente de Pé, que regularia a doutrina de nossa Infantaria até 1580, ano da união das Coroas de Portugal e Espanha. A partir desse momento e até a restauração do Trono Português, em 1640, a nossa Infantaria seguiu em largos traços a doutrina da Infantaria Espanhola, que manteve a supremacia nos campos

de batalha europeus desde a batalha de Pávia (1541), até a de Lecroi (1643). Essa doutrina tinha como base o Terço de Infantaria estruturado em subunidades denominadas Bandeiras, das quais deriva o nome de Bandeiras dado às expedições militares que alargaram nosso território além do meridiano das Tordesilhas, sob a liderança de Raposo Tavares e outros tantos bravos e assinalados bandeirantes. Além dessa contribuição, na Amazônia, sob a liderança do capitão de Infantaria Pedro Teixeira, ela ajudou a expulsar o invasor da foz de nosso maior rio e a conquistar definitivamente para o Brasil aquela imensa e estratégica área.

No Nordeste, com apoio nessa mesma doutrina espanhola, enriquecida com características locais, como a guerra de emboscadas, a Infantaria Brasileira ajudou decisivamente a expulsar o invasor, além de contribuir para alicerçar o espírito de nacionalidade e o do Exército Brasileiro. Nestas memoráveis lutas contra o invasor holandês foram consagrados definitivamente pela História do Brasil os grandes infantes brasileiros: Fernandes Vieira, Dias Cardoso, Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, comandantes de terços do Exército patriota no Monte das Tabocas, Guararapes e outros gloriosos combates, Infantes lembrados hoje em nomes de ruas no bairro Guararapes da AMAN.



A Infantaria Brasileira na primeira Batalha dos Guararapes (Fonte: quadro existente no Museu de Pernambuco)

O CAPITÃO DE INFANTARIA PORTUGUÊS

Com a expulsão do invasor estrangeiro do Norte e do Nordeste e a restauração de Portugal em 1640, a nossa Infantaria retomou a doutrina constante das *Ordenações Afonsinas*. (1)

A partir de 1680, o centro focal de nossas lutas deslocou-se do Norte e Nordeste para o Sul e logo depois para o Oeste brasileiro. Mas, agora, contra os espanhóis nossos aliados de 1580-1640, e mais tarde, no século XIX, contra os seus descendentes. Lutas que se prolongariam por quase dois séculos, de 1680, data da fundação de Colônia do Sacramento, até 1870, término da Guerra da Tríplice Aliança.

Em 1751, no que se pôde apurar, o coronel de Infantaria André Ribeiro Coutinho, na qualidade de comandante do RI do Rio de Janeiro, atual Regimento Sampaio, escreveu o seguinte trabalho:

O CAPITÃO DE INFANTARIA PORTUGUÊS, Lisboa, Régia Oficina Sylviana e da Academia Real, 1751. 2v. 770 pp.

Seu autor, oficial de gabarito internacional, foi o segundo comandante militar do Rio Grande de São Pedro (atual RS), de 11 Dez 1737 a 5 Mar 1739. Sucedeu o Brigadeiro de Infantaria José da Silva Pais, fundador do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e primeiro professor de Engenharia no Brasil (2). Foi substituído pelo Cel Diogo Osório Cardoso, organizador e 1.º comandante do Regimento de Dragões do Rio Grande, raiz histórica de toda a estrutura do Exército na área da 3ª RM.

Um exemplar da obra citada foi doado à Bibliex pelo ilustre historiador. Gen Paula Cidade (3).

A referida obra corporificou a doutrina da Infantaria Brasileira até por volta de 1770. Com apoio nela, nossa Infantaria, inclusive o Regimento Sampaio, lutou na Guerra Guaranítica (1754-1756), no RS.

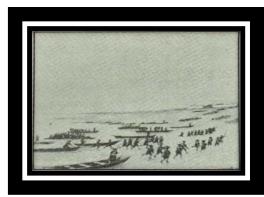
REGULAMENTO DO CONDE DE LIPPE

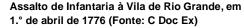
Em 1763 surgiu outra obra doutrinária de Infantaria. Seu autor foi o Conde Reynate de Schaumburg Lippe, Marechal General contratado por Portugal para reorganizar seus exércitos e que passou à História como Conde de Lippe, sinônimo de rigor disciplinar. (4)

Sua obra, da qual existe exemplar no Centro de Documentação do Exército (C. Doc. Ex.):

Regulamento para o Exercício e Disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de sua Magestade Fidelíssima. Lisboa, Secretaria de Estado, 1763. 277

O referido trabalho corporificou a doutrina seguida pela Infantaria Brasileira ao final da guerra de Restauração do Rio Grande do Sul (1763-1778). Foi seguida pelo Regimento Sampaio, que ao lado dos RI de Moura, Bragança e Extremóz participou do assalto à Vila de Rio Grande, em 1.º Abr 1776, reconquistada depois de 13 anos sob o domínio da Espanha. (5)







Infantes brasileiros na Batalha de Monte Caseros, em 1852, armados com fuzis "Dreyse" (Fonte: HEB)

O REGULAMENTO DE BERESFORD

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, o nosso Exército Colonial passou por profundas reformas. Em 1810 foi criada a Academia Militar Real no Rio de Janeiro — raiz histórica da AMAN.

Somente em 1815, quando o Brasil atingiu o status de nação como Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, por força de decisões do Congresso de Viena, foi editada entre nós a seguinte obra, que atualizava nossa Infantaria de acordo com a doutrina específica desenvolvida nas guerras napoleônicas:

BERESFORD, Guilherme Carr, mal. *Instruções para o Exercício dos Regimentos de Infantaria*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1815 (Com aprovação do Príncipe Regente de Portugal D. João). O C Doc Ex possui exemplar.

O referido regulamento foi elaborado por aquele oficial inglês que na ocasião comandava o Exército de Portugal na metrópole. Com apoio na doutrina nele contida, a Infantaria Brasileira lutou nas guerras contra Artigas (1816-28), lutas internas (1831-45) e guerra contra Oribe e Rosas (1851-52).

Nesta obra iniciou-se nos segredos de sua arma de origem, em 1817, como cadete do atual Regimento Sampaio, o Duque de Caxias — Patrono do Exército. Estudo por ele continuado, com maior intensidade de 1818 a 1820, como aluno do Curso de Infantaria da Academia Real Militar do Largo do São Francisco, no Rio de Janeiro. O prédio onde funcionou aquela escola está, hoje, ameaçado de demolição, fato lamentado por todos quantos no Brasil empenham-se, por patriotismo, em preservar a Memória Nacional em seus vestígios mais simbólicos, como o da escola em que estudou o Pacificador e, além disso, celeiro dos maiores nomes da Engenharia Civil e Militar do Brasil. São nossos os votos de que os engenheiros que pretendem demolir aquele prédio encontrem solução urbanística para preservar e realçar ainda mais aquele histórico e sagrado prédio.

AS ORDENANÇAS DE INFANTARIA DE 1861

Em 1861, o Exército adotou, com modificações adaptadas às nossas realidades operacionais e introduzidas pelo Duque de Caxias, então Ministro da Guerra, as *Ordenanças para a Arma de Infantaria*, em vigor no Exército de Portugal. (6)

Com o apoio na doutrina contida naquelas ordenanças, a Infantaria Brasileira lutou nas guerras contra Aguirre (1864) e Tríplice Aliança (1865-70).

Foi com apoio nessa mesma doutrina que o Brigadeiro Antônio de Sampaio, Patrono da Arma de Infantaria, instruiu a sua célebre Divisão Encouraçada, a qual, sob sua liderança, escreveu, na batalha de Tuiuti, uma das mais belas e gloriosas páginas da História da Infantaria Brasileira.

DESCASO PELO PROFISSIONALISMO MILITAR

Do término da Guerra da Tríplice Aliança até por volta de 1908, a História registra uma decadência do profissionalismo militar em beneficio do bacharelismo, subproduto mal interpretado da luta republicana.

Nesse período a literatura sobre a Infantaria foi paupérrima. (7)

Registre-se um regulamento a nível de batalhão, de autoria do coronel Moreira César, morto no comando da 3.ª Expedição a Canudos.

No período em tela, a profissão militar atingiu o seu mais baixo nível de desprestígio social. Na Escola Militar da Praia Vermelha a instrução militar foi completamente relegada a segundo plano, em beneficio da formação de oficiais cientistas voltados para problemas brasileiros e de nenhum modo para o preparo do Exército para sua missão de segurança externa e interna do Brasil. Tarefa esta, por desprezível, entregue aos "Tarimbeiros", oficiais formados na caserna, sem educação superior.

Por este descaso a Infantaria pagou pesado tributo em vidas em Canudos e na Revolução Federalista de 1893-95 (RS, SC e PR), além de suportar vexames e humilhações frente a grupos revolucionários superiores ou equivalentes em operacionalidade.

A INFANTARIA NA REFORMA MILITAR

Com a Reforma Militar iniciada em 1901 na gestão do Ministro da Guerra, Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet, filho do Patrono da Arma de Artilharia, e até a conquista de Monte Castello pelo Regimento Sampaio, verificouse o maior surto cultural profissional militar, visando a levar o Exército à altura de seus compromissos com a segurança do Brasil e sob o lema — "Rumo à tropa!"

Nesta fase muitos infantes com seus escritos doutrinários, silenciosa e modestamente, em apoio à ação de destacados e ilustres chefes, contribuíram para que a Infantaria viesse a se comportar com dignidade, honra, competência e valor, ao nível das melhores infantarias que lutaram na 2ª Guerra Mundial.

Centenas de artigos doutrinários sobre Infantaria foram difundidos para a tropa nas páginas dos seguintes periódicos militares, particularmente por infantes brasileiros que tiraram cursos nos exércitos da França, Alemanha e Estados Unidos.

Boletim Mensal do EME (1911-23);

Defesa Nacional (1913-45);

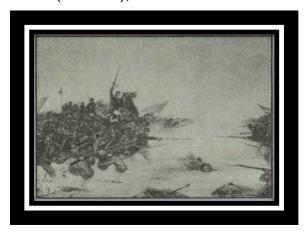
Revista Militar Brasileira (1922- 45) e

Revista do Clube Militar.

Esta contribuição veio mais uma vez confirmar a lição da História expressa por Castro Alves:

"Nem cora o livro de ombrear com o sabre. Nem cora o sabre de chamá-lo irmão."

Participaram ativamente daquele surto cultural profissional instrutores e exalunos da Missão Indígena, instalada em 1919 na Escola Militar do Realengo, e da Missão Militar Francesa (1920-39), em nosso Exército.



Infantes brasileiros, na Batalha de Itapiru, atuando segundo as "Ordenanças de Infantaria" (Fonte: HEB)

LITERATURA SOBRE INFANTARIA — AMOSTRAGEM (7)

Até a criação do Estabelecimento Gen. Gustavo Cordeiro de Farias, que passou a ter a seu cargo a impressão e distribuição de regulamentos e manuais para todo o Exército, muitos infantes, para suprir deficiências, elaboraram e editaram, com o concurso de editores civis, manuais e regulamentos técnicos e

táticos fundamentais ao melhor adestramento, com uniformidade, da Infantaria Brasileira.

A enumeração de todos eles não caberia no reduzido espaço deste ensaio. Dentre os muitos trabalhos produzidos, especificamente sobre Infantaria, registro como achegas:

Distribuídos pela Bib. da Defesa Nacional:

- DENYS, Odylio. Instrução na Infantaria. 1934.
- (O autor foi instrutor da Missão Indígena e especialista em ordem unida. Atingiu o alto cargo de Ministro do Exército.)
 - ANDRADE, D. Sec Cmdo de Btl. 1934.
 - CARVALHO, Nelson. Do Terço Velho ao Sampaio da FEB. 1953.
 - CORONA, Del. Caderneta do Infante. 1934.
 - SILVA, Golbery do Couto e.**Tiro de Morteiro**. 1934.

(Atual Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República).

Difundidos pela Bibliex:

- ALBUQUERQUE, J. F. 2.° RI O Dois de Ouro. 1964.
- ANDRADE, Delmiro P.|de-0 11.° RI na IIGM. 1950.
- DAMASCENO, Filadelfo. O Batalhão Pirajá. 1960.
- MENDES, W. T. Escola Americana de Treinamento de Cmdo Santa Ágata. 1949.
 - NETO, Silva. **RI Itororó**, 1949.
 - PALHARES, Gentil. **De S. João Del Rey ao vale do Pó**. 1957.
 - SILVEIRA, Astrogildo. 6ª RI Expedicionário. 1947.



Infantes brasileiros do presente, herdeiros das tradições imortais do passado (Fonte: Revista Infantaria, da AMAN)

- SOUZA, Euzébio. **Sampaio Patrono da Infantaria**. 1944.
- UZEDA, Olívio Gondim. **Crônicas de Guerra**. 1952.

(Comandou o BI do Sampaio que conquistou Monte Castello.

Foi historiador militar membro do I.G.H.M.B.).

As achegas que acabamos de citar servirão de apoio para pesquisas ao leitor interessado pela História da Doutrina da Infantaria Brasileira. Esta, aqui por nós entendida:

Formas pelas quais a Infantaria Brasileira do Descobrimento até nossos

dias, tem-se organizado, equipado, instruído, desenvolvido as forças morais da guerra (motivação do porque lutar e instruir-se) e combatido.

Este entendimento será a fundamentação histórica necessária à compreensão da Infantaria Brasileira no combate moderno e base de estimativa de sua evolução provável. E assim sendo, constitui-se assunto de grande relevância profissional.

NOTAS

(1)	PONDE. Academia Real Militar. Anais do Congresso de História	da
	Independência. Rio, I.H.G.B., 1975, v. 4.,p. 38.	
(2)	p.41	
(3)	CIDADE. Síntese Três Séculos Rio. Bibliex. 1959, p. 74.	
(4)	p. 89 e BENTO. Estrangeiros e descendentes na História Militar	do
	RS. Porto Alegre, IEL 1975,	
(5)	BENTO, Bicentenário da Restauração do RS. RIGHMB . n.º 74.	
(6)	nota 3, p. 110.	
	Como estudar e pesquisar a História do EB . Brasília, EME, 1978.	

35º ANIVERSÁRIO DE INSTALAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Ten Cel Eng QEMA CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Instrutor de História Militar na AMAN

Em 28 de junho de 1938, na cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Escola Militar de Resende (EMRes), atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em oração que interpretava os sentimentos e pensamentos dos corpos docente e discente da Escola Militar do Realengo (EMR), assim se expressou o oficial designado sobre a finalidade da Escola Militar em Resende, sua sexta sede desde a criação em 1810: "Que nestas plagas por onde passaram bandeiras de outrora... possa a Escola Militar de Resende tornar-se o templo de onde saiam sacerdotes que tenham fé nos altos destinos da Pátria, bandeirantes de uma nova bandeira, libertadora dos que sofrem, mourejando esquecidos nos rincões do Brasil, analfabetos, desesperançados е descrentes. disciplinando-os, educando-os incorporando-os sob uma bandeira única — a bandeira do Brasil". Decorridos 35 anos de instalação da AMAN, em 1º de março de 1944, impõe-se uma evocação e registro histórico do ocorrido no período, com vistas á preservação de sua memória histórica. Pois, em 1939 seu idealizador, o marechal José Pessoa, escrevia ao falar sobre o Espadim de Caxias do Cadete "ainda que sem história, nem por isso devemos olvidar-lhe fatos que hoje sabidos, mais tarde será difícil reconstituí-los. Haja visto o exemplo de nossa lendária Academia Militar Real, da qual mal se sabe ter sido fundada por D. João VI".

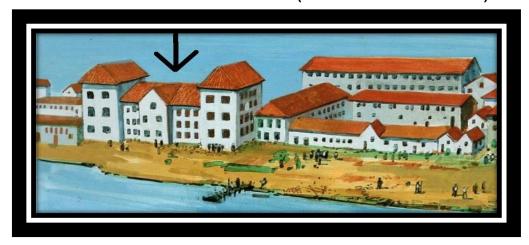
⁽x) — O autor foi membro da Comissão de História do Exército Brasileiro do Estado-Maior do Exército. É sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, e da Academia Brasileira de História. O Estado-Maior do Exército acaba de editar ensaio de sua autoria sob o titulo Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro.

COINCIDÊNCIA NA INSTALAÇÃO DA AMAN

A instalação da AMAN em 1944 o foi com o nome de Escola Militar de Resende. A data de instalação coincidiu, deliberadamente, com o 81º aniversário do término da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, e no momento histórico no qual o Brasil realizava o aprestamento final da nossa FEB para lutar contra o nazismo na Itália, local onde se cobriria de glórias, após deixar o Brasil, rumo ao velho mundo, quatro meses depois da instalação referida. A instalação da então Escola Militar de Resende concretizou um sonho, em 1931, do então coronel José Pessoa, comandante da Escola Militar do Realengo, prometido pelo Presidente Getúlio Vargas, em 26 de março de 1932, numa roda de oficiais na estação de estrada de ferro de Resende, então QG das forças legalistas, ao comando do coronel Manoel de Cerqueira Daltro Filho, por ocasião da Revolução de 1932. Sonho que tomou vigoroso impulso em 29 de junho de 1938, com o lançamento da pedra fundamental de nossa AMAN, em data deliberadamente coincidente com mais um aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, "o Marechal de Ferro", destacado profissional militar, herói da Guerra da Tríplice Aliança, cujo estudo histórico estimulou, como Presidente da República, "com vistas a desenvolver as aptidões dos alunos de nossas escolas militares (Escola Militar da Capital Federal na Praia Vermelha (antecessora da AMAN) e Escola Militar de Porto Alegre) a criar e aperfeiçoar uma tática e uma estratégia apropriadas às condições geográficas especiais do Brasil" e, além de tudo, no passado, um grande e fiel amigo da Escola Militar. Outro fato significativo da instalação da AMAN em Resende foi o de ter sido feita em terras pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro, unidade da Federação que serviu de berço ao Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro.

CASA DO TREM — 1810, sede por um ano da Academia Real Militar. Atualmente integra instalações do Museu Histórico Nacional. Antes de ser transformada em museu, em 1922, foi o Arsenal de Guerra. Nele foi velado em 6 de outubro de 1879, o corpo do General Osório. Defronte do mesmo prédio, em 5 de novembro de 1879, tombou ferido de morte, sob o punhal de um fanático, o Mal Carlos Machado Bitencourt (então Ministro da Guerra e atual Patrono dos serviços de Intendência do Exército e da Aeronáutica) ao interpor-se entre o fanático e o Presidente Prudente de Morais (Fonte: Academia Real Militar).



A seta indica a Casa do Trem, onde foi instalada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho e capa de nosso Álbum Escolas de Formação de Oficias das Forças Armadas do Brasil publicado pela FHE POUPEx.

A LOCALIZAÇÃO DA AMAN

O marechal José Pessoa, idealizador da AMAN, assim referiu a instalação da mesma, logo após ocorrida:

"Foi erigida em Resende, afastada da capital, para retirar a mocidade militar do contato com as agitações políticas e das seduções altamente prejudiciais dos grandes centros, para deixá-la assistida por mestres dedicados, em um meio tranqüilo, de recursos abundantes para seus trabalhos, toda ela devotada ao único objetivo de sua perfeita e integral preparação profissional".

Mais adiante escreveu sobre o currículo da AMAN:

"Preparamos para a Escola Militar de Resende um plano de ensino e uma completa legislação do que há de mais perfeito nos estabelecimentos congêneres dos grandes exércitos, fruto da experiência milenar da História Militar das nações cultas, tudo adaptado aos nossos costumes, ao nosso homem e ao nosso clima".

Sobre a localização estratégica da Academia assim referiu:

"Chave de acesso para o sul de Mato Grosso e sul do Brasil, por sua situação intermediária entre o Rio — a capital do Brasil — e São Paulo, o maior centro industrial.

Valor militar inconfundível de Resende pela facilidade de comunicação com Minas Gerais, irradiadora de caminhos para o norte e para o centro e com o litoral de Angra dos Reis de importância naval conhecida".

O valor militar de Resende ficara provado na Revolução de 1932, como QG das forças legais, servindo, inclusive, o atual campo de parada da AMAN como campo de pouso da aviação legal. O referido valor estratégico seria confirmado na Revolução Democrática de 31 de março de 1964 que acabou de completar 15 anos. Nessa ocasião a AMAN, sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici, se antepôs entre as tropas dos I e II Exércitos na iminência de um choque no Vale do Paraíba, forçando seus respectivos comandantes a um acordo em prol da vitória revolucionária.

A retirada da Escola do Rio, longe das agitações políticas, justificava-se plenamente. Em 1904 ela fora fechada e,após,extinta por dois anos, por envolvimento de seus alunos, seduzidos por agitadores externos e internos, na malfadada e vexatória Revolta da Vacina Obrigatória. Em outra oportunidade, no Realengo, agitações semelhantes contaminariam parte de seus alunos, com graves inconvenientes futuros. Para evitar os referidos inconvenientes, chefes do Exército, no passado, em sua divergências ocasionais, possuíam consenso na seguinte posição: — "A Escola Militar é o Exército do futuro e, em conseqüência, esse futuro não pode ser comprometido no presente, com o envolvimento da Escola em lutas internas".

COMANDANTES DA AMAN

Desde a sua instalação até o presente, a AMAN teve 22 comandantes efetivos: Cel Mário Travassos (1944) e Generais Aristóteles de Souza Dantas (1945-46), Álvaro Pratti de Aguiar (1946-48), Ciro Espírito Santo Cardoso (1948-50), Manoel de Azambuja Brilhante (1950-51), Nestor Souto de Oliveira (1951-52), Jair Dantas Ribeiro (1953-5S — após Ministro do Exército), Júlio Teles de Menezes (1955-56), Hugo Panasco Alvim (1956-57), João Punaro Bley (1958-60),

Adalberto Pereira dos Santos (1960-62 — acaba de deixar a Vice-Presidência da República), Pedro Geraldo de Almeida (1962-63), Emílio Garrastazu Médici (1963-64 — foi o terceiro Presidente da Revolução), Alfredo Souto Malan (1964), João Francisco Moreira Couto (1964-66), Ariel Pacca da Fonseca (1966-67), Adolpho João de Paula Couto (1967-69), Carlos de Meira Mattos (1969-71 — excomandante do curso de Infantaria de 1951-52), José Fragomeni (1971-74 — excomandante do curso de Cavalaria de 1951-54), Túlio Chagas Nogueira (excomandante do Corpo de Cadetes de 1964-65), Sílvio Octávio do Espírito Santo (ex-comandante do curso de Artilharia de 1955-56) e, atualmente, Iran Ribeiro Arnt (ex-instrutor da Artilharia de 1955-56).

O PROJETO DA AMAN

O projeto inicial da AMAN foi elaborado em 1931, sob a coordenação de seu idealizador, e apresentava, em conjunto, as características de West Point. O local onde seria erigida havia servido até então de Horto Florestal da Estação de Monta do Rio de Janeiro.

O projeto definitivo executado foi de autoria do engenheiro Pena Forte e foi assim definido:

"Arquitetura sóbria, neoclássica, própria do espírito de transição moderno, mantendo um equilíbrio das tendências arquitetônicas, sem ferir os melindres da tradição e deixar de tirar proveito dos predicados progressistas da atualidade, e procurando atender a todas as condições técnicas compatíveis das construções de grande vulto"

TURMAS EGRESSAS DA AMAN

Até o presente foram formadas integralmente pela AMAN 33 turmas, cujo nome bem como o nome dos cadetes classificados em primeiro lugar nas cerimônias de entrega dos espadins e das espadas constam do quadro a seguir:

Nº DE ORDEM	ANO E NOME DA	NA ESPADA, DATAS E ARMA DO 1º NA ESPADA PRIMEIROS ALUNOS NA ENTREGA DOS	DATA DA	OBS
OKDEM	TURMA 1946 — Escola Mi-	ESPADINS E DAS ESPADAS Espadim — José Pinto dos Reis	CERIMÔNIA 10 Nov 44	8
	litar de Resende 1947 — Agulhas Ne-	Rui Colares Machado Harry de Freitas Barcellos (1º no espadim e na	28 Dez 46 31 Out 45	3
2	gras 1948 — Gen Ciro	espada)	24 Dez 47 03 Set 46	1 8
3	Espírito Santo	Ary Capella (1º no espadim e na espada)	17 Dez 48	1
4	1949 — Gen José Pessoa	Arthur Baptista Filho Carlos Nicosi da Costa	30 Ago 47 15 Dez 49	8 5
5	1950 — Gen Ciro Espírito Santo	Oscar Bayard Salgado Miranda Mério Magalhães	27 Ago 48 14 Dez 50	8 4
6	1951 — AMAN	Leonidas S. Pinto de Abreu (1º no espadim e na espada)	26 Ago 49 14 Dez 51	8
7	1952 — Barão do Rio Branco	Ivani Henrique da Silva Roberval Rocha Moreira Filho	25 Mar 50 06 Nov 52	8 4
8	1953 — Almirante Tamandaré	João Luis Pascoal Roehl (1º no espadim e na espada)	25 Ago 51 13 Ago 53	8 4
9	1954 — Santos Du- mont	Sérgio Ruschel Bergamaski (1º no espadam e na espada)	25 Ago 52 08 Maio 54	8 4
10	1955 — Aspirante Mega	Rubens Ruiz Herman Cavalcanti Suruajy	27 Jun 53 15 Fev 55	8 4
11	1956 — (Jan) AVAI	Faltam dados Antônio Máximo Rego Filho	30 Jan 54 06 Jan 56	8 3
12	1956 — (Dez) — Mon- te Castelo	Almir Paz de Lima (1º no espadim e na espada)	05 Set 54 20 Dez 56	8
13	1957 — Antonio João	Alcyone F. de Almeida Júnior Paulo Schwingel	18 Ago 55 19 Dez 57	8
14	1958 — Montese	Leonildo Denari Sebastião de Carvalho	17 Ago 55 19 Dez 58	8 5
15	1959 — Marechal	Arlindo Vasques Martins Leo Ferreira de Vasconcellos	19 Ago 57 17 Dez 59	8
16	Rondon 1960 — Marechal	Leo Ferreira de Vasconcellos Carlos Roberto Torres Carlos Elberto Vella	24 Maio 58	3
	Floriano 1961 — Academia	Carlos Elberto Vella Nelson Dorneles da Silva	04 Dez 60 24 Maio 55	1 8
17	Real Militar 1962	Adalberto Imbrósio Fernando Luis Carneiro Rila	30 Dez 61 24 Maio 60	8 7 8
18	Duque de Caxias 1963 — Sesquicen-	Fernando Raimundo Aranha Simão Carlos Fernando C. Bernardes	20 Dez 62 23 Abr 61	7
19	tenário da AMAN	Sérgio Gilberto Tabuada	20 Dez 63 24 Maio 62	8 7
20	Nações Unidas	Guy Ibirajara Meyer (1º lugar no espadim e na espada)	19 Dez 64	8 7
21	1965 — 4° Cent. do Rio de Janeiro	Antônio Domingos Sanson (1º lugar no espadim e na espada)	24 Maio 63 18 Dez 65	8 7
22	1967 — Independência	Luiz Carlos Minussi Raimundo Nonato Cerqueira Filho	15 Ago 64 16 Dez 67	8
23	1968 — Humaitá	Marco Antônio Longo Ronaldo Glicério Cabral	20 Ago 65 21 Dez 68	8 7
24	1969 — Jubileu de Prata — AMAN	Pedro Paulo Leite do Prado (1º lugar no espadim e na espada)	20 Ago 66 20 Dez 69	8 6
25	1970 — FEB	Sérgio Ricardo Paes Rios Geraldo Soares da Silva	19 Ago 67 19 Dez 70	8 4
26	1971 — Marechal Castelo Branco	José Alencar Ávila (1º lugar no espadim e na espada)	17 Ago 68 18 Dez 71	8 4
27	1972 — Marechal Mascarenhas	Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira João Francisco Ferreira	23 Ago 69 10 Dez 72	8
28	1973 — Marechal Costa e Silva	Danivart Alves da Cruz (1º lugar no espadim e na espada)	29 Ago 70 15 Dez 73	8 6
29	1974 — Integração	Antônio Robson Moraco	21 Ago 71 17 Dez 74	8
30	Nacional 1975 — Sesquicent.	Paulo César do Amaral Pereira Valdemir Edis da Silva	19 Ago 72	8
31	Independência 1976 —	Paulo Raul Barros Lima Vicente Gonçalves Magalhães (1º lugar no espadim	12 Dez 75 18 Ago 73	7
32	31 de Março 1977 —	e na espada) Emilio Carlos Acocella (1º lugar no espadim e na	14 Dez 76 24 Ago 74	8
33	Tiradentes 1978 — Marechal	espada) Jorge Luiz Coelho Cortês	15 Dez 77 23 Ago 75 14 Dez 78	3

Observações: 1) Significado dos números na coluna de observações: 1 — Infantaria, 3 — Cavalaria, 3 — Artilharia, 3 — Engenharia, 5 — Intendência, 6 — Comunicações, 7 — Material Bélico e 8 — Curso Básico. Até o presente é o seguinte, por armas, o número de primeiros classificados na cerimônia de entrega das espadas nas turmas de aspirantes formados integralmente pela AM AN: Engenharia — 9 — Material Bélico — 7, Infantaria — 6, Artilharia — 5, Comunicações — 4, e Intendência — 2)Receberam denominações históricas as seguintes turmas de aspirantes do Realengo ou não formadas integralmente pela AMAN: 1941 — GUARARAPES, 1942 — HENRIQUE LAGE, 1943 — TUIUTI, 1944 — CEL DUQUE ESTRADA, e 1945 — REALENGO.

- 3) De 1945-1978 excetuando-se as turmas não computadas por falta de dados dos anos de 1946, 47, 49, 58, 59, 61 e 68 (falta de revistas correspondentes) formaram-se na AMAN 8.659 aspirantes naturais dos seguintes estados ou territórios: Rio de Janeiro 3.062 e Rio Grande do Sul 1.533, responsáveis por mais de 50% do total de aspirantes; São Paulo 1.023, Minas Gerais 701, Ceará 456, Paraná 218, Pernambuco 215, Mato Grosso 184, Bahia 135, Santa Catarina 129, Maranhão 126, Alagoas 108, Piauí 105, Pará 103, Paraíba 102, Sergipe 97, Rio Grande do Norte 95, Espírito Santo 95, Goiás 55, Amazonas 52, Acre 12, Amapá 6, Rondônia 2.
- 4) No mesmo período mencionado acima foram formados 57 aspirantes estrangeiros: Nicarágua 13, Equador 11, Paraguai 9, Portugal 8, Peru 2, Paraná 2 e Uruguai 1.
- 5) Personagens, entre outras, ainda não homenageadas com o nome de turmas egressas da AMAN: D. Pedro II (criador do Exército Brasileiro); Ministro Leite de Castro (apoiou a criação das mais belas tradições da AMAN); Gen Francisco de Paula Argolo, 1902-67 (Reforma do Ensino em 1905, transição do bacharelismo para o profissionalismo militar); Mal Hermes da Fonseca (autor da Grande Reforma Militar de 1908); Gen Mário Travassos (primeiro comandante

da AMAN); Gen Tibúrcio (ex-aluno e instrutor da Escola da Praia Vermelha e herói da Guerra do Paraguai); Henrique Dias e Antônio Dias Cardoso, heróis das guerras holandesas; generais Osório, Sampaio, Mallet, Vilagran e outros patronos das armas e serviços; Andrade Neves, Barão de Porto Alegre, Gen Câmara, Mal José de Abreu, Gomes Carneiro, Cap Pedro Teixeira, Raposo Tavares, Rafael Pinto Bandeira e outros.

6) — Feitos ou eventos militares não homenageados em turmas egressas da AMAN: Batalha Monte das Tabocas (1645), Batalha de Monte Caseros (1852), Batalha de Paissandu (31 dez. 1865), Passo da Pátria (1866), Combate de Itororó, Batalha de Peribebuí, Batalha do Campo Grande, FAIBRAS, Lapa etc.

CORPO DE CADETES E CURSOS

O primeiro comandante do Corpo de Cadetes em Resende foi o então Cap Inf Dióscoro Gonçalves Vale (1944-45), função que exerceu novamente de 1953-55 depois da de comandante do Curso Básico (1951-52). Foram os primeiros comandantes de cursos em Resende: Infantaria — Maj Paulo Queiroz Duarte; Cavalaria — Maj Milton Barbosa Guimarães; Artilharia — Major Lindolfo Ferraz (chefiou este curso de 1959-61 o atual Ministro Chefe do SNI, o então Maj Octávio Aguiar de Medeiros); Engenharia — Maj Carlos dos Santos Jacinto (chefiou este curso de 1949-52 o atual chefe do DEC, o então Maj José Ferraz da Rocha); Intendência — Maj Luiz Martins Chaves; Comunicações — O Ministro das Comunicações do Governo do Presidente Médici, o então Cel Hygino Caetano Corsetti (1959-63); Material Bélico — Maj Délio L. Taborda; Curso Básico — o então Maj Rio Grandino da Costa e Silva, irmão do Presidente Costa e Silva e atualmente destacado historiador rio-grandense; Equitação — Maj Ortegal Novaes; SIEsp — Ten Cel Joffre Coelho Chagas; e Educação Física — Hildebrando de Assis Duque Estrada (Bl nº 1 — 1944 — AMAN), que foi também o primeiro comandante extra numerário da Companhia, matriz do BCSv.

PRIMEIROS PROFESSORES DA AMAN

Os primeiros professores nomeados para a AMAN foram: coronéis Sinésio de Farias (autor de alentado tratado de álgebra), Américo da C. Menezes e Pedro L. Vilaboim; tenentes-coronéis Félix Valois de Araújo, Abílio dos Reis, Ayrton B. Lobo, José Rodolfo Toledo de Abreu e Sérgio Bezerra Marinho; majores Nilo Cruz, Luiz Vasconcellos Rocha Santos, Sérvulo T. Guerreiro e João Alfredo H. Dutra Ramos.

SENTIDO HISTÓRICO DO ENSINO NA AMAN

Na Ordem do Dia do coronel Mário Travassos, publicada no Bl nº 1 de 1º maio de 1944, alusivo à instalação da atual AMAN, assim referiu seu primeiro comandante:

"É preciso que as massas de concreto armado e revestimentos de mármore de nossa Escola criem alma e falem hoje e sempre do grande momento, definitivamente os processos de formação dos oficiais do Exército devem ser consolidadas de forma a marcar época". Decorridos 35 anos de funcionamento da AMAN, impõe-se um balanço da afirmação de seu primeiro comandante, para a conclusão se efetivamente o ensino na AMAN foi um grande momento a marcar época.

Para isto é necessário um mergulho no passado, com vistas a marcar o

sentido da evolução da formação dos oficiais no Brasil de 1810-1878.

Para uma abordagem científica do assunto seria impositiva a análise e crítica das seguintes reformas do ensino militar, traduzidas pela legislação a seguir: Carta de Lei de 4 dez. 1810; Dec. de 22 out. 1832, Dec. de 3 fev. 1934; Dec. de 22 fev. 1839; Dec. Nº 404, de 1º mar. 1845; Dec. 1356, de 23 jan. 1855; Dec. 2116, de 1º mar. 1858; Dec. de 21 abr. 1860 que criou a função de comandante; Dec. de 14 maio 1860; Dec. de 22 abr. de 1863; Dec. 5525-1874. (Saiu do Largo de São Francisco e vai para a Praia Vermelha); Dec. 10.203 de 9 mar. 1889; Dec. 2881, de 18 abr. 1898; Dec. 5.698, de 2 out. de 1905 — (transfere-se para a Escola de Guerra em Porto Alegre).

De acentuado sentido profissional extingue o bacharelato em Ciências Físicas e Matemáticas e o título de doutor e cria o posto de Aspirante a Oficial); Dec. 30 abr. 1913 (Escola no Realengo, subordinada ao EME. Para ingresso na EMR eram exigidos 6 meses como soldado ou curso integral num Colégio Militar. O ensino enfatizava as instruções sobre Cavalo de Guerra, Jogo da Guerra, Combinação de Armas, formação de GU em pé de guerra e informações em campanha); Dec. 22 977, de 24 abr. de 1918 (Enfatiza a fala de inglês e francês, Jogo da Guerra, Artilharia Naval e de Costa, combinação de Armas e Comunicações); Dec. 13 577, de 30 abr. de 1919; Boletim 19-EME ou 26 abr. 1922 (Aprova o programa de instrução elaborado pela Missão Indígena que revolucionou a instrução militar, para melhor, constituindo-se de 1919-1923 um marco histórico no sentido de um ensino militar voltado para as necessidades da tropa); Dec. 16 394, de 27 fev. 1924 (Curso básico de 2 anos e 1 ano para as armas, introduz Carro de Fogo, exame do 1º ano em julho. Quem obtivesse média abaixo de 3 era desligado para servir um ano na tropa); Dec. 18 713, de 25 abr. de 1929 (Cria o Curso de Aviação Militar); Dec. 22 609, de 1933; Dec. 23 994, de 4 mar. 1934 (História Militar passa para o ensino profissional e é criado o Departamento de Educação Física e a Seção de Equitação); Dec. 192, de 20 jun. de 1935 (retorna à reforma de 1929); Decretos nºs 5 543 e 5877, de 15 abr. e 22 jun. de 1940 (institui diversos estímulos aos cadetes: Livro de Ouro para os sem punição durante o curso, Medalha Duque de Caxias para o 1º lugar no ensino profissional, com entronização de seu retrato no Cassino dos Cadetes); Dec. 8 918, de 4 mar. de 1942; Dec. 17 738, de 2 fev. de 1945 (após transferir-se para Resende) e regulamentos de 1952, 1961, 1969, e o atual que, entre outras características, pela primeira vez na história de nossas escolas militares, passou a ministrar História Militar nos 3º e 4º anos, como fonte de aprendizagem, através de sua abordagem crítica e não descritiva da evolução da doutrina militar, em seu duplo aspecto de ciência e arte da guerra e da Tática e da Estratégia.



LARGO DE SÃO FRANCISCO. Local ocupado pela Escola Militar, de 1812 a 1874, com suas diversas denominações. No prédio à direita a Academia Real Militar onde estudou o mais tarde Duque de Caxias e atual Patrono do Exército. A referida Academia formou expressiva parcela dos oficiais que lutaram nas guerras da Independência (1822-1824), da Cisplatina (1825-1828) e contra Oribe e Rosas (1851-1852). (Fonte: História do EB).

BACHARELISMO E PROFISSIONALISMO

Segundo o Marechal Tristão de Alencar Araripe (1), no passado ex-Diretor de Ensino no Realengo, comandante da ECEME e Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil: "O Ensino Militar de 1810- 1871 subordinava-se à doutrina de Portugal e não atendia ao papel militar da instituição armada americana. Visava-se, em última análise, formar doutores e técnicos em Engenharia. A preocupação com a formação era excessivamente acadêmica e intelectual. Às escolas práticas ou de aplicação profissional militar dava-se valor secundário. Pouco se cuidava do uso da força armada em operações de guerra, nem se aproveitavam as experiências feitas nas lutas intestinas e, principalmente, nas campanhas sulinas. Nem o ensino atendia às necessidades da tropa, nem esta recebia os benefícios desse ensino. Os regulamentos de 1839, 1858 e 1874 tendiam para a formação de engenheiros, com cursos científicos em que predominavam os estudos de matemática pura, astronomia e geodésia e ciências naturais, completadas por noções de balística, ataque e defesa das praças. Figuravam aí sem grande ênfase, os estudos de Arte e História Militar, Tática e Estratégia.

O regulamento de 1874, que deveria conter os ensinamentos da guerra do Paraguai, fez questão de olvidá-los, além de acentuar a tendência de dar ao oficial sólida cultura geral e científica, visando a formar oficiais engenheiros e técnicos em Artilharia. As lutas no Sul foram as verdadeiras escolas de aplicação do Exército Brasileiro. Apesar da evolução do Regulamento de 1898 (reação ao de 1889, o mais científico de todos) o ensino alcançou o século XX, com o aspecto tradicional de excesso de cientificismo e teoricismo, sem levar em conta as normas práticas de emprego da tropa na guerra. ... O regulamento de 1905 constitui oportuna reação contra o excesso do ensino teórico da Escola Militar da Praia Vermelha. A nova seriação do ensino e o papel dos cursos das armas na Escola de Guerra (em Porto Alegre) — curso da alfafa, representou a semente da era renovadora. ... Mesmo com os corpos desaparelhados, tomaram os

aspirantes de 1909-1918, a peito, fazer a instrução de recrutas, com métodos modernos e rara objetividade. Foi um período áureo na evolução do Exército Brasileiro como força operacional. ... Um dos grandes acontecimentos da batalha pelo Serviço Militar obrigatório foi a celebre Missão Indígena na EMR (19'9-22) integrada por instrutores selecionados em concurso. Sua obra, contudo foi a mais fecunda realizada no Exército. ... O movimento de 30 desviou boa soma dos melhores subalternos e que haviam dado o melhor de seu entusiasmo à continuação do ressurgimento da atividade profissional do Exército. ... A mudança para Resende e a transformação foi um passo vitorioso na evolução necessária".

A GRANDE REFORMA DO ENSINO DE 1905

O General Francisco Paula Cidade, formado pela Escola de Guerra em Porto Alegre, pelo regulamento de 1905 baixado pelo Ministro do Exército Francisco de Paula Argolo (1897 e 1902-6), afirmou ser o referido regulamento e a Escola de Guerra em Porto Alegre, "uma grande encruzilhada do pensamento militar brasileiro, a indicar um novo rumo". E prossegue, "O regulamento de 1905 (voltado para o profissionalismo militar) do qual nos alimentamos em nossa mocidade foi satirizado, recebemos a alcunha de alfafa, dada pelos que continuavam a crer que o título de doutor que o regulamento aboliu, era mais honroso do que o de oficial do Exército. Abencoada alfafa. Ela não só alimenta o muar... como pode figurar entre os alimentos dos deuses depois que impôs "tantas idéias sadias e tantas dedicações sem limites ao serviço da pátria". E conclui ao falar sobre o regulamento de 1905 e seus sucessores de cunho militar mais profissionalizante, sob a égide do qual e de seus sucessores de 1913, 1918, 1922, 1929 e 1940 formaram-se os oficiais da FEB "que pisaram os campos de batalha, ao lado dos grandes senhores da guerra, sem fazer mau papel" (2).

- (1). ARARIPE Ensino Militar no Brasil p. 18-25.
- (2). CIDADE, Cadetes e alunos militares

O DIVÓRCIO DO ENSINO COM AS NECESSIDADES DA TROPA

O general Estevão Leitão de Carvalho, "jovem turco" co-fundador da **Defesa** Nacional em 1913, observador brasileiro da guerra do Chaco, ex-comandante da ECEME, chefe da Missão Militar Brasil-Estados Unidos, de atuação relevante na organização da FEB e historiador dos IHGB e IGHMB, aborda de forma critica o divórcio do ensino na EMPV com as necessidades do Exército como força operacional (3). Igualmente o general Tasso Fragoso, ex-chefe do EME por longo tempo na década de 30 e consagrado historiador do Exército, também apontou e registrou esse divórcio ao escrever: "Nos anos anteriores à República havia-se arraigado no espírito de muitos a falsa idéia de que a democracia verdadeira e a fraternidade real entre os povos deviam fundamentar no esquecimento e até na maldição de certos fatos do passado. Daí o estado de alma da geração militar a que pertenci e do meio que a preparava. Nesse ambiente havia um temor de falar em guerras em presenca dos mocos. Estes não tinham para com os veteranos da guerra do Paraguai, que desfilavam diante deles alquebrados pela velhice e com fardas rebrilhantes de condecorações, o respeito e a estima que mereciam como dignos e leais servidores da Pátria comum". (4)

O Mal Mascarenhas de Morais, ex-comandante da EMR e da FEB, abordou o problema de forma crítica, em suas Memórias (5). Mas em 9 de maio de 1884, no Senado, o grande tribuno Gaspar Silveira Martins, pelo Partido Liberal do Rio Grande do Sul e grande estudioso e conhecedor de História Militar já denunciava (6):

"O Exército não é um organismo natural, é artifício social, constituído é certo por fraca massa humana, mas constituído de forma e por tal arte temperado que possa afrontar todos os perigos e intempéries sem sofrer a menor queda.

Em vez, porém da têmpera forte que convém dar-lhe, o que se vê em nossas escolas militares? A mocidade imbuída das doutrinas de Augusto Conte e Lafitte e professando uma religião da Humanidade que visa o cosmopolitismo. Pode ser que sejam muito boas tais doutrinas, mas não para o soldado, que antes de tudo é feito para empunhar armas em defesa da Pátria. Alguns diretores dessas escolas militares chamam filosoficamente aos grandes generais de assassinos dos povos. Singular maneira, aliás de encarar a questão em uma escola de Soldados!...

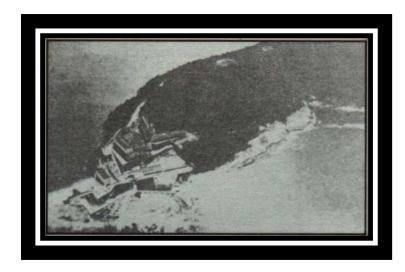
- (3). CARVALHO, Memórias de um soldado legalista
- (4). FRAGOSO, Batalha do Passo do Rosário

O SENTIDO DO ENSINO NA AMAN SEGUNDO O MARECHAL DUTRA

O Marechal Dutra foi aluno da Escola Militar da Praia Vermelha na ocasião de seu fechamento seguido de extinção, em conseqüência da mal fadada Revolta da Vacina Obrigatória de 1904. Após passar um ano fora do Exército concluiu seu curso na Escola de Guerra de Porto Alegre, sob a égide do Regulamento de 1905. Tendo aprendido duramente a lição da História, emitiu a seguinte diretriz, como Ministro da Guerra, sobre como deveria ser conduzido o ensino na AMAN, a obra mais marcante e consagradora de sua gestão na pasta da Guerra.

"O ensino militar entre nós tem variado em dois extremos: ou excesso de matérias teóricas ou de cultura científica, ou a reação brusca no sentido de preparação meramente profissional, com caráter prático. É oportuno alertar sobre a inconveniência ou perigo de socorrer-se a qualquer dessas soluções extremas. A sabedoria aconselha e mostra que a virtude está no meio. Não se esqueçam os que têm a missão de formar os futuros oficiais que é sob o imperativo do ensino profissional e da cultura geral que se deve orientar aquela formação. Estamos num século eminentemente técnico. Só se tornam poderosas as instituições e nações que tem solicitado à inteligência e às ciências os conselhos e os recursos a serem seguidos, no sentido de melhor se armarem e se tornarem fortes. Mas tudo isto será incompleto e de resultado duvidoso, se o comando, professores e instrutores não cogitarem também de formar espíritos e personalidades."

FORTALEZA DE S. JOÃO. Local provisório da Escola Militar, de 1855 a 1858, com o nome de Escola de Aplicação. A Escola Central do Exército, criada na ocasião, permaneceu até 1874 no Largo de São Francisco (Fonte: História do Exército Brasileiro)



GENERAIS DUTRA E MASCARENHAS DE MORAIS DINAMIZAM A CULTURA GERAL E PROFISSIONAL

O Ministro Dutra dinamizou o surto do pensamento militar brasileiro ao criar a Bibliex e o ECGCF, ambos destinados a promover com maior intensidade a produção, o debate e a circulação das culturas profissional, geral e especializada.

O então Coronel Mascarenhas de Morais, que oito anos após seria o comandante de nossa gloriosa FEB, na qualidade de comandante da Escola Militar do Realengo baixou ato pelo BI nº 31, de 6 fev. 1936, reconhecendo a existência oficial, além da Biblioteca Escolar, das existentes nos cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Aviação e Sociedade Acadêmica Militar. Também autorizou a criação de bibliotecas especializadas nas seções de Equitação e Educação Física.

Visava estimular, por facilitar meios próprios de consulta, o aprimoramento da cultura profissional, geral e especializada dos futuros oficiais do Exército, muitos deles, mais tarde, seus comandados na FEB.

(5). MORAIS, Memórias, Rio, Bibliex, 1969.

(6). CÂMARA DE DEPUTADOS, Gaspar Silveira Martins. Brasília, 1979.

PRESIDENTE FIGUEIREDO EX- INSTRUTOR E PROFESSOR DA AMAN

Serviu na AMAN de 29 jan. 1945 a 3 jan. 1949, durante quatro anos, o então capitão de Cavalaria João Batista Figueiredo e atual Presidente da República. No período em tela, o capitão Figueiredo exerceu inicialmente as funções de auxiliar de Equitação e de professor em comissão de Organização do Terreno e Noções de Fortificações, e depois, no Curso de Cavalaria, as de instrutor e comandante do Esquadrão de Cavalaria e, em quatro oportunidades, as de Instrutor Chefe interinamente. O presidente Figueiredo, como cadete nº 395 da Escola Militar do Realengo de 1935/37, foi o primeiro ex-detentor do Espadim de Caxias, arma distintivo dos cadetes do Exército, a ser conduzido pelo povo brasileiro às altas funções de Presidente da República do Brasil.

GENERAIS FORMADOS INTEGRALMENTE NA AMAN

O Exército já possui os seguintes oficiais formados integralmente em Resende: generais-de-brigada Sinval Martins Senra, Francisco Batista Torres de

Melo, Rondon Oliveira Guimarães, José Eduardo Lopes Teixeira, Wilberto Luiz Lima, Luiz da Silva Vasconcelos, Danilo Venturini (atual Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência da República), José Maria de Toledo Camargo (excomandante do Curso de Artilharia da AMAN em 1962-63), Teimo Ariosto Bohmer, Pedro Luis de Araújo Braga, Ernani Jorge Corrêa (ex-comandante do Curso de Cavalaria da AMAN em 1962-66), Ney Armando de Mello Meziat, Zaldir de Lima, Ênio Martins Senna, Milton Cunha Bezerra, Ivan Jejui Afonso da Costa e Pedro Cordeiro de Mello.

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA AMAN

Têm tido cronologicamente atuação relevante na preservação dá Memória da AMAN, desde o seu tempo de Academia Real em 1810, os seguintes oficiais: Ten Cel Dr Alfredo do Nascimento e Silva, Ten Cel Joaquim Marques da Cunha, Gen Adailton Pirassununga, Mal José Pessoa, Cel Floriano de Lima Brainer, Gen Nestor Souto de Oliveira, Gen Moacir Lopes de Resende, Cel Francisco Ruas Santos, Gen Carlos de Meira Matos e Gen Francisco de Paula Azevedo Pondé. O último através de esclarecedora pesquisa histórica, com base documental, sobre a Academia Militar Real de 1810, raiz histórica da AMAN, na qual revela e publica, inclusive, requerimentos feitos pelo então cadete Luis Alves de Lima do 1º Regimento de Infantaria, o atual Batalhão Sampaio.

FONTES DE HISTÓRIA DA AMAN

No sentido de resguardar não só a História da AMAN como a de suas antecessoras alinhamos, a seguir, fontes a partir das quais ela poderá ser restaurada desde que sejam as mesmas preservadas.

CONVENÇÕES

AA — Arquivo da AMAN.

AE — Arquivo do Exército — Rio.

AMAN — Academia Militar das Agulhas Negras — Resende.

ARM — Academia Real Militar — Largo São Francisco — Rio.

AN — Arquivo Nacional — Rio.

AGA — Ajudância Geral AMAN.

APA — Arquivo Pessoal do Autor — (Cláudio Moreira Bento).

BA — Biblioteca da AMAN.

BACV — Biblioteca e Arquivo Cosme Velho — Rio.

BE — Biblioteca do Exército — Rio.

C. Doc. Ex. — Centro de Documentação do Exército — Brasília.

DEA — Divisão de Ensino da AMAN.

DN — Revista Defesa Nacional

EGPA — Escola de Guerra de Porto Alegre.

EMPV — Escola Militar da Praia Vermelha — Rio.

EMR — Escola Militar do Realengo — Rio.

EMRes — Escola Militar de Resende (1944-51).

LOC: — Arquivos que possuem a fonte.

MA — Museu Escolar da AMAN — Resende.

NA — Revista Nação Armada. AMAN — Resende.

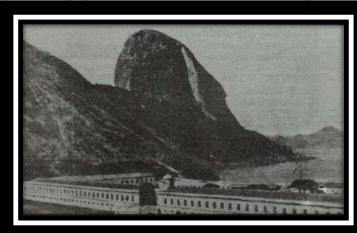
REF: — Escola ou Escolas Militares que a fonte aborda.

RCM — Revista do Clube Militar.

RIGHMB — Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — Rio. RIHGB — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

SA — Secretaria da AMAN.

PRAIA VERMELHA. Local da Escola Militar, de 1858 até seu fechamento seguido de extinção em 1904, em consequência da Revolta da Vacina Obrigatória. O prédio, onde funcionou, não mais existe. Foi demolido após a Intentona Comunista de 1935 que nele abrigou o seu maior foco. Na Escola Militar da Praia Vermelha estudou expressiva parcela da oficialidade que lutou na Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). (Fonte: Revista do Clube Militar, 1961).



FONTES BIBLIOGRÁFICAS E HEMEROLÓGICAS (COM COMENTÁRIOS)

— AMAN. Alocuções proferidas no Sesquicentenário da AMAN. Resende, Ed. Acad., 1961.
Currículos. Resende, Ed. Acad., 1979.
História Militar do Brasil. Volta Redonda, Gazetilha, 1979. (Texto e
mapas).
Formando oficiais para o Exército do Brasil. São Paulo, FIESP, 1961.
(Boas informações gerais)
Informações aos visitantes. Resende, Ed. Acad., 1964. (Boas
informações).
Aditamento e anexos 1 — 6 ao BI de 24 abr. Participantes da AMAN na
Revolução de 64. (CC, BCSv, Div Ens, DA, Aj Geral, Magistério e Pessoal
acionado diretamente pelo comando).
Pátio Marechal Mascarenhas de Morais. Bl nº 8, 8 maio, 1970. (justificativa
da homenagem).
— ARAGÃŎ,- Ćampos de, Gen Cadete do Realengo, Rio, Bibliex, 1959.
— ARARIPE, Tristão Alencar. Mal Tasso Fragoso, Rio, Bibliex, 1960. (Bom
material sobre a EM PV).
O Ensino Militar no Brasil". RCM, Rio no especial: p. 18-25, 1961. (Fonte
de consulta obrigatória para uma perspectiva histórica do assunto).
— ARAÚJO, F.X. Lopes. Cel. "Nossos antigos mestres". RAMAN: p. 7, 1976.
— ARNT, Hiran Ribeiro, Gen. Ordem do Dia à entrega dos espadins à turma
Benjamim Constant. Resende, Ed. Acad., ago. 1978.
Ordem do Dia à entrega das espadas à turma Marechal Dutra.
Resende, Ed. Acad., dez. 1978.
— BARATA, Mário. Escola Politécnica do Largo do São Francisco. Rio, Clube
Engenharia. 1973. (Currículos Escola Militar 1810-1851 e iconografia).

- BARROSO, Gustavo. "Os prisioneiros paraguaios na EMPV" NA, Resende, nº70: p. 77/79, set. 1945.
- BENTO, Cláudio Moreira. TC. Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro". EME ECGCF, Brasília, 1978.
- _____. "O Espadim de Caxias". **Letras em Marcha** nº 82, ago. 1978; **Jornal Agulhas Negras**, AMAN, jul. 1978 e **RMB**, jul-set. 1978.
- . "Instalação da AMAN ano XXXV". Letras em Marcha nº 90, abr. 1979.
- . "Napion Patrono do QMB". **O Patolino.** AMAN, Curso de Material Bélico, 1978. (Aborda a vida do general Napion primeiro diretor da Academia Real Militar) IDEM. "Fortificações e fortificadores do RGS". **Revista da Sociedade de**
- _____. Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS. Porto Alegre, IEL: p. 28,116-118, 237, 238, 1976.

Engenharia do RGS. 1976-75

- BITTENCOURT, Liberato. Cel, "Sobre a reforma do Ensino Militar". **DN**, n.° 113: p. 538-540, mar. 1923. (Ensino militar entre 1893-1905, importante)
- _____. "Benjamin Constant e General Polidoro, duplo ensaio psicológico". **Anuário da Escola Militar,** Realengo, 1913-14: p. 59-90. (Ver também "Planos de Campanha", p. 125-178 do mesmo autor)
- BLEY, João Punaro. Gen. "Recordações de uma Velha Escola (EMR)". **Letras em Marcha**, 1978. (ex-aluno do Realengo e ex-comandante da AMAN)
- BOPP, Itamar. **Resende,** cem anos da cidade. São Paulo, Graf. Sangirard, 1977.
- BRAINER, Floriano de Lima. TC. "A Escola Militar Síntese Histórica". **RMB,** nº 1: p. 13-70, jan-mar. 1942.
- BRILHANTE, Manoel de Azambuja. Gen. "Ética do estudante face às provas". DN, nº 445: p. 5-7, ago. 1951. (ex-comandante da AMAN).
- CALMON, Pedro. "Agulhas Negras". **RCM**, nº especial: p. 31-33, 1961.
- CAMARA, José A. Saraiva. **Um soldado do Império.** Rio, José Olímpio, 1978. (Vida do Gen. Tibúrcio que saiu da EMPV para a Guerra do Paraguai)
- CAMPOS, Carlos. Mal. "A profecia da EMPV". **DN**, nº 112: p. 519-21 fev. 1823. (Discurso de Benjamin Constant a oficiais chilenos "fagulha que incendiou a Monarquia")
- CARDOSO, Licínio. "A Nossos antigos mestres". RAMAN: p. 40-42. 1979.
- __ CARTA DE LEI DE 4 DEZ 1810. Criação da Academia Real Militar no Rio de Janeiro. Rio, Imprensa, 1961.
- CARVALHO, Estevão Leitão. Gen. **Memórias de um Soldado legalista.** Rio. Imprensa Militar, s.d.
- CASTRO, Jeanne Berance. **A Milícia Cidadã. A Guarda Nacional.** 1931-50. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1978.
- CAVALCANTE, Pedro. Gen. Discurso: "Pedra Fundamental da AMAN". **RAMAN:** p. 5-6, jul. 1938. (Discurso como Diretor de Ensino do Exército)

CASARÃO DA REDENÇÃO — Porto Alegre. Local da Escola Militar, de 1905 a 1912, com o nome de Escola de Guerra. Aí teve início a revolução do ensino militar no Brasil, no sentido de maior profissionalismo militar, em detrimento do bacharelismo vigorante desde 1810. Atualmente funciona, no local, o Colégio Militar de Porto Alegre (Fonte: Revista do Clube Militar, 1961).



- CERQUEIRA, Dionízio. Gen. **Reminiscências da Guerra do Paraguai.** Rio, Bibliex, 1958. (Impressão sobre a EMPV)
- CIDADE, Francisco de Paula. Gen. **Síntese de três séculos de literatura...** Rio, Bibliex, 1959. (muitas indicações)
- _____. Cadetes e alunos militares através dos tempos. Rio, Bibliex, 1961 (Reminiscências da EMPV, EGPA e EMR. Importante subsídio sobre a revolução do ensino em 1905, como transição do bacharelismo para o profissionalismo. Leitura básica)
- _____.Ensino Militar". DN, nº 118; p. 729-730, ago. 1923.
- ____."O Exército do Passado". NA, 1942-1943. (importante série de artigos)
- ____. "A literatura nas velhas escolas Militares". **Cadetes e alunos...** Rio, Bibliex, 1961.
- _____. "Cadetes em Portugal, no Brasil e vida anedótica". **Cadetes e alunos...** Rio, Bibliex, 1961.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade O Exército e a Política na Sociedade Brasileira,** 1º ed. Rio, Forense, 1976.
- CONSTANT NETO, Benjamin. **Benjamin Constant.** Rio, Bibliex, 1940.
- CORREIA, Jonas. M. Gen. Vocabulário de Gíria Militar, Rio, Bibliex, 1958.
- CORREIA NETO, Jonas, Cel. "Escola Militar do Realengo", **RAMAN:** p. 13-14, 1975.
- COUTINHO, Lourival. **O general Góis depõe.** Rio, Liv. Coelho Branco, 1956.
- CUNHA, J. Marques da. TC. "A Evolução do Ensino Militar no Brasil 1810-1913. **Anuário Militar.** Rio, EMR, 1913/14. Trabalho pioneiro.
- DAMASCENO, Filadelfo. Cap. **Vida de cadete.** Rio, Bibliex, 1962. (o autor formou-se na AMAN em fev. 1955).
- DENYS, Odylio. Mal. "A Missão Indígena". **Infantaria.** Resende, Curso Inf., AMAN, n. 14, 1979.
- DINIS, Almério. Cel. "Meus ex-cadetes". **RAMAN:** p. 18, 1977.
- ECEME **Mal. Castello Branco seu pensamento militar.** Rio, Imp. Mil., 1966.
- ESCOLA MILITAR DO REALENGO. "Mudança (tentativas, locais e situação atual)" DN, n. 186: p. 269-271, jun. 1929 e n. 199: p. 611-612, jul. 1930.
- ESCOLA MILITAR DE RESENDE. **Construção.** Rio, **EMR**, 1943. (Histórico da construção e idéia do Panteon de Caxias em Resende).
- ESTRADA, Augusto da Cunha Duque. Cel. "Discurso Pedra Fundamental AMAN". **RAMAN:** p. 5-9, Jul. 1938. (representando o corpo docente e discente da EMR)

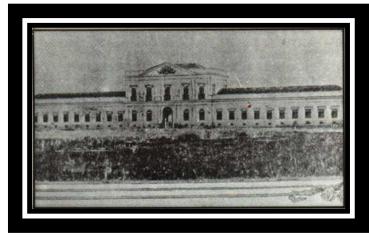
- FIGUEIREDO, Euclides de Oliveira. Cap. "Escola de Pelotão de Cavalaria da Escola Militar do Realengo (Missão Indígena)". **DN**, n. 78: p. 209- 213, fev. 1920.
 FIGUEIREDO, João Baptista de Oliveira, Maj. Batalha de Tuiuti Conferência na AMAN. **DN**, n. 420, mar 1949, pp. 125-133.
- FIGUEIREDO, Lima. Cel. Casernas e Escolas, Rio, Bibliex, 1945.
- FONSECA, Roberto Piragibe. **Dois estudos militares.** Rio, 1974.
- FORNIER, Barros. Cap. "Local para a Escola Militar". **DN,** n. 69: p. 308-9, jun. 1939.
- FRAGOMENI, José. Gen. "Sesquicentenário da Independência". **RAMAN:** p. 112-113, 1972.
- _____. "Aspectos da Evolução do Ensino Militar". **RAMAN,** 1973.
- FRAGOSO, Tasso. Gen. "Na Praia Vermelha". In: CIDADE. Cadetes e alunos... Rio, Bibliex, 1961. p. 84-85.
- _____. Batalha do Passo do Rosário. Rio, 1922. (Introdução).
- _____. "O Ensino Militar e a ECEME". **NA**, abr. 1970.
- INSPETORIA GERAL DO ENSINO. "A Evolução do Ensino Militar no Brasil". **RMB:** p. 9-12, jan./mar. 1942.
- KLINGER, Bertholdo, Cap. "A Nova Escola Militar seus efeitos na tropa". DN: p. 34-35, set. 1920.
- GUIMARÃES, J. C. Macedo Soares. "Civis e militares". **Carta Mensal,** 10(17): p. 11-14.
- LIMA, Luiz, A. Correia. Cap. "O efetivismo corrosivo". DN, n. 115: p. 762-765, set. 1920. (elogio à Missão Indígena no Realengo)
- IDEM. "Ensino Militar. NA, n. 71 p. 14-17, out. 1945.
- LOBATO, Filho. Gen. "Escola Preparatória do Realengo". In: CIDADE. **Cadetes e alunos...** Rio, Bibliex, 1961. p. 91-93.
- LOPES, Luiz Arthur. "Fui cadete da EMPV. em 1889". RCM, nº especial: p. 37-47, 1961.
- MALAN, Alfredo d'Angrone. Cap. **Reminiscências da Praia Vermelha.** In: CIDADE. **Cadetes e alunos...** Rio, Bibliex, 1961. p. 45-49.
- MALAN, Alfredo Souto. Gen. Uma escolha, um Destino. Rio, Bibliex, 1977.
- MATTOS, Carlos de Meira. Gen. "Aniversário da **AMAN" Ordem do Dia. Bl. AMAN, 23** abr. 1970.
- _____. Chefia e Liderança. **RAMAN:** p. 176-181, 1972.
- _____. **A experiência do FAIBRÁS.** Rio, IBGE, 1966. (participação oficiais e egressos da AMAN)
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. Gen. "Aniversário da AMAN". Ordem do Dia.
 BI. AMAN, 23 abr. 1963.
- MERCEDES-BENZ **Sua Boa Estrela,** nº 27, 1970. (Nº especial dedicado à AMAN).
- "MEXY KANO". "O Carro de Fogo" Paródia. RCM, nº especial, 1961.
- MEYER, Walter dos Santos. TC. "Achegas para um anedotário da AMAN".

RCM, nº especial: p. 58-64, 1961. (Excelente trabalho). _. Síntese histórica da formação dos oficiais do Exército. In: — Alocuções do sesquicentenário de AMAN. Resende, Ed. Acad., 1961. — MINISTÉRIO DA GUERRA. O Exército no Estado Novo. Rio, Graf. Guarany, 1971. p. 12-15. — MIRANDÁ, Salm. de. Floriano. Rio, Bibliex, 1963. — MISSÃO INDÍGENA NA EMR (1919-22). "Instrutores selecionados". DN, n. 65: p. 146-148, fev. 1919. . "Situação promissora no ensino", **DN,** n. 152: p. 1210, ago. 1926. — MONTEIRO, Afonso. Gen. "Reminiscências da EM Praia Vermelha". In: CIDADE, Cadetes e alunos... Rio, Bibliex, 1961. p. 50. — MONTEIRO, Pedro Aurélio Góes. A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército. Rio, 1932. — MOTTA, Jeovah. Formação do oficial do Exército Brasileiro. Rio, Cia. Bras. Art. Graf., 1977. NOGUEIRA, Túlio Chagas. Cel. "Palavras aos cadetes da Turma Independência". RAMAN: p. 175, 1964. (Comandante do Corpo de Cadetes). — NORONHA, Jurandir Passos. "Resende não é West Point nem Saint Cyr". NA, n. 64: p. 30/37, 1945. — NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO, nº especial dedicado à AMAN, 1967. — O ALAMBARI — Noticioso interno da AMAN — 1953-73 (Coleção). — OLINTO, Antônio. Militares no Poder. Rio, Arca, 1977 (Importante estudo relacionando o desenvolvimento do ensino militar com a progressiva influência política do Exército). — OLIVEIRA, Ermildo da Costa — **RAMAN:** p. 175, 1974. — PEDREIRA, José R. **Resende em revista.** Volta Redonda, 1975. — PIRASSUNUNGA, Adailton, Gen. "O Ensino Militar no Período Colonial". **RAMAN**, nos 30 e 34, 1936. __. Ensino Militar no Brasil. Rio, Bibliex, 1958. __. "O Clero no magistério militar". **RAMAN,** jul. 1938. . "Subsídios para a História das Escolas Militares. 1811-38". RAMAN, 1938. — PEREGRINO, Umberto, "Evolução da Escola Militar. 1931-41". EMB: p. 271/288, jul.-set. 1941. _. "Caderno de adolescente". In: CIDADE, Cadetes e alunos... Rio, Bibliex, 1961. p. 106. — PESSOA, Antonio José. Cad. "Marechal José Pessoa — o idealizador da AMAN". Jornal Agulhas Negras. Resende, Ed. Acad., 1977. — PESSOA, José. Gen. O Espadim, o Brasão das Armas, o Corpo de Cadetes e o Uniforme da AMAN". RAMAN, 1939. . "Resende e a Escola Militar". **NA** nº 21: p. 137/138, ago. 1971. "A Pedra Fundamental da E.M. Resende". **RAMAN**, jul. 1938. — PONDÉ, F. de Paula e Azevedo. Gen. "A Academia Militar Real". **Anais do** Congresso da Independência do Brasil. Rio, IHGB, 1975. (Importante e básico subsídio; a documentação que localizou e usou encontra-se no Arquivo Nacional) — POTIGUARA, Moacir Barcellos. Gen. "Uma vida a serviço do Brasil". RIGHMB, n^{os} 73 e 74, 1977. - RABELO, Manuel. Gen. Discurso: "Lançamento da pedra fundamental da

AMAN". RAMAN: p. 3-5, jul. 1938. (Oração como Diretor de Engenharia)

- RESENDE, Moacir Lopes de. Gen. **História da AMAN**, Ed. Acad., 1969. (É a síntese mais completa e básica para a abordagem do assunto).
- . "Comandantes das Escolas Militares". **RCM,** nº especial: p. 5/16, 1961.
- REVISTA DO CLUBE MILITAR. Nº especial dedicado ao Sesquicentenário da AMAN, 1961.
- REVISTA MILITAR BRASILEIRA. "Construção da Escola Militar de Resende" n. 1: p. 71-149, jan.- mar. 1942. (Importante subsídio).
- REVISTA DEFESA NACIONAL. Nº especial.
- 1963. (Alusivo ao Sesquicentenário da Revista. Contém artigos dos generais Leitão de Carvalho, Castello Branco, F.P. Cidade, Tristão Araripe e Pompeu Cavalcanti).
- REVISTA DA AMAN (RAMAN) Coleção 1921- 1978 existente na Biblioteca da AMAN (Faltam: anos 1923, 1929-32, 1958, 1961-62 e 1970). Possui interessantes e vastos assuntos ligados à memória AMAN, dos quais reproduzimos, abaixo, como amostragem, subtítulos seguidos de índice por nós complementado:

REALENGO: Local da Escola Militar, de 1913 a 1944. Aí foi formada a maior parte dos oficiais que integraram a FEB. A esmagadora maioria dos oficiais generais do Exército e expressiva parcela dos da Aeronáutica aí estudaram. (Fonte: *Anuário da Escola Militar, 1913*).



- SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR, **Anuário da Escola Militar.** 1913-14. p. 147.
- SANTOS, Francisco Ruas. Maj. **Coleção Bibliográfica Militar,** Rio, Bibliex, 1960.
- SCHEDER, Sylvio Lourenço. Cap. "O Ensino Militar entre nós e a Escola Militar". DN, n. 106. p. 259-262, 292-295 e 324-328, jun. 1920. (Evolução Ensino 1810-1920)
- SEVERO, Alfredo. Cel. "Crônica de Saudades". **NA,** n. 58. p. 32-38, set. 1944. (sobre a EMPV)
- SILVA, Alfredo do Nascimento. TC. dr. "Histórico das sedes da Escola Militar 1810-1910". **Anuário da Escola Militar 1913-14.** Rio, EMR. 1913-14. (Trabalho histórico pioneiro no enfoque do título e base para os posteriores).
- SILVA, João Marcelino. F. e Cap. Escola Militar (instalações) DN, n. 156. p. 383-4, dez. 1926.
- TAUNÁY, Visconde. **Memórias.** Rio, Bibliex, 1960.
- TAVARES, Aurélio Lyra. Gen. O Brasil de minha geração. Rio, Bibliex, 1976.

- IDEM. Exército e Nação. Recife, UPPE. 1969.
- IDEM. Ensino Militar. NA, n. 72. p. 27-29, nov. 1945.
- TÁVORA, Juarez. Mal. Uma vida de muitas lutas. Rio, Bibliex, 1976. v.l.
- TRÂVASSOS, Mário. Cel. "A Nova Escola Militar". Correio Paulistano, 1944.
- IDEM. Ordem do Dia: Instalação da Escola Militar em Resende. Bl. AMAN, n. 1, 1º

mar. 1944.

- VARGAS, Getúlio. Dr. "Lançamento da Pedra Fundamental da AMAN". **RAMAN.** p. 9-11, jul. 1938. (Discurso como Chefe do Governo do Brasil)
- VIANNA, José Feliciano Lobo. Cel. "Reminiscências de um velho turco da EMPV". **DN**, n. 76. p. 113-118, nov. 1819. N. 80. p. 258- 262, mar. 1820. (Trotes, edifício, comandante e oficiais)
- VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida.** Rio, Coop. Cultural Esperantista, 1969. p. 345-49.

FONTES DOCUMENTAIS E INSTRUMENTOS DE TRABALHO (Relação parcial com indicação de locais)

- ARQUIVO DO GEN. POLIDORO QUINTANILHA JORDÃO (ex-comandante da EMPV). (Loc: AN).
- ATA DO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DA AMAN EM 1938. (Loc: MA).
- ARQUIVO ICONOGRÁFICO DA AMAN FOTOS E FILMES. (Loc: Serv. Comunicações da AMAN).
- BOLETIM Nº 1 DE 1º DE MAR. 1944 ALUSIVO À INSTALAÇÃO DA AMAN. (Loc: MA).
- CÂMARA, Hiran Freitas. Maj. Arquivo pessoal constando de vasta documentação, que reuniu com vistas a escrever a biografia do Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque. (Cursa atualmente a ECEME).
- CARTA DE LEI DE CRIAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR REAL EM 1810 Fotocópia. (Loc: MA).
- COLEÇÃO DE BOLETINS DA AMAN, 1913-1979. (Loc: AA).
- COLEÇÃO DE BOLETINS DAS ESCOLAS MILITARES DA PRAIA VERMELHA, REALENGO E PORTO ALEGRE. (Loc: AE). (provavelmente).
- COLEÇÃO DE ALMANAQUES DO EXÉRCITO, 1945-1972 (consta nomes de todos os oficiais formados pela AMAN. (Loc: BEx, C. Doc. Ex. e AA).
- COLEÇÃO DE REVISTAS DA AMAN, 1922-1978. (Loc: BA e BE).
- DOCUMENTOS RELATIVOS À ACADEMIA REAL MILITAR. (Loc: AN).
- ÍNDICE DA REVISTA DA AMAN 1922-1978. (Loc: APA e fichário História da AMAN 1913-1957 (parcial) na Cadeira de História Militar). (Não constam os dos números que faltam).
- INVENTÁRIO Nº DE ASPIRANTES EGRESSOS DA AMAN 1945-78. POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO E NAÇÕES AMIGAS (Loc: APA).
- LIVRO DE OURO CONTENDO ASSINATURAS DE CADETES QUE CONCLUÍRAM A AMAN SEM PUNICÃO (Loc: Corpo de Cadetes).
- LIVRO PARA O REGISTRO DE IMPRESSÕES POR VISITANTES ILUSTRES À AMAN (Loc: Gab. do General Cmt AMAN).
- LIVRO HISTÓRICO DO CORPO DE CADETES (Loc: MA).
- LIVROS REGISTROS HISTÓRICOS DA AMAN (1810-1979), Nºs 1 A 5. (Loc: SA (todos), IHGB e APA (1 e 2)).
- PEREIRA FILHO, José. 1º ten. **Relação e localização do acervo do Museu da Academia Militar das Agulhas Negras.** (Loc: Aj G AMAN, APA, IHGB e

IHGMB).

- IDEM. Relação e localização de bustos, placas quadros localizados no âmbito do Conjunto Principal da AMAN. 9 fls. Não inclui os existentes no interior das repartições, exceto da Biblioteca. Nos livros Registros Históricos, consta a origem e doador de cada busto). (Loc: APA).
- PASTA DE DOCUMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA AMAN (pasta com Parecer, data aniversário AMAN, bandeiras históricas etc.) (Loc: Cadeira de História AMAN).
- PLANTA DO AQUARTELAMENTO AMAN (Nomes bairros, praças, ruas e instalações. (Loc: Prefeitura Militar AMAN).
- RELAÇÃO NUMÉRICA, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO E NAÇÕES AMIGAS, DOS ASPIRANTES EGRESSOS DA AMAN 1945-1978 (Loc: APA).
- RELAÇÃO DOS SUBCOMANDANTES DA AMAN ATÉ 1977. (Loc: AA e APA).
- RELAÇÃO DOS COMANDANTES DE CURSOS DA AMAN 1944-1978. (Loc: Cursos e APA).
- RELAÇÃO DOS COMANDANTES DO CC. (Loc: Corpo de Cadetes e APA).
- RELÁÇÃO DE PRÊMIOS, COM OS RESPECTIVOS PATRONOS, DESTINADOS AOS ASPIRANTES QUE SE DESTACARAM NOS ESTUDOS. (Loc: 1º Sec. AMAN e APA).
- RIBEIRO, Jader de Lima. Cap. Relação comparativa das cargas horárias por matérias e regulamentos de ensino de 1945, 1958, 1961, 1964 e atual. (Loc: Div. Ens. AMAN e APA).
- SANTÓS, Francisco Ruas. Efemérides da AMAN 1913-1961. (Loc: BA e APA).
- IDEM. FICHÁRIO HISTÓRICO DA AMAN REFERENTE AOS BOLETINS INTERNOS E À REVISTA (1913-1961). (Loc: Cadeira de História da AMAN),.
- IDEM. índice da Defesa Nacional até 1977. (Loc: C. Doc. Ex. e APA).
- IDEM: índice da Revista Militar Brasileira até 1957 (Loc: C. Doc. Ex. e APA).
- TURMAS EGRESSAS DA AMAN 1945-78. (Nome das turmas, ano de formatura, e primeiros colocados nas cerimônias do espadim e espadas. (Loc: APA).

Assuntos contidos na Revista da AMAN sendo índice em meu poder organizado pelo Cel Francisco Ruas Santos e que ele me doou.

A presente relação não é completa. Constituiu-se numa primeira aproximação.

Gustavo Cordeiro de Farias — elogio, jun. 1921.

Homenagem ao Mal. Hermes, jul. 1921.

Homenagem a Adalberto C. de Aguiar, ago. 1921.

Homenagem ao Gen. Celestino Bastos, out. 1921.

Homenagem ao Gen. Setembrino de Carvalho, mar. 1934.

Homenagem ao Dr. Moreira Guimarães, mar. 1924.

Almirante Alexandrino de Alencar — necrológio, 1926.

Homenagem ao Cap. A. Pirassununga, mar. 1936.

Homenagem a Henrique Lage, n. 33, mar. 1956; n. 50, 1942; n. 53, 1943; n. 54, 1945.

Homenagem aos cadetes de aviação, mortos em serviço, n. 34: p 7, ago. 1936.

Homenagem a Benjamin Constant, n. 35, 1936.

Homenagem a Caxias, n. 37, 1937. 1957 e 1960.

Homenagem ao Cel. Mascarenhas de Moraes, 1937 e 1938.

Resumo Histórico da Escola Militar, n. 30: p. 3, 1937.

Centenário da morte do Mal. Floriano, n. 40, 1939.

Homenagem a Lhufas, a Celso Santos Meyer, n. 40, 1939.

Homenagem ao Gen. José Pessoa, n. 44: p. 14, 1940. n. 54, 1945; n. 61, 1949 e

1960.

Homenagem a Henrique Lage, n. 46, 1941.

Homenagem ao Gen. Osório, n. 49, 1942.

Homenagem ao Gen. Ciro Esp. S. Cardoso, n. 59, 1948; 61, 1949; 62, 1950; e 63, 1950.

Homenagem ao Mal. Trompowski, 1954.

O BCSv, n. 60, 1959.

SAM — "O que é", 1960.

Bandeiras Históricas, 1960.

Histórico da AMAN, 1960.

Brasília — Capital da Esperança.

Curso de História Militar da AMAN.

O que é a AMAN, 1963. p. 4.

Cadetes e seus personagens, 1964. p. 127.

Ängulos da AMAN, 1964. p. 125-126.

O ensino na AMAN. 1965, p. 7-9 e 1966, p. 11.

O cadete e outro personagem. 1965. p. 17-20.

Uniforme de cadete — tradição. 1969. p. 52.

Quepe do Mal Deodoro. 1965. p. 57.

Documentos da AMAN. 1966. p. 13-15.

Homenagem ao Cel. Plínio F. Pereira Tourinho. 1966.

Homenagem ao Cel. Leontino Nunes de Andrade. 1966. p. 158.

AMAN — Tetra-campeã da NAVAMAER. 1966. p. 162.

Instalação do Canhão Histórico. 1968. p. 195.

Pára-quedismo na AMAN. 1968. p. 226.

Fim de semana de um laranjeira. 1969. P. 119.

Cadetes no Projeto Rondon. 1969. p. 121.

Departamento de Instrução Especial. 1964. p. 143.

Homenagem a Castello Branco. 1971. p. 24.

Restos mortais de D. Pedro I na AMAN. 1972. p. 116.

A velha Maísa se foi (cadela mascote do Corpo de Cadetes) 1972. p. 132.

Um camarada formidável — o Aspirante João Francisco Ferreira. 1971. p. 132.

O ensino profissional na AMAN. 1976. p. 45.

Resende, a capital do cadete. 1976. p. 257.

Retorno de uma tradição. 1976. p. 302.

A morte dos cadetes. 1977. p. 203.

Uma preciosidade na Biblioteca. 1938.



RESENDE, sede atual da Academia Militar, desde 1944. Estudaram neste local todos os oficiais não generais atualmente no serviço ativo. Oficiais egressos da AMAN integraram

CINQUENTENÁRIO DA PRIMEIRA ENTREGA DO ESPADIM DE CAXIAS AOS CADETES DO EXÉRCITO

Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento

UMA TRADIÇÃO CINQUENTENÁRIA

Desde 15 de dezembro de 1932, inicialmente na antiga Escola Militar do Realengo e a partir de 1944 na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, repete-se anualmente, já por três gerações, a mais significativa cerimônia da vida dos Cadetes — a entrega dos espadins aos alunos de 1º ano, que os confirma no posto de Cadete.

A grandiosidade do ato, a história dessa arma, o simbolismo e as tradições se refletem nas palavras que os futuros Oficiais proferem em uníssono, como juramento: "Recebo o Sabre de Caxias, como o próprio símbolo da Honra Militar."

Em junho de 1979, o General Hyran Ribeiro Arnt, Comandante da AMAN, solicitou a realização de uma pesquisa, visando à localização atual da Espada de Caxias, que servira de modelo para a confecção do Espadim dos Cadetes, uma vez que uma espada pertencente ao Condestável e guardada naquele estabelecimento de Ensino Militar muito diferia do espadim.

Tal pesquisa remeteu-nos ao passado, em busca da origem e história da Espada de Caxias, da qual os Espadins são cópias fiéis, em escala.

A ORIGEM DO ESPADIM DE CAXIAS

Em 19 de novembro de 1931, assumiu o comando da Escola Militar do Realengo o então Coronel José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, Oficial de escol, cuja brilhante folha de serviços merece destaque: Instrutor Militar da Escola de Direito do Largo de São Francisco, São Paulo (1916); Estagiário da Escola Militar de Saint Cyr, França (1917- 1918); Combatente voluntário do 4º Regimento de Dragões de Cavalaria, França; introdutor dos blindados no Brasil, ao organizar e comandar a Companhia de Carros de Assalto.

No comando da Escola Militar, promoveu marcantes e profundas reformas na sua organização e no seu funcionamento. Imprimiu nova filosofia na seleção dos Cadetes: "A Escola não se destina a corrigir defeitos e vícios, mas a aprimorar qualidades e virtudes modeladas nos lares de onde provêm os futuros Cadetes." Foi sua inspiração o posto de Cadete atribuído aos alunos da Escola, vendo-se nesta denominação o sentido de companheiro mais novo dos Oficiais e não aquela significação de nobreza prevalecente nos anos do Império. Criou o Corpo de Cadetes, o Estandarte Escolar e os uniformes históricos (azulão e branco), como elo de ligação entre o Exército do passado e o do presente.

Criados os uniformes históricos, julgou o Coronel José Pessoa que devessem eles ser complementados por uma arma privativa do posto de Cadete. Idealizou então, com sua equipe, que esta arma seria uma cópia, em escala reduzida, da espada usada em campanha pelo Duque de Caxias. Desde então,

ficou decidido que seria o Cadete o único integrante do Exército a ter a honra e o privilégio de cingir à cinta o Espadim de Caxias, "como a síntese e a expressão mais viva e sublime das virtudes militares do soldado brasileiro"

Tomada a decisão, o passo seguinte foi a localização da espada original para servir de modelo à miniatura. Encontrá-la foi um grande obstáculo, conforme as palavras do General Pessoa: "Porfiadas démarches foram então realizadas para concretizar a feliz idéia. Ignorávamos, até então, o paradeiro daquela relíquia histórica. Para isso, recorreu-se em indagações a todos os lugares onde são destinados os troféus, sem ser encontrada a espada. Afinal, com a preciosa colaboração do Dr. Max Fleiuss,- fomos encontrá-la, entre outras armas gloriosas, nas coleções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E, ainda com o auxílio do Dr. Max Fleiuss, secretário perpétuo daquela nobre e benemérita instituição, conseguimos a licença necessária para ser copiada a arma que é a nossa mais preciosa relíquia militar. Assim, para ali foi mandado um hábil desenhista que copiou, em rigorosa escala, todos os detalhes daquele rico troféu, magnificamente artesanado em aço e bronze."



Presidente João Figueiredo, o primeiro ex-detentor do Espadim de Caxias a atingir a Presidência da República, fazendo entrega de um exemplar ao Cadete melhor classificado do primeiro ano, em 1979.

A ESPADA DE CAMPANHA DE CAXIAS

No trabalho de pesquisa, visitamos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual o Duque de Caxias foi eleito membro aos 44 anos. Lá, o professor Pedro Calmon, gentil e pessoalmente, nos acompanhou até junto à maior relíquia militar brasileira, a espada de campanha do Pacificador, sob a guarda daquela quase sesquicentenária entidade. Encontra-se em posição de destaque na sala do museu que a abriga. Junto a ela, um exemplar do Espadim de Caxias, sua cópia. Próximo, o binóculo usado por Caxias na Campanha do Paraguai.

O escrínio que abriga a Espada de Caxias, segundo o General Jonas

Correia, foi oferta da Escola Militar do Realengo, em 1939, por inspiração do seu Comandante, o então Coronel Álvaro Fiúza de Castro.

O professor Pedro Calmon, confirmou ser aquela a espada que o Patrono do Exército usou em campanha como Oficial-General. A utilizada até o posto de Coronel, inclusive na pacificação do Maranhão, integra o acervo do Museu do Exército. A existente na AMAN foi-lhe conferida pelo povo depois da Guerra do Paraguai.

Das mãos do seu possuidor ao seu atual relicário, percorreu o histórico sabre interessantes caminhos. Foi doado em testamento ao Brigadeiro João de Souza da Fonseca Costa que, como 1º Tenente, fora o Ajudante-de-Ordens de Caxias na guerra contra Oribe e Rosas, e mais tarde, como Coronel, fora Chefe do seu Estado-Maior na Campanha da Tríplice Aliança (1866-1868).

Sobre esse Oficial, seu amigo, fiel servidor e parente, assim se expressou o Duque, na Ordem do Dia, de 14 de junho de 1869, antes de retornar ao Brasil:

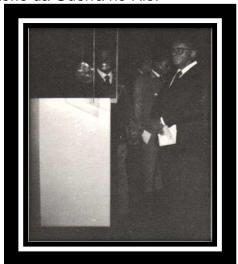
"Prestou-me como Chefe de meu Estado-Maior a mais dedicada cooperação em tudo quanto tem dependido de seu alto emprego, não só na condução regular de todos os negócios de meu serviço político a seu cargo, como nas batalhas e combates a que tem assistido sempre a meu lado, recebendo e transmitindo as minhas ordens e expondo-se com sangue frio e abnegação aos riscos e perigos decorrentes."

Esta espada de campanha foi localizada pelo Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, um de seus biógrafos. Encontrava-se em poder de um descendente direto do Capitão- de- Corveta Caetano Taylor da Fonseca Costa. Este Oficial, em gesto que se reveste de nobreza e patriotismo, decidiu, em 1925, doar a valiosa relíquia, através do Dr. Vilhena de Moraes, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se encontra há 57 anos.

Desde então a relíquia saiu do Instituto em quatro ocasiões de elevado sentido cívico nacional.

A primeira em 1939, para a Escola Militar do Realengo, para figurar defronte o Corpo de Cadetes formado, tendo ao lado a Espada de San Martin, trazida por representação da Escola Militar da Argentina em visita ao Brasil.

A segunda em 1949, para acompanhar a cerimônia de trasladação dos restos mortais do Duque e Duquesa de Caxias para o Panteon e Monumento defronte ao antigo Ministério da Guerra no Rio.



Presidente João Figueiredo contemplando a Espada do Duque de Caxias em exposição na AMAN, por ocasião do centenário do falecimento do Patrono do Exército, cuja cerimônia principal oficial teve lugar naquele estabelecimento.

A terceira em 1979, na AMAN em Resende, para participar na cerimônia de entrega dos Espadins aos Cadetes, presidida pelo Presidente João Figueiredo — o primeiro ex-detentor do Espadim de Caxias a atingir a Presidência e a chefia suprema das Forças Armadas.

A quarta em 7 de março de 1980, novamente na AMAN em Resende, na cerimônia principal, oficial no Brasil, evocativa do centenário de falecimento do Duque de Caxias, presidida pelo Presidente João Figueiredo.

Nas duas últimas, fomos incumbidos pela AMAN e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de comandarmos a Guarda de Honra e de Segurança da relíquia entre Resende e Rio e vice-versa.

Na última viagem a Resende, a AMAN mandou confeccionar artística capa para a relíquia e assim a devolveu àquela entidade.

Esperava-se que na entrega de Espadins de 1982, ano do cinquentenário da primeira entrega do Espadim de Caxias, que a Espada de Caxias viajasse mais uma vez a Resende, em razão da imensa significação da efeméride.

CINQUENTENARIO DA PRIMEIRA ENTREGA -1932

Localizada a espada de campanha do Pacificador, o Projeto Espadim foi submetido à aprovação do Ministro da Guerra, General- de-Brigada José Fernandes Leite de Castro (1930-1932).

Desejaram, aquele General e o Coronel José Pessoa, que "Caxias, o Duque da Vitória, pairasse no seio dos Cadetes do Brasil de igual forma que Napoleão no seio dos Cadetes de Saint Cyr, na França", fato que os impressionou vivamente quando combatiam na Artilharia e Cavalaria do Exército da França, como voluntários na I Guerra Mundial.

Os projetos e os recursos foram remetidos ao Chefe da Missão Militar Brasileira, na Europa, Coronel José Duarte Pinto.

Este, com desvelo e entusiasmo, cumpriu a missão, encomendando a confecção das peças em Solingen, na Alemanha.

Em outubro de 1932 os Espadins chegaram ao Brasil, tendo sido incluídos na carga da Escola Militar de Realengo pelo Bl nº 288 daquele ano.

A seguir, foram organizadas as *Instruções para recebimento e uso do Espadim de Caxias*, ao que se sabe, somente publicadas no BI nº 148 de 1938.

Nos dias 15 e 16 de dezembro de 1932 houve a primeira cerimônia de entrega de Espadins aos Cadetes, desdobrada em duas fases. A primeira, de âmbito interno; a segunda, uma solenidade pública, realizada no dia 16 de dezembro, na Praça Duque de Caxias, atual Largo do Machado, defronte do Monumento do Patrono do Exército, e que contou com a presença do Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório do Brasil, e de várias autoridades.

Segundo o General José Pessoa, em 1938, a "cerimônia teve início com as bandas tocando o antigo toque de alvorada, o mesmo que, nos campos do Paraguai, despertava os nossos gloriosos regimentos.

Toque que terminou com o de 'Apresentar armas'. Quando profundo era o silêncio da grande assistência, ouviu-se a voz de um Oficial lendo com vibração as palavras sacramentais do juramento, no que era acompanhado pelos Cadetes, que tinham os olhos fixos no semblante quase austero de seu Patrono e pareciam iluminados pela famosa estrela que guiou sempre aquele guerreiro de vitória em vitória, e que certamente há de guiar as novas gerações, através dos caminhos ásperos da vida. Neste instante, ecoou o troar dos canhões e o rufar surdo dos tambores, anunciando a criação de uma nova arma, representativa das virtudes de nossos antigos combatentes. Seguiu-se a leitura do Boletim alusivo, do Comando da Escola, nº 297, de 16 de dezembro de 1932..."

Sobre o evento, assim se expressou o Cel José Pessoa, Comandante da Escola Militar do Realengo, em sua Ordem do Dia, publicada no Bl nº 297 daquele ano: "Cadetes! Defrontando a estátua do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, aquele que em vida foi o maior dos generais sul-americanos, acabais de prestar o compromisso do recebimento do vosso Espadim: arma-distintivo que reproduz o sabre glorioso do invicto soldado, que com atos de sublimada grandeza esmaltou com refulgência inigualável as páginas gloriosas da história nacional, marcando-as de traços imperecíveis e assinalando o seu nome como o do cidadão que melhor serviu a Pátria e mais a estremeceu.



Cadetes do primeiro ano com seus uniformes históricos recebendo o Espadim de Caxias em cerimônia tradicional que se repete há 50 anos.

Vosso patrono e vosso guia, aqui não podíeis faltar hoje a render-lhe as vossas homenagens, quando cingis pela primeira vez, aos vossos uniformes, o sabre glorioso que, em sua destra mão, mostrou sempre aos nossos soldados intemeratos o caminho da vitória!

Ante o bronze majestoso que a gratidão do povo erigiu em testemunho de reconhecimento a serviços que crescem de valor com o correr dos anos, vindes, cumprindo dever que ufana e dignifica, pagar o tributo de vossa admiração ao legendário soldado que, de Cadete como vós, culminou a hierarquia militar e as dignidades honoríficas, integrado na sua profissão, por ela sempre enfeitiçado, e, passo a passo, ascendeu na sua carreira, pelo seu valor, pela sua coragem e pelo seu acendrado patriotismo!

A espada que foi esteio de um regime, que em rudes prélios cimentou a unidade nacional e, em terras estranhas, acutilou bravamente os inimigos do Brasil, tendes hoje a honra e a rara fortuna de a cingirdes à cinta, outorgado ao

Corpo de Cadetes o encargo de guardar aquele glorioso que reflete, no brilho espelhante do seu aço, a constância no dever, e que nunca a ferrugem da deslealdade de leve sequer maculou, em meio século de intenso batalhar em prol da ordem e do prestígio desta terra estremecida, a que ele serviu com inexcedível dedicação e bem alto a elevou no conceito das nações!

Na homenagem que aqui prestais — vossos espadins em continência — não reverenciais somente o vulto homérico do General nunca vencido, que enriqueceu de imarcescíveis louros o Exército Brasileiro e iluminou de fulgências gloriosas uma época da vida nacional!

Saudais também, esse passado venerado de glórias e de virtudes, que é o orgulho do nosso povo, escrínio precioso de lições de nobre civismo e onde o nome imortal do legendário Duque de Caxias resplendece aureolado, em meio de uma corte de gigantes, batalhadores devotados de um Brasil forte e generoso, que se alça, na plana maior das primeiras nações do mundo, admirado pelo seu progresso e pela sua cultura.

E, particularmente, saudai a vós, Cadetes, que sois as ridentes esperanças do Exército do Brasil — as armas que abateis, apontadas para o solo sagrado da Pátria, rendendo preito sincero de admiração *ao* grande soldado que foi o símbolo augusto das vossas virtudes militares, juram pela vossa eterna fidelidade aos ditames da honra e do dever, e pela rigorosa observância aos exemplos que nos legou o primeiro dos generais de nossa Pátria, cuja vida será o vosso modelo e cujo nome venerando será o clarim vibrante a acender os vossos entusiasmos nas lutas sem tréguas, pelo bem e pela grandeza do Brasil."

SIMBOLISMO DO ESPADIM

O Coronel José Pessoa mandou gravar, na lâmina dos espadins, as palavras *Duque de Caxias*, e o brasão de Armas da Escola Militar.

Pelas instruções baixadas na época: "Os Espadins dos Cadetes, constituindo um conjunto de elevado teor moral, deveriam ficar ligados às vidas de seus detentores, através dos tempos, por uma ficha histórica, com o número de cada uma dessas armas que deveria levar a assinatura de cada um de seus detentores. E, finalmente, uma honrosa homenagem: sempre que um ex-detentor do Espadim de Caxias distinguir-se em sua vida pública por um gesto de sacrifício ou serviço excepcional, de real valor para o Exército ou para o Brasil, ou em benefício da humanidade, seu Espadim, com o respectivo número, deve ser retirado de circulação e recolhido ao Museu Escolar, com a ficha respectiva, nela inscrita, em letras vermelhas, o motivo que determinou sua retirada de circulação."

Foram retirados de circulação, como distinção aos gestos de sacrifício de real valor de seus ex-detentores, os seguintes espadins:

— Espadim nº 496, que pertenceu ao Aspirante Humberto Pinheiro de Vasconcellos. Justificou o ato o exemplo de abnegação e coragem dado por aquele oficial ao ter sua mão despedaçada por uma granada, que manteve segura, com o braço para fora de uma janela, evitando destarte que não viesse a explodir na sala onde ministrava instrução ou atingir outros companheiros no pátio do quartel.

- Espadim nº 289, pertencente ao 1º Ten. Alípio Napoleão Andrada Serpa, em virtude de ato de bravura, por ele praticado, por ocasião do torpedeamento do navio "Itagiba", que transportava sua unidade de Artilharia para Olinda-PE.
- Espadim nº 1002, que pertenceu ao Aspirante Francisco Mega, morto em combate, na Itália, integrando o Regimento Sampaio. O Aspirante Mega foi o primeiro Oficial formado na AMAN a tombar em combate. Leva seu nome a turma de Aspirantes egressa daquela Academia em fevereiro de 1955.

Além dos citados, foi retirado de circulação o Espadim nº 103, que pertenceu ao General- de- Brigada Sinval Senra Martins, Cadete de Intendência em 1945, Aspirante- a- Oficial em 1947, e General em 1977. Foi o primeiro Cadete que cursou integralmente a AMAN a galgar o posto do Oficial-General.

A Academia Militar tem conferido simbolicamente o Espadim de Caxias a personalidades e escolas congêneres das nações amigas.

O número do Espadim consta das alterações do seu ex-detentor.

Já é prática os novos Cadetes pleitearem e conseguirem cingir os espadins que foram usados por seus avós, pais ou irmãos.

Em 1939, o então General José Pessoa, assíduo colaborador de nossas revistas militares em assuntos de História e Doutrina Militar, escrevia na **Revista da Escola Militar:** "Ao Espadim de Caxias do Corpo de Cadetes, ainda quase sem história pela sua apoucada existência, não devemos olvidar fatos que, hoje sabidos, mais tarde serão difíceis de reconstituir. Haja visto o exemplo histórico da nossa lendária Escola Militar Real, da qual mal se sabe ter sido fundada por D. João VI.

Como pesquisador e estudioso de História, nossa homenagem ao Marechal José Pessoa que, além da obra magnífica ligada à idealização e à construção da AMAN — o maior sonho de sua vida e na qual passou as suas últimas vinte e quatro horas na ativa — preocupou- se em preservar sua História e Tradição, ao colaborar em nossas revistas militares com depoimentos e documentação.

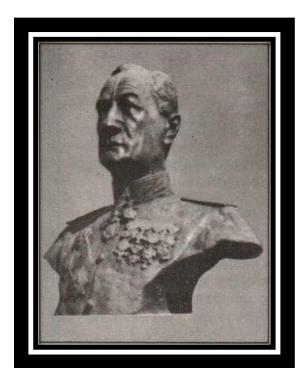
Estava convicto o Marechal José Pessoa de que a História "é a mestra das mestras, a mestra da vida" e a mãe da Tradição. E que sem documentação não há história e nem tradição que resista à ação dos tempos. E mais, que o povo ou grupo social sem tradição, ou que se a possui não a cultiva, é flor sem perfume, é espada sem têmpera, que quebra ao primeiro embate, é nau sem bússola, à deriva na tempestade, que não sabe de onde veio, onde está e para onde vai.

Soube o Marechal José Pessoa construir e preservar, através dos Cadetes do Exército, a tradição contida em seus Espadins, cópias fiéis da espada de rija têmpera moral e cívica, tal qual a do aço de que foi forjada — a espada de campanha de Caxias, o Pacificador — a maior espada do Brasil. Espada que figura com destaque entre as dos maiores generais da História da Humanidade.

Impõe-se neste cinquentenário da primeira entrega providências no sentido que as tradições ligadas aos Espadins de Caxias sejam evocadas, preservadas e cultivadas em acordo com a intenção e objetivo de seu criador — o Marechal José

Pessoa.

O VALOR DA HISTÓRIA E DA TRADIÇÃO



Busto do Marechal José Pessoa, que se encontra na Academia Militar das Agulhas Negras por ele idealizada com todo o seu simbolismo e principais tradições.



Composição onde aparecem o Espadim de Caxias, barretina dos uniformes históricos, brasão e estandarte da AMAN, introduzidos em 1931 pelo Coronel José Pessoa como Comandante da Escola Militar de Realengo.

PRIMEIROS COLOCADOS NA ENTREGA DE ESPADINS

O sonho de todo Cadete é ser o primeiro aluno do 1º ano, por ocasião da cerimônia de entrega dos Espadins, para recebê-lo das mãos da maior autoridade

presente, em muitas ocasiões o próprio Presidente da República. Desde 1945 na Academia Militar das Agulhas Negras fizeram jus a esta distinção os seguintes cadetes:

José Pinto dos Reis (1944); Harry de Freitas Barcellos (1945); Ary Capella (1946); Arthur Baptista Filho (1947); Oscar B. Salgado Miranda (1948); Leônidas Pinto de Abreu (1949); Ivanir Henrique da Silva (1950); João Luiz Pascoal Roehl (1951); Sérgio Ruschel Bergamaski (1952); Rubem Ruiz (1953); Almir Paz de Lima (1954); Alcione F. Almeida Junior (1955); Leonildo Denari (1956); Arlindo Vasques Martins (1957); Carlos Roberto Torres (1958); Nelson Dorneles da Silva (1959); Fernando Luiz Carneiro Rila (1960); Carlos Fernandes Bernardes (1961); Guy Ubirajara Meyer (1962); Antonio Domingos Sanson (1963); Luiz Carlos Minussi (1964); Marco Antonio Longo (1965); Pedro Paulo Leite Prado (1966); Sérgio Ricardo Paes Rios (1967); José Alencar Avila (1968); Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira (1969); Denivart Alves Cruz (1970); Antonio Robson Moraco (1971); Valdemir Edis da Silva (1972); Vicente Gonçalves Magalhães (1973); Emílio Carlos Acocella (1974); Jorge Luiz Cortez, (1975); Decio Luis Schons (1976); Cadete Donizet (após espadim foi matriculado IME) (1977); Lourival Carvalho da Silva (1978); Joarez Alves Pereira Júnior (1979); José Eduardo Pereira (1980) e Edmir Rodrigues (1981).



Visão do pavilhão principal da Academia Militar das Agulhas Negras, idealização do Marechal José Pessoa, e onde desde 1944 vêm sendo formados os Oficiais do Exército, muitos dos quais já integrando o seu quadro de Oficiais- Generais.

NOTA

A presente reportagem complementa as seguintes mateis publicadas pelo autor esta Revista: "35º Aniversário da AMAN", Jul/Ago 79 e "Significação Histórica do Duque de Caxias", Mar/Jun80.

Autor

Natural de Canguçu- RS. Coordenou a construção do Parque Histórico

Nacional dos Guararapes (1970-1971).

Integrou a Comissão de História do Exército do EME (1971-1974); foi instrutor de História Militar da AMAN (1979-1980).

É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, cidade de São Leopoldo e da Academia Brasileira de História e da Academia Sul-riograndense de Letras. Há três anos vem pesquisando e escrevendo a História da AMAN (1910-1982), lacuna em nossa história militar, e por isso tarefa inadiável, relevante e de fôlego, para a qual vem procurando apoio superior.

Atualmente comanda o 4º. BE Cmb em Itajubá-MG.

MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES - SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA

Cel Claudio Moreira Bento



Lafayete Apolinário de Moraes e Manuela Mascarenhas de Moraes, pais do Marechal Mascarenhas. Repare-se na semelhança fisionômica do Marechal com sua mãe. O avô materno do Marechal Mascarenhas, de quem este recebeu forte influência cultural e espiritual, era natural de Pelotas e estudou no Caraça, em Minas Gerais. (Álbum de família).

Cel Cláudio Moreira Bento*

O dia 13 de novembro lembra o centenário de nascimento do Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, de família modesta e sem tradição militar, na castrense São Gabriel que ele ajudou a consagrar como a terra dos marechais e dos historiadores militares. Coube-lhe a suprema honra na II Guerra Mundial, em função de Acordo Militar Brasil- Estados Unidos, comandar as principais ações militares do Brasil, levadas a feito contra o nazi- fascismo. Primeiro, por organizar

tão bem a defensiva no Nordeste — "O trampolim da Vitória", e a proteção dos seus portos e das bases aéreas americanas em Natal e Recife e da ilha de Fernando de Noronha, contra um ataque alemão partindo da África, até a conquista desta pelos aliados. Segundo, ao comandar, em ofensiva, na Itália, a vitoriosa ação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Histórica e gloriosa missão que ele classificou antes de partir de "a maior aventura da História Militar do Brasil" e o povo brasileiro, por seus representantes no Congresso, "de o mais' bri-Ihante empreendimento militar do Brasil na República". Atuação que o consagrou como um dos maiores capitães da História do Brasil, a maior espada, até o presente, da República, além de símbolo e patrono espiritual do soldado brasileiro moderno. Se o Duque de Caxias é o maior soldado do Brasil e a maior espada do Império, Mascarenhas de Moraes é o maior soldado da República e, ambos, os líderes militares providenciais com que contou a Pátria Brasileira em três de seus mais graves momentos, para bem conduzir o Brasil à vitória no campo de batalha, a que foi arrastado, contrariando a sua tradição pacifista e de repúdio à guerra de conquista.

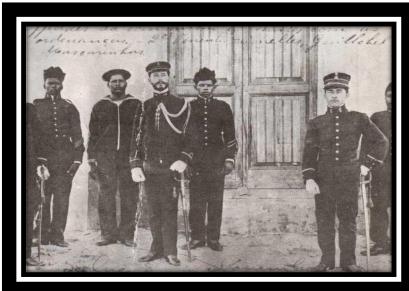
Caxias, na condução das guerras contra Oribe e Rosas, 1851-52, e da Tríplice Aliança contra o Paraguai, 1865-70, em defesa da Integridade e da Soberania do Brasil. Mascarenhas de Moraes, na primeira guerra extracontinental que o Brasil independente participou, ao lutar na Itália e fazer muito boa figura, ombro a ombro ou contra representações dos mais modernos e melhores exércitos do mundo, presentes na Europa Ocidental, no maior conflito total da História da Humanidade e, em defesa da Democracia e da Liberdade Mundial.



O Jango, nome de família do Marechal Mascarenhas, aparece sentado numa cadeira, como o caçula de uma família de três irmãos. (Álbum de família).

À medida que passam os anos, se agiganta a projeção da vida e obra do nosso Marechal, "que somente viveu o Exército, para o Exército ao serviço do Brasil, na paz e na guerra, até o sacrifício sem reserva e vacilações" Em função disso, recebeu justas e consagradoras homenagens, nas quais se destacam: — Do povo norte-americano três citações presidenciais consagradoras de sua obra como cabo-de-guerra de projeção internacional; dos seus co-estaduanos, através de oferta de espada de ouro — hoje no Museu da República, concedida antes a Osório — o maior líder de combate de nossa História e, do povo brasileiro, através da Assembléia Constituinte, em 1946, a concessão das honras de

Marechal- de- Exército e do Congresso e Executivo, por lei n.º 1.448 de 10 de dez de 1951, sua reversão ao serviço ativo, em caráter vitalício, no posto de Marechal- de- Exército. Honraria igual à concedida depois da I Guerra Mundial, pela França, aos seus marechais que a conduziram à vitória e pelos Estados Unidos ao General John Pershing, que comandou os americanos naquela guerra na Europa.

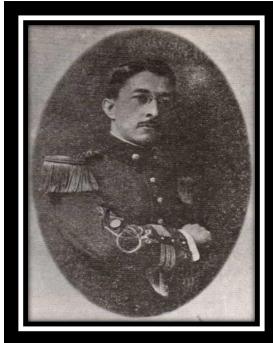


Os Tenentes Dorneles, Guilhobel (da Marinha) e Mascarenhas, com seus ordenanças, durante a demarcação das fronteiras do Brasil com a Bolívia no Acre, em 1915. (Álbum de família).

*Este artigo é a condensação de palestra proferida pelo autor a convite do Professor Pedro Calmon no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 28 de setembro de 1983, comemorativa do centenário do Marechal.

O nosso Marechal faleceu em 17 de setembro de 1965, aos 85 anos, após 65 anos de excepcionais serviços militares na Ativa, cercado de todo o respeito do Exército e da Nação e da veneração de seus comandados da FEB que ele liderou e por eles se interessou até falecer. Isto, com a consciência tranqüila de haver trasladado da Itália os mortos brasileiros, em ação, para o monumento condigno aos Mortos do Brasil na II Guerra Mundial, que idealizou e construiu sob o argumento: — "Eu os levei para o sacrifício, cabe-me trazê-los de volta". E cumpriu sua palavra!

Como Comandante da Escola Militar do Realengo, à época da Intentona Comunista, estudou e erradicou as causas que levavam alunos das escolas militares até então, e desde o início da campanha republicana, a tomarem parte de forma que classificou de pedante, por manipulação externa e desassistência interna, em motins, movimentos políticos e armados contra o Governo, a Ordem e a Lei.



Capitão Mascarenhas de Moraes, cerca de 1918, servindo no Estado-Maior do Exército, antes de cursar a EAO, com a Missão Militar Francesa em 1920. (Álbum de família).



Adda Brandão, com quem o Marechal casou, em 4 de agosto de 1915, e viveu um amor correspondido e aliança modelar. (Álbum de família).

Orgulhava-se de no seu comando, pela primeira vez, ter a Escola Militar saído em defesa do Governo, da Ordem e da Lei ao atuar contra a Intentona, na Escola de Aviação. Na ocasião, os líderes comunistas nesse setor foram presos por seus cadetes e conduzidos e entregues a autoridades competentes. A ele se deve a localização, em Campinas, da Escola Preparatória de Cadetes.

O Major de Engenheiros, Alfredo de Taunay, ao falar em nome do Exército no sepultamento do Duque de Caxias, à beira do túmulo, assinalou como maior característica do Pacificador, "sua simplicidade na grandeza".

Do Marechal Mascarenhas de Moraes, interpretando os sentimentos gerais, podemos afirmar que suas maiores características foram a grandeza de sua dignidade e de sua consciência profissional, no revés e na glória.

Como Comandante da Escola Militar e amigo dos livros, oficializou, estimulou e dinamizou as bibliotecas central, dos cursos e da Sociedade Acadêmica e criou outras especializadas. Tudo visando a despertar nos futuros oficiais o gosto pela leitura e o recurso ao autodidatismo no aprimoramento da cultura geral, profissional e especializada. Antecipou-se de um ano a reorganização da Biblioteca do Exército, instituição que sempre estimou e prestigiou.

Na fase defensiva do NE, contra um ataque alemão partindo da África, foi buscar inspiração para si e para seus comandados nos Montes Guararapes, através de cerimônia cívico militar memorável, de trasladação para a igreja — mandada construir pelo general vencedor daquelas memoráveis batalhas — dos restos mortais do heróico Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros.

Ao retornar da Itália, vitorioso, foi depositar os louros conquistados pela FEB nos Montes Guararapes, proferindo palavras memoráveis e antológicas que desde a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em 1971, encontram-se inscritas em bronze, em local de destaque, ao mesmo nível da Igreja N. S. dos Prazeres.

Como demarcador das novas fronteiras do Brasil com a Bolívia, no Acre e Mato Grosso, decorrentes do Tratado de Petrópolis, de 1903, prestou assinalados e relevantes serviços à Geografia do Brasil.

Prestou meritório serviço à Memória Nacional ao produzir as obras **A FEB por seu comandante** e **Marechal Mascarenhas de Moraes — Memórias**, 2v, fontes preciosas de nossa História Contemporânea.

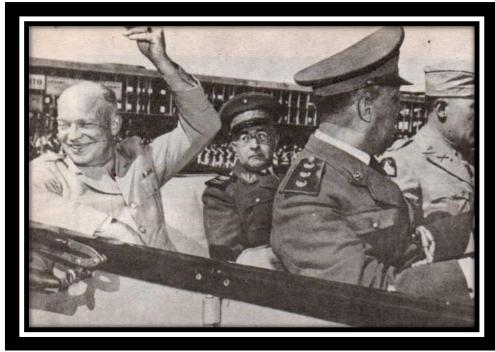
Elas, ao lado de trabalhos históricos que produziu focalizando o Duque de Caxias — "como a Maior Espada do Império", e o General Gamelim, primeiro chefe da Missão Militar Francesa, no nosso Exército, o consagram como historiador militar. Revelam uma consciência histórica cristalina, serena e equilibrada dos tempos que viveu e testemunhou, fruto de segura, madura, honesta e muito franca interpretação. As suas *Memórias*, em particular, constituem uma das mais serenas e claras fontes da História do Exército, como instituição e força operacional, no contexto de Reforma Militar, além de indispensável item na bagagem e cabeceira dos oficiais, à guisa de Guia do Oficial do Exército Brasileiro. Elas traduzem a vivência militar de quem é, sem sombra de dúvidas, hoje padrão, símbolo e patrono espiritual do soldado brasileiro moderno, além de exemplo de ilustre e exemplar cidadão, cabo-de-guerra estudioso, dedicado, simples e corajoso, e para Menotti dei Pichia — "o marechal historiador", depois de analisar sua obra literária.



O Major Mascarenhas de Moraes, do 1.º RAM, Regimento Floriano, pousando junto com sua esposa, D. Adda, e os filhos Roberto e Marta. Foi por ocasião da Revolução de 24, em São Paulo, em cujo combate tomou parte ativa. (Álbum de família).



Missão cumprida! O Marechal e sua esposa, D. Adda, "a sua segunda espada no processo da vida", que ao morrer mereceu do esposo o seguinte epitáfio: "Adda, coragem, nobreza e ternura". Desde o ano passado, seus veneráveis restos mortais repousam juntos no Mausoléu dos Veteranos da FEB. (Álbum de família)



O Marechal comandante da FEB fazendo companhia ao General Eisenhower, o comandante da invasão aliada na Normandia, quando da visita deste ao Brasil. Ambos foram cabos-deguerra mais representativos da América do Sul e da América do Norte, na Il Guerra Mundial (Foto - Álbum da família – Legenda – Cel Bento).

O Marechal repousa desde 13 de novembro de 1982, no Mausoléu dos Veteranos da FEB, no Cemitério São João Baptista, ao lado de sua modelar esposa, D. Adda Brandão, seu grande amor ao lado do Exército. Os veneráveis despojos do ilustre casal foram trasladados para lá entre alas da 1ª Divisão de Exército — Divisão Mascarenhas de Moraes, à frente da qual, como 1.ª DIE da FEB, ele conquistou imarcescíveis louros para as armas brasileiras, na Itália, na II Guerra Mundial. Traduz a projeção e a estatura histórica de Mascarenhas de Moraes o fato de sua foto com dados de sua gloriosa carreira figurarem desde 1968 no Almanaque dos Oficiais do Exército Brasileiro, logo a seguir aos dados semelhantes relacionados com o Duque de Caxias — Patrono do Exército Brasileiro e a maior espada do Brasil.

Finalizando, não poderíamos deixar de referir a uma singularidade de um auxiliar desta *Revista* e dínamo do Projeto Memória deste Clube Militar — o Coronel Asdrúbal Esteves, por haver sido auxiliar ou comandado do Marechal na Defensiva do Nordeste, ao atuar em Fernando de Noronha e, depois, na Ofensiva, integrando a FEB na Itália.

GENERAL ZECA NETTO — TRAÇOS DE SEU PERFIL MILITAR

Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO Historiador Militar

Acabamos de ler, com vivo interesse, as **Memórias do General Zeca Netto**, em realidade José Antonio Matos Netto, sobrinho do General Antonio Netto, proclamador da República Rio-Grandense em Seival, em 1936. Netto tornou-se notável na História Militar pela conquista da cidade de Pelotas, em 25 de outubro, na Revolução de 23, na qual foi General por aclamação. Entre outros aspectos de

interesse, focalizaremos neste ensaio os relacionados com a cultura e vivência militar deste destacado rio-grandense, em realidade e no cerne, um guerreiro por vocação e tradição, além de raro exemplo de caudilho culto e de fino trato social. Foi além, gaudério inquieto, viajando intensamente entre as principais cidades do Rio Grande e para o Rio de Janeiro, São Paulo e Montevidéu, além de no interior do Rio Grande do Sul e Uruguai. Por esta razão, tornou-se um "tapejara" ilustre que se orgulhava de viajar de Camaquã até Montevidéu, por caminhos que conhecia nos quais não "era preciso molhar as patas do seu cavalo".

NASCIMENTO E CULTURA

Embora Zeca Netto não o diga em suas **Memórias**, seu filho, Ruy Castro Netto, em nota biográfica, o dá como nascido em Jaguarão Chico, em 26 de junho de 1854. Isto, se a luz de certidão, retificara dado que dispúnhamos de ele haver nascido em casa de seu avô, em Canguçu, na costa do Camaquã. Ou seja, na casa paterna de sua mãe Rafaela de Mattos, irmã do Ten Cel Teófilo de Souza Mattos, por sua vez pai de Firmina Mattos Moreira, com grande descendência em Canguçu. Zeca Netto era sobrinho do proclamador da República Rio-Grandense — o Gen Antonio Netto, mais tarde herói da Batalha de Tuiuti por suas ações em Potrero Pires, no comando de esquadrões com cavalos amilhados.

Homem rico, Zecca Netto foi mandado inicialmente estudar, em Porto Alegre, com Fernando Ferreira Gomes, e depois no Rio de Janeiro, no Colégio Barão de Taufpheus, visando preparar-se para ingressar no Curso de Engenharia Civil da Escola Central do Exército, no Largo de São Francisco, que formava fundamentalmente oficiais de Artilharia, de Engenharia e de Estado-Maior.

No Colégio Gomes foi impregnado pela cultura romana e por sua destacada, expressão militar — Júlio César, conquistador das Gálias.

No Rio, no ambiente de formação militar da Escola Central, que tivera como aluno ilustre o futuro Duque de Caxias, embora a frequentasse por menos de um ano, tomou conhecimento da problemática militar, ali ministrada no mais alto grau no Brasil. Nas suas *Memórias* menciona feitos dos maiores cabos-de-guerra do mundo ocidental tais como César, Alexandre, Aníbal e Napoleão. Assim, não poderia Zeca Netto ter possuído melhores inspirações militares. Portanto, fica claro que Zeca Netto recebeu uma boa informação militar, seja na Escola Central do Exército, que frequentou menos de um ano, seja na leitura dos feitos dos maiores capitães da História. Mais importante, portanto, era a consciência que possuía dos feitos de seu tio, General Antonio Netto, na Revolução Farroupilha e na Guerra do Paraguai. Quando este conflito terminou, Zeca Netto possuía 16 anos, indo para o Rio de Janeiro logo a seguir, de onde retornou com 18 anos, já filiado, na capital do Império, ao recém-fundado Partido Republicano, por Quintino Bocaiúva e Lopes Trovão. Manteve-se fiel ao ideal de República proclamado em Seival, em 1836, que passou a hibernar com a Paz de Ponche Verde, em 1845. Do passado, através da tradição familiar, nos chegou a informação de que sua mãe, Rafaela Mattos, possuía acentuado sentimento guerreiro, tendo casado sucessivamente com três militares que haviam lutado na Revolução Farroupilha. Numa passagem de suas Memórias, Zeca Netto revela a força recebida de sua mãe. Ao perguntarem-lhe quem era? Ele respondeu: — "sou o filho da Rafaela Mattos".

QUALIDADES MILITARES DE ZECA NETTO

Da participação militar nas Revoluções de 1893 e 1923, pouco intensa na primeira e destacada na segunda, é possível tirar-se algumas conclusões. Sua percepção tática era razoável, mas a estratégica bem viva.

Foi um mestre em blefar e levar seu adversário a superestimar suas possibilidades militares. Conseguia inquietar seus adversários em todos os lugares. Neste particular aprendeu com Alexandre que se fazia preceder nos locais que iria atacar por agentes que espalhavam boatos sobre seus objetivos e real valor de suas forças, de molde a provocar confusões e dissensões entre os adversários. Zeca Netto foi mestre na hoje chamada Guerra Psicológica, tendo como principais agentes homens de imprensa e intelectuais nas cidades. Estes exageravam suas ações para atemorizar e confundir o povo e autoridades e, sobretudo, para manter acesa a luta e assim provocar a intervenção federal no Rio Grande. Para chamar a atenção, procurou manter-se sempre em movimento e a evitar um combate decisivo, para o qual não possuía pessoal e armamento em número e qualidade.

Suas ações militares principais nas duas revoluções transcorreram na Serra dos Tapes e imediações, razão por que chegou a ser chamado numa exaltação jornalística de "O Condor dos Tapes" ao lado da de "Zeca Veado" dado pelos seus adversários, em razão da tática de movimento que adotou para chamar a atenção sobre suas operações e inquietar o governo. Tática que iria ser usada em sua plenitude a partir do ano seguinte, pela Coluna Miguel Costa Prestes, em uma marcha de cerca de 14.000km pelo interior do Brasil, de Norte a Sul.

No campo tático parece que em suas expressões "obliquar à direita ou à esquerda", buscava inspiração em Alexandre, que sempre empregava suas falanges na ordem oblíqua, usada pela primeira vez por Epaminondas em Leuctras em 371 a.C., ao contrário da tradição grega que a utilizava paralela.

PARALELO ENTRE OS GENERAIS ANTONIO NETTO E ZECA NETTO

O Teatro de Operações de Antonio Netto, na Serra dos Tapes, na Revolução Farroupilha, seria percorrido por seu sobrinho Zeca Netto nas revoluções de 93 e 23.

Antonio Netto combateu as forças do Barão de Caxias no atual município de Canguçu, sucessivamente em Pedra das Mentiras, Vila de Canguçu (Cerro do Ataque) e Picada do Iguatemi. Seu sobrinho percorreu em Canguçu os mesmos caminhos, em 1893, integrando tropas ao comando do mais tarde General Cláudio do Amaral Savaget, comandante da segunda coluna, que, saindo de Aracaju, investiu sobre os Canudos na última expedição que destruiu aquele reduto de Antônio Conselheiro. Savaget atravessou Canguçu por ordem do Ministro da Guerra, tendo Zeca Netto como "vaqueano" para interceptar o General Guerreiro Victória.

Neste relato, Zeca Netto faz referência aos dois primeiros intendentes de Canguçu — Coronéis Bernardino Mota e Leão Terres e a prisão de dois marinheiros que acompanharam o Almirante Saldanha da Gama até sua morte em Campo Osório, lanceado por um soldado que obedecia ao comando do canguçuense General Hipólito Pinto Ribeiro.

Posteriormente, em 1923, Zeca Netto lutou no Cerro Partido, próximo das Pedras das Mentiras, em Canguçu-Velho, à vista do local onde combatera seu tio, no Cerro do Ataque e, na Picada do Iguatemi.

Os resultados das três ações de cada um foram semelhantes. Principalmente o combate de Canguçu (Cerro do Ataque) e o de Canguçu-Velho, em

que os Generais Antonio Netto e Zeca Netto sofreram grandes perdas humanas.

Zeca Netto era consciente dos feitos do tio. Durante a Revolução de 23, o Cel Brizolara, de Pelotas, alertou-lhe sobre o perigo de sofrer uma surpresa, como seu tio havia sofrido no mesmo lugar. Zeca Netto tranqüilizou-o com estas palavras: — "Não tenha receio de que isso aconteça comigo porque não abandono a minha tropa e não sou bailarino como meu tio, que foi derrotado por estar bailando."

Referia-se ao tio Antônio Netto, conhecido por dançar muito bem, e saiu do acampamento para participar de um baile e teve sua tropa atacada de surpresa.

Seu tio era também um exímio cavaleiro gaúcho. Em certa oportunidade deu uma muito apreciada exibição de suas qualidades para o Imperador D. Pedro II e a Corte, na Quinta da Boa Vista.

TOMADA DE PELOTAS

A tomada de Pelotas, em 25 de outubro de 1923, obedeceu ao seguinte raciocínio estratégico de Zeca Netto, ao recusar-se a atacar Bagé, para chamar a atenção federal, ou a força do Cel Juvêncio Lemos:

"Bagé é praça de guerra e ponto de defesa de fronteira desde a Colônia. Pelotas é a segunda cidade do Estado, é central, comercial e no momento indefesa em razão de sua guarnição operar contra Honório Lemos na região serrana. Se eu receber as munições que espero em Canguçu a atacarei e demonstrarei ao Governo Federal que o Governo Estadual não está tão forte como proclamava, fato Importante no momento em que aquele envia emissário para a paz."

Baseado neste raciocínio ele partiu da região de Rincão dos Cravos, em Canguçu, e realizou o seu maior feito militar.

Para tomar Pelotas, Zeca Netto partiu do Rincão dos Cravos (em verdade dos Escravos), próximo ao passo do Acampamento, no rio Piratini. Ali foi erigida a primeira estância a oeste de São Gonçalo, antes da invasão da Vila de Rio Grande, em 1763, pelos espanhóis. Estância erigida por irmão do mais tarde Mar Manoel Marques de Souza (Primeiro).

Na malograda tentativa de reconquistar, em 1766, a Vila de Rio Grande, fez parte do plano um ataque, uma ameaça ou ataque, a Rio Grande de parte dos guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira e Dragões do Rio Pardo que tinham a referida estância, cujas ruínas ainda estão bastante visíveis, como base de partida. Reconquistada a Vila de Rio Grande, ela serviu de base às guerrilhas de Rafael Pinto Bandeira para prevenir ações espanholas através do Piratini, contra Rio Grande. Durante a Revolução Farroupilha e particularmente depois da tomada de Canguçu pela Ala Esquerda do Exército de Caxias, serviu de refúgio a Bento Gonçalves e Antônio Netto.

OUTROS FATOS INTERESSANTES

Atuou nas forças de Zeca Netto, em 1923, e com ele desentendeu-se no combate de Canguçu- Velho, o Coronel Brizolara, de Pelotas, descendente de outro Brizolara que no início da Revolução Farroupilha possuía em Pelotas um moinho no qual o trigo, vindo em carretas de Canguçu, era moído para alimentar a 1.ª Brigada de Cavalaria Farrapa, comandada pelo General Antonio Netto, que se aquartelava no Teatro 7 de Abril. Retomada Pelotas, o italiano Brizolara rumou para as coxilhas para lutar pela causa farroupilha.

Zeca Netto foi um guerreiro nato e líder, de raras qualidades. Adorava as lides de campanha. Foi o último, caudilho da família Mattos Netto, que se fez

presente desde 1763 nas lutas em defesa da Integridade e da Segurança do Brasil no Sul e, a partir de 1836, pela concretização do ideal de República.

Ao redigir suas *Memórias*, aos 82 anos de idade, Zeca Netto encerrou-as com estas palavras: "Apesar de povoado por europeus, sofremos a influência da terra nova — a América. Terra exuberante, onde a largueza do território habitado por pouca população nos dá a altivez da liberdade primitiva e a austeridade do caráter que ornamenta os atos públicos e particulares da maioria de nossos homens eminentes."

Cita Júlio de Castilhos, Fernando Abbot, Borges de Medeiros e Piratinino de Almeida (filho do mineiro Domingos de Almeida — "O cérebro da Revolução Farroupilha") como rio-grandenses comparáveis a Feijó, Floriano e Campos Sales; "dignos de serem imitados como chefes de família e patriotas exemplares, além de verdadeiros e diletos herdeiros da honra, da altivez, honestidade e altruísmo dos heróis farroupilhas Bento Gonçalves, Netto e Gomes Jardim"

É curioso notar que omitiu o seu líder na Revolução de 23 — Assis Brasil — e citou Borges de Medeiros, o seu maior adversário, para cuja derrubada empenhou-se com denodo da mesma ocasião.

A História do Exército Brasileiro — Perfil Militar de um povo, consagrou uma página em reconhecimento à contribuição de Zeca Netto para a História Militar do Brasil, e que honrou os ensinamentos que recebeu em menos de um ano na Escola Central do Exército, de onde desligou-se por doença.

VALIOSA FONTE DE HISTÓRIA

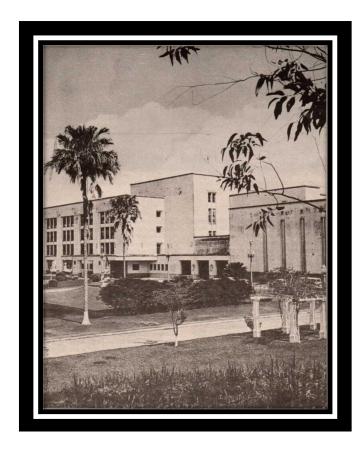
Sem dúvida José Antônio Netto — o caudilho culto — prestou um valioso serviço à história contemporânea rio-grandense, ao produzir aos 82 anos suas *Memórias.* Elas são por outro lado muito importantes para a restauração das memórias das comunidades gaúchas das Serras dos Tapes. Sobre Canguçu, assunto de ensaio nosso sob título "Canguçu, reencontro com a História", ora em publicação, em Porto Alegre, por empenho do escritor Luiz Carlos Barbosa Lessa. Obra que confirmam algumas interpretações, iluminam alguns pontos, revelam a passagem em ação militar por seu município do mais tarde General Cláudio Savaget e lançam a dúvida: Zeca Netto nasceu na casa de seu avô, na costa do Camaquã, em Canguçu, segundo informou-me certa feita seu filho Zequinha Netto? Ou em Jaguarão Chico, junto à fronteira do Uruguai, conforme o menciona seu outro filho Ruy Castro Netto?

<u>Trabalho lido em sessão do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em 10 de março de 1983.</u>

AS TRADIÇÕES DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS EM SEUS 40 ANOS DE RESENDE

Cel Cláudio Moreira Bento

"Academia Militar — heróis a lutar Por um Brasil maior Na paz como na guerra Honrando as tradições da nossa terra"



Os 40 anos da FEB e da AMAN em Resende representados na gravura pela visão de ângulo do Conjunto Principal tendo a sua frente, voltado para ele, o Monumento aos Tenentes do Realengo mortos em ação na FEB, inaugurado em cerimônia presidida pelo Marechal Mascarenhas de Moraes em 23 de abril de 1952.



O ano de 1984 memora, além dos 40 anos do aprestamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB), os 40 anos de instalação gradativa em Resende-RJ, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) que até 23 de abril de 1951

chamou-se Escola Militar de Resende, desde que criada em 19 de novembro de 1943.

A instalação, da AMAN, coincidiu com o último ano de funcionamento da Escola Militar do Realengo (1913-1944) que formara as gerações dos oficiais que lutaram na FEB, à exceção de seu comandante — o Marechal Mascarenhas de Moraes, que comandou aquela Escola de modo assinalado, de 1935-36.

O primeiro ano da Academia em Resende foi marcado pelas seguintes efemérides significativas, algumas delas já consagradas como tradições: 19 de março — instalação administrativa, coincidente com o aniversário do término da Guerra do Paraguai e fase inicial de aprestamento da FEB; 20 de março — início das atividades escolares com 596 alunos transpondo pela primeira vez o Portão de Entrada de Novos Cadetes; 23 de abril - inauguração do Museu Escolar e doação pelo Marechal José Pessoa, idealizador da Academia, de busto do Duque de Caxias, como patrono do Exército e da Academia, contendo, em placas, os nomes dos soldados de bom comportamento que carregaram o caixão do Pacificador de acordo com suas últimas vontades; 2 de julho — comemoração do desembarque da FEB na Itália; 10 de novembro — instalação oficial da Academia, assinalada pelo hasteamento, pela primeira vez, da Bandeira Nacional no mastro grande e incorporação do novo Estandarte do Corpo de Cadetes, confeccionado e doado pelas senhoras de Resende e, 11 de novembro — entrega pelo já consagrado historiador militar General Tasso Fragoso, ao Museu Acadêmico, da túnica branca, perfurada a baia e manchada de sangue, que usava, ao ser ferido, como primeiro-tenente, em 9 de abril de 1894, no combate de Morro da Armação. Túnica acompanhada de carta pessoal ao Presidente Floriano Peixoto exaltando sua heroicidade, além de foto do canhão Krupp e guarnição que comandava ao ser ferido em combate.

Surgiu, assim, em 1944, em posição estratégica e clima privilegiado, debruçada no histórico rio Paraíba, impregnada, embalada e emoldurada por tradições e glórias militares significativas — umas das mais modernas e adiantadas escolas militares do mundo. A AMAN foi a concretização de um grande sonho, sonhado, acalentado, muito sofrido e perseguido, desde 1930, por um idealista e patriota singular — o Marechal José Pessoa Albuquerque Cavalcanti, ponto culminante na galeria dos ilustres ex-diretores e comandantes de nossa escola de formação de oficiais do Exército, desde sua instalação, em 23 de abril de 1811, como Academia Militar Real, na Casa do Trem, onde hoje se situa o Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro (2).

"A AMAN foi o maior sonho sonhado por um chefe militar do Brasil". Recordar aspectos ligados a este sonho concretizado do Marechal José Pessoa, centenário em 1985, bem como as tradições da AMAN — ou o seu espírito nos seus 40 anos em Resende, é o objetivo maior deste trabalho que complementa estudo mais completo que publicamos na **Revista do Clube Militar em 1979**, no qual relacionamos as principais fontes referentes à História da Academia de 1810-1979.



Entrada Monumental, vendo-se a direita o portão simbólico de Entrada dos Cadetes, inaugurado em 20 de março de 1944 e, à esquerda, o de Saída dos Aspirantes formados, inaugurado em 11 de agosto de 1945. Ao fundo, no horizonte, a Mantiqueira, com destaque para a Pedra Selada ou Galinha Choca e conforme o ângulo, lembrando a cabeça de uma onça. Visão parcial vista da Rodovia Dutra.

O SONHO DE CONSTRUÇÃO DA AMAN

Vitoriosa a Revolução de 1930, ela colocou no comando da Escola Militar do Realengo o Coronel José Pessoa, filho de Cabaceiras- PB e figura providencial que em cerca de três anos a revolucionou por completo e nela introduziu a maior parte de suas mais caras tradições. Idealizou e projetou a AMAN em 1931-34 e criou sua mística. Oficial de Cavalaria modelar, fora instrutor, em 1916, como Tenente, da Escola de Direito de São Paulo, veterano dos Dragões da Cavalaria Francesa na I Guerra Mundial onde foi promovido, por bravura, estagiário em Saint Cyr e instrutor de Blindados no Brasil, após curso específico em Versalhes. Era irmão de João Pessoa, prestigioso político paraibano, assassinado antes da eclosão da Revolução de 30 e sobrinho do Presidente Epitácio Pessoa. Sua ação no Realengo pode ser sintetizada pela introdução de um estádio para a prática de educação física e desportiva; de uma biblioteca condignamente instalada, acompanhada de outros melhoramentos visando ao conforto e bem estar de seus alunos (3). No campo das tradições introduziu, segundo desenhos de Watsch Rodrigues, o Estandarte do Corpo de Cadetes, os uniformes históricos, elo do Exército Imperial com o Republicano, e mais o título de Cadete, o Corpo de Cadetes, o espadim de Caxias, como arma privativa do cadete e cópia fiel em escala do sabre da campanha do Duque de Caxias que desde 1925 integra o acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de que Caxias foi sócio. Criou o Brasão d'Armas da Escola, tendo ao fundo as Agulhas Negras, em Resende.

Trabalhou febrilmente, com o concurso de comissão específica de cadetes, professores e instrutores e apoio superior do Ministro Leite de Castro, na procura de um local para a construção de uma nova escola militar, indicada por unanimidade Resende-RJ e, o respectivo projeto.

O Livro de Hóspedes do Hotel Clube dos 200, na antiga Rio-São Paulo, registra diversas idas do então Cel. Pessoa a Resende visando a escolha do local e projeto da Escola Militar.

O projeto inicial de instalação da AMAN foi na Fazenda do Castelo, assim chamada desde o início do século pelas moças do local, segundo Joaquim Maia, em razão de seu edifício sede, ainda de pé com todo o seu esplendor, lembrar um castelo. Foi neste local que se fixou, inicialmente, José Pessoa, ao visitar Resende em 16 de fevereiro de 1931, em companhia de seu assistente, Capitão Mário Travassos, que seria o comandante instalador da AMAN no ano de 1944.

O projeto inicial do arquiteto Raul Pena Firme foi para este local, que estende-se, inclusive, pelo hoje bairro do Paraíso (4).

Na Revolução de 1932 a Estação Ferroviária de Resende — a atual das Agulhas Negras — foi o QG das forças do Governo combatendo a citada revolução. Nela, em 20 de março de 1932, o Presidente Getúlio Vargas comprometeu-se numa larga roda de oficiais a construir a atual AMAN. Na época, o campo de paradas da Academia serviu de base para os "vermelhinhos" aviões que apoiavam as tropas do governo. No Manejo, nome que significava Campo de Manejo ou de Manobras de Tropas, desde a Guerra do Paraguai, por ter servido ao adestramento dos Voluntários da Pátria de Resende, concentrava-se parte do contingente que fazia frente aos revolucionários, ao longo da antiga Rio-São Paulo. Nesta época o então Capitão Odylio Denys, que conhecia a região por ter permanecido largo período antes no atual Hospital Militar de Itatiaia, comandou com êxito um desbordamento pela Mantiqueira, aparecendo na retaguarda dos revolucionários, obrigando-os a retrair. Tudo, em razão da presença de uma tropa legal de efetivo indefinido na retaguarda revolucionária. Isto é o que conta a tradição, a confirmar pelo ilustre cabo-de-guerra.

PEDRAS FUNDAMENTAIS

O Coronel José Pessoa, pronto o projeto da AMAN para ser implantado não no local atual, repito, mas na Fazenda do Castelo, onde teve início Resende, idealizou lançar a Pedra Fundamental da AMAN no jardim fronteiro ao edifício da fazenda, no dia 28 de outubro de 1933. Isto coincidindo com o término das grandes manobras anuais da Escola Militar do Realengo (5). Manobras que ali naquele local teriam seu epílogo. Dois anos antes, em 8 de setembro de 1931, José Pessoa incursionara às Agulhas Negras com autoridades de Resende, auxiliares diretos e o arquiteto da AMAN Raul Pena Firme, com o fim solene e específico de selecionarem uma pedra do maciço, para servir de pedra fundamental da Escola das Agulhas Negras. Foi da região chamada Grotão que José Pessoa selecionou uma pedra solta das Agulhas Negras de 60x50 cm. E falou, comovido, apertando a pedra junto ao peito para a Comitiva:

"Meus amigos e meus patrícios esta será a pedra fundamental da Escola Militar em Resende".

Os pátios, jardins e pomares do solar ou "Castelo" dos Godoy foram preparados para o grande momento. Toda a Escola com oficialidade. Corpo de Cadetes, banda de Música e salva de Artilharia, aguarda o histórico momento — a chegada das autoridades do Rio de Janeiro e o grande churrasco a ser oferecido. Lá pelas 15 horas, um mensageiro da Central do Brasil entrega um telegrama urgente do Ministro da Guerra, General Espírito Santo Cardoso, dirigido ao Cel. Pessoa, com o seguinte teor:

"Não existindo até agora nenhum ato oficial sobre a futura Academia Militar,

lembro ao prezado camarada que não convém fazer o lançamento da pedra fundamental da mesma, o que deverá ser adiado para outra oportunidade". (6) Ao ler a mensagem, lágrimas incontidas correram pela face do grande idealista. Sua decepção transmitiu-se aos cadetes aos quais não foi dado o real motivo. Segundo o arquiteto Raul Pena Firme, o Cel. Pessoa sozinho, à noite, enterrou a pedra, síntese de seu maior sonho, em algum lugar da imponente sede da Fazenda Castelo.

Resgatar esta pedra dos jardins da Fazenda Castelo seria uma grande homenagem ao idealizador da AMAN. Isto para colocá-la, talvez, no Museu, junto com a lançada em 1938 e que a resgatamos em 1979 do desconhecido onde se encontrava, depois de demorada e acurada pesquisa da Cadeira de História Militar que integrávamos junto com os Tenentes-Coronéis Ney Sales e Sérgio Marcondes.

O Cel. Pessoa ficou desgostoso. No ano seguinte, em que pese sua dedicação e amor aos cadetes, houve uma agitação entre os mesmos. Foi uma espécie de operação tartaruga que ficou conhecida como "A revolta dos braços caídos". O pretexto foi a exigência de aprovação no exame de saúde para a declaração de aspirantes. Soube-se mais tarde, por Paula Cidade, então professor de História e Geografia Militar e pelo Coronel Mascarenhas de Moraes em suas **Memórias q**ue a agitação era de inspiração comunista. Prova-o um de seus líderes ter participado da Intentona Comunista na Escola de Aviação. O Cel. Pessoa enfrentou uma agitação escolar em 1932, por não haver permitido a participação de cadetes contra ou a favor da Revolução de 32. E, finalmente, em 1934, sofrerá outra que o obrigou a certa altura a desabafar com o Capitão Paula Cidade: "Cidade eu tenho feito tudo, mas tudo mesmo, por meus cadetes e agora que preciso deles me mandam a la cria". Esta é a verdade histórica a surpreender as atuais gerações.

No comando seguinte, o Cel. Mascarenhas de Moraes conseguiu, conforme afirmou em suas **Memórias**, erradicar por diversas maneiras agitações que desde 1922 atingiam a Escola Militar.

Com a saída de José Pessoa do Realengo o seu sonho da Escola Militar em Resende, embora ele continuasse a defendê-lo bravamente pela Imprensa e correspondência, entrou em compasso de espera. Depois do memorável comando do Cel. Mascarenhas de Moraes o sonho retornou forte. Em 2 de setembro de 1937 foi designada nova Comissão para escolher definitivamente o local para a nova Escola Militar. Ela confirmou a preferência por Resende, mas deslocou o projeto da Fazenda Castelo para a atual Fazenda Alambari (7). Dela fazia parte o Capitão Amaury Kruel, que 26 anos mais tarde ali estaria, na qualidade de comandante do II Exército, para histórica reunião relativa à vitória militar da Revolução de 1964, na qual a AMAN teve saliente papel sob a liderança do General Emilio Garrastazu Médici, mais tarde Presidente da República, ao interpor a AMAN entre o I e II Exércitos na iminência de um choque.



Praça defronte o Conjunto Principal, tendo ao fundo o Maciço do Itatiaia do qual sobressai o pico das Agulhas Negras que emprestou o nome â Academia. Em destaque o mastro principal no qual a bandeira foi hasteada pela primeira vez em 10 de novembro de 1944. Foto tomada de altura que faz parte do platô sobre o qual foi feito o primeiro projeto da AMAN cuja sede seria na Fazenda do Castelo, dos Godoys, onde teve início Resende, então Campo Alegre.

Em 23 de junho de 1938, data coincidente com mais um aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, ocorrida próxima na estação da Divisa (entre Resende e Barra Mansa), atual localidade de Floriano (por aquela razão), teve lugar o lançamento oficial da Pedra Fundamental da AMAN, em cerimônia presidida pelo Presidente Getúlio Vargas.

O local da AMAN, sobre o Paraíba, dista 60 km rio abaixo, em linha reta, da Fazenda Santa Mônica, também à margem esquerda do mesmo rio. Nesta Fazenda, ameaçada de ruir, o Duque de Caxias, patrono da Academia e inspiração de seus cadetes, passou seus últimos dias de vida e veio a falecer ao anoitecer de 7 de maio de 1880. (8)



Visão parcial da área desportiva e total do Conjunto Principal. À esquerda dele os alojamentos dos cadetes sob a forma de apartamentos. No alto, à esquerda, estação de tratamento d'água e mais abaixo o Hospital Militar que serve à Academia.

ORIGEM DE RESENDE E DAS TERRAS DA AMAN

As terras de Resende passaram a ser exploradas por uma expedição que desceu de Airuoca em Minas, em 1744, à procura de ouro. Ela foi chefiada pelo Coronel Simão da Cunha Gago, sargento-mor de Mogi das Cruzes- SP. A expedição desceu a Mantiqueira, pela Bocaina de Minas, Pedra Selada, com percurso balizado em grande parte pelo Pirapitinga. Na região de Resende levantaram povoação em local aprazível, hoje ocupado pelo solar dos Godoy, sede da Fazenda Castelo, no bairro do Paraíso. A novel povoação recebeu o nome de Campo Alegre. Temendo um ataque dos índios Puris, que habitavam a região desde então da Fumaça, em razão da fumaça feita por eles e avistada de Campo Alegre, houve a necessidade de procurar-se local mais seguro, Assim, em 1746, no local do centro da cidade de Resende, segundo se conclui do historiador Alfredo Sodré, foi erigida nova povoação na condição de capela Curada da Santa Virgem da Conceição do Campo Alegre. Decorridos cerca de 57 anos de Capela Curada, em função do progresso da lavoura do café introduzido em 1780 pelo padre Antônio Couto da Fonseca, com mudas ofertadas pelo bispo do Rio de Janeiro, ela foi transformada em Vila de Resende, tendo como donatário o Coronel Fernando Dias Paes Leme — descendente direto de Fernão Dias Paes Leme - o Caçador de Esmeraldas. Segundo conclusão de Itamar Bopp, o nome da localidade mudado de Campo Alegre para Resende, foi para homenagear o Vice-Rei Conde de Resende — José Luiz de Castro — que governou o Brasil de 1790-1801 e a quem coube no início do citado período presidir, em 21 de abril de 1791, o suplício do alferes José Joaquim da Silva Xavier — o Tiradentes — hoje o Patrono Cívico da Nacionalidade. O citado Vice-Rei nasceu e morreu em Lisboa em 19 de agosto de 1744 e março de 1815, respectivamente.

No ano em que a AMAN se instalou em Resende transcorria o ano do bicentenário de nascimento do citado conde. José Pessoa não concordou com o nome inicial de Escola Militar de Resende. Achava que uma escola de oficiais do Brasil não podia levar o nome do Vice-Rei que presidiu o suplício de Tiradentes. Assim lutou para que a Estação Ferroviária de Resende se transformasse em Agulhas Negras e o bairro Campos Elíseos em Agulhas Negras e, finalmente, a mudança de Escola Militar de Resende para Academia Militar de Agulhas Negras.

As terras onde se ergue a AMAN pertenciam à Fazenda Alambari, cuja origem e evolução histórica sintetizamos: elas, fizeram parte inicialmente de sesmaria que deu origem ao nome do arroio Sesmaria. Ela foi concedida em 1817, segundo Itamar Bopp e Alfredo Sodré, ao Capitão Pedro de Souza. Suas terras se mantiveram até 1827 virgens, ocasião em que receberam um fluxo migratório de Minas Gerais que as exploraram agricolamente. Parte das terras foram compradas em 1836 pelo padre Mariano José da Rocha. O local da atual AMAN foi conhecido até 1847 como campo do Padre Mariano. Parte destas terras foram adquiridas em 1847 pelo mineiro republicano, Capitão João Batista Brasil, proveniente de Minas onde participara da Revolução de 1842. Seu sonho frustrado cristalizou- se no nome que deu ao local de Campos Elíseos. Outra parte foi adquirida por José Ribeiro que a transmitiu a Pascoal Isoldi que recusou vendê-las, em 1910-11, para ali estabelecer-se uma unidade do Exército. O nome

de Campos Elíseos dado pelo Capitão Brasiel procurava emprestar ao local o significado mitológico de lugar de delícias e bem-aventurança, destinado à morada dos heróis e dos justos após a morte. Havia o sentido de seu refúgio de paz e tranquilidade para o resto de sua vida.

Em 1913 a Fazenda Alambari foi adquirida pelo governo e transformada em Fazenda de Sementes e logo a seguir em Patronato Agrícola, para acolher menores de 12 a 18 anos abandonados nas ruas do Rio de Janeiro, tentativa que logo fracassou para transformar-se em Horto Florestal, acrescido mais tarde da Estação de Monta, com animais selecionados, muitos dos quais tornaram-se célebres no turfe paulista. Na Revolução de 32 o atual Campo de Paradas da AMAN serviu de Campo de Pouso das tropas legais. A situação de campo de pouso continuou até 1938 com a construção do Aeroporto Militar de Resende, que se destinaria inicialmente, em substituição ao Campo dos Afonsos, a servir para a formação de oficiais da Arma de Aviação pela AMAN, até a criação, em 1941, do Ministério da Aeronáutica. A aviação amadora em Resende era muito expressiva e liderada pelo Coronel do Exército Mendes Santos, segundo o piloto Pazzini, que possui em seu escritório em Resende, valioso acervo fotográfico sobre esta época áurea da aviação em Resende.

O PANTEON DE CAXIAS - O FECHO DE OURO QUE FALTA NA AMAN

Do plano diretor da AMAN, idealizado pelo Marechal José Pessoa, ainda não foi concretizado o Panteon de Caxias. No projeto original do Conjunto Principal locado na região do casarão da Fazenda Castelo, saía uma esplanada que terminaria por um cais com balaustrada na margem do Paraíba. Este seria retificado no trecho fronteiro à AMAN "para os cadetes disputarem suas regatas". E, no meio dessa esplanada, segundo o Cel. Pessoa, "serão erigido o Panteon de Caxias, patrono do Exército, e no seu interior repousarão os restos do grande brasileiro".

A descrição do Plano Diretor da AMAN executado em sua quase totalidade, é encerrada com a seguinte referência ao Panteon de Caxias:

- "Panteon de Caxias. Fruto de patriótica, sadia e fértil imaginação, o Panteon de Caxias — repositório sagrado dos restos mortais do inolvidável Marechal Duque de Caxias — será muito em breve, maravilhosa realidade.

A Chefia da Comissão de Construção da Escola está dedicando carinho todo especial à sua próxima execução. Constituindo ele também a Capela do Cadete, nela haverá lugar propício e sossegado para a meditação sobre os feitos do grande herói nacional. O Panteon será lugar de honra, locado à direita de quem entra na Escola, isolado, em local de absoluta quietude e voltado para as Agulhas Negras, perfeitamente banhado pelos raios solares, com linhas arquitetônicas em gracioso estilo romano; dispondo de museu e capela etc... e tendo à sua frente maravilhosa e imponente estátua equestre do herói. O Panteon será sem dúvida o fecho de ouro de toda esta série de magníficas construções da Escola Militar."

Estátua voltada também para além e detrás das Agulhas Negras para Baependi, onde Caxias recuperou a saúde que pensava irremediavelmente perdida ao retornar, vitorioso, da guerra contra Oribe e Rosas 1851-52.

Em 1980, centenário do falecimento de Duque de Caxias em Santa Mônica, a AMAN foi cenário da cerimônia oficial principal que contou com a presença presidencial, e exposição de relíquias pertencentes a Caxias, vindas de diversos locais. E, inclusive, sua espada de campanha das quais os espadins são cópia fiel em escala. Cerimônia imortalizada na **Revista Agulhas Negras** de 1980. O culto

a Caxias naquela época intenso parece registrar uma queda de uns tempos para cá. Vejamos: a casa onde casou e viveu na Tijuca nos intervalos de suas lutas em defesa da Integridade e da Unidade, apesar de patrióticas reações, transformouse nas modernas instalações da Mesbla e sem uma placa balizando que ali morou o maior de nossos generais. A casa onde nasceu e que pretendeu-se transformar em Parque Histórico Duque de Caxias, não mais existe e são discutíveis suas ruínas, além de descaracterizadas suas terras e, assim, de significado municipal. A casa de sua filha em Quissamã, a baronesa de Ururai, possui significado restrito e projeção municipal. A casa da Fazenda Santa Mônica, de propriedade de sua filha e genro barões de Santa Mônica está a caminho da ruína total e pertence à EMBRAPA que a cedeu em comodato para o Exército. Nela o Duque de Caxias faleceu e passou seus últimos dois anos e meio de vida. Ela, se recuperada, poderia ser projeção nacional não só porque ali teve fim o maior de nossos generais, como, segundo Pedro Calmon, por ter sido erigida pelo Marquês de Baependi sogro da filha do Duque, além de seu parente e que foi senador do Império, deputado constituinte em 1823 e introdutor do primeiro orçamento nacional durante a Regência de D. João. O solar foi construído pelo referido Marquês de Baependi, também um dos primeiros dirigentes e instalador da Academia Real Militai na Casa do Trem e depois Largo do São Francisco como Coronel de Engenharia Executiva da Junta que instalou e foi a primeira a dirigir a Academia.

O Brasil parece viver um período de renascença da preservação do patrimônio histórico brasileiro. Nossos museus ressurgem. Múltiplas são as iniciativas como a de tornarem Ouro Preto e Olinda patrimônios da Humanidade. Assim como nasceu uma consciência ecológica brasileira, nos últimos anos, estamos assistindo a um renascimento no sentido da preservação patrimonial e dos valores culturais da nacionalidade. Impõe-se que o grande brasileiro e o maior de nossos generais não seja esquecido e tenha melhor sorte do que o intrépido General Osório, com uma estátua equestre no Corredor Cultural do Rio, a casa onde faleceu na rua Riachuelo transformada em Casa de Osório e a casa onde nasceu restaurada e transformada no notável Parque Histórico Marechal Luiz Manoel Osório no Rio Grande do Sul, em 1970.

Espera-se que surja uma estadista para atalhar a ruína da Fazenda Santa Mônica (9) impedindo-a de seguir o triste destino do Solar de Caxias na Tijuca e, a transferir o Panteon de Caxias para a AMAN, como patrono do Exército, da AMAN e dos cadetes, num conjunto que abrigue um museu e uma capela evocativa de N. S. da Conceição a padroeira do Exército Imperial e devoção do grande soldado, cuja imagem lhe pertenceu e aos pés da qual expirou em Santa Mônica, encontra-se no Museu na AMAN.

O Histórico da AMAN registra a nomeação de algumas comissões visando a construção de um santuário, cuja idéia liga-se ao Plano Diretor e ao Panteon. O Museu da AMAN, elevado em Museu do Exército por Portaria 1633 de 17 de outubro de 1956 e que passou a funcionar em 18 de outubro de 1956, é um corpo estranho que não encontrou o seu local adequado. Isto penso só acontecerá quando for concretizado o "Fecho de Ouro" da AMAN no conjunto Panteon de Caxias (estátua equestre, restos mortais do Pacificador, Capela e Museu). Só assim, de fato, terão sentido estas palavras do idealizador da AMAN, não só no sentido material, mas, sobretudo, no espiritual, no caso o fecho de ouro da AMAN: "A AMAN foi o meu sonho e sinto-me feliz em vê-lo realizado".

A CONSTRUÇÃO DA AMAN EM RESENDE

O Plano Diretor inicial da AMAN é o que foi realizado à exceção do fecho de ouro sonhado pelo Mal. José Pessoa e Comissão Construtora — o Conjunto Panteon de Caxias (estátua, museu e capela) não realizado e, de um modo geral, as instalações do Curso Básico, Curso de Material Bélico, Hotel de Trânsito, Curso de Comunicações etc., não previstas originalmente.

O plano executado possui diferenças com o inicial; embora tenha sido o mesmo arquiteto Pena Firme. Adaptações decorrentes principalmente da mudança do local inicial, Fazenda do Castelo para a atual. O Marechal José Pessoa preconizava a existência de alojamentos visando a aumentar a amizade e a camaradagem e não o aspecto atual de apartamentos.

A escolha de Resende decorreu da excelência de seu clima e posição. O clima foi considerado ameno, salubre e sem variações bruscas, águas de serra potáveis, ar puro e seco. Quanto à posição, por ser afastada do Rio, centro de agitações políticas, e situação entre o Rio e São Paulo, respectivamente capital do país e maior centro industrial, além de chave de acesso para o Sul do Brasil, Sul de Mato Grosso e facilidade de comunicações com Minas, irradiadora de caminhos para o W e N e, com Angra dos Reis, de valor naval notável. (10)

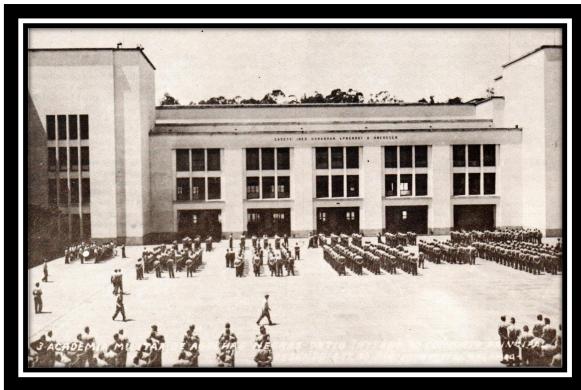
O valor militar de Resende se evidenciou em 1932 como QG das Forças Legais e na Revolução de 1964 quando a AMAN se interpôs entre tropas do I e II Exército, evitando um choque entre ambos.

A retirada da AMAN do Rio procurava prevenir seu envolvimento histórico, "por manipulação externa e desassistência interna", em movimentos políticos. Para isto a história havia evidenciado na própria carne de muitos chefes, que a "Escola Militar é o Exército do futuro que não pode sob pretexto algum ser comprometido no presente, por seu envolvimento em lutas internas". E esta tradição vem sendo atendida desde 1935, segundo se conclui do Marechal Mascarenhas de Moraes em suas Memórias.

O projeto da AMAN foi assim definido:

"Arquitetura sóbria, neo-clássica, apropriada ao espírito de transição moderno. Mantém equilíbrio de tendências arquitetônicas, sem ferir a tradição, e deixar de tirar proveito dos predicados progressistas da atualidade e procurando, também, atender às condições técnicas compatíveis com as construções de grande vulto".

O conjunto principal foi construído sobre 1.059 estacas Frank para suportarem entre 30 e 100 ton. Colocadas de topo mediriam 8,5 km. O rancho e a biblioteca com 1.800m² cada, possuem 10 e 9 metros de pés direito e o cinema 18. Os alojamentos foram construídos para um efetivo de 1.440 cadetes, com possibilidade de ampliação com camas duplas ou beliches. O conjunto de piscinas foi na época da construção o mais moderno da América do Sul e o cinema o mais moderno do Brasil. O mármore vermelho usado no conjunto principal foi doado por Henrique Laje e o amarelo foi adquirido em Portugal e transportado grátis por esse ilustre brasileiro.



Aspectos do Pátio Mascarenhas de Moraes numa formatura de cadetes antes de uma refeição do rancho a frente. No frontespício do edifício a célebre frase – "CADETE! IDES COMANDAR, APRENDEI A OBEDECER". É o pátio usado para as grandes cerimônias, declarações de aspirantes, entregas de espadins etc.

HENRIQUE LAJE - O CADETE Nº 1

Ao tempo da Escola da Praia Vermelha tornou-se grande benfeitor dos cadetes o velho Laje, Antônio Marins Laje Filho, fundador da Cia. de Navegação Costeira, em 1891. Desde então ele introduziu o costume de fornecer, aos alunos da Praia Vermelha passagens grátis em seus navios, por ocasião das férias. Esta tradição foi continuada por seu filho Henrique Laje com os alunos do Realengo. Henrique foi um grande amigo e estimulador do Marechal José Pessoa. O apoio dado aos cadetes caracterizava-se por fornecer-lhes passagens de férias em seus navios, prêmios aos primeiros colocados das Armas e Serviços e doar a Taça Henrique Laje para as disputas entre as Escolas Militar e Naval. Em julho de 1938 Henrique Laje ofereceu doar todo o mármore vermelho necessário à construção da AMAN que foi extraído de Santa Catarina. Segundo a tradição os portões de ferro da Entrada Monumental, da entrada do Conjunto Principal e do rancho foram fabricados nas oficinas de Henrique Laje, na Ilha de Viana. Era voz corrente que toda a prataria 90 que equipava o rancho dos cadetes tinha sido oferta de Henrique Laje, homem sem filhos, aos cadetes do Exército, que ele simbolicamente perfilhara. Por tudo, ao falecer em 1942 e após, foi alvo de significativas homenagens dos cadetes. Na cerimônia de sepultamento discursaram entre outros o Marechal José Pessoa e o cadete Jarbas Passarinho. Henrique Laje conforme seu desejo foi sepultado com o primeiro Estandarte do Corpo de Cadetes que lhe fora ofertado antes. Oferta que para ele fora a maior homenagem recebida em vida. Colocou o Estandarte em seu ataúde o próprio Marechal José Pessoa, após removê-lo do local que o ilustre morto o colocara, em destaque, em sala de sua mansão no Parque Laje atual. Henrique Laje apreciava muito ser chamado o cadete nº1. Esta tradição foi consagrada pelo

Boletim Escolar nº 59 de 13 de março de 1943, na forma a seguir transcrita:

III PARTE - ASSUNTOS GERAIS E DE ADMINISTRAÇÃO CADETE Nº 1

O Comandante da Escola Militar deliberou, como homenagem excepcional ao grande patriota Henrique Laje, conceder em sua memória o título de Cadete nº 1, deixando de distribuir esse número aos Cadetes da Escola.

Passando amanhã, 14 de março, a data natalícia do insigne brasileiro e maior amigo da Escola Militar, este Comando baixa as seguintes instruções sob o título acima:

- a) o Cadete nº 1 pertencerá sempre ao estado efetivo da Escola Militar e do Corpo de Cadetes e figurará nas relações gerais de uso interno;
- b) anualmente o Cadete nº1 será incluído na subunidade a que pertencer o Cadete porta-estandarte da Escola e figurará como efetivo dessa subunidade:
- c) em todas as chamadas das "Revistas do recolher" o sargento de dia à subunidade da letra b chamará o Cadete nº1, cabendo ao cadete porta-estandarte responder: HENRIQUE LAJE!
- d) quando o cadete porta-estandarte deixar de figurar na "Revista do recolher", caberá ao cabo de dia responder a chamada do CADETE nº 1.

INCLUSÃO DO CADETE Nº 1 EM SUBUNIDADE

Em consequência do item anterior é nesta data incluído na Bateria de Artilharia desta Escola, o CADETE Nº 1 — HENRIQUE LAJE, o qual passará a figurar nos pernoites dessa subunidade a partir de 15 do corrente.

Em conseqüência coube-lhe o espadim de Caxias nº 1 que foi retirado de circulação e incluído no Museu Acadêmico para pertencer eternamente ao Cadete nº 1 — Henrique Laje.

Assim todas as noites desde 15 de março de 1943, no silêncio da Academia o primeiro aluno do último ano ao ouvir no início da Revista as palavras — Cadete nº 1 — responde: Henrique Laje.

Há cinco anos desde o centenário do nascimento de Henrique Laje, o Cel. Rubem Barbosa Rosadas — Delegado da Academia Brasileira de História em Resende, da Delegacia Barão Homem de Mello, tem sido convidado pelo Corpo de Cadetes para proferir palestra ao 1º ano sobre Henrique Laje.

A Delegacia recebeu o nome do Barão Homem de Mello por ter ele vivido os últimos dias e falecido em 1918, em Itatiaia, depois de haver sido Presidente do Rio Grande do Sul, na Guerra do Paraguai, onde auxiliou de modo assinalado ao General Osório a recrutar um Corpo de Exército. Mais tarde foi Ministro da Guerra e historiador que presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde foi alvo de tocante homenagem dos alunos no período 1895-1905, conforme se conclui de coletânea de ordens-do-dia mandadas editar pelo Coronel Agenor Homem de Carvalho em 1983-84. Foi além do 1P biógrafo de Andrade Neves Barão do Triunfo (11).

Segundo o Cel. Rosadas Henrique Laje foi o primeiro civil a ser agraciado com a Ordem do Mérito Militar criada em 1934.

AS TRADIÇÕES NA AMAN EM SEUS 40 ANOS EM RESENDE

Ao transferir-se para Resende foram para a AMAN entre outras as seguintes tradições: Aniversário da AMAN em 23 de abril; título de cadete; uso do espadim

de Caxias e uniformes históricos; Livro de Honra, estímulo ao exemplo e instituído em 22 de junho de 1940 e a ser assinado pelos cadetes que durante o curso não sofreram punição e, Livro de Ouro, destinado a impressões de visitantes ilustres, a critério do comandante. Trouxeram os cadetes uma gíria própria preservada em parte na Revista do Clube Militar 1961 (Número Especial) e a tradição do Cadete nº 1 — Henrique Laje. Em Resende foram pouco a pouco tendo início as seguintes tradições hoje consolidadas ou não. Assim em 20 de março de 1944 pela primeira vez houve cerimônia de Entrada dos Novos Cadetes por portão próprio. Em 23 de abril de 1944 foi introduzida a cerimônia do sino fundido em 1811 e que dava tantas badaladas quantas fossem as gerações que passaram pela Escola desde 1811. Esta tradição belíssima durou só três anos e não foi possível localizar o sino quando o procuramos em 1978 por todos os locais da AMAN, com o concurso do Cel Sérgio Marcondes. Data de então a inauguração do cinema escolar e logo a seguir o início da tradição dos cadetes torcerem pelos bandidos para se divertirem com a reação das crianças que frequentavam os matinês. A primeira Páscoa dos Militares ocorreu no Domingo de Páscoa de 1944. Em 31 de dezembro de 1944 com a extinção da Escola do Realengo a AMAN recebeu o encargo total de formação de oficiais do Exército (12). Em 17 de julho de 1945 por ocasião de visita à AMAN do General Mac Clark, comandante do V Exército dos EUA que enquadrou a FEB, o estádio escolar passou a ter o seu nome. — 23 de abril de 1945. Foi inaugurado o pátio central que desde 1965 chama-se Mascarenhas de Moraes — 7 de agosto de 1945. Visitou a AMAN o General Dwight Eisenhower que doou espadim de West Point, que por decisão do comandante da AMAN deveria ser cingido, em cerimônias, pelo cadete portabandeira. Esta tradição não pegou. Existem dois espadins de West Point no Museu da AMAN.

Em 11 de agosto de 1945, teve lugar a primeira declaração de aspirantes na AMAN e o início de mais uma tradição — a cerimônia de abertura do Portão de Saída dos novos Aspirantes. Transpuseram-no pela primeira vez os depois generais Fernando Valente Pamplona (Inf), Waldemar de Araújo Carvalho (Inf), Harry Alberto Schnardof (Inf), Diogo de Oliveira Figueiredo (Cav), Floriano Aguilar Chaves (Cav), Demócrito Correia Cunha (Cav), Sílvio Ferreira da Silva (Inf), Valdir Eduardo Martins (Art), Raymundo Maximiniano Negrão Torres (Art), Domingos Fragomeni (Cav), Hélio Pacheco (Inf), Manoel Augusto Teixeira (Art), Everaldo Oliveira Reis (Art), José Albano Leal (Inf), Mário Orlando Ribeiro Sampaio (Cav), Leo Etchegoyen (Cav), Dálnio Starling (Eng), Décio Barbosa Machado (Art), Luiz Henrique Oliveira Domingues (Art), Osvaldo Muniz Oliva (Art), José Antônio Barbosa Moraes (Cav) e Jonas de Moraes Correia Neto (Art).



Visão da área de ensino profissional militar dos cadetes, denominada genericamente parques. Nela, em instalações semelhantes à de Infantaria que aparece na foto, existem mais a do Curso Básico, Artilharia, Engenharia, Cavalaria, Intendência, Comunicação, SIESP, etc. Ao longo desta área, existem distribuídos diversos troféus capturados pela FEB na Itália.

21 de novembro de 1946 — Foi aprovado p uso de anéis de formatura para os aspirantes com distintivo da arma ou serviço, nome do formando. A tradição não firmou-se como no Exército dos EUA onde ela é muito significativa.

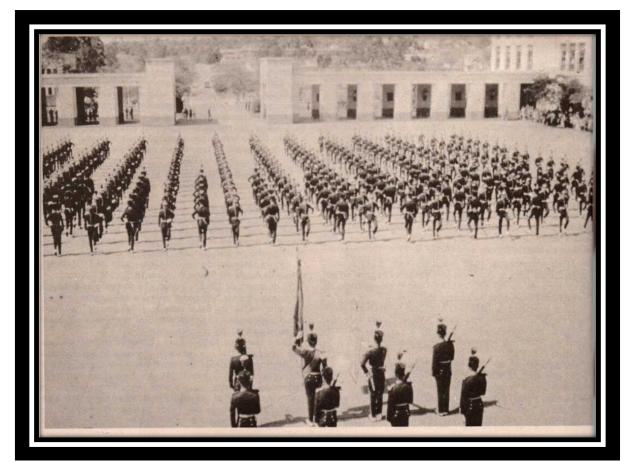
12 de setembro de 1945 — O Mar. José Pessoa passou o último dia de sua carreira na ativa na AMAN. Consta haver destinado ao Curso da Cavalaria a galeria dos grandes chefes da Arma no Brasil que organizara quando Inspetor da Arma de Cavalaria (1939-43).

16 de fevereiro de 1950 — Foi batizado de Ten. Moura o pátio principal da AMAN. Ele homenageava o Ten. Moura desportista que preparava-se para tentar a travessia do Canal da Mancha a nado e que foi vítima do seguinte acidente aéreo. O piloto da FAB, Ten. Brasil, deu uma carona ao Ten. Moura num avião NA (T-6) (13). Depois do avião dar um razante na região de Penedo, ao executar um **looping** foi direto ao solo, perdendo a vida o piloto e o Ten, Moura. Este acidente tem sido confundido na memória local com o do cadete Osório, do Ceará, que pilotando um Aeronca sobrevoou a AMAN, onde jogou suas roupas para depois rumar para o Rio, onde fez alguns razantes em Copacabana e embicou para o oceano para morrer. No comando do General Meira Matos, em 1969. o pátio citado teve o nome mudado para Marechal Mascarenhas de Moraes e o Ten. Moura passou a ser nome de uma avenida na área do Curso Básico.

10 de julho de 1950 — Foi criado o Batalhão de Comando e Serviços, importante elemento de apoio à instalação dos cadetes.

20 de janeiro de 1951 — Foi inaugurada a BR-101 (Rio- São Paulo) diminuindo o isolamento da AMAN.

- 23 de abril de 1951 Data em que a Academia passou a chamar-se Academia Militar das Agulhas Negras, concretização de um sonho do Marechal José Pessoa, já na reserva. No mesmo dia foi introduzido na AMAN o busto de D. João VI, criador da Academia Militar Real, em 1810. (14)
- 19 de março de 1952 Introdução do busto do Barão do Rio Branco, grande historiador militar e estimulador do fortalecimento militar do Brasil durante a Reforma Militar "para que o país pudesse desempenhar com prestígio e segurança seu papel no convívio internacional".
- 23 de março de 1952 Com a presença do Mal. Mascarenhas de Moraes foi inaugurado o Monumento aos Tenentes do Realengo tombados gloriosamente na Itália durante a 2ª Guerra Mundial tenentes Aluysio Faria, Francisco Mega, Godofredo Cerqueira Leite e José Maria Pinto Duarte. De algum tempo para cá, na frente desse monumento tem lugar cerimônia de recepção dos novos cadetes de Infantaria. No mesmo dia foi inaugurado na Biblioteca, o quadro Chegada da FEB. (15)
- 4 de novembro de 1951 Teve lugar na Seção de Hipismo a inauguração do monumento ao cavalo Casemiro, glória do hipismo acadêmico.
- 31 de janeiro de 1953 Teve início a primeira cerimônia solene de Escolha de Armas.
- 23 de abril 1953 Os cadetes e depois oficiai; da turma de 15 de fevereiro de 1955, à qual pertencemos, escolheram para patrono o aspirante Mega, morto em ação na Itália. Com eles transpôs o Portão de entrada dos novos cadetes e, na condição simbólica de general-cadete, o Ministro da Guerra Cyro do Espírito Santo Cardoso, destacado e marcante ex-comandante da AMAN e amigo dos cadetes que findou seus dias em São João D'El Rey, cercado do respeito e veneração daquela histórica comunidade. Neste dia a AMAN recebeu como doação uma espada de ouro que o povo brasileiro ofertou ao Duque de Caxias, depois de seu retorno vitorioso da Guerra do Paraguai.
- 12 de maio de 1953 Surge o primeiro número do "O ALAMBARI", Informativo Interno fundado pelo Cap. Rubens Portugal.
- 7 de junho de 1953 Primeira entrega de espadins na AMAN, tradição que se firmou desde então. Antes era feita no Largo do Machado, frente a estátua equestre de Caxias e a partir de 1939 no Panteon para onde foi transferida a estátua e os restos mortais do Duque e da Duquesa de Caxias. Panteon ora pleiteado pela AMAN para completá-la.
- 14 de junho de 1954 Início do ano letivo com aula inaugural de Pedro Calmon.
- 9 de julho de 1954 Foi inaugurada a Agência dos Correios dentro da AMAN, elo fundamental dos cadetes com o mundo exterior à Academia e principalmente com suas famílias, namoradas e noivas.



23 de abril de 1955 — Foi feita pela primeira vez a cerimônia de apresentação do Estandarte do CC aos cadetes do 1º ano e definido seu significado segundo concepção heráldica de Watsch Rodrigues.

1º de dezembro de 1955 — A AMAN recebeu a coleção de quadros de Funchal Garcia, adquiridos pelo Ministro da Guerra, focalizando a região de Canudos no sertão baiano. Esta coleção em grande parte ilustra as paredes dos gabinetes de História e Geografia Militar. (16)

10 de outubro de 1956 — O Museu Acadêmico depois de receber o acervo vindo do Rio passou a funcionar como Museu do Exército (Portaria de 17 de setembro de 1956).

15 de outubro de 1957 — Tem início a justa tradição de comemorar-se na AMAN o Dia do Professor.

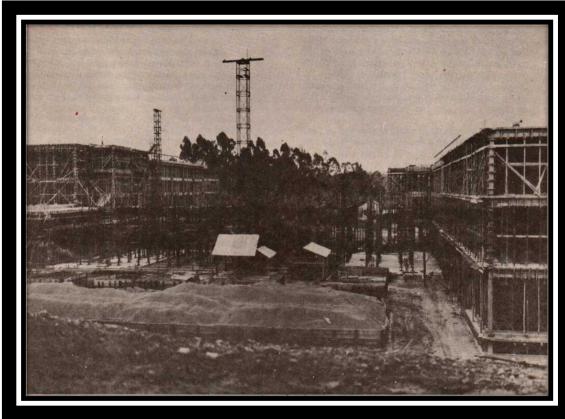
19 de junho de 1958 — Encerram-se as filmagens de "Aí vêm os cadetes".

Estas são algumas das mais caras tradições da AMAN. Tradições que devem ser preservadas e divulgadas sob o argumento de que elas são para a Academia como o perfume para uma flor.

Em 1979, visando a preservá-las e divulgá-las, realizamos alentada e exaustiva pesquisa sob o título "35º aniversário de instalação da AMAN". Ao final relacionamos e localizamos 164 fontes de História da AMAN, desde 1811. Esforço que temos continuado a proceder por colecionar outras fontes desconhecidas ou produzidas depois em nossa Biblioteca à rua Florença, 266 - Jardim das Rosas - Resende.

A referida pesquisa foi publicada em **Revista do Clube Militar** em 1979, além de distribuída no original sob a forma de separata a diversas entidades e bibliotecas. Ela é capaz de orientar o pesquisador sobre a História da AMAN, em seus diversos aspectos. No final relacionamos algumas novas fontes surgidas

depois.



Aspecto da construção do Conjunto Principal, visto da elevação ao lado do Rancho. A partir de 1985 ele sofrerá um desafio com o aumento de cerca de mais de 20% do efetivo suportado nos últimos 40 anos e que não variou com o enorme crescimento populacional do Brasil.

Em 24 de dezembro de 1946 foram declarados aspirantes os integrantes da primeira turma formada integralmente pela AMAN. Deles atingiram o generalato: Sinval Senra Martins (Int e o primeiro aspirante pela AMAN a atingir o posto), Niaze Almeida Nerude (Int), Ivan Jejuhy A. Costa (Inf), Antenor de Santa Cruz Abreu (Cav), José Ramos de Alencar (Cav), Fábio de Moura e Silva Lins (Inf), Manoel de Jesus e Silva (Inf), Alberto dos Santos Lima Fajardo (Inf) — destacado futebolista e, Resende como cadete), Samuel Tarso Teixeira Primo (Art — exsubcomandante da AMAN em 1979), Ramiro Monteiro de Castro (Cav — o primeiro comandante da AMAN na condição de formado integralmente por ela), Iris Lustosa de Oliveira (Cav), Ângelo Baratta Filho (Art), Brummel Couto (Inf), Waldemar dos Santos Costa (Cav), Almério José Ferreira Diniz (Inf — excomandante do CC), Hans G. Haltenburg (Cav), Murilo Fernando Alexander (Inf) e Garrone Romão Veloso (Cav).

São formados integralmente pela AMAN os ministros Danilo Venturini e Rubens Carlos Ludwig e o atual comandante Rubem Bayma Denys, filho do Marechal Odylio Denys, o único sobrevivente da Missão Indígena da Escola Militar de Realengo (1919-21).

E, assim, a AMAN caminha para a data 2 de março de 1990 quando superará o Record de sua permanência no Largo de São Francisco de 1811-1857, de cerca de 46 anos, seguido e perto de quase igual período de permanência na Praia Vermelha — 1858-1904. Nesta data todos os oficiais generais da Ativa terão sido formados integralmente nas Agulhas Negras — o sonho maior do Marechal José Pessoa — ainda incompleto, enquanto não

receber o "seu fecho de ouro" o Panteon de Caxias (conjunto estátua eqüestre e restos mortais do Pacificador, capela e museu).

NOTAS AO TEXTO

1— Tasso Fragoso enviou da Alemanha em 1898 durante curso no Exército Imperial Alemão entre outros, artigo sob o título "Como se faz um oficial alemão"in: Revista Brasileira, 1898, tomo XIII, ano IV. Nele analisava e combatia o bacharelismo militar e propunha: "19) redução de teoria ao mínimo indispensável; 29) máxima atenção ao ensino prático ou profissional; 39) seleção criteriosa dos melhores, para maior treinamento prático e teórico visando a preparação para o Estado-Maior." Assim além de haver sido pioneiro em estágio no Exército Alemão, o foi na "luta bacharelismo X profissionalismo militar" que teve seu ponto de inflexão no Regulamento de Ensino de 1905. Tasso Fragoso é membro dos IHGB e IGHMB e pioneiro no estudo crítico da História do Exército no Brasil. E seu biógrafo e historiador militar e membro dos IHGB e IGHMB Tristão de Alencar de Araripe que foi uma espécie de S/3 do Realengo ao tempo de comando do Mal. José Pessoa e diretor de Ensino do então Cel. Mascarenhas de Moraes.

A obra sob o título **Tasso Fragoso** foi editada pela Bibliex.

2 — Deve-se o resgate à Memória Nacional da Academia Militar Real ao general Francisco de Paula Azevedo Pondé, ao localizar os documentos respectivos nos porões da Escola de Engenharia, na ilha do Fundão e havê-los entregue ao Arquivo Nacional. Trabalho específico de sua autoria sobre a Academia Real Militar esta publicada nos Anais do Sesquicentenário da Independência do IHGB em 1972.

Revela que o coronel do Corpo de Engenheiros Jacinto Nogueira, mais tarde o construtor da Fazenda Santa Mônica em Vassouras e Marquês de Baependi, integrou a Junta Tríplice que dirigiu e instalou a Academia Militar Real em 1811 e atual AMAN. Jacinto era sogro da filha do Duque de Caxias e senhora da Fazenda Santa Mônica, quando ali faleceu seu pai em 7 de maio de 1880.

O general Pondé é biógrafo do general Napion - patrono do Material Bélico, E presidente do IGHMB e IHG 'da cidade e estado do Rio de Janeiro e tesoureiro do IHGB.

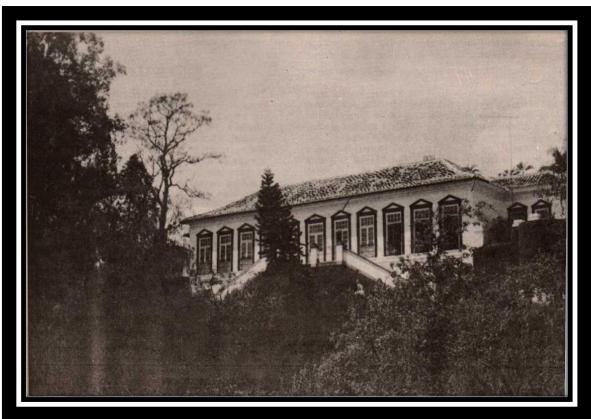
- 3 Segundo conclusões do Ten Cel Hiran de Freitas Câmara, biógrafo do Marechal Pessoa que estuda faz 13 anos, estes melhoramentos visavam os futuros instrutores da AMAN que ele sonhou e viu nascer.
- 4— Este local na forma de um platô colocaria a Academia a salvo das enchentes, economizaria terraplenagem, segundo o citado oficial na nota 3. Foi sobre ele que surgiu o núcleo povoador inicial de Resende Campo Alegre.
- 5 Coordenava as manobras o então major Tristão Alencar Araripe que mais tarde seria o Diretor de Ensino do Realengo, com o comando do Cel. Mascarenhas de Moraes. Integrava igualmente a Direção de Manobras o capitão Humberto de Alencar Castello Branco, mais tarde E/3 da FEB e presidente da República.

Os mais tarde Marechal Tristão de Araripe e Castello Branco, por seus valiosos estudos históricos militares críticos, foram membros do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e ambos comandantes da ECEME.

6 — Segundo Penna Firme, o cel. Abilio Godoy, proprietário da Fazenda Castelo viu o local onde José Pessoa enterrou a pedra.

No fundo eram duas correntes de opinião em conflito. A dos generais Leite de Castro e José Pessoa, favoráveis à criação de uma moderna Escola Militar que seria agente por si de uma abrupta elevação do padrão do oficial d Exército. A outra liderada pelo general Góes Monteiro no sentido que a escola moderna deveria ser consequência da evolução gradativa do padrão cultural. Esta era a ponta visível do iceberg. É assunto que exige um aprofundamento maior e do qual talvez surja uma luz com c centenários de José Pessoa em 1985 e do general Góes Monteiro em 1889. Temia a corrente de Góes Monteiro e à qual parecia pertencer o Chefe da Casa Militar, Gen Pantaleão Pessoa, que os aspirantes saídos duma escol modelar tivessem um choque cultural violento com realidade existente na tropa. Este choque já fora sentido pelos ex-alunos da Missão Indígena e creio esteja o me mo nas raízes das revoluções de 23, 24 e 30.

- 7— Segundo conclusões do Ten.-Cel. Hiram, com apoio em depoimento do arquiteto Penna Firme que colheu em 1972, a AMAN motivou três projetos: o primeiro para Fazenda do Castelo; o segundo para o atual local, mas bem mais amplo e, o terceiro, basicamente o realizado com modificações e inacabado por faltar o Panteon de Caxias (estátua eqüestre, museu e capela) e o gabinete de Comando. No primeiro, o Panteon foi previsto no centro da esplanada de acesso ao Paraíba; no segundo, esquerda para os lados do atual Estádio Mark Clark no último, á direita de quem transpõe o Portão Monumental.
- 8 Foi construída por um dos três integrantes da Junta Tríplice que dirigiu e instalou a Academia Real Militar inicialmente na Casa do Trem e logo a seguir no Largo de São Francisco. Trata-se do então Coronel do Corpo de Engenheiros Jacinto Nogueira da Gama, mais tarde Marquês de Baependi, sogro da filha mais moça do Duque de Caxias e baronesa de Santa Mônica. O Cel. Jacinto foi o executivo da Junta e assim uma espécie de primeiro comandante da AMAN, em 1811.
- 9 O Marquês de Baependi foi deputado constituinte em 1823, Senador e Presidente do Senado, Ministro da Fazenda, autor do primeiro Orçamento do Brasil, além de ligado à instalação e direção da AMAN em 1811. Estes fatos justificam a participação do Senado, da Câmara Federal e do Ministério da Fazenda na restauração de Santa Mônica além do Exército e do MEC. Segundo Pedro Calmon, o personagem foi estudado, em 1852, por Francisco José da Rocha.
- 10 Esta argumentação geopolítica era do lavra do capitão Mário Travassos, Assistente de José Pessoa e considerado um dos pioneiros em estudos geopolíticos na América do Sul e Brasil.



Fachada da característica sede da Fazenda Castelo, em Resende, onde o Marechal José Pessoa sonhou e projetou inicialmente a AMAN. Como as terras da Fazenda Castelo deveriam ser adquiridas pelo Governo, este decidiu construir a AMAN no atual local, em terras de sua propriedade. (Foto cedida pelo historiador de Resende, Joaquim Maia, da Delegacia Barão Torres de Mello, da Academia Brasileira de História, em Resende, que cooperou com a presente pesquisa).

O Cel. Travassos ao assinar o Boletim Escolar nº 1 da AMAN em 19 de março de 1944 escreveu a certa altura:

"É para mim grande honra assinar o Boletim nº 1 do Comando da Escola Militar de Resende. Conhecedor, até os seus mínimos pormenores, das origens da Nova Escola Militar, que datam do ano de 1931, nunca pensei que pudesse ver realizado o sonho do então Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, tão cedo concretizado, graças ao espírito dinâmico, à capacidade técnica e à experiência do Exmo. Sr. General Luiz de Sá Afonseca, e viesse me tocar a missão de insuflar vida à majestosa realidade que é hoje a Escola Militar de Resende."

Faz justiça Mário Travassos ao general Afonseca que está a merecer um estudo especial pela construção da AMAN.

- 11 Segundo o então Ten Cel Jonas Correia Neto, membro do IGHMB, no excelente ensaio biográfico **Barão do Triunfo Bravo entre os bravos**, Rio, Sec Gen Ex, 1970.
- Em 1944 predominou o espírito de que os cadetes da AMAN não deveriam ter nenhum contato com os cadetes do Realengo. Ao final de 1944 a realidade mostrou que era impositivo este contato para transmissão de padrões, tradições e mensagens. Assim a primeira turma declarada aspirantes em 1945 foi levada para a AMAN para completar esta lacuna, segundo seu integrante Jonas Moraes Correia Neto, em depoimento ao autor.
 - Na revolução de 32, no campo de paradas atual da AMAN, foi

improvisado um campo de pouso para os aviões de guerra do governo — os WACO (vermelhinhos) e os POTEL. Foi necessário então derrubar árvores de parte do então Horto Florestal que ali existiu. Houve protesto ecológico sob o argumento de serem essências raras. O então capitão aviador Henrique Dyott Fontenele não podendo reverter o processo respondeu:

"Se estas árvores são raras fiquem consolados que elas vão ficar mais raras ainda."

Achega fornecida pelo historiador da FAB, Brigadeiro Lavanère-Wanderley, segundo o qual nunca esteve nas cogitações da Aviação Militar treinar pilotos em Resende.

- Deve-se ao general Azambuja Brilhante, antigo auxiliar do Mal. José Pessoa, tornar oficial o atual nome da AMAN "nome orográfico escolhido pelo Mal. Pessoa para que ficasse perpetuada a grande obra na terra brasileira". O ato do Gen. Brilhante descrito é com apoio no traço de seu perfil feito por Humberto Peregrino no IGHMB em 5 de junho de 1984, aliás autor de excelente memória sobre a AMAN publicada na RIHGB em 1981 e por nós entregue ao biógrafo do Mal. Pessoa de quem Humberto Peregrino foi Ajudante-de-Ordens.
- 15—O então General Pessoa sonhou ardentemente comandar a FEB. Escolhido Mascarenhas de Moraes, apoiou o que classificou muito boa escolha. Como Presidente do Clube Militar coube-lhe organizar a memorável e condigna recepção à FEB. Achega com apoio no filho do mesmo nome do marechal Pessoa e transmitida a seu biógrafo Ten Cel Hiran.
- 16—O Ministro da Guerra era o General Henrique Baptista Duflés Teixeira Lott, que patrocinou a ida do artista a Canudos, segundo Humberto Peregrino ao traçar perfil biográfico do Mal Lott em sessão do IHGB em 31 de maio de 1984.
- 17 A mudança do nome de Campos Elíseos para Agulhas Negras foi ato do governador Ernani do Amaral Peixoto às instâncias do Marechal José Pessoa.

NOTA COMPLEMENTAR

- O cap. José Pessoa pelo seu porte, garbo e esmero no fardar- se ficou conhecido por "Capitão Beleza" entre as moças professoras que tomavam o trem da Central no mesmo horário que ele.
 Ele era sobrinho do ex-Presidente Epitácio Pessoa.
- Em 31 de janeiro de 1951 assumiu o comando da AMAN o General Nestor Souto de Oliveira que determinou a confecção do primeiro resumo histórico da AMAN desde 1810, o qual assinou em 27 de julho de 1952. No seu comando teve lugar, por Decreto de 23 de julho de 1951, a mudança de nome da Escola Militar de Resende para Academia Militar das Agulhas Negras, sonho do Mal Pessoa, proposto pelo General Azambuja Brilhante que antecedeu o General Souto de Oliveira.
- Em 5 de agosto de 1944 visitou a AMAN o Presidente Getúlio Vargas, em cujo governo teve lugar o sonho e a concretização do grande empreendimento.
- O Mal. Mascarenhas visitou a AMAN como general em 27 de março de 1946 no comando interino do Cel. Professor de História Militar Pedro Cardolino de Azevedo, ofertando então quadros sobre Monte Castelo, Castelnuovo e Montes e feitos por artistas italianos.
- Mais tarde, em 23 de março de 1952, na cerimônia de inauguração do Monumento aos Tenentes do Realengo, assistiu a AMAN desfilar, pela primeira vez, com seu atual Estandarte com o nome de Academia Militar das Agulhas Negras.

(x) Autor

Cel. Eng^o QEMA. Curso de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Integrou a Comissão de História do Exército do EME (1971-74).

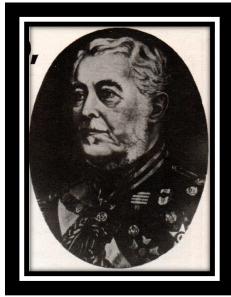
E membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Academia Brasileira de História. E membro dos Institutos Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, cidade e Estado do Rio de Janeiro, cidade de São Leopoldo.

Atualmente preside a Comissão de Pesquisa Histórica Básica da Revista A Defesa Nacional. E estudioso da História da AMAN (1810-Atualidade), assunto sobre o qual possui apreciável acervo de fontes e da qual foi instrutor de História Militar de 1978-80.

O presente artigo foi base de palestra que proferiu em 14 de junho de 1984 na sede do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

COMENTÁRIO AO AMIGO CEL VIRGÍLIO VEIGA SOBRE CAXIAS EM 1946

TIVESSE ELE, POR BERÇO, UMA INGLATERRA OU FRANÇA, E SEU NOME SERIA UNIVERSAL!



A revista de maio/junho 1980, dedicada ao centenário da morte de Caxias, editou amplo e abrangente espectro de opiniões emitidas, sobre a projeção do maior de nossos generais sob o título "Significação histórica do Duque de Caxias". Hoje através de trechos de autoria do Cel R-1 Virgílio da Veiga, quando aluno do CMRJ, vencedor do Concurso Caxias — 1946, naquele estabelecimento, a revista procura mostrar como a projeção histórica do Patrono do Exército era interpretada pela mocidade militar brasileira, na histórica Casa de Thomaz Coelho. Isto no ano seguinte ao retorno vitorioso da FEB, da Itália, onde, segundo seu comandante, Marechal Mascarenhas de Moraes, "Caxias, foi a sua inspiração e a de seus heróicos comandados". Finalizava o aluno Virgílio sua oração vencedora: "O mal da glória de Caxias foi ele ter nascido no Brasil. A grande glória do Brasil é tê-lo como filho". A

última oração casa muito bem com o esforço que vem sendo feito pelo Exército, através da 1ª RM e da DACED, para atalharem a ruína e restaurarem o Solar da Fazenda Santa Mônica em Juparanã — Valença — RJ, onde Caxias viveu seus últimos 2 anos e meio de vida e faleceu em 7 de maio de 1880.

Cel Cláudio Moreira Bento Presidente da Comissão de Pesquisa Histórica Básica de A Defesa Nacional

Senhores

O século dezenove é o século áureo da civilização brasileira. Por isso mesmo foi cenário das maiores lutas que nossa história registrou

Foi o século que conheceu o Brasil Colônia, Império e República, que assistiu à escravatura e à Abolição e que lhe deu, sob tríplice aspecto, o significado real de país autônomo. Foi o século das guerras externas do Brasil independente 1825-27, 1851-52 e 1865-70.

CAXIAS é filho desse século.

Descendendo dos mais proeminentes vultos do mundo militar da época, iniciado, desde os cinco anos de idade, na vida da caserna e vivendo o ambiente turbulento do século, era de se esperar que nele se moldasse o espírito padrão do nosso Exército. .. .

Caxias soldado padrão, soldado do Império, cavaleiro dos tempos em que as guerras se faziam mais com homens do que com máquinas — cavalo e homem. Em lutas mais de ardor do que técnica — quando se sabia de onde vinha a morte e a ela se enfrentava com bravura e destemor.

Sua espada tornou-se a emissária da paz — causa mór de todas as guerras — batendo-se por ela, não com a hipocrisia do conquistador, que nela se apóia e a leva como escudo, mas como o guerreiro superior, que a põe num pedestal de ouro e, com seu corpo, faz sua amurada.

A Bailada, a Sabinada e a

Farroupilha bem traduzem a obra grandiosa de LUIZ ALVES DE LIMA nesta terra onde, desde aquele tempo "se deseja tudo e onde tudo não passa de um desejo"

Caxias jamais sentiu, sob os pés, a depressão da derrota, fato que dignifica a glória de qualquer soldado.

TIVESSE ELE POR BERÇO UMA INGLATERRA OU FRANÇA, E SEU NOME SE TERIA TORNADO UNIVERSAL

Mas, que importa o universo, quando se ama a Pátria com amor devotado e esta ama seu filho, com amor puro de mãe reconhecida? CAXIAS era superior às vaidades humanas e somente o cumprimento cego do dever lhe despertava orgulho.

Dono de um moral alevantada, sabia fazer, dos vencidos, amigos devotados e, dos inimigos, filhos adolescentes, revoltados com a prudência sábia do velho e

experiente pai.....

Seu nome permanece arraigado nas terras do sertão do norte, incrustado nas planícies dos pagos sulinos, imortalizado nas páginas da nossa história.

TIVESSE ELE, POR BERÇO, UMA INGLATERRA OU FRANÇA, E SEU NOME SERIA UNIVERSAL!

HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO Diretor Cultural e da Revista do Clube em seu Centenário em 1987



E muito bem-vinda e, sobretudo oportuna, às vésperas do início do sesquicentenário da Revolução Farroupilha (1885—1985), a obra **História da Revolução Farroupilha**, de autoria de Morivalde Calvet Fagundes, co-editada por Martins Livreiro e Universidade de Caxias do Sul e impressa pela Livraria Sulina - P. Alegre, 1984. A obra é fruto de cerca de 30 anos de pesquisas em significativa parcela de fontes, em um total de 134, que o autor relaciona ao final e procura consolidar.

Conta com primorosa, muito feliz e densa apresentação de Mário Gardelim, que muito valoriza e recomenda a obra, como uma espécie de moldura dourada.

História da Revolução Farroupilha, que causou muito boa impressão em Arthur Ferreira Filho, autoridade no estudo das revoluções, no Rio Grande do Sul e grande especialista em história daquela região, é desenvolvida em linguagem direta, acessível, sem rodeios e não raro com um sabor gauchesco ou nativista, penhor para atingir o objetivo do autor de agradar o grande público e, em especial, aos tradicionalistas gaúchos. A genealogia de Bento Gonçalves está muito clara.

Creio que seja a história do "Decênio Heróico" mais completa do ponto de vista farrapo, bem como a que até hoje mais devassou e explicou questões de Maçonaria envolvidas na Revolução, uma característica do século XIX. Aliás, assunto em que o autor é autoridade internacional reconhecida, a concluir-se por parcela dos maiores historiadores de Maçonaria, não maçons que trouxe da Europa para estudos específicos no Brasil e relatados em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1983.

O autor liga-se por laços de sangue ao ex-Guarda-Marinha e jornalista José de Paiva Magalhães Calvet que, através dos jornais *O Continentino* e o *Recopilados Liberal* e com ação direta teve papel destacado no início da revolução, em 20 de setembro de 1835, ao lado de Bento Gonçalves e seu concunhado Antonio de Porciúncula, da família da pelotense Amélia da Porciúncula, madrinha do historiador Pedro Calmon e, mais, o mineiro Dr. Marciano Ribeiro, colocado no governo do Rio Grande pela Revolução.

O autor é porto-alegrense desde 1957, radicado no Rio. E filho de pais pelotenses, sobrinho-neto e biógrafo do poeta de Pelotas - Lobo da Costa -, além de sobrinho político, admirador e seguidor nas letras e na carreira das armas, do General Emílio Fernandes Souza Docca, literato de expressão nacional, cujo centenário transcorre aos 16 de julho, e que foi ex-Diretor da Biblioteca do Exército e 1º Presidente da Federação da Academia de Letras do Brasil. Morivalde, ensaísta, conferencista e historiador, fez carreira na Intendência do Exército, onde atingiu o generalato na Reserva. Há 50 anos estreou nas letras e no jornalismo em São Leopoldo — RS.

Dentre as muitas e interessantes questões que levanta na obra **História da Revolução Farroupilha,** realça a falta da Infantaria Farrapa, grande lacuna que Gumercindo Saraiva corrigiu em parte na Revolução Federalista de 1895, conforme Ângelo Dourado em **Voluntários de Martírio**, Martim Livreiro, 1977,2ª ed.

Morivalde exalta um aspecto singular do Barão de Mauá, o de protetor de seus conterrâneos farrapos presos no Rio de Janeiro. Recorda com novos dados e com apoio em Pedro Calmon a fuga espetacular de Bento Gonçalves da Bahia e mais o duelo entre os primos Bento Gonçalves e Onofre Pires; os amores de David Canabarro; o assassinato misterioso de Paulino da Fontoura e a grande dúvida se a Revolução foi ou não traída no combate de Porongos. Sobre o canguçuense Cel Teixeira Nunes, cuja "morte em ação foi sentidíssima", segundo Dante de Laytano, o autor revela que Assis Brasil "o julgava a maior lança farrapa no dizer do General Tasso Fragoso", também "o mais valente rio-grandense do século XIX". Morivalde recorda uma importante lição da história: "os demônios da Revolução", que se fizeram presentes e notáveis no final da farrapa; ou seja, "os demônios que todas as revoluções carregam em seu bojo como elementos de autodestruição — as contradições, as insatisfações, os desejos e ambições incontroláveis etc".

Defende o caráter não separatista da Revolução e aponta o seu caráter nacional pela presença em sua alta direção dos mineiros Domingos José de Almeida e Marciano Ribeiro e do fluminense Mariano de Mattos que seria Ministro da Guerra nos anos 60 do século passado. Dá ressonância, assim, a tese de Souza Docca, provada com farta documentação, do caráter de República e Federação da Revolução Farroupilha.

Enfim, **História da Revolução Farroupilha**, conforme o apresentador, "é uma história diferente, escrita com amor, carinho, personalidade", e completaríamos, com muita honestidade, seriedade, serenidade e espírito de justiça.

Está de parabéns por mais esta significativa contribuição à História do Brasil, Morivalde Calvet Fagundes e seus co-editores.

CENTENÁRIO DO GENERAL SOUZA DOCCA

Cel Claudio Moreira Bento

Diretor Cultural e da Revista do Clube em seu Centenário em 1984

O dia 16 de julho de 1984 comemora o centenário de nascimento na histórica e heróica cidade de São Borja-RS, do ilustre soldado e historiador militar, Emílio Fernandes de Souza Docca, filho de um veterano da Campanha do Paraguai. Foi soldado de Intendência dos mais ilustres e atuantes no Exército. Iniciou a carreira como soldado raso, em 4 de abril de 1899. Percorreu todos os postos até ornar os punhos com os bordados de general 42 anos depois, tendo, inclusive, lutado no Contestado. Mas foi como escritor e historiador que ocupou um lugar de destaque na História. Ao findar seus dias, em 21 de março de 1946, entre os seus títulos acumulados, destacavam-se o de sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio fundador e primeiro presidente da Federação de Academias de Letras do Brasil, sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e ex-Diretor da Biblioteca do Exército que hoje abriga a sua biblioteca particular — de 4 de abril de 1942 — 2 de maio de 1945.

O sentido fundamental de sua obra histórica foi o de defender o acerto, o sentido moral, a elevação e a coerência da atuação diplomática e militar do Brasil no Prata, lá colocadas em dúvida, em certa época, com o apoio de alguns intelectuais no Brasil. Outra cruzada sua muito importante foi provar, com documentos, o sentido brasileiro da Revolução Farroupilha e seu ideal político de República e Federação, contra o argumento político conjuntural da época da Revolução, de separatista, que chegou, sem crítica, aos dias atuais.

Amante da verdade histórica, reconstituída à base de documentos, por historiadores no papel de juízes do Tribunal da História, sua obra possui um significativo cunho polêmico. Isto, por serem muitas réplicas a erros históricos, na maioria das vezes, difundidas por intelectuais de grande prestígio e, assim, sob o risco de perpetuações como verdades. À luz de documentos restabeleceu a verdade sobre a "Questão Militar", meio deformada quanto à verdade, para não dizer desvirtuada quanto ao papel do Exército. Versão generalizada à base de comportamentos individuais que não representavam a instituição.

Ao defender a moralidade e coerência da atuação política, diplomática e militar do Brasil no Prata, falseada por escritores platinos e nacionais, estava imbuído da convicção filosófica de que "só a verdade serve ao interesse da fraternidade entre povos", e mais, "que proclamar a verdade histórica e desprezar as lendas e os preconceitos é o melhor meio dos historiadores servirem às suas pátrias e o melhor modo de contribuírem para que suas respectivas pátrias se conheçam e se respeitem mutuamente".

Dentro desse espírito, apresentou tese no Congresso de História Nacional do Uruguai, no Centenário de Independência daquele país, sob o título **"Convenção Preliminar de Paz de 1828"**. Ela corrigiu diversos pontos e mereceu o maior respeito de nossos vizinhos.

A paixão de Souza Docca era a História do Rio Grande do Sul da qual era considerado "um arquivo vivo de suas coisas e de seus homens" e, hoje, figura entre os maiores na hierarquia dos seus cultores e mestres em todas as épocas. Procurou traduzir seus conhecimentos na obra **História do Rio Grande do Sul**, de edição póstuma, e que mereceu do desembargador Florêncio de Abreu, em prefácio, esta abalizada observação: "E trabalho que nenhum outro escritor sul-rio-grandense poderia empreender com maior autoridade na matéria. Trata-se de

história completa, abrangendo todos os seus aspectos, mas, sintética vazada em estilo fácil e atraente, e de certo modo didática".

Em seu trabalho Estudo de História, entre outros conceitos, onde realçou o valor das fontes históricas e de seu processo de estudo baseado no Método de Descartes, escreveu a certa altura: "Para o estudo de História o trabalho inicial é o conhecimento das fontes históricas, para a apreensão dos fatos que fazem chegar à síntese. A complexidade dos acontecimentos não permite considerá-los isolados na sua forma. E necessário uma noção mais completa das circunstâncias que variam desde a origem das eras sem história, onde só penetra o geólogo. passando aos aspectos geográficos, topográficos, climáticos e biológicos, para considerarmos, também, os fatores étnicos e, finalmente, combiná-los para dar forma ao enredo dos fatos a combinar". Ele realizou muitos estudos biográficos; entre eles, sobre o Marechal Câmara, Caxias (diversos). Marquês de Barbacena, Visconde de Taunay, General Osório, Marechal Deodoro, Marechal Floriano, Getúlio Vargas, Hilário Ribeiro (seu patrono da cadeira 10 da Academia Rio-Grandense de Letras), Rocha Pombo (que substituiu no Instituto Brasileiro de Cultura) e sobre o General Bento Manoel Ribeiro (seu estudo favorito) — o controvertido General que inicialmente defendeu e ao final combateu a Revolução Farroupilha e, sob o título Ensaio Psicológico do Marechal Bento Manoel Ribeiro.

Souza Docca, como chefe militar, honrou e dignificou o Exército. Como historiador, com apoio em documentos, restaurou, defendeu e projetou a verdade sobre a participação política, diplomática e militar do Brasil no Prata, além de haver provado e projetado o caráter brasileiro e o objetivo de Federação da República Rio-Grandense. Em todas as questões históricas sob sua apreciação, procurou comportar- se como um juiz do Tribunal da História, enfrentando a incompreensão das polêmicas que teve de enfrentar e venceu em nome da verdade histórica.

Por tudo foi um prazer e um dever cívico evocar sua memória, como confrade, irmão de Armas e co-estaduano no transcurso do seu centenário natalício.

Sua vida e obra foram imortalizadas na obra FAGUNDES, Mário Calvet. **Souza Docca — Vida e Obra**, Porto Alegre, 1961.

NOTA COMPLEMENTAR

Souza Docca é patrono da Cadeira 67 do Instituto de Geografia e História Militar, inaugurada pelo General Aguinaldo Senna Campos, ex- Chefe da 4ª Seção do Estado-Maior da FEB. Souza Docca participou da Campanha do Contestado, como Sargento Brigada do 30º Batalhão de Caçadores. Como Capitão, classificou-se em 1º lugar em Curso de Administração Militar ministrado pela Missão Militar Francesa. Na Revolução de 23, foi chefe de Intendência do Destacamento dc Cel Eneas. Em 1930, foi preso a bordo do Comandante Riperao largo do Guaíba. Chefiou os Serviços de Fundos e de Intendência do Exército. Colaborou diretamente na construção da AMAN e organizou o Serviço de Intendência da FEB. Foi soldado em 4 de abril de 1899, 2º Tenente em 11 de agosto de 1915 e General em 1941.

Conclusões com apoio em: SENNA CAMPOS, Aguinaldo, Discurso de posse no IGHMB m: **Uma Vida Através do Tempo**. Niterói, Of. J. Figueiredo 1983.

O ESCRITOR MILITAR MARECHAL JOSÉ PESSOA

Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO (Presidente da Comissão de Pesquisa Histórica de *A Defesa Nacional*)

Dentre os múltiplos aspectos da singular personalidade do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o presente artigo procurará abordar aspectos do escritor militar. Esta, faceta pouco conhecida, mas fundamental, para que o Marechal Pessoa comunicasse a públicos mais amplos as suas idéias e os mantivesse vivos para os pósteros, através de seu pensamento escrito.

Muito do simbolismo que introduziu na AMAN, relativo ao espadim de Caxias, uniformes históricos, brasão, Corpo de Cadetes e estandarte, o espírito daquele teria se perdido ou se turvado na letra fria dos regulamentos, se seu idealizador não tivesse imortalizado pela imprensa os ideais que motivaram suas criações.

E assim ele procedeu toda a vida, em torno de seus campos de interesse profissional ou patriótico: Escotismo, Blindados, Pólo, Academia Militar de Resende, Ensino Militar, Estradas Estratégicas, Chefes de Cavalaria e Nova Capital. Inúmeros foram os artigos pelos jornais **O Globo** e **Correio da Manhã** abordando problemas vários.HEMEROGRAFIA MILITAR DO MAR. PESSOA

Em 1916, ainda durante a I Guerra Mundial, ele publicou no **Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército** o artigo "Papel social do Escotismo". Foi o único sobre este enfoque nesta histórica publicação.

Em 1927, publicou em **A Defesa Nacional,** "As vantagens do pólo no Exército" (nº 160, abr 1927, pp. 114).

Recorde-se que, como subcomandante do 1º RCC, numa interinidade no comando introduziu, em 13 de maio de 1923, o pólo no Exército, num jogo entre o 1º RCC (atual Dragões da Independência) e o 15º RCI (atual Andrade Neves) no qual o último sagrou- se vencedor.

Esta competição, presumo, inseriu-se num quadro de confronto entre duas escolas de equitação: a francesa (Jácome e Armando Jorge) e a alemã (Lima Mendes e Euclides Figueiredo).

Em 1936, ainda em **A Defesa Nacional**, escreveu "Olimpíadas na Diretoria de Artilharia de Costa" (nº 270, nov pp. 489/491). Seu derradeiro artigo nesta revista foi "A carga de despedida" (nº 376, set 1945, pp. 121/124).

Na **Revista Militar Brasileira** escreveu, em 1942, "Rio São Francisco seus problemas e suas soluções". Artigo que defendia que o rio da Unidade Nacional poderia novamente servir de ligação fluvial entre o Norte-Nordeste com o Sudeste-Sul-Centro-Oeste na hipótese de interdição do Atlântico pelos submarinos nazistas. Este fato ocorreu e o São Francisco foi uma ligação alternativa precária, mas não isolou o Nordeste do Sudeste ou do Centro do Poder.

Na mesma revista escreveu, em 1942, "O problema da formação do corpo de oficiais e os nossos institutos de ensino militar". É artigo de muita atualidade e que merece ser relido.

Mas foi a revista **Nação Armada** (1933-44) que recebeu a maior colaboração deste ilustre chefe: "A grande estrada do Nordeste — seu objetivo político, econômico e militar" (nº 6, maio 1940, pp. 11/14); "Grandes chefes da

Cavalaria" (nº 12, nov 1940, pp. 9-14); "Estrada do Norte — Araguaia Tocantins" (nº 13, dez 1940, pp. 20/24); "Os tanks na guerra européia — o triunfo da motomecanização" (nº 18, mai 1941, pp. 20/22) e, finalmente, "Resende e a Escola Militar das Agulhas Negras" (nº 21, ago 1941, pp. 137/138).

O Marechal José Pessoa aparece aí entre os mais assíduos escritores militares que foram grandes suportes da corrente de pensamento militar brasileiro que, fazia cerca de meio século, vinha lutando pelo contínuo progresso do Exército e do Brasil: Afonso de Carvalho, Ignácio José Veríssimo, João Batista Magalhães, Tristão de Alencar Araripe, Carlos Sudá de Andrade (professor de História do CMRJ), Francisco de Paula Cidade, Lima Figueiredo, José Camerino e Helber Henriques.

Na Revista da Escola Militar, cujo nome atual é **Agulhas Negras**, ele publicou "A pedra fundamental da Escola Militar", em 1931, e "O Espadim de Caxias, o Brasão de Armas, o Corpo de Cadetes e os Uniformes Históricos da Escola Militar", em 1939. No último, ele traduziu todas as idéias e simbolismos ligados aos mesmos.

Fez isto sob o argumento de que não viesse a ocorrer o mesmo que com a Academia Real Militar criada em 1810 por D. João que, em 1938 "apenas sabiase que havia existido". E, por coincidência, no ano de seu centenário é que o Arquivo do Exército — A Casa da Memória Histórica do Exército — acaba de microfilmar os 4 (quatro) livros de Matrículas, Registros e Portarias da citada Academia, do acervo do Museu da Escola de Engenharia, para onde foram os livros depois de localizados, em 1972, pelo então General-de-Divisão Francisco de Paula e Azevedo Pondé, atual Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Como Presidente do Clube Militar, o Marechal José Pessoa escreveu em sua revista, em 1944, o artigo "Caxias". Era um dos seus personagens prediletos, com o qual impregnou a AMAN, à semelhança do que observou em Saint-Cyr, na França, em relação a Napoleão, quando serviu na I Guerra Mundial, no Exército da França, como tenente, comandando voluntários turcos.

O Marechal José Pessoa possuía grande apreço pela geopolítica e pela geografia militar sul-americana. A primeira, como instrumento auxiliar na ocupação racional do espaço brasileiro, coube-lhe, no final de sua vida, contribuir significativamente na solução, segundo Lysias Rodrigues, do problema geopolítico nº 2 do Brasil — a construção da Nova Capital. A segunda, como instrumento fundamental, ao lado da História Militar, no delineamento da tática e estratégias que deviam formar a Doutrina Militar Terrestre Brasileira, segundo conselho da Missão Militar Francesa, que repetia a visão de Caxias em 1861 e de Floriano Peixoto em 1895. Dentro deste último contexto foi que introduziu a Geografia Militar na Escola Militar em 1931. Convidou para ministrar a matéria o mais tarde General Francisco de Paula Cidade, autor do clássico Notas de Geografia Militar Sul-Americana, cuja primeira edição veio a lume com o apoio do Marechal José Pessoa. Enfim, uma Geografia Militar comprometida com o planejamento e condução de operações militares táticas e estratégicas no continente e não uma Geografia baseada em altos levantamentos estratégicos de áreas, mais da competência hoje do Serviço Nacional de Informação e em apoio à Doutrina da Escola Superior de Guerra.

Enfim, uma Geografia Militar preocupada com aspectos ligados a operações militares, ou a Geografia do soldado e não a do administrador público e privado ao nível estratégico.

Ao convidar Paula Cidade para introduzir a Geografia Militar na dimensão

que acabo de referir, o fez com este convite gentil: "Capitão Cidade, venha ajudar-me a carregar minha cruz".

BIBLIOGRAFIA DO MARECHAL JOSÉ PESSOA

Em 1921, ao término da I Guerra Mundial, o então Capital José Pessoa editou — **Os tanks na guerra européia 1914-18** (Rio, Albuquerque e Neves, 1921). Abordava assunto novo no Brasil e do qual foi pioneiro entre nós.

Posteriormente, quando Inspetor de Cavalaria, pesquisou os chefes de sua Arma e editou livro sob o título — Che**fes da Cavalaria brasileira** (Rio, Imprensa Militar, 1941). Procedeu a um levantamento iconográfico, do qual resultou uma galeria fotográfica desses ilustres chefes brasileiros que, desde 1945, ornam paredes do Curso de Cavalaria da AMAN.

Como Presidente da Comissão de Localização e Planejamento da Nova Capital do Brasil de 1954-58 editou **Nova Metrópole do Brasil — relatório geral de sua localização** (Rio, Imprensa Militar, 1958).

Por ele constata-se como foi relevante o trabalho do Marechal Pessoa para a implantação de Brasília em tão pouco tempo, e onde ele é um grande pioneiro esquecido. Constatar isto é obra de simples verificação de sua obra citada e do que foi feito em Brasília, com apoio no seu trabalho e no seu fiel escudeiro — o arquiteto Raul Pena Firme. Mas, confio na justiça do Tribunal da História!

"O Homem é eterno enquanto sua obra permanece."

Temos convicção de que isto ocorrerá com o idealista Marechal José Pessoa. Chefe ilustre que, com freqüência, tendo mil motivos para justificar-se de não realizar suas criações, arranjou mil para fazê-las. E mais, que a eternidade de sua obra será ajudada pelos seus escritos, aqui abalizados, para pesquisador do futuro mais facilmente encontrá-los.

FONTES CONSULTADAS

BENTO, Cláudio Moreira. **Revista do Clube Militar.** "35º aniversário da AMAN" (jun/ago 1979), "Significação histórica do Duque de Caxias (jun/ago 1980), "Cinqüentenário da 1ª entrega de espadins" (mar/ abr 1982), "Aspectos da época da criação da Escola Naval" (set/out 1985) e "As tradições da AMAN em seus 40 anos em Resende" (jul/ ago 1984).

CÂMARA, Hiram de Freitas, "Marechal José Pessoa — centenário de um idealista". **A Defesa Nacional** nº 717 jan/fev 1985.

CIDADE, Francisco de Paula. **Memórias** (inéditas) cedidas por seu filho Valdir Cidade.

PEREGRINO, Humberto. "Escola Militar de Realengo". **RIHGB** nº 333, out/dez 1981.

SANTOS, Francisco Ruas. **Coleção Bibliográfica Militar.** Rio, BIBLIEX, 1961 (e índices de **A Defesa Nacional).**



No Regimento de Dragões (França) - 1914

O ARQUIVO DO EXÉRCITO E A MEMÓRIA HISTÓRICA DE NOSSA FORÇA TERRESTRE ATUALIDADE - RUMO

Cel Claudio Moreira Bento

Diretor do Arquivo Histórico do Exercito

O Arquivo do Exército foi criado em 8 de abril de 1934 por ato do então Ministro da Guerra, General Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Sua implantação inspirou-se nos ensinamentos da Missão Militar Francesa que afirmava: "As bases da Tática e da Estratégia da Doutrina Militar Brasileira devem buscar respaldo na História e na Geografia Militar Sul- Americanas". O que vale dizer, nos casos concretos de lutas internas e internacionais ocorridas na América do Sul e na influência da Geografia nelas constatadas. Por isso mesmo, o Arquivo iria contar, à época de sua organização, com o concurso de três oficiais tidos como grandes historiadores militares, os Coronéis Jonathas do Rego Monteiro, Emílio Fernandes de Souza Docca e Francisco de Paula Cidade. O Cel Jonathas seria o seu primeiro Diretor e o Cel Paula Cidade, então consagrado historiador e maior autoridade brasileira em Geografia Militar, matéria que introduzira no currículo da Escola Militar do Realengo em 1932, no Comando do então Cel José Pessoa, que tivera heróica participação no Exército Francês na I Guerra Mundial. Após isto, Paula Cidade serviu na ECEME como instrutor até 1935, ocasião em que foi designado para um Comando de Unidade em Corumbá.



Aspecto da biblioteca de apoio, relativa a lutas internas e externas em desenvolvimento, com apoio no Sistema de Classificação de Assuntos de História do Exército.

Na tarefa de organização do Arquivo, tornou-se um excelente coadjuvante o então Cap Humberto de Alencar Castello Branco, valendo-se das observações que fizera em uma visita feita ao Arquivo do Exército da França. Castello Branco viria a revelar-se um dos pensadores militares mais fecundos de nosso Exército e que, dentro do ensinamento da Missão Militar Francesa, procurou sempre tirar lições da Geografia e da História Militar do Brasil. A obra Marechal Castello Branco — seu pensamento militar, editada pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 1968, aborda este aspecto com muita propriedade e eloqüência.

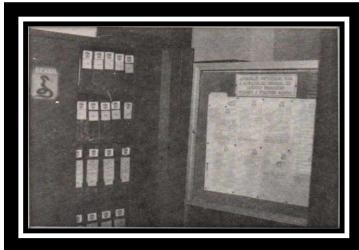
Assumiu, então, o Arquivo do Exército, a partir daí, uma finalidade cultural — preservar a documentação histórica do Exército e cooperar nas pesquisas de História Militar. Visava-se com isso, em última análise, a propiciar subsídios aos estudiosos da evolução da Doutrina do Exército, através de estudos críticos de História e Geografia Militar. Enfim, passava o Arquivo a exercer uma atividade de extrema relevância, perdendo a condição de simples depósito de papéis velhos de utilidade discutível.

Implantado o repositório das fontes históricas primárias do Exército, surgiria como corolário um órgão especificamente destinado a pesquisar e estudar aquelas fontes. Ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, fundado em 1936, caberia, através de seus ilustres membros, desempenhar essas relevantes tarefas. Faltava, entretanto, uma terceira peça no sistema que iria se encarregar da divulgação dos resultados dos estudos e pesquisas. O problema foi resolvido em 1937, menos de um ano após a fundação do Instituto, com a reativação da Biblioteca do Exército. Completava-se assim o tripé — Fontes Históricas (Arquivo do Exército) — Pesquisa e Elaboração (IGHMB — 1936) e Divulgação (BIBLIEX-1937).

Os resultados auspiciosos dos primeiros trabalhos realizados pelo Instituto e pela Bibliex, traduzidos em pesquisas, elaborações e publicações, representaram, na época, o inaudito esforço desenvolvido. Constatar isto é obra de simples verificação e raciocínio!.

Convém salientar que, a par de sua missão cultural, o Arquivo prosseguiu no exercício de sua função como cartório, ou seja, a de certificar dados de caráter administrativo do Exército com apoio em sua documentação, para subsidiar os

processos de Defesa da União, para atender a necessidades da Força ou de caráter pessoal, como certidões de tempo de serviço e outros documentos correlatos.



Aspecto do Arquivo Oficial da FEB, inaugurado em 1985, e a Ordem Presidencial para a sua mobilização.

Recentemente, em 26 de novembro de 1985, o Exmo. Sr. Ministro do Exército, Gen Ex Leônidas Pires Gonçalves, baixou uma Diretriz Cultural do Exército para o quinqüênio 1986-89, portaria ministerial nº 1130, que prevê para a Secretaria Geral do Ministério do Exército, à qual o Arquivo está subordinado, a seguinte missão:

"Contribuir para a preservação da Memória da Força Terrestre, no trato de documentos valiosos, identificados com a História Institucional e Operacional do Exército e com a evolução do Pensamento Militar Brasileiro e da Doutrina Militar Brasileira".

Assim, em função de suas finalidades e daquela Diretriz, o Arquivo do Exército, como autêntica Casa da Memória Histórica do Exército, vem desenvolvendo um Sistema de Classificação de Assuntos de História do Exército (SCHAE). Com apoio neste sistema, em caráter permanente e a nível predominante de fontes escritas, está desenvolvendo a História Científica do Exército Brasileiro, em suas dimensões ou vertentes: Institucional; Operacional; Doutrinária; de seus ex-integrantes e a de suas Organizações Militares. Esses aspectos da História serão abordados essencialmente sob o enfoque da Evolução do Pensamento Militar Terrestre Brasileiro desde 1808:

— História Institucional, focalizando o Exército como instituição do Brasil, com ênfase na evolução de sua destinação constitucional.

Dentro deste espírito ressalta a Sala de Ministros e de Patronos, que o Arquivo implantou e desenvolve, visando a nela reunir os dados mais completos possíveis sobre a vida de cada titular e de sua obra administrativa no Exército, bem como a dos Patronos. E, em conjunto, melhor fixar a História Institucional do Exército e a própria História do Exército, no seu todo.



Mapoteca de apoio ao estudo de lutas internas e externas ocorridas. Ela traduz a Geografia Militar Sul-Americana e a do Brasil (Terreno-Espaço) em que nossa História Militar se desenrolou (Tempo).

— **História Operacional,** compreendendo o conjunto de experiências acumuladas pelo Exército, em lutas internas e externas, predominantemente vitoriosas, responsáveis, em grande parte, por um Brasil de dimensões continentais.

Este conjunto, desenvolvido o mais profundamente possível, constitui o Patrimônio Cultural do Exército, acumulado desde o Descobrimento até os dias de hoje. Dele, estudiosos brasileiros, chefes, pensadores, planejadores e historiadores do Exército tirarão subsídios para desenvolver a Doutrina do Exército Brasileiro, digna de uma grande nação, potência ou grande potência, na medida da capacidade dos brasileiros de responderem aos desafios da História. Doutrina com progressivos índices de nacionalização.

Enfim, da História Operacional se retirarão os subsídios da arte da guerra brasileira, sob a forma de soluções táticas, estratégicas, logísticas e de Engenharia Humana, conforme o pensamento da Missão Militar Francesa, levando em conta a Geografia Militar Brasileira, bem como o homem brasileiro, como combatente e chefe, ao longo da História. Neste particular o Arquivo reuniu todo o acervo da FEB e está reunindo todo o do Batalhão Suez e da FAIBRAS. E assim procederá em relação a todas as experiências de lutas internas e externas do povo brasileiro, com a maior profundidade possível.

— **História Doutrinária**, constituída de um conjunto de regulamentos, manuais etc, que tem sistematizado, desde o Descobrimento, a Organização, o Equipamento, a Instrução, a Motivação e o Emprego do Exército após a Independência, e das Forças Terrestres do Brasil entre o Descobrimento e a Independência.

Enfim, História Doutrinária focalizando a evolução dos Corpos de Doutrina do Exército (1500-atualidade), com as influências estrangeiras recebidas e as acentuadamente nativas, como a Guerra de Emboscadas nas Guerras Holandesas e a Guerra à Gaúcha como exemplos.

— **História de ex-integrantes do Exército** visando, além da justa homenagem aos que ajudaram a construir o Brasil na paz e na guerra, a subsidiar estudos realistas de Engenharia Militar Humana, com o apoio nos perfis do

combatente brasileiro em geral e do chefe brasileiro ao longo de cinco séculos de História. Perfis embutidos em milhares de fés-de-ofício que o Arquivo guarda zelosamente e informatizadas.

Neste sentido, o Arquivo já possui cerca de 200 mil dossiês de ex-integrantes da Ativa e está apto a desenvolver número muito maior. Enquadram-se neste esquema as cerimônias que o Arquivo vem realizando desde 1985, sob o título: **Centenários de Chefes do Exército**, focalizando expoentes da instituição. No momento trata de Chefes egressos da Escola de Guerra de Porto Alegre, com grande projeção na profissionalização do Exército, em decorrência do Regulamento de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar.

Neste particular, sendo o Exército uma instituição de um país sob a proteção de Deus, seu Arquivo adota o seguinte pensamento:

"Mais importante que os restos mortais dos soldados do Exército do passado são os seus espíritos que o Arquivo guarda, preserva e evoca, em sua documentação, em homenagem à participação respectiva de cada um na construção da Pátria".



Aspecto da Sala de Processamento da Documentação, que trimestralmente é transformada em Auditório para a evocação de centenários de Chefes do Exército.

O Arquivo do Exército produziu em a obra **O Exército Brasileiro**, focalizando a evolução de suas Organizações Militares no período de 1500 a 1934 e guarda significativa parcela do acervo das que já foram extintas, também relacionadas na obra **Catálogo dos Acervos Documentais**, que imprimiu em 1975.

A par disso, coleciona todos os trabalhos específicos sobre História de Organizações Militares e dinamizará este particular junto àquelas que já possuem publicações específicas ou mesmo apenas datilografadas.

Para realizar seu planejamento relacionado com a História Científica do Exército, o Arquivo encetará campanhas, visando a completar suas coleções de regulamentos, manuais, livros, periódicos, fotos, mapas e documentos relacionados com a História Científica do Exército. Acaba de receber substancial apoio da Biblioteca do Exército no tocante a livros.

Deverá esforçar-se por incluir em seu acervo todos os estudos biográficos esparsos sobre ex-integrantes do Exército e suas Unidades, feitos fora dos órgãos de divulgação editados pelo Exército.



Aspecto da Sala de Pesquisa e Elaboração de certidões de tempo de serviço no Exército, de militares e civis.

Esta é, em síntese, a atualidade do Arquivo do Exército, que se propõe a ser a "Casa da Memória Histórica do Exército" e o "Guardião" de sua História. Para tal necessita contar com cooperação e estímulo de todos os integrantes do Exército, da Ativa, da Reserva e Reformados.

É, além disso, o Arquivo, um lugar sagrado, por ser a última morada de todos os integrantes do Exército, na forma de registro da vida e obra de cada um, ou seja, do espírito que, em vida, os animou na construção do Brasil, desde antes mesmo de sua independência.

O Arquivo assumiu o compromisso de cooperar, cada dia que passa, para o aprimoramento da **Operacionalidade do Exército**, com índices cada vez maiores de nacionalização.

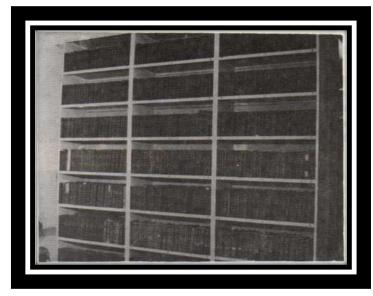
Operacionalidade cada vez mais eficiente, em suas dimensões: Institucional, Doutrinária, Operacional, de seus integrantes e de suas Organizações Militares, com apoio na exploração crítica do Patrimônio Cultural Militar do Exército, acumulado e sedimentado nas lutas internas e externas, predominantemente vitoriosas, em que se envolveu, desde os primórdios da nacionalidade.

Este, aliás, foi o sonho manifestado em 1855, pelo então Ministro da Guerra e que seria mais tarde o Duque de Caxias, Patrono do Exército. Vale a pena registrar sua afirmativa:

"Renovemos a tática urgente. Adaptemo-la às exigências da guerra, enquanto não se cogita de uma tática elementar, privativamente nossa, em harmonia com as circunstâncias peculiares de nosso Exército e com a natureza de nossas guerras".

Este sonho foi reiterado, em 1890, pelo então Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, e referendado pelos Ministros da Guerra, Gen Francisco de Moura, e da Marinha, Vice-Almirante José Custódio de Mello, ao encarregarem o Ten Cel de Engenheiros Emílio Carlos Jordan de escrever sobre a **Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870)**, com a finalidade de propiciar à classe militar o conhecimento da História Militar do Brasil e de propiciar aos alunos de nossas Escolas Militares subsídios para o

aperfeiçoamento de uma tática e de uma estratégia apropriadas às condições geográficas especiais da América do Sul.



Sala de História Institucional, contendo a legislação que tem normatizado o Exército como instituição desde 1808.

Este sonho continuou a ser perseguido por gerações sucessivas, destacando-se, em cada época, um grupo de estudiosos com atuação mais efetiva, como foi o caso dos estagiários do Exército Alemão, no início deste século, que passaram à História com o nome de "Jovens Turcos" e que, entre outras atividades, foram os fundadores da Revista A Defesa Nacional', dos brasileiros que combateram no Exército Francês na I Guerra Mundial; dos que, como Instrutores da Escola Militar do Realengo no período de 1919 a 1922, integraram a chamada "Missão Indígena", e ainda por muitos chefes, planejadores, pensadores, instrutores, historiadores e geógrafos militares, que consolidaram a profissionalização do Exército sob a influência benéfica da Missão Militar Francesa.

Aquele sonho de Caxias, manifestado em 1855, o eleva à condição de inspirador da Doutrina Militar Brasileira, e sua concretização é tarefa para as gerações do presente e do futuro de nosso Exército. E é por isso que o Arquivo está se preparando para apoiar este trabalho tão relevante que traduz, em suma, o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre do Brasil, pondo ao alcance dos estudiosos seu acervo, que constitui o precioso Patrimônio Cultural Militar, tão rico em soluções táticas, estratégicas, logísticas, de Engenharia Humana etc. Soluções capazes, por se situarem nos domínios da arte da guerra, de alicerçarem os principais aspectos da Doutrina de um Exército à altura do destino grandioso que o povo brasileiro almeja para o Brasil.

Uma Doutrina Militar é um misto de arte e ciência militar. Indiscutivelmente a arte militar brasileira está inserida na História e Geografia Militar do Brasil e Sul-Americana. Daí a necessidade de que esses estudos sejam atacados com ênfase, pois, até hoje, ninguém negou a grande importância dos mesmos na formulação da tática e da estratégia de uma doutrina militar.

À guisa de encerramento, consideramos interessante registrar algumas das impressões da visita realizada a 17 de abril de 1986, pelo Gen Div Anápio Gomes Filho, Diretor de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos do Exército,

àquela Instituição: "Visito o Arquivo do Exército como General- de- Divisão quando deveria tê-lo visitado como Aspirante, ou mesmo como Cadete. A maioria do Exército não alcança perceber a importância, o incomensurável valor de nosso Arquivo. Ele precisa, ele deve ser dignificado, pois é no passado que vamos buscar os ensinamentos para vivermos o efêmero presente e o imprevisível futuro".

Pelo Cel Claudio Moreira Bento Diretor do Arquivo Histórico do Exercito

A ESPADA DE SEIS CAMPANHAS DO DUQUE DE CAXIAS PELA PRIMEIRA VEZ EM BRASÍLIA

Cel Claudio Moreira Bento Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Atendendo a desejo manifestado pelo Exmo. Sr. Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, transmitido pelo Exmo. Sr. Gen Bda Francisco Fernandes Junior, Secretário Geral do Exército, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) permitiu, em caráter excepcional, que a espada de Caxias (em realidade sabre) viajasse de avião a Brasília, no período de 21 a 26 de agosto, para tomar parte nas comemorações do Dia do Soldado, tendo sido transportada por uma Guarda de Honra e Segurança integrada por cadetes da AMAN.

Pesou na decisão do Instituto, na excepcional concessão, o fato de o Presidente da República, Dr. José Sarney, ser Presidente de Honra daquela Casa da Memória Nacional e filho do Maranhão; primeira Província pacificada pelo Patrono do Exército e onde conquistara o título de Caxias por sua brilhante atuação militar no morro do Alecrim, na cidade maranhense de Caxias, usando, pela primeira vez, sua invicta e honrada espada.

Foi do Maranhão que Caxias trouxe um indiozinho órfão que batizou com o seu nome e o de seu único filho varão falecido. O indiozinho tornou-se filho de criação extremoso, ao qual Caxias legou em testamento "quatrocentos mil réis e toda a roupa de meu uso".

O sabre de Caxias, simbolicamente chamado espada, integra, desde 1925, o patrimônio do IHGB, do qual o Patrono do Exército foi sócio no período de 1847-80. Os espadins dos cadetes do Exército, criados em 1931, como arma privativa e distintiva dos cadetes, são cópias fiéis, em escala, dessa relíquia que acompanhou o Duque de Caxias na Pacificação do Maranhão, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, e nas Guerras contra Oribe e Rosas (1851-52) e da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1868-70), a concluir-se de trecho de seu testamento: "Deixo ao meu amigo e companheiro de trabalho, João de Souza da Fonseca Costa, como sinal de lembrança, todas as minhas armas, inclusive a minha espada com que comandei, seis vezes, em campanha, e o cavalo de minha montaria, arreado com os arreios melhores que tiver na ocasião da minha morte...".

Portanto, é uma relíquia de imenso valor histórico, da qual o IHGB é guardião há 41 anos e eventualmente permite que saia de sua sede, em ocasiões de grande projeção nacional, cercada de cerimonial condigno com a sua significação histórica.

Assim, em 1938, ela deslocou-se até a Escola Militar do Realengo para ser postada ao lado da espada de San Martin, trazida ao Brasil por estudantes militares argentinos.

Em 1939, ela participou do cortejo que transportou os restos mortais do Duque

de Caxias, do Cemitério São Francisco Xavier, onde foram exumados, até a Igreja Santa Cruz dos Militares e, finalmente, até o Pantheon de Caixas defronte ao antigo Quartel General do Exército — o atual Palácio Duque de Caxias.



Aspecto da cerimônia de entrega da espada de Caxias. Da esquerda para a direita: Prof. Américo Jacobina Lacombe, Presidente do IHGB; Cybelle de Ipanema, secretária, lendo o termo de empréstimo da relíquia; Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis, 1º Vice-Presidente; Gen Francisco de Paula A. Ponde, Tesoureiro; Cel Cláudio Moreira Bento, Coordenador das providências do Exército no Rio e membro do IHGB, e a Guarda de Honra e Segurança da AMAN.

Em 16 e 17 de agosto de 1979, ela viajou a meu comando pela primeira vez a AMAN para figurar com relevo na cerimônia de entrega de espadins à Turma Felipe Camarão, presidida pelo Presidente João Figueiredo, o primeiro exdetentor do Espadim de Caxias a atingir a Presidência da República, o que determinou a excepcionalidade da viagem.

De 6 a 8 de maio de 1980, a meu comando ela viajou pela segunda vez a Resende para figurar, com relevo, num conjunto de cerimônias evocativas do centenário de falecimento do Duque de Caxias, na fazenda Santa Mônica, em Valença-RJ.

Por longo tempo foi confundida a espada de Caxias existente na AMAN e ofertada pelo povo brasileiro, depois da Guerra do Paraguai, como sendo a que o Duque de Caxias usou em suas seis campanhas. Caxias, conforme se conclui de seu testamento, possuiu mais de três espadas. Sabe-se que a que usou até atingir o posto de coronel encontra-se na Casa de Deodoro. Mas existe mais uma, cujo paradeiro se desconhece.

A espada de Caxias foi doada ao IHGB pelo Capitão- de- Corveta Caetano Taylor da Fonseca, descendente do Brigadeiro João de Souza da Fonseca e Costa, que a recebeu em testamento de seu chefe, amigo e parente, conforme descrito.

Esta relíquia, para viajar a Brasília, foi entregue e recebida de volta em

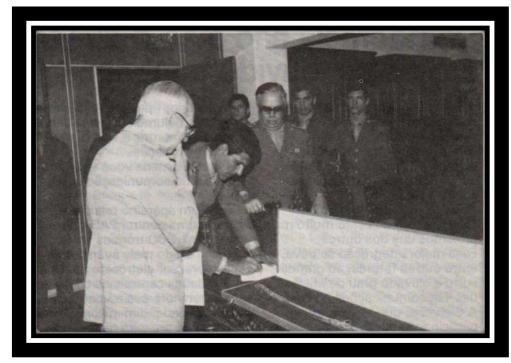
cerimônia cívica da qual participaram a Diretoria do IHGB e uma Guarda de Honra e Segurança enviada pela AMAN a meu comando .

Para viajar, foi encomendado um estojo artístico ao artesão Carlos Alberto Alves Ferreira, proprietário da firma CAJANE, ex-soldado do Regimento Escola de Infantaria (REI).

Ao ser-lhe perguntado o preço, depois de acertados todos os detalhes, respondeu — "Eu, cobrar isto dos senhores, que tratam com tanto carinho desta relíquia e da História do Brasil, não tem sentido. Esta é a minha modesta contribuição. A minha paga será poder dizer amanhã aos meus netos que tive nas minhas mãos, por minutos, a gloriosa e invicta espada de seis campanhas do meu Patrono do Exército. Sou reservista do REI. Tenho muitas saudades do meu Serviço Militar. Bons tempos aqueles! O meu Capitão era um Chefe e amigo formidável. Eu aprendi muita coisa com ele. Gostaria de encontrá-lo para lhe agradecer o que me ensinou. Ouvi dizer que se reformou lá em Brasília".

Os sócios do IHGB, que esperavam uma resposta prática, traduzida por um preço exorbitante pelo estojo, foram tomados de surpresa e emoção. Um deles, com a voz embargada, comentou — "É, ainda existe gente assim — que bom!" Como gratidão ao gesto do Sr. Carlos, foi-lhe proposto que colocasse a etiqueta de sua firma CAJANE no estojo, e ele não aceitou. Repetia — "Eu só quero um dia poder dizer aos meus netos que tive por alguns minutos, nas minhas mãos, esta relíquia. Este é o meu pagamento. Não se preocupem!"

Olhando-se em volta percebia-se nitidamente a emoção com que foram tomadas as testemunhas daquele gesto nobre de um simples, modesto e anônimo soldado de Caxias, na Reserva.



Cap Evair Emmanuel, chefe da Guarda de Honra e Segurança, assinando o termo de empréstimo da espada de Caxias, sob a assistência do Prof. Américo Jacobina Lacombe e do Cel Cláudio Moreira Bento.

70º ANIVERSÁRIO DO 1º SORTEIO MILITAR 10 DE DEZEMBRO DE 1916

Cel Claudio Moreira Bento

Diretor do Arquivo Histórico do Exercito e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de Geográfia e História Militar do Brasil

O 1º Sorteio Militar foi realizado em todo o Brasil. A cerimônia principal teve lugar a partir do meio-dia de 10 de dezembro de 1916, nas dependências do Batalhão do Tiro 7 (ex-Clube de Tiro Federal fundado em 13 de maio de 1906, no local do atual Palácio Guanabara). O Batalhão do Tiro 7 possuía suas dependências no pavilhão dos fundos do Quartel-General do Exército, que cedeu lugar, em 1941, ao atual Palácio Duque de Caxias. O Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, chegou de automóvel ao Quartel-General, em companhia do Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria e do seu Chefe da Casa Civil, Coronel Augusto Tasso Fragoso, grande expoente da Reforma Militar (1898-1945), desde seu início até 1932, particularmente como Chefe do Estado-Maior, além de inspirado historiador militar crítico.

O Presidente foi saudado por enorme representação de oficiais-generais do Exército, em serviço no Distrito Federal, bem como por comandantes de unidades, tendo à frente o General Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército e descendente direto dos generais Bento Manoel Ribeiro e Victorino Carneiro Monteiro — o Barão de São Borja. Participaram da recepção o Ministro da Fazenda Lino Matos, o Prefeito e o Chefe da Polícia do Distrito Federal e representantes do Ministro da Marinha, da Brigada Policial e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e da Guarda Nacional. O Presidente Wenceslau Braz atravessou o pátio do Quartel-General a pé, entre duas alas do Batalhão do Tiro 7.

A Junta do Sorteio Militar teve a seguinte constituição:

Presidente: Cel Fredolino José da Costa Secretário: Maj João Veloso Ramos Membros: Cel da Guarda Nacional Alfredo Fausto Sampaio Ribeiro; Cap Méd Dr. Francisco P. da Silva Reis; Dr. Álvaro Lima Pereira — 2º Procurador da República.

Ao ter início o Sorteio Militar, tirou a cédula das correspondentes aos 152 alistados, conforme sorte, o 2º Procurador da República. O primeiro sorteado foi Alberto Garcia de Maltas, do município de Santa Rita.

A leitura do nome do 1º sorteado foi saudada por uma prolongada salva de palmas dos presentes, acompanhada de repetidos vivas à República e ao Exército.

Foram sorteados 114 conscritos para preencher claros existentes nas unidades do Exército no então Distrito Federal. Terminada a lista de sorteados, o Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria, em breve oração referiu:

"A cerimônia que acaba de ser realizada é das mais importantes para a vida do Exército. Não sendo possível incorporar todos os cidadãos com 21 anos, a sorte decidiu quais seriam os que serviriam ao Exército". E prosseguiu: "A lei que o Presidente Wenceslau Braz assistiu ali ser executada estava em cogitação no Exército desde 1874, ou seja, há mais de quarenta anos". Congratulou-se com o Presidente pela realização da execução da lei, ato em que o mesmo Presidente

fizera questão de comparecer e prestigiar. Concluiu o grande Ministro Caetano de Faria, dizendo que dali por diante "ser soldado deixava de ser profissão para ser cumprimento de um dever cívico".

Foi lavrado um Termo do Sorteio Militar, assinado por todos com uma histórica caneta de ouro trazida pelo Cel da Guarda Nacional Alfredo Fausto e que pertencera a seu sogro Marciano Botelho de Magalhães que, como Capitão Diretor do Arsenal de Guerra, a recebera de presente de seus funcionários. Marciano como capitão e seu irmão Benjamin Constant, como major, integraram a 1ª Diretoria do Clube Militar, fundado em 26 de junho de 1887, respectivamente como 2º Secretário e Tesoureiro. A caneta citada serviria depois para Benjamin Constant firmar seus primeiros atos como Ministro da Guerra.

O Presidente Wenceslau Braz retirou-se do local do 1º Sorteio. Atravessou novamente o pátio central a pé, rumo ao Portão das Armas, por entre duas alas do Batalhão do Tiro 7, que lhe prestou as continências de estilo, e ao som da Marcha Batida. Logo a seguir executou-se o Hino Nacional, tudo ao comando do Primeiro-Tenente Ildefonso Escobar, que talvez um dia venha a merecer o título de Patrono dos Tiros de Guerra do Brasil, por sua atuação decisiva e marcante na implantação dessa instituição no Brasil, inspirada no modelo da Suíça.

De igual forma é possível que o Presidente Wenceslau Braz e o General José Caetano de Faria, responsáveis diretos pela implantação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil, que tanto concorreu para a modernização e fortalecimento do Exército nos últimos anos, venham a receber do mesmo uma homenagem consagradora. De longa data, a comunidade civil e militar de Itajubá pleiteia o nome histórico de Batalhão Wenceslau Braz ao 4º Batalhão de Engenharia de Combate, considerado por aquele estadista "a menina dos meus olhos", em razão de ele o haver pleiteado para lá aquartelar. Caetano de Faria, hoje, é apenas nome de um edifício onde aquartela a Polícia de Choque do Rio de Janeiro.

Existem aspirações esparsas de tentar homenageá-lo dando o seu nome ao Campo de Instrução de Gericinó ou mesmo tornando-o Patrono da Aviação do Exército. Pois já em sua gestão como Ministro da Guerra, pela primeira vez foi usado, na América do Sul, na Campanha do Contestado, o avião em operações militares, bem como foram lançados fundamentos que tornaram possível a criação da Escola de Aviação do Exército, em 1919.

De igual forma, é possível que um dia o Exército venha a adotar como Patrono do Serviço Militar do Exército o Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, de ação decisiva e exemplar, memorável e inesquecível, na Liga de Defesa Nacional na campanha nacional pró-convencimento da sociedade civil a adotar o Serviço Militar Obrigatório. Confirmar isto é obra de simples verificação de sua biografia, escrita por seu afilhado, o Prof. Pedro Calmon. Foram ambos grandes amigos do Exército.

Foi decisiva igualmente a ação de A Defesa Nacional pró-Serviço Militar Obrigatório, principalmente através de seus corajosos editoriais elaborados pelos "jovens turcos" Brasílio Taborda, Manoel da Costa e Parga Rodrigues, de ago-dez 1916 e que vale a pena lê-los. **A Defesa Nacional** fora fundada em 10 de outubro de 1913, no Clube Militar, que então tomou firme posição em favor do Serviço Militar Obrigatório.



QG do Exército (1908-41) onde ocorreu, em 10 dez 1916, a cerimônia principal do 1º Sorteio Militar, com a presença do grande Presidente Wenceslau Braz

1º SORTEIO MILITAR SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA

Em 10 de dezembro de 1916, quando ia acesa na Europa a I Guerra Mundial (1914-18), e fazia cerca de cinquenta dias que havia sido solucionada pelo Presidente Wenceslau Braz a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, a qual motivara a Revolta do Contestado (1912-15), foi que teve lugar, em todo o Brasil, o 1º Sorteio Militar. Este evento histórico foi o marco inicial do Serviço Militar Obrigatório, há setenta anos em vigor entre nós. Ele é o ponto de inflexão para o moderno Exército Brasileiro (Ativa e Reserva), com caráter nacional, e autêntica representação do povo nas Armas, onde ser soldado deixou de ser profissão mal vista pela sociedade civil, para se constituir num sagrado dever cívico relacionado com a Defesa Nacional.

O 1º Sorteio Militar foi o mais importante evento, por suas projeções benéficas, na Reforma Militar (1899-1945). Ele veio a arrancar o Exército dos ultrapassados padrões operacionais revelados na Revolta de Canudos (1896-97), na Bahia, aos atingidos pela FEB na Itália. Força que muito bem representou nosso Exército, ao lutar contra ou em aliança com frações expressivas dos melhores exércitos do mundo, presentes na Europa na II Guerra Mundial (1939-45).

O Brasil foi das últimas nações a adotar o Serviço Militar Obrigatório, uma decorrência da Revolução Industrial, que provocou uma grande sofisticação na Arte e na Ciência da Guerra. Sofisticação que impôs aos exércitos modernos uma poderosa, bem treinada e articulada Reserva de seus efetivos de Paz. Sofisticação que tornou a organização militar de uma nação um problema complexo, envolvendo todas as suas forças vivas, ao lado de longa e cuidadosa preparação no tocante à Organização, Equipamento, Instrução e Motivação de seu Exército. Seja visando o seu emprego na eventualidade de um conflito, seja, principalmente, como penhor da paz, como elemento dissuasório no quadro internacional, para, conforme preconizava o grande Barão do Rio Branco, no nosso caso, poder o Brasil "desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabe no convívio das nações".

A sofisticação em apreço tornou inviável o Brasil recorrer à Guarda Nacional,

às Polícias Estaduais e aos heróicos batalhões de voluntários da Pátria que, engrossando as fileiras do Exército Imperial, tiveram participação heróica memorável no esforço de guerra que culminou com a vitória aliada na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Por outro lado, tornou-se inviável, do ponto de vista do nível de operacionalidade desejável, e pelo altíssimo custo, o recorrer-se a soldados profissionais, em grande número, para integrarem um numeroso Exército mantido sempre em seu efetivo de guerra. Não existe nação, por mais poderosa que seja, que consiga manter um exército profissional.

Esta solução tem sido evitada politicamente, pelo perigo de uma força assim constituída tornar-se uma casta, sem caráter nacional e sem raízes na sociedade civil, e divorciada das aspirações populares. A História, mestra das mestras, está cheia de exemplos de forças profissionais destinadas à defesa da sociedade civil terem sido transformadas por alguns de seus chefes em instrumento para subjugar esta mesma sociedade.

A solução brasileira é um sistema misto. Uma parte é profissional, constituída de oficiais e sargentos da Ativa, recrutados em concursos de habilitação rigorosos e democráticos, em todos os segmentos da sociedade civil. Eles fazem carreira normal, após o que passam a integrar a Reserva até uma idade limite incompatível com operações bélicas. A outra parte é de conscritos. São recrutados para um ano de Serviço Militar, para depois integrarem a Reserva como soldados, cabos e sargentos egressos das unidades militares e soldados dos Tiros de Guerra, e os oficiais egressos dos NPOR e CPOR.



O 1º Sorteio Militar foi o ponto de inflexão para o moderno Exército Brasileiro, com caráter nacional e expressão do povo em armas.

Essa imensa massa que integra a Reserva do Exército é realimentada anualmente pelos que concluem o tempo normal na Ativa como profissionais ou com o término do Serviço Militar Obrigatório.

O Sorteio Militar, inaugurado em 10 de dezembro de 1916, propiciou ao Brasil um Exército de paz, compatível para esta circunstância, e um enorme Exército em reserva, seja como elemento de dissuasão, seja para alimentar um

esforço prolongado de guerra na eventualidade indesejável da mesma. Esta, fenômeno tão presente e vivo na história da humanidade. Assim, embora o Brasil seja tradicionalmente um país que não alimentou e nem alimenta sonhos de conquista, os integrantes de seu Exército (Ativa e Reserva), com parcela armada do povo brasileiro, não desejam a guerra. Ao contrário, aspiram a que ela nunca mais venha a acontecer. Mas, cabe-lhes o dever cívico, e disto estão conscientes, de não perderem um só minuto para estarem o melhor preparados para a eventualidade de defesa do Brasil, numa guerra.

E aqui é preciso ter-se muita cabeça e desprendimento patriótico, para se estar sempre preparado para uma situação que não se deseja que ocorra, dentro do pensamento: "Se queres a paz prepara-te para a guerra".

Talvez alguns entendam que a realização de um soldado seja a guerra. No caso do soldado brasileiro, sua realização é a conquista e manutenção da paz, e disso deu exemplos eloqüentes o Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro.

Ao lado da função de preparar os brasileiros para a defesa do Brasil, o Serviço Militar Obrigatório continua a ter esta função definida por Olavo Bilac há setenta anos:

"Que é o Serviço Militar Obrigatório? É o triunfo completo da democracia. É o nivelamento das classes sociais. É a escola da ordem, da disciplina, da coesão. É o laboratório dá dignidade e do patriotismo. É a instrução primária, a educação cívica e a higiene obrigatória. A caserna é um filtro admirável em que os homens se depuram e apuram".

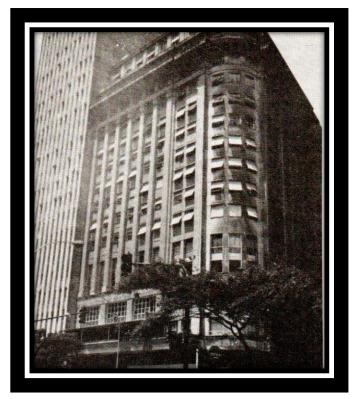
Confirmar isto, basta consultar a imensa massa de brasileiros que, desde 1916, tem cumprido o sagrado dever cívico do Serviço Militar, para muitos uma forma justa de imposto social de Segurança Nacional, no qual ele paga um ano e desfruta do benefício prestado pelos conscritos que o sucederam antes do seu Serviço Militar e, depois deste, por todo o resto de sua vida.

Na oportunidade de mais um ano da implantação do Serviço Militar Obrigatório, a reverência desta Revista à memória de todos os patriotas civis e militares do Brasil, que concorreram para torná-lo realidade.

CENTENÁRIO DO CLUBE MILITAR EM 26 DE JUNHO DE 1987

Cel Claudio Moreira Bento

Diretor Cultural e da Revista do Clube Militar



O ano de 1987 será de especial relevo para o Clube Militar, por assinalar o centenário de sua fundação, evento histórico nacional decorrido da Questão Militar iniciada em 1883, logo depois dos falecimentos dos líderes naturais do Exército, os heróicos Duque de Caxias e o Marquês de Herval.

Na chamada Questão Militar, a classe militar enfrentou sérios problemas com o governo. Para acautelar seus direitos e interesses sob ameaça, recorreu às lideranças e orientações dos marechais Câmara e Deodoro, heróis assinalados do Brasil na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Depois de um período de quatro anos de divergências, incidentes e desencontros (governo x classe militar), nasceu o Clube Militar, sob o prestígio daqueles chefes e o apoio de expressiva parcela de oficiais do Exército e da Marinha. Além do trato de problemas de alta relevância do Brasil, uma centenária tradição, o Clube teve como objetivo primeiro, na época, o de "Defender pela Imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da classe militar".

E desde então, em sua trajetória secular, sempre atento e fiel aos objetivos que nortearam a sua fundação, enfatizando ora um, ora outro de seus propósitos tornados atuais, o Clube Militar atravessou períodos de hibernação e de marasmo impostos, de tranquilidade ou de grande turbulência, ou de "manso lago azul e às vezes mar fremente". Assim, foi fechado duas vezes. A primeira (1887-1901), por decisão presidencial, até ser reaberto por determinação judicial. A segunda (1922), por seis meses, quando seu Presidente, o Mar Hermes da Fonseca, foi preso, o que veio a provocar a Revolução de 1922. A esse agitado período seguiu-se uma época de marasmo, até 1926, que foi rompida com a edição do nº 1 desta revista, em data coincidente com a posse, do Presidente Washington Luiz. Revista esta já com um invejável acervo de contribuições de excelente categoria, e que será mensurado, em 1987, com o apoio do Arquivo Histórico do Exército.

Logo nos seus primeiros passos, o Clube Militar emprestou vigorosa e decisiva contribuição à abolição da escravatura e à proclamação da república. O

Mar Deodoro foi o fundador e o primeiro Presidente do Clube Militar e da República. Até 1930, o Clube tomou parte ativa na campanha pró-fortalecimento militar do Brasil, fazendo coro à revista **A Defesa Nacional**, que fora fundada em suas dependências, em 10 de outubro de 1913, com o nome sugerido pelo Secretário do Clube Militar, o então Capitão Mário Clementino de Carvalho, autor dos memoráveis dois primeiros editoriais da revista. Foi na Revista do Clube Militar, criada em 1926, que o Major Luiz de Araújo Correia Lima, idealizador e patrono dos CPOR e NPOR, começou a debater o problema de formação de Oficiais da Reserva, tornado, pouco tempo depois, uma realidade. Foi no Clube Militar que teve lugar a fundação, em 7 de novembro de 1936, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, cujos sócios fundadores sobreviventes são os ilustres generais Severino Sombra e Jonas Correia, este, Diretor desta revista no Cinqüentenário do Clube, em 1937, e atual Presidente de sua Comissão Editorial, visando o Centenário.

O Clube, em seus 22 primeiros anos, funcionou em sedes alugadas. Somente em 14 de julho de 1910 teve a sua primeira sede própria, instalada no mesmo local da atual, sendo, então, Presidente da República Nilo Peçanha, Ministro da Guerra o Gen Bernardino Borman e Presidente do Clube o Mar José Caetano de Faria. Em 7 de setembro de 1931, o Clube entrou na posse do terreno que hoje ocupa, por ato do Presidente Getúlio Vargas, referendado pelos Ministros José Maria Whitaker e Lindolfo Color, em reconhecimento à contribuição do Clube, "como elemento de orientação e resistência cívica em todos os transes memoráveis da história do Brasil (1887-1931)".

Ao longo de sua história, o Clube Militar tem servido de tribuna para a exposição de problemas de alta relevância, relacionados, inclusive, aos relativos ao fortalecimento militar do Brasil, apresentados por nomes da estatura do Barão do Rio Branco, Ruy Barbosa, Olavo Bilac, e, em data mais recente, Austregésilo de Athayde, Pedro Calmon e Afonso Arinos de Mello Franco. Assim, visando a contribuir para o desenvolvimento do Brasil, o Clube tem promovido debates de alto nível sobre os seguintes temas de importância nacional: monopólio do petróleo; defesa da Amazônia; fontes alternativas de energia; presença do Brasil na Antártica; desenvolvimento racional dos vazios brasileiros; solução para o problema de água no Nordeste; mar territorial das 200 milhas; posse e uso da terra; planejamento familiar; as Forças Armadas e a Constituinte e o aproveitamento do álcool como fonte alternativa de energia, entre muitos outros.

O Clube, historicamente, tem prestigiado os companheiros veteranos ou tombados em lutas na defesa do Brasil. É exemplo clássico a memorável recepção aos heróis de nossa Força Expedicionária, quando de sua chegada vitoriosa ao Brasil, ao término da II Guerra Mundial. De igual forma, em suas dependências têm sido velados grandes expoentes da classe, que se projetaram na vida nacional e na paz e na guerra.

Hoje o Clube Militar constitui uma empresa de prestação de serviços gratuitos, voltada para a assistência, das mais variadas formas, de seus quase cem mil associados, sem, no entanto, perder de vista a idéia dominante entre seus fundadores, em 1887, a "de coordenação, impulsionamento e aceleração de ações elevadas e construtivas a serviço do Brasil, que está se elevando como nação livre e soberana".

Assim sendo, em 1987, através de programação especial a cargo da Comissão do Centenário, nomeada pelo Presidente do Clube, General Heraldo Tavares Alves, será evocada a memória dos fundadores e construtores do Clube,

ao lado de uma avaliação, por meio de uma retrospectiva histórica crítica, das realizações, acertos e erros da entidade em Cem anos de vida, para, de seu passado, retirar indicações seguras para inspirar e alicerçar a construção do seu futuro, permanecendo, porém, fiel à defesa da classe militar e dos superiores interesses do Brasil, objetivos estes que inspiraram seus idealizadores e fundadores, em 26 de junho de 1887, em dependências do Clube Naval.

O PAPEL DO EXÉRCITO NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL O EXEMPLO BRASILEIRO Cei CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Transcreve-se a seguir, de forma condensada, com autorização expressa da Presidência do Clube, o artigo em tela de autoria do Diretor do Departamento Cultural, que acaba de vencer concurso patrocinado pela Military Review. A matéria revela uma face pouco conhecida e difundida do Exército Brasileiro. O original encontra-se à disposição do leitor interessado na Biblioteca do Clube.

(Transcrição condensada da Military Review, 4º trim 86, Ed. Brasileira).

O Exército brasileiro, aqui neste ensaio, deve ser também entendido como as Forças Terrestres que o precederam, do descobrimento do Brasil, em 1500, até a sua independência, em 1822, quando passou a ter a denominação atual. Historicamente, ele tem cooperado no desenvolvimento do Brasil. Mensurar esta contribuição será tarefa imensa, ainda por realizar, e a ser desenvolvida em volumosa bibliografia. Assim abordaremos, sinteticamente, por amostragem, o que tem sido a contribuição do Exército no desenvolvimento do Brasil, em quase cinco séculos.

Será excluída a contribuição do Exército relacionada com a Segurança, que se traduziu, no passado, por sua atuação em defesa da Integridade, da Soberania e da Unidade do Brasil durante suas lutas internas e externas, fatos adversos, intensos e constantes durante os primeiros 370 anos que se seguiram ao descobrimento e preocupações das gerações que precederam os bisavós dos brasileiros contemporâneos.



Alegoria da Military Review focalizando algumas atividades complementares atuais do Exército, relacionadas ao desenvolvimento do Brasil.

O SURGIMENTO DE CÉREBROS E TECNOLOGIAS

No objetivo de se preparar para prover a segurança do Brasil, na eventualidade de uma guerra interna ou externa, foi impositivo ao Exército desenvolver estruturas, tecnologias e cérebros para estar à altura dessa missão. Sua cooperação ao desenvolvimento, por seu turno, tem decorrido, em grande parte, da colocação, em tempo de paz, daquelas potencialidades a serviço do progresso brasileiro, postura normal num país em desenvolvimento. A história do Brasil registra milhares de casos de cérebros brasileiros preparados pelo Exército, para, tendo em vista os objetivos de segurança, contribuírem com os seus conhecimentos para o pioneirismo, a dinamização e o progresso das mais diversificadas atividades ligadas ao desenvolvimento nacional. Com esta estratégia, o Exército do Brasil, ao desenvolver sua capacidade de prover o mais alto grau de segurança possível para a nação, beneficiou indiretamente o desenvolvimento nacional.

Em contrapartida, em muitos casos, as necessidades do desenvolvimento nacional proporcionaram ao Exército condições para melhor desenvolver suas capacidades de prover segurança.

Servem de exemplo os Batalhões de Engenharia de Construção que, desde a Proclamação da República, em 1889, têm construído milhares de quilômetros de ferrovias no Sul, no Centro- Oeste e no Nordeste, e agora, particularmente, no Norte do Brasil, na tarefa de desbravar a Amazônia e integrá-la ao restante do país por rodovias.

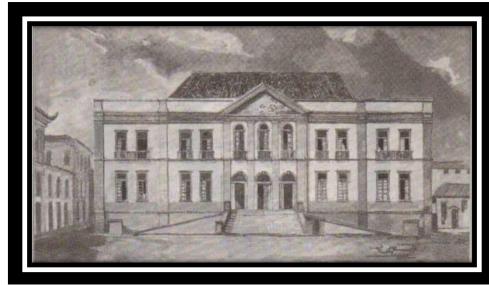
E não se entenda o trabalho nestas áreas como concorrência do Exército à livre empresa. Mas, sim, como uma forma econômica de a Fazenda Nacional realizar, a um tempo só, o adestramento das tropas de Engenharia do Exército, cada vez mais essenciais em uma guerra moderna, em trabalhos de construção de vias de transportes em áreas menos desenvolvidas, no quadro de sua necessária integração ao centro do Poder do Brasil.

Do contrário, o adestramento das tropas de Engenharia do Exército teria de ser feito à base da construção de ferrovias e rodovias inúteis, que ligassem "o nada a coisa alguma". Isto seria um desperdício ao qual se podem dar, talvez, somente os exércitos das grandes potências.

EXEMPLOS DA CONTRIBUIÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Como exemplo, enumeramos algumas das contribuições do Exército do Brasil ao desenvolvimento, fora de sua missão específica na segurança nacional.

*Na exploração e conhecimento do Brasil: No início do século XVII, foram os bandeirantes, saídos de São Paulo, e o Capitão Pedro Teixeira, saído de Belém, que exploraram e conheceram, em expedições militares, todo o território do Brasil, fornecendo, destarte, argumentos para a celebração do Tratado de Madri, de 1750, consagrador, no Direito Internacional, das dimensões continentais do Brasil. Até data recente, foram os Batalhões de Construção do Exército na Amazônia, rasgando a selva entre Cuiabá e Santarém, entre Porto Velho e Manaus e entre Manaus e Boa Vista, para implantarem rodovias. Tudo na tarefa de integrar aquela imensa área, conquistada e preservada há três séculos, com enormes sacrifícios, por militares.



Escola Militar do Largo do São Francisco onde, em 1851 e 1859, tiveram lugar as experiências pioneiras do Brasil com iluminação a gás e elétrica e, em 1858, teve início a formação de nossos engenheiros civis (Fonte: BENTO Album - Poupex. Escolas de Formação das FFAA/

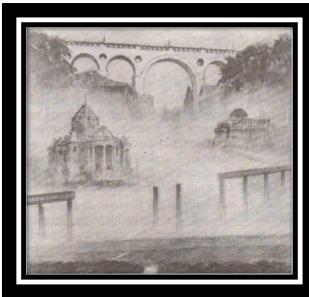
*Mapeando o território: Ontem foram as expedições militares demarcadoras dos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso, de 1777, a mapearem os confins da pátria brasileira, fundamentando a ação do barão do Rio Branco, no início deste século, de pacificamente sustentar os direitos territoriais do Brasil. Hoje são os engenheiros da Diretoria do Serviço Geográfico a mapearem, em diversas escalas, com objetivos de segurança e desenvolvimento, todo o território do Brasil.

*Demarcação de limites: Ontem foram as expedições militares de demarcação dos tratados entre Espanha e Portugal. Hoje são as Comissões de Fronteira, integradas por militares do Exército, que realizam a demarcação final de alguns trechos e renovam os marcos atingidos pela ação do tempo, muitas vezes em locais de difícil acesso e insalubres.

*Obras contra as secas: É alentadora a contribuição do Exército neste setor do Nordeste do Brasil, a partir da década de 1950, traduzida pela contribuição de diversos açudes na área em que as secas têm ocorrência cíclica.

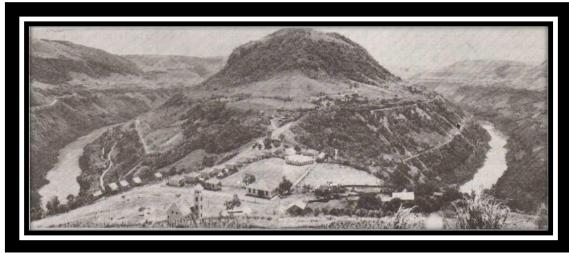
*Ação nacionalizadora: Ontem foram os fortes, em nossas fronteiras, que transmitiram noções de Pátria às populações que se aglutinaram em seu redor. Hoje são os Pelotões de Fronteira, nos locais remotos de nossas lindes, a transmitirem às populações próximas lições de patriotismo e uma consciência alta e nobre do destino de grandeza da nação que integram.

*Ação integradora de silvícolas: No século XVII foram os bravos do Forte Coimbra que integraram a nação guerreira dos Guaicurus ao Brasil. Prestaram estes bravos índios, à sua nova pátria, relevante contribuição. Ajudaram, militarmente, a definir o destino brasileiro no sul de Mato Grosso. É de data recente a magnífica obra, de repercussão internacional, realizada pela Comissão Rondon, de integração de indígenas de Mato Grosso e da Amazônia.



Alegoria focalizando a contribuição do Exército na construção de obras d'arte de vulto: viadutos, pontes, antigo Palácio Monroe e Biblioteca Nacional. (Fonte: História do Exército. EME 1972).

*Pólos de núcleos populacionais: Ontem foram os postos, acampamentos e pousos militares que deram origem a inúmeras cidades. Hoje são os Pelotões de Fronteira, pólos de aglutinação de ilhas sócio-econômicas vivificadoras de nossas fronteiras.



Uma residência do 1º Batalhão Ferroviário em São Luiz das Antas - Bento Gonçalvez-RS, empenhado na construção de uma ferrovia de acesso ao Tronco Ferroviário Sul, em 1957.

*Formação de mão-de-obra: Ontem foram os arsenais e fábricas do Exército, injetando, na vida nacional, grandes levas de artífices que infraestruturaram os primórdios da indústria brasileira. Até data recente, foram os nossos Batalhões de Construção no Norte e no Nordeste e as fábricas de material bélico formando e injetando em suas áreas grandes levas de mão-de-obra especializada, essenciais à arrancada para o desenvolvimento.

*Na educação, ensino e pesquisa: Desde 1916, milhares de brasileiros alfabetizados nas Escolas Regimentais mantidas em todos os quartéis do Exército. Hoje, a instituição mantém escolas de diversos níveis que beneficiam o desenvolvimento. Isto através dos Colégios Militares e do Instituto Militar de

Engenharia. Este último como elemento formador de grande número de engenheiros civis e militares e realizador de pesquisas de grande interesse para o Brasil.

*Educação moral, espiritual e cívica: Tarefa que o Exército realiza através de seus comandantes, capelães e instruções específicas que beneficiam expressiva parte da juventude do Brasil em seu retorno à vida civil, egressa dos quartéis, Tiros- de- Guerra, Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégios Militares.

*Atuação em calamidades públicas: Tem sido uma constante na vida brasileira a assistência prestada pelo Exército a irmãos brasileiros atingidos por calamidades (enchentes, sinistros e secas). No último caso, no Nordeste, o Exército tem tomado a seu cargo, em convênio com a SUDENE, o trato de parte deste grave problema cíclico.

* Vigilância das fronteiras: Trabalhos realizados ao longo de toda nossa fronteira por unidades e pelotões do Exército. Atuação relevante, particularmente em nossas fronteiras em Mato Grosso e na Amazônia. Missão de grande projeção na geopolítica do Brasil, objetiva preservar os vazios demográficos entre nossas fronteiras no Centro- Oeste e Norte e a área mais populosa do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília) de influências ou atrações por outros pólos de poder. É um pesado tributo que gerações de militares do Exército têm pago nesta árdua tarefa, longe do conforto da civilização e de seus benefícios.

*Transportes: No século XVII foram os bandeirantes e engenheiros militares balizando e abrindo os primeiros e primitivos caminhos de integração, como por exemplo, o primeiro caminho ligando Sorocaba ao Rio Grande do Sul e à Colônia do Sacramento; a estrada do Lorena (ligação São Paulo a Santos) e a primeira ferrovia brasileira construída por Mauá, até Petrópolis, para cuja concretização o Exército concorreu decisivamente. Hoje são os Batalhões de Construção do Exército que, contando com um alentador acervo de rodovias e ferrovias construídas, dedicam-se à construção de importantes ferrovias no Sul e no Centro-Oeste, e, principalmente, rodovias na imensa área amazônica.

*Comunicações: Ontem foram dois oficiais do Exército os primeiros telegrafistas no Brasil que operaram a primeira linha telegráfica, em 11 mai 1851, ligando o imperador D. Pedro II, em sua residência na Quinta da Boa Vista, com o ministro da Guerra no local do atual Palácio Duque de Caxias. Posteriormente, foram comissões do Exército que integraram ao centro do país, por telegrafia, inúmeras áreas do interior. Nesta tarefa destacou-se, sobretudo, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, atual Patrono das Comunicações do Exército e do Brasil.

*Construção de pontes: Ontem, inúmeras pontes em projetos de engenheiros militares foram construídas em todo o território, de que é exemplo, no Estado de São Paulo, a ponte construída pelo engenheiro militar Euclides da Cunha, posteriormente figura marcante da literatura brasileira do começo do século. Em data recente, foi o Exército, executando a locação dos pilares da monumental ponte Rio- Niterói ou, também, proporcionando, com suas pontes militares, o estabelecimento do tráfego interrompido por ação de enchentes. Ilustra a foto o restabelecimento, pelo Exército, do tráfego entre o Rio Grande do Sul e o restante do Brasil, quando as pontes do rio Pelotas foram levadas pela correnteza.

*Construções em geral: Ontem foram nossos engenheiros militares coloniais e imperiais que projetaram e construíram edifícios, obras públicas e igrejas. Como testemunhas dessa época registram-se, entre outras obras, os Arcos da

Carioca, o Paço Imperial e a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, o Palácio dos Governadores, em Ouro Preto, a Catedral de São Pedro, em Rio Grande, o Quartel do Batalhão de Guardas no Parque D. Pedro II, em São Paulo; e a Escola de Direito, no Recife.

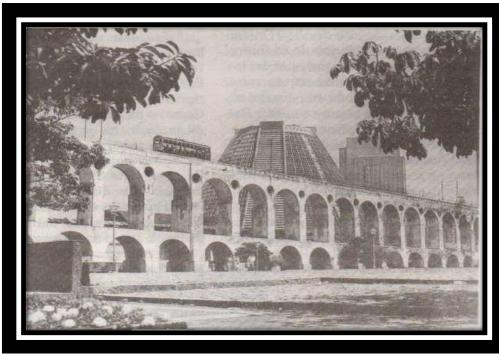
*Siderurgia: Em 1818, na Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, próximo de Sorocaba, sob a direção do Exército, ouve a primeira corrida de ferro no Brasil. Esta indústria, até 1851, entre outros artigos, fabricava moendas para a indústria açucareira de São Paulo. A primeira usina siderúrgica em Volta Redonda, instalada sob o imperativo da defesa nacional, contou, na sua implantação e direção, com o concurso de uma engenheiro militar do Exército que havia realizado curso específico no exterior.

*Agropecuária: Historicamente tem sido expressiva a contribuição do Exército neste setor. Como exemplo, no final do século XVIII e início do século XVIII, no Rio Grande do Sul, integrantes da Força Terrestre administraram a Real Feitoria de Linho cânhamo, em Canguçu, de 1783 a 1789; a fazenda da Aldeia dos Anjos, em Gravataí; e a fazenda Bojuru, de pecuária, em São José do Norte. No século passado foram criadas, em todo o país, colônias militares destinadas à pecuária, à agricultura, à vivificação de fronteiras e de áreas remotas, ao aproveitamento, em atividades compatíveis, de velhos soldados desgastados na atividade castrense. Tomou-se célebre a Colônia Militar de Dourados, em Mato Grosso, onde seu comandante, tenente Antônio João, atual Patrono dos Oficiais do Quadro Auxiliar do Exército, foi massacrado, em 1865, por uma coluna invasora paraguaia, junto com seus homens, após haver protestado contra isso nos termos que a história do Brasil registra:

"Sei que eu morro, mas o meu sangue e o dos meus camaradas servirá de protesto solene contra a invasão do solo da minha pátria".

* Outras contribuições: A contribuição do Exército do Brasil não se esgota no que foi aqui exposto. Ela tem sido prestada de forma direta ou indireta nos transportes, em explorações científicas, na defesa de recursos naturais, na assistência sanitária, no combate a endemias, em pesquisas tecnológicas, nos esportes, na repressão ao contrabando, na colonização do território, na assistência veterinária, nas artes e na cultura. Outra contribuição singular foi a de ter sido fundador e primeiro diretor, no início do século passado, da mais tradicional e histórica Escola de Direito do Brasil, a da cidade de São Paulo, um oficial general do Exército que, na mocidade, havia cursado Direito em Lisboa-Portugal.

*Ontem e hoje, aí estão as numerosas e diversificadas atividades que configuram o relevante papel desempenhado pelo Exército brasileiro em favor do desenvolvimento nacional. Essas atividades têm raízes no passado e se projetam até os dias de hoje, em que se ostenta um definido e orgulhoso compromisso com o amanhã do País.



O bissecular Arcos da Carioca foi construído, no Rio de Janeiro, segundo o traço do Capitão-Mor Ayres de Saldanha, expoente do Exército do Brasil- Colônia.



A monumental ponte Rio - Niterói, cujos pilares foram locados por equipes do Serviço Geográfico do Exército.



Cel QEM A Cláudio Moreira Bento

Membro dos IHGB, IGHMB, IHGRJ e IHGRGS, entre outros, presidente do Instituto de História e Tradições do RGS e da Comissão de Pesquisa Histórica Básica de A Defesa Nacional. Integrou a Comissão de História do Exército do EME (1971-74).

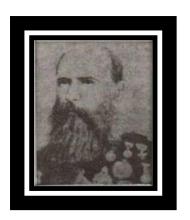
Foi instrutor de História Militar da AMAN (1978-80).

Dirige o Arquivo Histórico do Exército.

AS PRESENÇAS DOS VISCONDES DE PELOTAS E MARACAJU NA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DO CLUBE MILITAR

Cel Claudio Moreira Bento

Diretor Cultural e da Revista do Clube Militar em seu Centenário em 1987



Visconde de Pelotas

O Marechal -de- Exército José Antônio Correia da Câmara, visconde de Pelotas (29) e senador do Império pela Província do Rio Grande do Sul, foi a maior autoridade militar na fundação do Clube. Viera há pouco de Porto Alegre e com a saúde abalada. Assim coroou a sua obra em defesa da classe militar, iniciada no Senado. Ali, no clímax da questão militar, assumiu a tribuna para oportuna e altiva atitude em defesa do Cel Cunha Mattos, ao afirmar: "Assiste ao militar o direito de desagravo quando ferido em sua honra".

O Mal Câmara viera do Sul para aclamar presidente do Clube o Mal-de-Campo Deodoro da Fonseca. Este, também, fora envolvido na questão militar, como comandante das Armas do Rio Grande, ao concordar, tacitamente, com a atitude do Ten Cel Sena Madureira em defesa da classe militar e com a homenagem que lhe foi prestada pelo seu desassombro nesta questão.

Câmara e Deodoro foram heróis assinalados na Guerra do Paraguai, onde conquistaram promoções por bravura. Depois, estreitaram camaradagem no Rio

Grande. A Deodoro e a Câmara o destino reservou serem os primeiros presidentes da República do Brasil e do Rio Grande do Sul. Com os falecimentos, em 1879 e 1880, dos heróicos Gen Osório e do duque de Caxias, as duas maiores expressões do Exército Brasileiro em todos os tempos, e que disputaram, inclusive, o patronato do Exército, a liderança da classe militar de terra transferiuse para Câmara e Deodoro. Os dois foram os signatários, em 14 mai 1887, de um Manifesto ao Parlamento e à Nação, que culminou com o cancelamento das punições impostas a Cunha Mattos e a Sena Madureira e, assim, com o encerramento da questão militar, da qual, a fundação do Clube, ocorrida 43 dias após o histórico Manifesto, foi corolário.

Câmara nasceu em Porto Alegre, em 17 fev 1824. Era neto do grande fronteiro no Sul, o Ten Gen Patrício Correia da Câmara e 1º visconde de Pelotas, herói das guerras no Sul — 1763- 77, 1801, 1811-12 e 1816-20 - na liderança dos Dragões do Rio Pardo. Era genro do visconde de São Leopoldo, um dos fundadores do sesquicentená- rio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, ao qual viria a pertencer, do mesmo modo que o duque de Caxias.

Foi sobrinho dileto e herdeiro do internacional — misto de soldado, diplomata e intelectual - conselheiro Antônio Manoel Corrêa da Câmara (1783-1849), que foi ministro plenipotenciário da República Rio-Grandense, junto à Argentina, Uruguai e Paraguai e autor de *Reflexões sobre o generalato do conde de Caxias* (1845), o qual assessorou na presidência do Rio Grande do Sul, ao término da Revolução Farroupilha.

A carreira de Câmara durou de 1839 a 1893 e foi brilhante. Combateu a Farroupilha, na Cavalaria - de praça a tenente. Capitão, lutou contra Oribe e Rosas. Cursou a Escola Militar de Porto Alegre, em 1856, na Praia de Belas, no local do atual 1º BPM da sesquicentenária Brigada Militar. Prestou serviços à escola como ajudante até as vésperas da guerra contra Aguirre, do Uruguai, em 1864. Nesta, brilhou em Paissandu, no comando de uma força do 1º Batalhão de Infantaria, subordinada ao Brigadeiro Sampaio, atual Patrono da Infantaria. Foi por este elogiado: "por ter se revelado intrépido, calmo e valente". Esta atuação lhe valeu a promoção a tenente-coronel, por bravura Neste posto, como coronel e brigadeiro, fez toda a Guerra da Tríplice Alianca contra o Paraguai. Com a morte do legendário Andrade Neves, substituiu em 17 abr 1869, no comando da aguerida e intrépida 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC). Sua memorável atuação em Avaí, no comando da 5ª DC, lhe valeu a promoção ao generalato, por bravura. Caxias, contemplando sua atuação modelar, no momento em que o Cel Câmara, ao final de uma brilhante carga, passou perto de seu posto, gritou-lhe entusiasmado: "Parabéns brigadeiro Câmara — mais uma carga". E lá foi o mais novo general brasileiro a terminar de escrever a mais bela página de sua carreira.

Caxias foi amigo de Câmara, nutria grande admiração militar por ele. Ao retornar da guerra, respondeu ao imperador sobre os generais que haviam ficado no Paraguai: "A melhor cabeça militar é a de Câmara, o mais moderno. Pois se não o fosse, eu o teria proposto para meu substituto".

A Câmara coube, em pessoa, conquistar o último acampamento inimigo, alcançar o Mal Solano Lopes e vê-lo expirar em 19 mar 1870, em Cerro Corá. Este evento histórico assinalou o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1869-70). Por este feito, foi promovido, aos 46 anos, a marechal- de- campo e agraciado com o título de visconde de Pelotas. Recebeu do povo do Rio de Janeiro espada de ouro que passou a usar. Em 18 jan 1879 é tenente- general.

Quis o destino que, ao falecer Caxias, em 7 mai 1880, na fazenda de Santa Mônica, em Valença-RJ, Câmara fosse o ministro da Guerra, cargo que ocupou

de 5 abr 1880 a maio de 1881. Neste período, destinou o histórico e vetusto casarão da rua da Redenção para servir ao ensino no Exército, local onde, como Escola Preparatória de Ca- destes (EPPA), atuou como comandante o Cel Rinaldo Pereira Câmara, ilustre neto de Câmara e seu biógrafo em *O* Marechal Câmara (P. Alegre, Globo, 1970, v3). Obra, para nós, o mais completo estudo biográfico de um militar brasileiro, tendo, como fundo, o maior e mais importante período da história do nosso Exército, em sua dimensão operacional. Ele registrou muito bem a história militar do Brasil no Sul, de 1763-1870.

Câmara faleceu no Rio de Janeiro, em 11 ago 1893, como Mal- de- Exército. Foi sepultado, em Porto Alegre- RS. Foi um precursor abolicionista no Senado, onde integrou comissão visando à abolição.

Este é o belo perfil do soldado que presidiu a fundação do Clube Militar, em 26 jun 1887.

VISCONDE DE MARACAJU

O Mal- de- Campo Rufino Enéas Gustavo da Fonseca Galvão e visconde de Maracaju foi a terceira autoridade do Exército na fundação do Clube. Destacarase na Guerra da Tríplice Aliança como chefe da Comissão de Engenheiros do 2º Corpo do Exército, ao comando do conde de Porto Alegre, na conquista de Curuzu, ataque a Curupaiti e, sob o comando do Gen Argolo e acumulando as funções de chefe das Comissões de Engenheiros dos 1º e 2º Corpos e Quartel-Mestre do Exército, na construção da estrada que ele chamava Estrada Militar do Grão- Chaco. Esta magnífica obra de Engenharia Militar, executada pelos corpos de Pontoneiros e de Engenheiros, em apoio ao Movimento do Exército Aliado, tornou possível a manobra envolvente de Caxias da linha fortificada do Piquiciri, através do Chaco, para cair na retaguarda profunda do inimigo, em São Solano. Local onde obteve a surpresa estratégica e isolou o grosso do exército adversário da capital Assunção. Manobra que se constitui num clássico exemplo de risco calculado e que foi aceito por Caxias. Ou seja, o de arriscar o princípio de Guerra da Segurança, a travessia através do Chaco, sujeito a inundações e intervenção do inimigo, em benefício do princípio da Surpresa. Esta, obtida em sua forma rara — a estratégica. E, por tudo, manobra que coloca Caxias entre os grandes capitães da história militar mundial.

Sobre a construção da Estrada do Chaco, o visconde de Maracaju produziu o mais fiel relato em sua obra **Campanha do Paraguai 1867-68** (Rio, 1893), com sua autoridade de engenheiro militar encarregado de sua construção e quartelmestre encarregado do Apoio Logístico à mesma.

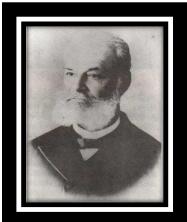
Dedicou essa obra "a seu idolatrado pai" — o Brig grad José Antônio da Fonseca Galvão, que morreu em Mato Grosso quando comandava a Expedição à Laguna, em 13 jun 1866. Notícia que o visconde de Maracaju conheceu três dias depois do malogrado ataque a Curupaiti, em que tomou parte ativa. Em 30 out 1865, nosso herói foi promovido por bravura "revelada sob mortífero fogo inimigo,

quando realizava reconhecimento técnico em Potreiro Ovelha, decisivo para a conquista do Sauce".

Rufino Enéas nasceu em Laranjeiras- SE, em 2 jul 1831. Ingressou no Exército em 1845, com destino à Escola Militar do Largo do São Francisco. Alis se bacharelou em Ciências Físicas e Matemáticas em 1851, quando da guerra contra Oribe e Rosas (1851-52). No espaço entre esta guerra e a próxima, a do Paraguai, serviu como engenheiro militar no Rio Grande do Sul, no Rio (Arsenal, Observatório Astronômico e Inspetoria de Terras Públicas) e em São Paulo. Depois da Guerra da Tríplice Aliança, como coronel, serviu no Arquivo Militar; dirigiu obras militares em São Paulo; demarcou limites entre o Brasil com o Paraguai e a Bolívia; chefiou comissão de engenheiros no Rio Grande e foi presidente e comandante das Armas das Províncias do Amazonas (1878) e do Mato Grosso (1879). Como brigadeiro, a partir de 29 jan 1880, comandou as Armas de Pernambuco e do Pará. Nessas funções, como no Amazonas e Pará, revelou sentimentos e atitudes abolicionistas, animando as associações libertadoras e combatendo o tráfego de escravos. Na fundação do Clube, o visconde estava nomeado inspetor da Fortaleza de Santa Cruz e do 1º Batalhão de Artilharia. Depois foi designado inspetor de unidades do sul de Mato Grosso. No ano seguinte, exerceu o Comando Geral da Artilharia em substituição ao Mal e Conde D'Eu. Em 1889, foi ajudante - general interino e efetivo do Exército e ministro da Guerra a partir de 7 de junho. Quis o destino que os primos Deodoro e Enéas Galvão estivessem lado a lado na fundação do Clube e frente a frente na Proclamação da República. Deodoro como o proclamador da República e Enéas Galvão como o último ministro da Guerra do Império, e que tentou em vão evitála, depois de ter estado doente um mês e haver reassumido a pasta três dias antes. Ainda em 15 nov foi reformado "por motivos de ordem pública". Em 1893, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar. Faleceu em 15 fev 1909, no Rio de Janeiro, aos 80 anos.

O 1.º SECRETÁRIO DA FUNDAÇÃO DO CLUBE CEL JOSÉ SIMEÃO DE OLIVEIRA E SEUS REGISTROS

Cel QEMA Cláudio Moreira Bento
Diretor Cultural e da Revista do Clube em seu centenário em 1987



Cel José Simeão de Oliveira

Foi o Cel José Simeão de Oliveira, gaúcho da cidade do Rio Grande. Nasceu em 26 set 1838, quando a República Rio-Grandense e a revolução que mantinha viviam fase áurea, com a reconquista do Rio Pardo, em 30 abr, seguida da colocação de Porto Alegre em 15 jun, sob o terceiro, último e o mais prolongado sítio.

Seu padrinho foi o heróico Maj Manoel Marques de Souza, mais tarde visconde de Porto Alegre, que, dois anos antes, num gesto de bravura e audácia, conseguiu libertar-se do presídio Presiganga, ao largo do Guaíba, e liderar a reconquista definitiva de Porto Alegre aos farrapos, em 15 jun 1836. O pai de José Simeão, mais tarde tenente-coronel de mesmo nome, fez carreira na Pagadoria do Exército, em Porto Alegre, depois de, como bom pintor, junto com Araújo Porto Alegre, mais tarde barão de Santo Ângelo, pintar paisagens em casas de pessoas ricas, e panos e cenários dos modestos teatros e casa da ópera de Porto Alegre. A fortuna bafejou a sorte do pai de José Simeão, que se tornou rico proprietário em Rio Grande e em Porto Alegre e viajou muito pelo Brasil, em especial para o Rio.

Assim, em 1843, em plena Farroupilha, foi comissionado pela Câmara de Rio Grande para assistir ao casamento de D. Pedro II e D. Tereza Cristina. A partir de então, manteve a tradição de abrir a capela de seu palacete, em Porto Alegre, para comemorar, com ato religioso, os aniversários do imperador. Nesta comemoração, como músico e compositor, dirigia a parte musical, e sua esposa cantava os principais trechos. Em 1870, seu filho, José Simeão, foi comissionado pelo Exército, em operações contra o Paraguai, para transportar, desde Cerro Corá, no Paraguai, até o Palácio São Cristóvão, a espada do Mal Solano Lopes, que entregou pessoalmente a D. Pedro II. Por uma coincidência, esta espada foi devolvida ao Paraguai 110 anos mais tarde, em 9 abr 1980, no Palácio Lopes, pelo presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, sobrinho-neto de José Simeão, que era irmão de sua avó, Leopoldina de Oliveira Figueiredo, da qual o ex- presidente herdou traços fisionômicos.

A honrosa missão de José Simeão, de transportar a espada do Mal Lopes, deveu-se à sua importante atuação na Vanguarda, ao comando do Cel Silva Tavares, para o fim da guerra, em 19 mar 1870, decorrente da morte do Mal Lopes, e assim descrita: "Os serviços deste destemido major foram importantíssimos durante a ação. Foi um dos que mais se distinguiram na vitória. Perseguiu o Mal Lopes quando este escapava a cavalo e a galope, do acampamento para o mato. Fez assim com que os soldados que protegiam Lopes lhe dirigissem de preferência os seus tiros". Foi José Simeão que também indicou ao Gen Câmara o rumo tomado pelo Mal Lopes, depois deste desmontar e, ferido e exausto, atravessar o arroio Aquidabam, até ser alcançado na margem oposta, onde teve o seu fim, combatendo de espada em punho, como um bravo, coerente com o seu ideal e a sua verdade.

José Simeão ingressou no Exército, em 4 fev 1855, aos 16 anos, no Regimento Mallet. Freqüentou as escolas de Porto Alegre e Praia Vermelha (1855-63). Ao final bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemáticas. Como alferes atuou na guerra contra Aguirre (1864), como encarregado do registro histórico das operações. Na Guerra da Tríplice Aliança (1865-70), combateu do início ao fim. Integrou a Comissão de Engenheiros do 1º Corpo do Exército, ao comando de Osório. Tomou parte destacada na invasão do Paraguai, seja na conquista e consolidação da ilha da Redenção, ao comando do bravo Ten Cel Vilagran Cabrita, atual Patrono da Arma de Engenharia, seja no desembarque aliado, em Passo da Pátria, onde comandou o vapor **Duque de Saxe**. A partir de Tuiuti, como engenheiro de acentuada vocação cavalariana, passou a integrar a aguerrida e legendária 2ª Divisão de Cavalaria, ao comando de Andrade Neves e,

por morte deste, do Gen Câmara, como assistente do deputado do Quartel Mestre General. Referências elogiosas dizem de sua "bravura, intrepidez, denodo valor, distinção, dedicação ao serviço presteza na transmissão de ordens e c fato de acompanhar sempre a Vanguarda". Esta última significa que sempre esteve na vanguarda do Exército, pois sua Unidade era a vanguardeira. Assim, foi um dos atores do epílogo da guerra em Cerro Corá. José Simeão permaneceu mais um ano no Paraguai, na Força de Ocupação.

Ao entregar a espada do Mal Lopes ao imperador, este, contrariado por não ter sido possível poupar a vida do Mal Lopes, perguntou-lhe em tom sério e formal: Por que os senhores não me trouxeram o Mal Solano Lopes com vida?" O major, constrangido mas respeitoso, respondeu: "Vossa Majestade, da leitura da documentação que acabo de entregar, saberá das razões pelas quais não foi possível assim proceder".

José Simeão, até 1873, trabalhou na construção da 1ª ferrovia do Brasil — a D. Pedro II e no Regulamento do Asilo dos Inválidos da Pátria, na ilha do Bom Jesus. Local onde, em sua histórica Igreja (hoje saqueada de suas históricas imagens, abandonada e ameaçada de ruir), foram guardados temporariamente os veneráveis restos mortais dos heróicos patronos da Infantaria e Cavalaria — o Brig Sampaio e o Gen Osório.

José Simeão dirigiu o Arsenal de Porto Alegre até 1878 e o Arquivo Real Militar por algum tempo.

Em 1878 secretariou a Repartição do Ajudante-General, que fora criada em 1857, pelo marquês de Caxias, com o fim de "dirigir o Exército, assegurar- lhe unidade de ação e continuidade de serviços". Foi uma espécie de Estado- Maior do ministro, tanto que cedeu lugar ao EME em 1896. Foi seu titular o Mal Ex Manoel Fonseca da Costa, marquês da Gávea (17 mar 1871-17 mar 1888), que fora ajudante- de- ordens de Caxias na pacificação de São Paulo (1842), e cujo filho, o visconde da Penha, foi ajudante- de- ordens de Caxias na guerra contra Oribe e Rosas (1851) e seu chefe de Estado-Maior no Paraquai, além de herdeiro, em testamento, da invicta espada de 6 campanhas do Patrono do Exército, da qual, o espadim de Caxias, arma privativa e distintiva dos cadetes do Exército, instituído em 1931, é cópia fiel em escala. José Simeão, como coronel, comandou a Escola Militar do Rio Grande de 1880- 87. Inicialmente no edifício do quartel do 1º BPM da Brigada Militar e a partir de 1883 no velho Casarão da Redenção, então adaptado para este fim. Em 11 ago 1886, menos de um ano antes da fundação de Clube Militar, em carta à esposa Marieta de Souza Oliveira, no Rio de Janeiro, revelou preocupação política. "Não sei quando se entenderá neste país que o serviço público é feito à nação e não aos partidos...".

Vindo para o Rio, atuou na fundação do Clube Militar. A seguir, comandou a Fábrica de Pólvora da Estrela e a Escola de Tiro de Campo Grande, além de substituir, como brigadeiro, desde 25 abr 1888, o conde D'Eu, num impedimento no Comando Geral da Artilharia e na Comissão de Melhoramentos do Exército. Na República, governou Pernambuco e as suas armas por quatro meses. Exerceu as funções de ajudante-general em substituição ao Mal Floriano Peixoto, deixando-as ao ser eleito e assumir o mandato de senador por Pernambuco. No Senado, revelou "moderação de linguagem, retidão de princípios, austeridade, integridade de caráter e amenidade no trato". Foi ali imortalizado, em 1896, pelo pintor A. Figueiredo, no quadro "Compromisso Constitucional", do Museu da República, onde figura, em segundo plano, entre Julio de Castilho e o Mal Floriano. Dissolvido o Congresso, ascendeu a ministro da Guerra de Floriano, cargo que deixou em 2 fev 1892, por não haverem sido convocadas eleições e

antes do Manifesto dos 13 generais, de 21 mar 1892. Foi para uma comissão no exterior — a chefia da delegação do Brasil à Exposição Colombiana de Chicago. Nela foi colhido por morte repentina, em 20 jun 1893, em Nova lorque, com quase 55 anos e como marechal efetivo, desde 7 abr 92, data do pronunciamento de Floriano à Nação. Na época, os federalistas do Rio Grande do Sul se preparavam, no Uruquai, para encetar a grande marcha em direção ao Rio, ao comando de Gumersindo Saraiva, que só foi detido na Lapa, pela resistência memorável de Gomes Carneiro. Velado na catedral de Saint Patrick, o seu corpo veio para o Brasil e foi sepultado no Catumbi. Não possuindo filhos, criou a filha de sua irmã Josefina, de nome Marietinha. Esta é a avó da museóloga Marietinha M. Souza Leão, sobrinha-bisneta do Mal José Simeão, cuja memória tem preservado com imenso carinho e a quem se deve valiosos subsídios aqui abordados e não encontrados entre outros subsídios no Arquivo Histórico do Exército. Este é, em síntese, o perfil do ilustre e heróico 1º secretário da Diretoria do Clube Militar e exministro da Guerra e do STM, ora revelado ao quadro social do Clube, no seu Centenário.

OS REGISTROS DO 1º SECRETÁRIO

Tomou destino ignorado o 1º Livro de Atas do Clube Militar, com registros desde a fundação até quase a República. Fato agravado com a não localização agora dos Estatutos do Clube de 1911 que traziam em anexo a relação dos fundadores do Clube, conforme registrou o Ten Cel Viveiros Raposo na revista do Clube do cinquentenário, em 1937. A reconstituição que se tem da fundação se deve a depoimento do então aluno, e mais tarde Gen José Maria Moreira Guimarães. Agora a localização da Ata da fundação publicada nesta edição em local próprio traz mais luz ao problema. Tentando suprir a falta de registros seguramente feitos pelo Cel José Simeão, faremos algumas considerações sobre a primeira Diretoria e os fundadores do Clube.

Os membros da 1ª Diretoria, que mais tarde foram oficiais generais do Exército e Marinha, à exceção de Sena Madureira, falecido em 28 jan 1889, e de Deodoro, que já o era, eram naturais das seguintes províncias: Deodoro — AL; Custódio de Melo — BA; José Simeão-RS; Wandenkolk-(Corte RJ; Marques Guimarães-SC; Sena Madureira-PE e Benjamin Constant e seu irmão Marciano Augusto eram de Petrópolis-RJ. Os fundadores do Clube foram 318 (176 ou 79% do Exército e 72 ou 21% da Marinha). No Exército: 1 Mal Ex; 2 Mal Campo; 2 Brig (um era Severiano Martins); 9 Cel; 8 Ten Cel; 12 Maj; 63 Cap; 55 19 Ten e 79 29 Ten. Na Marinha 1 Vice Alte; 1 C Alte; 3 CMG; 2 CF; 5 CT; 37 1º Ten e 4 29 Ten: Um dos CF era Alexandrino de Alencar, mais tarde ministro de três governos na República e gaúcho do Rio Pardo. Foram constituintes em 1891, representando pouco menos de 4,5% da Constituinte os fundadores do Clube Militar. Só 150 assistiram a assembléia de fundação.

Antônio Borges de Athayde Junior (ES); Arthur índio do Brasil (PA); Belarmino Augusto de Mendonça Lobo (PR); Caetano M. de Faria e Albuquerque (MT); Carlos A. Campo (SC); Custódio José de Melo (BA); Eduardo Wandenkolk (DF); Gabino Bezouro (AL); Inocêncio Serzedelo Correia (DF); Ivo do Prado Montes Pires da Fonseca (SE); João Pedro Belfort Vieira (MA); João Severiano da Fonseca (DF) (atual Patrono do Serviço de Saúde); José Augusto Vinhaes (DF); José Bevilaqua (CE); José Simeão de Oliveira (RS); Lauro Müller (SC); Manoel Perciliano de O. Valadão (SE); Marciano A. Botelho de Magalhães (PR); Pedro Paulino da Fonseca (AL) e Vicente Antônio do Espírito Santo (PE).

A CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO CLUBE MILITAR - ATA N.º 1

Cel Claudio Moreira Bento Diretor Cultural e da Revista do Clube no Centenário em 1987

- Sínteses biográficas do Cel Cunha Mattos, do Cel Carlos Frederico Rocha e do Ten Honório Lima e outros comentários da Direção da Revista

A localização da Ata de Fundação do Clube revelou em seu teor o Gen Severiano da Fonseca, o Cel Ernesto Augusto da Cunha Mattos, o Ten Cel Carlos Frederico Rocha, o Maj Inocêncio Serzedelo Correia, o 1º Ten da Armada Benjamin Ribeiro de Mello e o 2º Ten Honório de Souza Lima atuando com destaque na Assembléia de Fundação do Clube. O Gen Severiano da Fonseca, irmão do 1º presidente do Clube e atual Patrono do nosso Serviço de Saúde, acaba de ser focalizado em número especial da Revista do Exército. O Maj Serzedelo Correia é focalizado neste número pelo prof. Vicente Tapajós. O Ten Benjamin de Mello, pelo CMG Willy Cozza. Resta, por um dever de justiça, focalizarmos a seguir o Cel Cunha Mattos, o Ten Cel Carlos Frederico Rocha e o 2º Ten Honório de Souza Lima.

Cel Ernesto Augusto da Cunha Mattos. Nasceu em 23 dez 1843 no Rio. Assentou praça em 02 mai 1857. Cursou Artilharia na Escola Militar da Praia Vermelha. Em 1861 foi servir no Regimento de Mallet, em São Gabriel. Com ele fez a Campanha do Uruguai. Nela, em Paissandu, foi promovido a capitão por "bravura" por haver se portado "com bravura e perícia comandando duas peças em combate de rua". No comando da 2ª Bia do Regimento de Mallet, tomou parte na invasão do Paraguai e combateu na 1ª batalha de Tuiuti, de 24 mai 1867, com distinção e bravura. Comissionado major, assumiu o comando do 4º Btl Art a pé do 2º Corpo do Exército. Unidade que foi atacada em 3 nov 1867, na 2ª batalha de Tuiuti, ocasião em que os paraguaios levaram um canhão Withworth cal 32 e aprisionaram o Maj Cunha Mattos. Ele só foi libertado um ano após, em 27 mar 1868, quando apresentou-se a Caxias, em Lomas Valentinas, em plena Dezembrada, que pôs fim à capacidade defensiva tática adversária. Foi-lhe dado o comando do 12º Bl, à frente do qual entrou em Assunção, em 29 abr 1869, para, a seguir, tomar parte destacada na Campanha da Cordilheira até o epílogo da guerra em Cerro Corá, em 1 mar 1870. Foi elogiado pelo Comando- em- Chefe Brasileiro, por sua atuação no combate de Barracuê:

"Por perícia e irresistível valor em combate, confirmando mais uma vez a fama de bravo que desfruta no Exército".

Foi recomendado pelo Gen Câmara "pelos serviços relevantes que com atividade e inteligência sempre prestou e por serem eles dignos do maior apreço".

Aqui teve início a ligação Câmara- Cunha Mattos, que continuaria na paz, na guarnição de Porto Alegre, e depois no Rio, quando Cunha Mattos foi oficial de gabinete do ministro da Guerra, o Mal Câmara. Mais tarde, esta amizade foi evidenciada na questão militar, quando, no Senado, Câmara defendeu Cunha Mattos da punição injusta que sofreu, quando defendia sua honra, punição esta que terminou por ser cancelada.

Em 22 mar 1872, Cunha Mattos foi absolvido pelo Supremo Conselho Militar de Justiça de processo que ele mesmo requereu para justificar-se de seu aprisionamento, na 2ª batalha de Tuiuti.

A absolvição declarou que sua prisão "não foi por surpresa, covardia e imperícia e que ela só ocorreu depois de haver se. defendido de todos os meios

possíveis".

De 1873-79 serviu na Comissão de Engenheiros do RGS. Em Livramento, construiu uma ponte que separava a localidade do 4º RC Ligeira, no cerro do Depósito, concorrendo com a metade da despesa. Construiu a linha telegráfica Livramento-Rosário. No início dessa nova Comissão, casou com a rio-grandense Carlinda Barreto Pinto, de tradicional família local, de cujo consórcio nasceram Maria da Glória, Maria José, Marieta e Ernesto (1884). O último nasceu às vésperas de sua promoção a coronel por merecimento.

Em 1880 foi eleito deputado à Assembléia do RGS, vindo na ocasião para o Rio para chefiar o Depósito de Aprendizes de Artilharia e a integrar o gabinete do ministro da Guerra, Mal Câmara. Com este voltou ao Sul, para chefiar a Comissão de Engenheiros do RGS, que adaptou o velho Casarão da Redenção para a Escola Militar, então ao comando do Cel José Simeão de Oliveira, 19 secretário do Clube Militar.

Em 1883, no Rio, assumiu a direção da Fábrica de Estrela. Em 1885, foi designado inspetor dos Corpos e Fortificações do Norte, do Ceará ao Amazonas. Aí foi envolvido na questão militar e, ao defender sua honra pela imprensa, foi detido por 48 horas, ocasião em que o Mal Câmara saiu em sua defesa no Senado, do que resultou o cancelamento da punição, dez dias depois, em 13 mar 1887, às vésperas da fundação do Clube Militar.

O cancelamento de sua punição e a de Sena Madureira decorreu de **Manifesto ao Parlamento e à Nação**, assinado pelos Marechais Câmara e Deodoro, e redigido pelo grande brasileiro Ruy Barbosa, e cujo teor parcial vale transcrever:

"Sob tais teorias jurídicas, não há Exército e nem pode haver Pátria: porque a primeira condição de Pátria é o pundonor dos defensores profissionais de sua honra.

O que se agita, portanto, não é uma questão de classe: o aviltamento do Exército envolveria a sociedade e daria uma triste medida do caráter nacional.

Não é também veleidade de predomínio militar o que nos move: a consciência pública tem certeza de que o Exército Brasileiro é a mais estável segurança da paz, da legalidade, da organização civil do Estado.

Seja qual for a posição que as circunstâncias nos levam, a segurança individual, a tranquilidade pública, as instituições constitucionais, as tradições livres da Nação encontraram sempre no Exército um baluarte inexpugnável e em cada peito de soldado uma alma de cidadão. Mas a jurisprudência do Governo exclui da lei o Exército e dessa proscrição intolerável, porque envolve a nossa vergonha, força é que haja recurso. Para onde?"

A resposta veio na forma da fundação do Clube Militar, Abolição e Proclamação da República.

De 1888-89, atuou na construção de linhas telegráficas no RGS e no Mato Grosso. Neste último, que governou em 1889-90, atuou na construção da linha telegráfica Uberaba-Cuiabá. Foi graduado general em 4 out 1890 e reformado a seguir. O ministro da Guerra, em 16 out 1890, agradeceu-lhe o anteprojeto de Regulamento para uma Escola de Sargentos. Esta é, em síntese, o balizamento da vida e obra deste bravo, honrado e distinto soldado para um estudo que se impõe, com o apoio no que foi possível extrair e concluir de sua Fé-de-Ofício no Arquivo Histórico do Exército, a Casa da Memória Histórica do Exército Brasileiro.

Ten Cel Carlos Frederico Rocha (1833-1901). Convidado para integrar a mesa da Fundação do Clube Militar, no domingo, 26 jun 1887, em que todos compareceram à paisana, em roupas domingueiras, tomou assento na mesma o Ten Cel de Infantaria Carlos Frederico Rocha, que atingiu, ao reformar-se, o posto

de marechal. De estudos cruzados que realizamos em várias fontes e inclusive em sua Fé- de- Ofício, no Arquivo Histórico do Exército, conclui-se: era filho do Brig José Joaquim Rocha, que lutou na Batalha de Catalan, em 1816, e irmão do mais tarde Brig Justiniano Sabino da Rocha, que se destacou na Cavalaria, na Guerra do Paraguai, onde foi promovido a major, por bravura, no comando do 1º RCL. Pesquisas levadas a efeito nas unidades que comandou e através do Boletim Mensal do Clube Militar não localizaram foto e descendentes do Ten Cel Rocha — secretário da reunião de fundação do Clube Militar.

Na paz, de 1871-80, Salustiano, como coronel, comandou o 1º RCG, atual Dragões da Independência. Presume-se que era muito ligado ao Mal Câmara.

Carlos Frederico fez toda a sua carreira em torno do 1º BI - atual Sampaio, que comandou. Passou por inúmeras unidades de Infantaria, como o 3º e o 10º (atual 2 de Ouro), e inclusive, durante a Guerra do Paraguai, pelos 1º, 3º, 4º e 5º BI da Divisão Encouraçada, ao comando de Sampaio. Não cursou a Praia Vermelha. Fez sua carreira de soldado a general- de- divisão na Ativa, na forma camoniana "vendo, tratando e pelejando". Filho de militar, nasceu em 1833, acidentalmente em São Paulo, como o seu irmão Salustiano nasceu em Montevidéu. Casou aos 38 anos com Maria Monteiro da Luz Evangelista, de cujo consórcio nasceram Leonor (21 ago 73); Alsina (2 dez 77); Algenor (28 jan 80); Eulina (16 out 81); Carlos (1 dez 83) e Frederico (14 jan 94). Exerceu funções de ajudante- de- ordens em Minas Gerais e Maranhão (1855-56). Cursou Infantaria em 1857, aos 24 anos. Em 1858 expedicionou com o atual Sampaio em Montevidéu. Esteve na Bahia, Minas Gerais e Paraná como tenente. Em 1864, ainda no Sampaio, assistiu à capitulação de Montevidéu. Durante a Guerra da Tríplice Aliança, participou da invasão do Paraguai como comandante do 6% BI, tendo combatido em Estero Bellaco e Tuiuti. Capitão em 1867, comandante do 6º/1º BI, ainda na Divisão Encouraçada, combateu em Estabelecimento, Passo Pocu e Espinilho, Tebiquary, Suruby e Itororó. Neste dia, como capitão, assumiu o comando do 13º BI, que comandou em Avaí, onde foi comissionado major por distinção, bem como em Lomas Valentinas, onde foi contundido. Voltou a fiscalizar o 1º BI e a responder pelo comando do 4º BI (da Encouraçada) tendo a sua frente assistido à rendição de Angostura. Tomou parte da Campanha da Cordilheira, com base na Vila Rosário, como fiscal (subcmt) do 3º BI (da Encouraçada). Ao terminar a guerra, estava em Itacuruhy. Em 11 ago reencontrou-se com o 1º BI (Sampaio) em Niterói. Foi efetivado major, por merecimento, em 13 set 1871. Recém casado, serviu seis meses em Assunção, como fiscal (subcmt) do 10º Bl. Em 8 nov 1884 foi promovido a tenente-coronel e autorizado a usar espada de honra, oferta de seus oficiais do 109 BI (atual 2 de Ouro). Durante cerca de oito anos vinha se alternando no comando e fiscalização (subcmt) do Sampaio e 2 de Ouro atuais.

Em 8 jul 1885 assumiu o comando do 17º Bl em Rio Grande-RS, cujo comando da Fronteira do Rio Grande, ali sediado, vinha sendo exercido por seu irmão, Brig Salustiano, desde 30 mar 1880, e, à testa do qual este faleceu sete anos depois, em 5 mai 1887, quando fazia cerca de mês e meio que havia deixado o Sul para comandar o 11º Bl no Rio, depois de lá permanecer por cerca de vinte meses.

Por certo, através do irmão, travou conhecimento com diversas personalidades que serviam no Sul, como Câmara, Deodoro, José Simeão, Cunha Mattos, e Sena Madureira, que pouco depois tiveram ação decisiva na criação do Clube Militar, ato que lhe coube secretariar, na ocasião em que se encontrava em comissão. Carlos Frederico já era então um experimentado chefe de Infantaria e com idade somente inferior à de Deodoro. Era 5 anos mais velho que Câmara. Daí, pensamos o carinho e respeito com que este formulou o convite ao valoroso infante, cujo pai havia sido companheiro de seu tio Bento, na guerra contra Artigas em 1816.

Em 23 jan 1889, aos 56 anos, foi promovido a coronel. Neste posto, comandou, pela vez derradeira, a unidade do seu coração — o 1º BI (Sampaio).

Na Proclamação da República estava fora do Rio. Em 4 jan 1890 é o quartel-mestre general do Exército (Logística), na qual continua como general-de-divisão. Foi reformado como marechal em 27 abr 1894, depois de 45 longos sofridos anos. Faleceu em 29 jan 1904, com 68 anos, deixando seu último filho, Frederico, com sete anos. Estes são os dados que balizam a vida e a obra deste distinto soldado da Infantaria, ao tempo em que o 19 BI e 109 BI aquartelavam no atual Palácio Duque de Caxias.

2º Ten Honório de Souza Lima. Foi quem propôs efetivamente, na Assembléia Fundadora do Clube Militar, o nome do Mal Deodoro para presidente do Clube, gesto do qual decorreu a aclamação do mesmo, como presidente fundador da entidade.

Segundo dados colhidos no Arquivo Histórico do Exército, o 29 Ten Honório nasceu em 13 set 1852, em Angra dos Reis. Em 13 jan 1867, em plena Guerra da Tríplice Aliança, sentou praça como voluntário da 2ª Cia de Alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, com destino ao 2º Btl de Artilharia de Posição, e para freqüentar o Curso Preparatório da citada escola.

Logo em seguida foi mandado para o Teatro da Guerra, Paraguai, como 2º cadete, conforme reconhecimento desta condição pela Ordem do Dia de nº 45, de 9 jul 1867, da Escola Militar.

Participou do reconhecimento, à viva força, de Angostura. Atravessou o Chaco como integrante das forças de envolvimento da posição do Piquiciri, que desembarcaram no porto de Santo Antônio, no rio Paraguai.

Tomou parte nas operações da Dezembrada, que puseram fim à capacidade defensiva estratégica do adversário. Tudo no 4º Corpo de Artilharia a Cavalo. Em conseqüência, foi promovido a 2º tenente, por ato de bravura, conforme Ordem do Dia do marquês de Caxias, comandante-em-chefe do Exército aliado, de nº 272, de 14 jan 1869, em decorrência, principalmente, de ferimento em combate, em 21 dez 1868, em Lomas Valentinas.

Tomou parte da tropa de ocupação de Assunção, sendo elogiado pelo comandante brasileiro daquela guarnição "pela inteligência e atividade com que se houve comandando um piquete, quando prendeu 17 elementos que perturbavam a ordem pública altas horas da noite".

Combateu na Campanha da Cordilheira, no 2º Corpo de Artilharia a Cavalo, tendo tomado parte dos combates do desfiladeiro de Sapucaia, em 5 ago, do assalto a Peribebuí, em 12 ago e, finalmente, na batalha de Campo Grande, em 16 ago, tudo no ano de 1869. Nesta batalha, foi ferido pela segunda vez, baixando então ao Hospital de Sangue.

Em 21 mar 1870, em consequência de ferimentos em combate, foi transferido para a 2ª Classe do Exército.

Por resolução imperial de 10 jul 1870, consultado o Conselho Supremo Militar, foi agregado à Arma de Artilharia, conforme Ordem do Dia da Repartição do Ajudante-General, de nº 1018.

Sua vida militar se encerrou 17 anos antes da histórica reunião de fundação do Clube Militar.

OS IRMÃOS SEVERIANO DA FONSECA - ESCLARECIMENTO

Era tradição que o Gen João Severiano da Fonseca houvera participado da fundação do Clube Militar. Da leitura da Ata ora revelada, aparece, porém, duas vezes, o nome Severiano da Fonseca. A primeira vez como brigadeiro Severiano da Fonseca e a segunda vez como cirurgião-mor de Divisão Severiano da Fonseca. Uma análise mais demorada nos levou à conclusão de que dois Severiano da Fonseca registrados na Ata participaram da reunião. O primeiro era o Brig Severiano Martins da Fonseca, mais tarde barão de Alagoas, e o segundo, o seu irmão, então Ten Cel João Severiano da Fonseca.

Assim, quatro irmãos, filhos da heroína Rosa da Fonseca, participaram da fundação do Clube Militar. Pela ordem de idade – 2º filho, Brig Severiano Martins da Fonseca; 3º filho, Mal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca; 4º filho, Cel Hon. Pedro Paulino da Fonseca e o 7º filho, Ten Cel João Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde.

O Brig Severiano Martins e barão de Alagoas é retratado na *História do Exército Brasileiro* (EME, 1972 2v) à frente da Escola Militar da Praia Vermelha. Na Igreja Santa Cruz dos Militares existe óleo que o imortaliza.

Walter Fonseca, na obra **Fonsecas — uma família e uma história** - (São Paulo, 1982), pouco refere ao ilustre filho de Rosa da Fonseca, o que se impõe seja aqui referido, com apoio em sua Fé-de-Ofício no Arquivo Histórico do Exército.

Severiano Martins da Fonseca (1825- 1885) Marechal-de-Campo e barão de Alagoas. Cursou Artilharia pela Escola Militar da Praia Vermelha (1841-48). Serviu na Bahia e em Pernambuco (1845-52). Como capitão, serviu nas fortalezas de Santa Cruz e São João, de 1856-64. Participou da Campanha do Uruguai, em 1865. Em jan 1866, como major, era fiscal do Regimento Mallet. Tomou parte da invasão comandando as 2ª e 3ª baterias do Regimento, tendo acampado junto ao forte Itapiru, à vista da ilha da Redenção. É credor de grande parte das glórias conquistadas pelo Regimento Mallet, no qual conquistou promoção a tenentecoronel, por ato de bravura, em 19 jun 1867. Comandou o Regimento Mallet, quando este integrou o 1º Corpo de Exército que acampou em Tuiuti. Como comandante do Regimento citado, participou do assalto a Estabelecimento, em 18 fev 1868, e do sítio de Humaitá, quando tomou parte no combate de 16 julho. Participou com seu Regimento das forças de fixação da linha do Piquiciri, em apoio à manobra envolvente pelo Chaco. De Angostura, deslocou-se até Assunção, onde penetrou, em 28 jan 1869, à frente ainda do Regimento Mallet atual (1º RA Art.).

Na Campanha da Cordilheira, tomou parte do assalto de Peribebuí, em 12 ago 1869, e em outras ações no comando ainda do 1º Regimento.

Em 30 out 1869, conquistou o posto de coronel, por ato de bravura. Foi a segunda promoção nesta condição, sendo elogiado pelo conde D'Eu, por sua atuação no mês de agosto.

Com a paz, passou a comandar, em 18 abr 1874, o 29 Regimento de Artilharia, tendo prestado valiosos serviços ao desenvolvimento da Doutrina da Artilharia e, em especial, da Artilharia de Montanha. Comandou as Armas da Paraíba (1874-75), durante uma revolta sertaneja. Promovido a brigadeiro, em 27 jun 1877, comandou o Curso de Infantaria e Cavalaria em Porto Alegre e depois a Escola Militar da Praia Vermelha.

De 1880-87, no Rio de Janeiro, integrou o Conselho Supremo Militar, participando de comissões diversas de elaboração do Plano de Reorganização do Exército e dos regulamentos das escolas militares e de tiro de Campo Grande. Nesta situação, participou da fundação do Clube Militar. Foi promovido a marechal- de- campo, em 25 abr 1888, e agraciado com o título de barão de Alagoas, com grandeza, em 2 mar 1889. Faleceu 17 dias depois, sendo sepultado no Cemitério de São Francisco Xavier, não vivendo para assistir o advento da República, ideal que não comungava.

Em verdade, foi o subcomandante do legendário Regimento Mallet, atualmente em Santa Maria, até a batalha de Tuiuti. A partir daí e até o final da guerra, subordinado à Brigada de Artilharia, ao comando do atual Patrono da Artilharia, comandou o 1º Regimento de Artilharia — atual Regimento Mallet, glória da Arma de Artilharia.

Está, pois, feita justiça a um dos mais ilustres fundadores do Clube Militar, até hoje confundido como sendo o seu ilustre irmão João Severiano da Fonseca, também fundador do Clube.

Sua foto está publicada junto com a de seus irmãos, na biografia do 1º presidente do Clube, neste número. "Ele era muito dedicado ao Imperador e seria o único capaz de conter Deodoro a não proclamar a República", segundo a **História do Exército** (EME, 1972, v2, p. 677).

O CLUBE MILITAR E A TRADIÇÃO DE RECONHECIMENTO MORAL DE MÉRITO PESSOAL E COLETIVO NA VOZ DA HISTÓRIA

Cel Cláudio Moreira Bento (Palestra na sessão do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em homenagem ao Centenário do Clube Militar).

O Clube Militar, em sua centenária e luminosa trajetória de consagrada projeção no cenário nacional, tem mantido acesa e viva a chama da tradição castrense de recompensar ou de reconhecer moralmente, o mérito individual ou coletivo de diversas formas.

E isto por meio da evocação de efemérides relevantes; da inauguração de bustos, retratos e óleos de personalidades gratas à família militar; da imortalizarão, em bronze, de efemérides e circunstâncias memoráveis; do batismo de edifícios e instalações pertencentes ao seu patrimônio, ou dependências dos mesmos, com o nome de personalidades que se destacaram por serviços prestados ao Brasil, à classe militar ou ao corpo social; pela concessão de títulos de sócios beneméritos por relevantes serviços ao corpo social; pela prestação de homenagens póstumas a grandes expoentes da classe, velando-os em seu Salão Nobre, como foi o caso dos presidentes Castelo Branco e Médici, além de estimular a prática da virtude militar da camaradagem como no Encontro de Velhos Camaradas.

A amostragem a seguir dá uma idéia, em ordem cronológica, da prática do reconhecimento moral do mérito, acima de desencontros, incompreensões e divergências pessoais, na "Casa Grande da Família Militar", - antológica expressão do acadêmico general Aurélio de Lyra Tavares, em sessão solene do centenário do nosso Clube, em 24 jun 1987.

Em 9 nov 1890, em comemoração ao 1º aniversário da célebre reunião do Clube Militar, na sede à rua do Ouvidor nº 155, onde fora decidida a proclamação

da República, foram inaugurados os retratos do marechal- de- Exército José Antônio Correia da Câmara, do marechal- de- campo Manoel Deodoro da Fonseca e do general Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Era presidente do Clube o contra- almirante Custódio José de Melo, o primeiro oficial da Marinha a presidir a agremiação.

Em 11 dez 1902, depois de reaberto o Clube, na sede dos Empregados do Comércio, na rua Gonçalves Dias, ali foram inaugurados os retratos do Duque de Caxias e do Marquês de Herval e marechal Osório. Os retratos foram oferecidos ao Clube pelas respectivas famílias dos homenageados.

Em 26 mar 1915 foi inaugurada uma placa de bronze em homenagem aos heróis tombados na guerra do Contestado. A cerimônia contou com a presença do presidente da República Wenceslau Braz, instituidor, no ano seguinte, do Serviço Militar Obrigatório, pelo qual o Clube tanto se empenhara e que hoje a Constituinte também consagra.

Em 17 mar 1916 foi dado o nome de Sala Tuiuti à sala de esgrima do Clube, esporte de que sua biblioteca possui tratado em francês, do ano de sua fundação, isto é, 1887.

Em 20 set 1917, no seu 30º aniversário, foi inaugurada a Galeria de Presidentes do Clube 1887-1917, hoje distribuída ao Museu do Clube, inaugurado em 30 abr 1987.

Em 24 jan 1917 foi homenageado em busto, Lauro Müller, como benemérito nº 1, como doador do terreno onde hoje se situa a sede social. Lauro Müller teve papel histórico de relevo na Proclamação da República ao lado de Benjamin Constant e como aluno da Escola Superior de Guerra.

Em 10 fev 1919 foi inaugurado no Clube o óleo do Ten Cel Inf Tertuliano Potiguara, herói da I Guerra Mundial, onde foi ferido em São Quentim, depois de haver se destacado no Contestado. O óleo de autoria de Bernardelli encontra-se atualmente no Departamento Cultural. Sobre a participação de oficiais do Exército do Brasil em combate ao lado dos aliados, o Maj Cosendey, aluno da ECEME, acaba de produzir sob nossa orientação esclarecedor e original estudo como monografia. Ele focaliza também os futuros generais Leite de Castro e José Pessoa, mais tarde intimamente ligados à história do Clube.

Em 2 set 1921, o Clube congratulou-se com o presidente Arthur Bernardes e seu ministro da Guerra, Gen Setembrino de Carvalho, pela instituição do Dia do Soldado, em 24 ago, dia do aniversário do Duque de Caxias.

Em 11 set 1931, o Clube agradeceu ao presidente Getulio Vargas a doação definitiva do terreno da sua sede social. Conferiu o título de sócio benemérito (nº 2) ao ministro da Guerra Gen Fernandes Leite de Castro, veterano da I Guerra Mundial, como assinalamos, como Tertuliano Potyguara, por suas gestões junto a Vargas para o Clube possuir sua sede definitiva.

Em 25 set 1931, o Clube ofertou um cartão de ouro a Getúlio Vargas e fez inaugurar um óleo do Gen João Vicente Leite de Castro, pai do ministro da Guerra, autor do excelente livro sobre moral e civismo, ora localizado no Arquivo Histórico do Itamaraty, e presidente do Clube 1903/05. Seu óleo encontra-se na sala de espera da Presidência, ao lado de óleo de Caxias, o Pacificador do século XIX e do Gen Fernando Setembrino de Carvalho, o Pacificador do século XX (revolta do Padre Cícero (1910), Contestado (1916) e Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul).

O Clube dedicou um número de sua revista aos dois Leite de Castro (pai e filho).

Em 25 mar 1933, a bandeira do Clube foi içada pela primeira vez. Foi

inaugurado um retrato do ministro Leite de Castro e o bronze do Ten Cel Antonio Sena Madureira, hoje existente no auditório que leva o seu nome. Foi oferecida ao corpo social uma Sala D Armas.

Em 28 jul 1933, o Clube adquiriu o bronze do Mar Floriano Peixoto da viúva de Décio Villares e o entronizou em suas dependências.

Em 20 set 1933, preocupado em prestar homenagens a seus sócios falecidos, aprovou um Regulamento de Honras Fúnebres.

Em 26 jun 1937, o Clube comemorou o seu cinqüentenário. Editou número especial da Revista do Clube Militar, que deu uma notícia do patrimônio histórico acumulado em 50 anos. A revista foi dirigida pelo então capitão Jonas Correia. Ela é fundamental para estudo da história e tradições do Clube em seus primeiros 50 anos.

Em nov 1939, o Clube lançou edição comemorativa do cinquentenário da República, para a qual concorreu decisivamente em sua reunião de 9 nov 1889. É outro importante guia das tradições do Clube Militar.

Em 13 jun 1940, a nação brasileira, reconhecendo a projeção histórica do Clube, declarou-o de utilidade pública.

Em 25 ago 1941 foi lançada a pedra fundamental da atual sede social, evento histórico marcante assinalado pela revista e por uma placa comemorativa no hall de entrada.

Em 25 ago 1942 foi inaugurada a sede social. Foi dado o nome ao prédio de Marechal Duque de Caxias, uma justa homenagem ao maior de nossos generais e Pacificador da Família Brasileira, em 1º mar 1945, em Dom Pedrito.

Em 1942, o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, ofertou o quadro "Salve a Independência", que decora o salão principal da sede social. O Clube agradeceu àquela autoridade, em 18 dez 1942.

Em 5 ago 1943, o salão nobre foi batizado com o nome de Gen José Meira de Vasconcelos. Outras dependências receberam os nomes: Sala do Secretário Maurílio Monteiro, Sala Raul de Albuquerque e Sala Odilon Costa.

Em 9 nov 1943, duas placas de bronze marcaram a inauguração do Edifício Marechal Duque de Caxias. Foi inaugurado também o busto do patrono no hall de entrada e o salão do 3º andar foi batizado de Duque de Caxias.

Em 31 abr 1944, a Paraíba ofereceu um busto do Gen Meira Vasconcelos que hoje se encontra na sala de espera da Presidência, no 7º andar.

Em 24 jun 1944, 123º aniversário da batalha de Carabobo, a Venezuela ofereceu ao Clube um óleo do libertador Simon Bolívar, que teve como um dos seus generais o brasileiro José de Abreu e Lima, que lutou e sangrou pela Venezuela, na citada batalha, como tenente-coronel.

O óleo encontra-se no salão nobre, junto ao painel da Independência.

Em 23 dez 1944, o Clube recebeu do Arsenal de Guerra, em bronze, as letras que formam o seu nome.

Em 19 mar 1945, centenário da Paz de D.Pedrito e não Ponche Verde, que pôs fim à Guerra dos Farrapos, o Clube, sob a presidência do Mar José Pessoa, inaugurou placa de bronze alusiva no seu saguão, contendo declarações antológicas de Caxias e do general farrapo Davi Canabarro, que selaram o reencontro da "Paz da Família Brasileira".

Em 25 abr 1945, o Clube comemorou o centenário de seu amigo e grande estimulador do fortalecimento militar do Brasil — o barão do Rio Branco. Inaugurou o óleo do grande chanceler, que domina a sala de espera da vicepresidência, decorada com mobília que a ele pertencera.

Em 24 mai 1945, evocou o aniversário da Batalha de Tuiuti, afixando no 5º

andar placa comemorativa.

Em 14 jun 1945, depois do desembarque da vitória da FEB no Brasil, quando então o Clube liderou, sob a presidência do Gen José Pessoa, recepção condigna, o comandante da FEB, general Mascarenhas de Morais e seu chefede- Estado-Maior, Cel Lima Brayner, foram aclamados presidente e vice-presidente de Honra do Clube Militar. O Clube, entusiasmado com o feito da FEB de aprisionamento de uma Divisão Alemã, enviou-lhe telegrama.

Em 15 dez 1945 promoveu o Baile da Vitória e fez inaugurar placa alusiva aos feitos da FEB no hall de entrada, na frente do qual está o busto do Mar Mascarenhas, que então recebeu o título de presidente de Honra do Clube.

Em 1945 foi inaugurada, na Sala Deodoro, atual Gabinete da Presidência, um óleo do Mar Deodoro e um quadro símbolo da República — uma mulher com barrete frígio.

Em 2 abr 1946, o Clube inaugurou retrato do Gen Miguel de Castro Aires, criador, em 1916, da tradicional alfaiataria do Clube.

Em 3 jul 1945 deu nome a dependências suas, em homenagem aos patronos da Marinha, almirante Tamandaré, da Aeronáutica, Santos Dumont e ao Mar Floriano Peixoto, o Consolidador da República.

Em 15 nov 1949 comemorou o 69º aniversário da República e reinaugurou retratos de Deodoro e Benjamin Constant, apostos em nov 1890, e entronizou o do Mar Floriano Peixoto.

Em 19 fev 1954 acolheu em seu corpo social a 1ª sócia - Zilda Nogueira Rodrigues, ex-enfermeira da FEB.

Em 31 out 1955, o Clube velou, no Salão de Honra, o seu falecido presidente Gen Canrobert Pereira da Costa, ocasião em que prestou- lhe significativas homenagens póstumas.

Em 6 nov 1959 foi lançada a pedra fundamental da Sede Desportiva da Lagoa.

Em 17 set 1963, o Clube prestou homenagem, pela primeira vez, a uma mulher, inaugurando a Sala Carmela Dutra, falecida esposa do presidente Mar Eurico Gaspar Dutra.

Em set 1964, a Sede Desportiva teve seu ginásio inaugurado com o nome de Mario Mareio.

Em 27 nov 1964, 259 aniversário da Intentona Comunista, o Clube inaugurou placa no hall de entrada da Sede Social, homenageando as vítimas daquele movimento.

Em 1965, o Clube promoveu ciclo de conferências sobre a Guerra do Paraguai, no centenário de seu início.

Em 24 nov 1965 foi inaugurado retrato do Gen Tasso Fragoso na sala de leitura com o seu nome. Tasso Fragoso saudara o chanceler Rio Branco quando de sua visita ao Clube no ano em que faleceu. Rio Branco foi um dos maiores apóstolos do fortalecimento militar do Brasil.

Em 16 dez 1965 foi comemorado o centenário de nascimento de Olavo Bilac. — Patrono do Serviço Militar do Brasil. A biblioteca do Clube passou a ter seu nome e nela foi introduzido seu retrato.

Em 1915, Olavo Bilac fora homenageado pelo Clube por sua patriótica cruzada em prol do Serviço Militar, tendo então pronunciado antológica oração.

Em 28 jan 1966, o Clube homenageou Pandiá Calógeras, o único civil a exercer o Ministério da Guerra na República e que tributou seu êxito na pasta por seguir o plano deixado pelo ministro Gen Cardoso de Aguiar.

Em 28 fev 1967, o ministro da Guerra passou a denominar-se ministro do

Exército. Foi o seu primeiro titular o Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares, atualmente sócio benemérito mais antigo do Clube e orador oficial da sessão solene do centenário da agremiação, em 24 jun 1987.

Em 20 jul 67 foi velado na sobreloja do Clube Militar o Mar Humberto de Alencar Castello Branco, ex-presidente da República, morto em acidente aéreo no Ceará. O Clube tributou- lhe homenagens póstumas.

Em 17 set 1968 faleceu o Mar João Baptista Mascarenhas de Morais - presidente de Honra do Clube Militar há 23 anos. O Clube associou-se às homenagens póstumas ao grande soldado do Brasil deste século.

Em 18 set-30 dez 1974, o Mar Floriano Lima Brainer — vice-presidente de Honra do Clube, prestou depoimento pioneiro ao Projeto Memória do Departamento Cultural. A ele seguiram-se nos últimos 12 anos cerca de 40 depoimentos de ilustres chefes militares.

Em 18 jul 1976, o Clube criou o Grupo de Escoteiros do Clube Militar Mar Humberto de Alencar Castello Branco, ex-oficial de operações da FEB e presidente da República em 1964-66.

Em 5 abr 1977, o Clube recebeu da ANVFEB a Medalha Mar Mascarenhas de Morais.

Em 5 ago 1977 homenageou o seu 1º presidente Mar Deodoro, na oportunidade do seu sesquicentenário. Descerrou placa de bronze, e editou Revista do Clube alusiva ao grande soldado.

De 22 a 26 ago 1977, o Clube prestou significativas homenagens a Caxias — o maior dos nossos generais.

Em outubro de 1979, através de sua revista, associou-se às comemorações do centenário do falecimento do general Osório — Patrono da Cavalaria.

Em 22 fev 1980, o Clube comemorou o 35º aniversário da tomada de Monte Castelo pela FEB, na Itália.

Em 26 mar 1980 contribuiu com expressiva quantia para a construção de Mausoléu aos Pracinhas da FEB, no Cemitério S. João Baptista.

Em maio 1980, através de sua revista, associou-se às comemorações do centenário do falecimento, em Santa Mônica-RS, do Duque de Caxias.

Em 16 mar 1981, associou-se às homenagens a Henrique Lage — o Cadete nº 1, grande benfeitor dos cadetes do Realengo e da AMAN, seguindo tradição de seu pai, iniciada na Praia Vermelha.

Em 16 jul 1981, o Clube se associou às comemorações do 31º aniversário do desembarque do 1º Escalão da FEB na Itália.

Em agosto de 1981 recebeu como sócias um contingente de 130 tenentes do Corpo Feminino da Marinha.

Em 20 jun 1982, dá o nome de Pavilhão Gen Faustino, atual sócio benemérito do Clube, ao pavilhão principal de hóspedes da Lagoa; Ginásio Antonio Borges Barcellos ao novo ginásio.

Em 5 jul 1982, foi comemorado o 60º aniversário da revolução de 22, por exalunos da Escola Militar do Realengo, sobreviventes daquela jornada.

Em 26 mar 1984, o Clube Militar, visando cultuar a virtude da camaradagem, instituiu o Encontro dos Velhos Camaradas, tendo já realizado até agora quatro Encontros.

Em mai/jun 84, a revista, homenageando seus presidentes, publicou valioso trabalho histórico - "O Clube Militar na Filatelia" - que constituiu significativo capítulo do culto das tradições do Clube.

Em 4 jan 1985 foi criado o Museu do Clube Militar acolhendo proposta do Cel Isnard Pereira de Almeida, já conhecido historiador do Clube por sua

volumosa pesquisa história (1855-1983), que restaurou significativamente a Memória do Clube Militar. Foi o Cel Isnard encarregado de levar avante a idéia do Museu, concretizado no contexto do centenário do Clube Militar, em 30 abril de 1987.

Conclusão

A história do Clube e a implantação do Museu levados a efeito pelo Cel Isnard Pereira de Almeida; a atuação do Projeto Memória do Clube Militar com cerca de 40 depoimentos de chefes do Exército, sob direção, há 13 anos, do Cel Asdrubal Esteves; mais a indexação e microfilmagem da revista do Clube, levada a efeito pelo Arquivo Histórico do Exército, sob nossa direção e as edições históricas da revista, no contexto do centenário do Clube, infra-estruturaram sobremodo o passado do Clube. Isto na expressão do engenheiro evocada pelo General Lyra Tavares na sessão solene do Centenário, "permite que o teodolito do tempo, colocado firme no ponto de estação do presente do Clube Militar, vise a ré com segurança e, dando trânsito, mostre com segurança o rumo a trilhar pelo Clube na visada avante do seu futuro."

O trabalho de resgate da Memória do Clube Militar que assinalamos, por certo infra-estruturará novas pesquisas que seguramente, a curto prazo, serão levadas a efeito no centenário da Abolição e da República, avanços sociais e políticos basilares da sociedade brasileira e que emergiram do Clube Militar. Assim seja!

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Mar Adhemar de Queiroz (*) Mar Arthur da Costa e Silva (*) Már Odylio Denys (*) Gen Ex Emilio Garrastazu Médici (*) Gen Ex Mario Silva O'Reilly de Souza (*) Gen Ex Orlando Geisel (*) Brig Eng Jeronimo Batista Bastos (*) Dr Antonio Galloti (*) Dr Francisco Negrão de Lima (*) Prof Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (*)

Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares

Dr Antonio de Padua Chagas Freitas

Gen Bda Antonio Barcelos Borges Filho

Gen Div Antonio Pires de Castro Filho

Cel R/I Ney Aminthas de Barros Lima

Gen Ex Sylvio Couto Coelho da Frota

Gen Ex Augusto Cesar de Castro Moniz Aragão (*) Falecidos

O CLUBE MILITAR E A ABOLIÇÃO Cel QEMA Cláudio Moreira Bento

É consenso entre a maioria de nossos historiadores o fato de que a vitoriosa

1ª Batalha dos Guararapes, em 1645, despertou o espírito da nação brasileira e de suas Forças Armadas. Para este momento basilar da nacionalidade, concorrem com sacrifícios, sangues, vidas e heroísmos, brancos, negros, índios e demais brasileiros resultantes da fusão destas três raças. Assim, destacaram-se e se imortalizaram na memória e gratidão nacionais o preto Henrique Dias, o índio Felipe Camarão, o mestiço André Vidal de Negreiros e os brancos Fernandes Vieira e Dias Cardoso.

Em jan 1821, tendo como palco o Campo de Santana e catalizador o Quartel do Campo de Santana — o atual Palácio Duque de Caxias, ocorreu o nascimento, de fato, do Exército Brasileiro e do Brasil independente. Então, ao comando do Gen Francisco Xavier Curado, o povo e tropas de milícias se aglutinaram em torno da tropa de linha, hoje projetada nas unidades históricas que ali estiveram presentes: O Sampaio, o Avaí, os BI de Florianópolis e Joinville, os Dragões da Independência, de Brasília, e o Regimento Mallet, de Santa Maria-RS. O móvel da histórica união foi para garantir a permanência do príncipe D. Pedro no Brasil e obrigar a tropa de Portugal, ao comando de Avilez, a deixar o Brasil — o que foi conseguido, sob pressão. Foi o Dia do Fico!

Foi este histórico fato, no Campo de Santana, o resultado da vontade de representantes das três raças e suas combinações por miscigenação, em patriótica confraternização. Ilustra a participação do negro, nos pródromos da Independência, nela própria e em sua consolidação, uma gravura de Debret publicada na *História do Exército Brasileiro. Perfil militar de um povo*, editada pelo Estado-Maior do Exército, em 1972, e que figura em seus três volumes, logo atrás de ambas as capas.

Já no final da Revolução Farroupilha, o então barão de Caxias, contrariando orientação superior e pressões de escravocratas e sob a inspiração de sentimentos cristãos, de justiça e humanidade, e mais os de autêntica brasilidade, sustentou o cumprimento da cláusula 4 da Paz de Ponche Verde, que devolveu a paz à família brasileira, perdida por 14 longos e sofridos anos:

"São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram à Revolução

Referia-se especificamente a integrantes do Corpo de Lanceiros Negros farroupilhas (ilustração no verso) que lhe foram entregues, em número de duzentos, e por ele integrados, como adidos, aos regimentos de Cavalaria Ligeira da Província do Rio Grande do Sul.

Muitos deles prestaram relevantes serviços de guerra, inclusive, ao comando do intrépido Ten Cel Manoel Luis Osório, em Monte Caseros(2 fev 1852), integrando o 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, de atuação assinalada, então. Antes da Paz de Ponche Verde, que pôs fim à Revolução Farroupilha, e na Assembléia Constituinte da República Rio-Grandense, em 1842, em Alegrete, o Cel José Mariano de Mattos, como líder da maioria, apresentou projeto de abolição da escravatura na citada República, o qual foi rejeitado pela minoria. José Mariano era o único oficial farrapo presente, formado integralmente pela Academia Militar do Largo de São Francisco.

Foi presidente interino e ministro da Guerra farrapo por duas vezes. Mais tarde chefiou o Estado-Maior de Caxias, na guerra contra Oribe e Rosas e foi ministro da Guerra do Império, em 1864. Era mulato e natural do Rio de Janeiro.

Da leitura da obra do mercenário Eduardo Siber sobre a citada guerra, conclui-se do carinho, apreço e atenção que Caxias dispensava a seus soldados, assim referidos por aquele estrangeiro: "como os companheiros e amigos negros, brunos (mestiços) e amarelos" de Caxias. Isto, por este visitá-los informalmente

nos acampamentos, zeloso por seu bem-estar e pelo cuidado que teve de, antes de deixar o comando (muito doente por sinal), visitá-los e agradecer-lhes pelo valioso concurso à vitória.

Siber, desejando fazer uma crítica a Caxias, em realidade fez-lhe um elogio insuspeito.

Já em plena Guerra do Paraguai, Caxias devolveu escravos enviados para a guerra em lugar de seus amos. O Mal Câmara, durante a questão militar, de sua tribuna no Senado denunciou a hipocrisia de ricos senhores, que recebiam honrarias, sob a forma de títulos do Império e comendas, pelo envio de seus escravos para o esforço de guerra. Na realidade, segundo denunciou, os senhores enviavam o que de pior havia nas senzalas do Sudeste, e seus doadores, insensíveis aos sentimentos de patriotismo e humanidade, foram apresentados como heróis aos olhos da sociedade.

Ainda neste contexto, o grande Joaquim Nabuco escreveu com grande conhecimento e autoridade:

"Foi nas camadas mais necessitadas da população, de descendentes de escravos em sua maior parte, nestas mesmas que a escravidão condena à dependência e à miséria, entre trabalhadores analfabetos, cuja emancipação se adiou indefinidamente, que se sentiu bater o coração de uma nova Pátria. Foram elas que produziram os soldados dos Batalhões de Voluntários da Pátria".

Os militares Alfredo de Taunay e Dionízio Cerqueira, testemunhas, atores e cronistas da Guerra do Paraguai, ressaltaram o valor como soldados e camaradas dos negros e seus descendentes, e se referem a muitos, com os quais mantiveram contato, com o maior carinho, estima e apreço. Dionízio Cerqueira dedicou as últimas palavras de seu clássico **Reminiscências da Guerra do Paraguai,** ao seu grande e bravo amigo — o negro Antônio Faustino.

Segundo Tasso Fragoso, foram libertados 4.749 escravos, para ingressarem no Exército, na Guerra do Paraguai. A propósito, frisou: "Isto, antes de ser uma humilhação para o Exército, resultou em a instituição tornar-se a maior aliada da população negra e mulata, escrava, com vistas à sua emancipação total".

Foi ao término da Guerra do Paraguai que, na Loja Maçônica Fé, em Assunção, integrada por oficiais brasileiros, foi exigido do visconde do Rio Branco medidas efetivas visando à Abolição, do que resultou a Lei do Ventre Livre, por ele defendida com veemência na tribuna parlamentar.

O sentimento abolicionista que soprou dos campos de batalha do Paraguai foi ganhando corpo. Em Fortaleza, o heróico Gen Tibúrcio Ferreira de Souza se enganjou no processo. Sena Madureira recebeu, na Escola de Tiro de Campo Grande, jangadeiros que tiveram ação destacada no Ceará, na libertação antecipada dos escravos. Benjamin Constant foi o maior adversário do trabalho servil. Posições semelhantes se observaram em outros membros da 1ª Diretoria e Corpo Social do Clube Militar, em 1887-88.

Segundo se conclui de estudos do Gen Aurélio Lyra Tavares, foi no Exército e na Marinha, como militar, que o negro encontrou um status mais digno e a melhor alternativa para escapar à situação servil, maior realização e maior confiança da sociedade, ao lhe serem confiadas armas para a defesa desta mesma sociedade.

Todos os antecedentes aqui apresentados como amostragem criaram o clima e o momento ideais para que o Clube Militar, em 26 out 1887, quando completava quatro meses de existência, enviasse a seguinte petição à princesa Isabel. Petição eloqüente por si só e que dispensa comentários. Dela, transcrevemos, com grafia atualizada, os seguintes trechos:

"Senhora!

Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial vênia para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica. . .

... Esperam que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército, que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranqüilizai a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros, que fogem à escravidão, ou porque vivam já cansados de sofrer os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.

Senhora! A liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra; uma vez violado o direito que tem a personalidade de agir, o homem, para reconquistá-lo, é capaz de tudo: de um momento para outro, ele que dantes era um covarde, tornase um herói; ele, que dantes era a inércia, se multiplica e se subdivide, e, ainda mesmo esmagado pelo peso da dor e das perseguições, ainda mesmo reduzido a morrer, de suas cinzas renasce sempre mais bela e mais pura a liberdade. . .

. . .Impossível, pois, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre.

Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios da humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade, o Imperador, vosso augusto Pai cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudades, em nome do vosso futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão. Eles não desejam o esmagamento do preto pelo branco e não consentiriam também que o preto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir a sua liberdade esmagando o branco.

O Exército havia de manter a ordem. Mas, diante de homens que fogem calmos, sem ruído, mas tranquilamente, evitando, tanto a escravidão como a luta, e dando, ao atravessar cidades, enormes exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a desonra do Exército mais civilizado, o Exército Brasileiro espera que o Governo Imperial conceder-lhe-á o que respeitosamente pede em nome da humanidade e da honra da própria bandeira que defende."

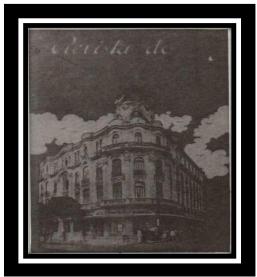


Lanceiro negro farroupilha, soldado dos dois corpos de Lanceiros do Exército de linha da República Rio-Grandense.

Cel Cláudio Moreira Bento

Coordenador da Revista do Centenário (Convidado para fazer o presente artigo, no impedimento, por força maior, do historiador designado)

A REVISTA DO CLUBE MILITAR DO CINQÜENTENÁRIO -VALIOSA FONTE HISTÓRICA A DIREÇÃO DA REVISTA



Por ocasião de seu cinqüentenário, o Clube Militar fez editar o n48 da Revista - em 26 jun 1937 — "Número especial de celebração do cinqüentenário do Qube Militar". Era diretor da Revista o então Cap Jonas Correia, atual presidente da Comissão Editorial da Revista, visando à celebração do Centenário do Clube Militar. Teve como auxiliares os capitães Moacyr Toscano e Ari Quintela.

O imenso valor histórico do número do cinqüentenário é atestado pelo seu sumário de assuntos desenvolvidos em 352 densas páginas.

Além da Revista retratar o nascimento do Clube Militar e o estágio atingido no seu cinquentenário, comemorado em sua primitiva sede, foi mais além. Em suas páginas, tratando de relevantes assuntos de natureza cultural militar e cultural profissional, desfilaram ilustres e distintos escritores civis e militares, dedicados a assuntos do Exército e de defesa nacional àquele tempo. Eles deixaram atrás de si fulgurante e imortal trajetória na Memória Histórica do Exército, a qual ajudaram de modo assinalado a gizar, preservar e divulgar.

Assim figura o então Maj Tristão Alencar de Araripe, mais tarde biógrafo de Tasso Fragoso, instrutor da AMAN, comandante da ECEMÉ, além de teórico do ensino de História e Geografia Militar tratando do assunto "A guerra moderna". Os coronéis Souza Docca e Jonathas do Rego Monteiro, e o Ten Cel Paula Cidade, intimamente ligados à criação do atual Arquivo Histórico do Exército, em 1934, destinado a acumular fontes de história e de geografia militar sul-americana; à criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, destinado a explorar aquelas fontes e, finalmente, à Biblioteca do Exército, em 1937, para difundir aquelas pesquisas, de preferência as feitas por oficiais do Exército, tudo visando a subsidiar táticas e estratégias para uma doutrina brasileira, segundo muito bom conselho da MMF. Trataram eles, respectivamente, dos assuntos: "A capacidade psicológica de Caxias"; "Fortificações do Canal e cidade do Rio Grande" e "A intelectualidade entre os mercenários alemães de D. Pedro". Rego Monteiro fora o organizador e 1º diretor do então Arquivo do Exército, na dimensão de guardião de fontes da História e da Geografia Militar, como subsídios, repetimos, ao desenvolvimento da doutrina do Exército, com apoio em experiência de cerca de quase cinco séculos, desde o Descobrimento.

Em assuntos de Infantaria, os capitães João Baptista de Matos e Toscano de Brito abordaram respectivamente "Patrulhas" e "Apoio de Infantaria".

O major Affonso de Carvalho focalizou a ação de Caxias na Dezembrada. Mais tarde veio a figurar como um dos assinalados biógrafos do Patrono do Exército. Os capitães Jonas Correia e Severino Sombra, os únicos sobreviventes daquela ilustre e assinalada geração e da fundação ocorrida no ano anterior do Instituto de Geografia e História Militar, compareceram respectivamente com um soneto - "Heróis de Dourados" è "Lyautey e o Brasil". Sobre assuntos de educação figura, entre outros, o Gen S. Uchoa com um trabalho sobre a organização do ensino do Brasil. O grande historiador da nossa Marinha, Alte Henrique Boiteux, aparece com "Reminiscências" e como um elo entre aquela geração de escritores militares que ali figurava, com a dos primeiros tempos da República. E de igual forma, o Gen Liberato Bittencourt, escritor, filósofo e educador de raros méritos, ainda muito lembrado por seus ex-alunos, e colaborador destacado da Revista desde sua criação, em 1926.

Tratando de problemas de saúde e de indústria militar brasileira, figuram Alves Cerqueira e o Tenente Arlindo Viana.

Tratando de assuntos ao nível de defesa nacional, uma radição centenária do Clube, figuram o Maj F. C. Buys com "Fé no Moral", o Ten Cel Francisco Fonseca com "Problemas nacionais", o Ten Cel Dr Alfredo Severo com "O que é o Marxismo" e o Cap Dr Ayrton Lobo, com um novo ramo para o Direito — "o Direito Aeronáutico".

Os ilustres historiadores militares, civis David Carneiro, Garcia Junior e Luiz Edmundo, focalizaram, respectivamente, os heróis "Tibúrcio e Gomes Carneiro", "A fazenda de Santa Mônica", onde faleceu Caxias e ora em adiantado trabalho

de restauração e o "Alferes Francisco da Silva Xavier — o Tiradentes".

O Cap Maurílio da Cunha escreveu "O renascimento da História". Artigo oportuno, talvez coincidindo com o momento culminante do estudo crítico da História e Geografia Militar no Brasil, a conselho da Missão Militar Francesa, como fontes de subsídios à formulação de táticas e estratégias a informar uma Doutrina Militar Terrestre Brasileira, com progressivos índices de nacionalização.

Esforço de alta relevância, que minha geração viu atingir o mais elevado estágio na ECEME, com pesquisas coletivas históricas marcantes, em torno do ano de 1960, visando a determinar, em parte, o perfil do chefe e do combatente terrestre brasileiro.

Estudos que concorreram igualmente para, ao final da década de 1960, ensaiar-se o Sistema de Apoio Administrativo Brasileiro, baseado nas realidades brasileiras, que o Corpo de Doutrina do Exército dos EUA não atendia. Foi este um notável esforço de nacionalização progressiva da Doutrina Militar Terrestre do Brasil, retirado da História e Geografia Militar do Brasil. Esforço coerente com o fecho do artigo do Cap Maurílio Cunha baseado na França:

"Procurar ensinamentos úteis na História. Ensinar essa História não só à memória mas, sobretudo, à inteligência. Não limitar a descrição dos fatos em toda a sua complexidade, mas sim explicar o significado e ligação dos mesmos. Procurar fazer reviver a História que tanto tem influído na causa da humanidade. Deduzir, através do estudo da História, os destinos, os trabalhos, as vitórias, e os reveses da sociedade e da alma humana. Este foi, em realidade, o trabalho realizado no século passado, considerado o século do renascimento da História".

Pensamento que na vida castrense foi melhor precisado pelo Mal Ferdinard Foch, comandante dos aliados na I Guerra Mundial, posto ao qual foi elevado depois de retirado da Escola Superior de Guerra da França, onde ensinava História Militar.

"Para alimentar um cérebro de um Exército na paz e prepará-lo para a guerra, não existe livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar".

Parabéns, pois, da direção da Revista do Centenário ao diretor da Revista do Cinqüentenário — o Gen Jonas Correia e então jovem capitão.

UMA VERDADE ESQUECIDA O EXÉRCITO NA I GUERRA MUNDIAL

O presente artigo é o relato conclusivo de monografia do autor, aluno do 2º ano da ECEME. Do Major Genino Jorge Cosendey nosso sub comandante no 4º BE Cmb em Itajubá e sob nossa orientação



Gen Div José Pessoa, ex- presidente do Clube Militar 1944-46. Lutou na Cavalaria francesa na I Guerra Mundial.

Poucas e esparsas referências foram encontradas em nossa História Militar a respeito da participação de integrantes do Exército brasileiro na I Guerra Mundial. Se esta participação não foi expressiva pela quantidade, seguramente o foi pela qualidade. Tal fato, pouco conhecido em seus reais contornos, é agora apresentado com maiores detalhes em conseqüência de um meticuloso trabalho de pesquisa a fontes primárias, originais e reservadas existentes no Arquivo Histórico do Exército. Aliás, essa organização militar hoje goza o privilégio de ser a zelosa guardiã da memória e tradições da História Militar Brasileira, após ter sido reorganizada pelo seu atual diretor, o Cel Cláudio Moreira Bento, eminente historiador militar da atualidade.

Esta participação nos combates só foi possível em razão do funcionamento, em 1918/19, da Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material na França, composta de 24 oficiais sob a chefia do general-de-brigada Napoleão Felippe Aché. A missão dos seus integrantes não era combater, mas procurar absorver a maior quantidade possível de conhecimentos da doutrina militar francesa e adquirir o material necessário à sua implantação no Brasil.

Isto tornou- se indispensável, em razão, principalmente, do período de declínio doutrinário que o Exército viveu desde o seu retorno da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e evidenciado em Canudos.

O descuramento pelo Império, o envolvimento político conseqüente e a influência do Positivismo contribuíram para afastar o Exército da sua missão principal. Em 1905 ele despertou para este cruciante problema e dinamizou as reformas iniciadas com a criação do Estado-Maior do Exército, em 1896, que em muito contribuíram para remediar a situação precária de então. Reforma liderada por militares filhos de veteranos destacados da Guerra da Tríplice Aliança como Bittencourt, Mallet, Argolo e Hermes, dentre outros.

Mas outro fato de repercussão mundial exigiu muito mais do que uma reforma no ensino militar, que as leis e os regulamentos não poderiam por si só proporcionar: a Revolução Industrial. Esta foi, inegavelmente, a grande mola que

tirou do imobilismo todas as estruturas obsoletas de antes. Nos países mais desenvolvidos da Europa, os seus exércitos refletiram tal progresso.

Ao Brasil distante, só restou tentar recuperar o tempo perdido e partir à procura de uma atualização de sua ultrapassada doutrina militar. E isto tornou-se possível, em parte, com o envio da Comissão à França, já que não foi possível mandar uma força expedicionária, por razões óbvias, embora muitos políticos assim o desejassem na ocasião.

A Comissão era composta dos seguintes membros: — Chefe: Gen Bda Napoleão Felippe Aché; — Subchefe:

Ten Cel José Fernandes Leite de Castro; — Secretário: 2º Ten Octávio Monteiro Aché; — Administração: 1º Ten José Nery Eubank Câmara; — Veterinária: Maj Med Joaquim Moreira Sampaio; — Aviação: 1º Ten Alzir Mendes Rodrigues Lima, 2º Ten Mário Barbedo e 2º Ten Bento Ribeiro Carneiro Monteiro; — Artilharia: 1º Ten Demócrito Barbosa, 1º Ten Sebastião do Rego Barros e 2º Ten Carlos de Andrade Neves; — Infantaria: Maj Tertuliano de Albuquerque Potiguara, Cap Praxedes Theódulo da Silva Junior e 2º Ten Onofre Muniz Gomes de Lima; — Cavalaria: Maj Firmino Antônio Borba, 1º Ten Isauro Reguera, 1º Ten José Pessoa Cavalcante de Albuquerque e 1º Ten Critóvão de Castro Barcellos; — Saúde: Maj Med Rodrigo de Araújo Aragão Bulcão, Cap Cleomenes Lopes de Siqueira Filho, Cap Med João Afonso de Souza Ferreira, Cap Med Alarico Damázio, Cap Med João Florentino Meira, Cap Med Manoel Esteves de Assis e 1º Ten Med Carlos da Rocha Fernandes.

Desses, nove eram egressos da Escola de Guerra de Porto Alegre.

Simultaneamente, funcionou na França o Hospital Franco-Brasileiro, que foi, ao término da guerra, doado integralmente à Escola de Medicina de Paris. Nele, 83 médicos brasileiros chefiados pelo Dr Nabuco de Gouvêa labutaram compondo a Missão Médica Militar.

Tanto os membros da Comissão, como os da Missão Médica deram, direta ou indiretamente, contribuições à doutrina do Exército brasileiro. Muitos desses oficiais deram provas cabais de coragem, sangue-frio e devotamento, consagrando-se como heróis do Exército francês, conforme se constata pela leitura de suas respectivas Fés- de- ofício, que registraram oito deles, promovidos por atos de bravura na França.

É válido salientar aqui, que é fato único de nossa História a atuação de oficiais que, na busca de atualização de uma doutrina militar, tiveram que combater.

Dentre as contribuições notáveis à doutrina, a curto e médio prazo, pode- se relacionar a influência na contratação da Missão Militar Francesa, a introdução dos blindados, a reformulação do ensino, a idealização e construção da AMAN, a implantação da aviação militar com três desses oficiais enviados à França, o emprego dos gases, além da doutrina da Artilharia de Costa.

Também constituiu contribuição a publicação de vários artigos de interesse da instrução da Força Terrestre a respeito das observações da guerra e das técnicas mais adiantadas acerca de assuntos doutrinários.

Essas contribuições fizeram-se notar, de um modo geral, em todo o Exército brasileiro durante o período que se estendeu até a II Guerra Mundial e particularmente nas doutrinas de emprego da Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Blindados, Aviação e Saúde.

Alguns dos componentes daquela Comissão galgaram os mais elevados postos da hierarquia militar, e é inegável que tenham influenciado de alguma forma nos processos doutrinários, pelas suas atuações.

A oportunidade e o tema ensejam que sejam alinhadas as seguintes idéias à nossa reflexão:

- Que o Exército é um instrumento de que dispõe o poder político para continuar a sua ação em lutas internas e externas, por outros meios;
- Que o poder político de uma nação é o maior responsável pela preparação de seu Exército à altura, para ser empregado com eficiência na ocorrência de uma luta interna e/ou externa. Assim, o pálido desempenho do Exército brasileiro em Canudos (1896/7) tributa-se mais ao poder político, representado pelo Império (1870/89) e pela República (1889/96), do que a ele próprio, instrumento desse poder e por ele descurado, por razões que aqui não cabe abordá-las;
- Que a eficiência operacional de um Exército não é construída de uma hora para a outra. Constitui-se de um mutirão patriótico envolvendo chefes, pensadores, planejadores, instrutores, instruendos, escritores e historiadores em trabalho harmônico e coordenado e, sobretudo, de vontade política para ser levado a bom termo;
- Que o envolvimento político do Exército e a alocação de expressiva parcela do mesmo sob a influência do Positivismo, inclusive difundido na Escola Militar da Praia Vermelha, foi causa da formação de oficiais bacharéis em ciências físicas e matemáticas, em divórcio com as realidades da segurança nacional, interna e externa. Este fato provocou o fechamento daquela Escola em 1904 e a adoção do Regulamento de Ensino de 1905, implementado na Escola de Guerra de Porto Alegre (1906/11), que produziu bons frutos, conforme comprova o presente estudo pela atuação de alguns oficiais dela egressos na I Guerra Mundial.
- Ser impositivo um permanente e responsável processo de autocrítica no Exército brasileiro, no seu mais alto nível, para que ele tenha a certeza de estar trilhando o rumo certo no seu processo evolutivo e não estar desviado deste, como aconteceu de 1874 a 1904, conforme aqui ficou evidenciado. E como conceber disciplina, hierarquia e crítica militar sadia, o ministro José Caetano de Faria foi exemplar, diante dos 'jovens turcos';
- Ser impositivo, igualmente, que ele acompanhe a evolução doutrinária dos outros exércitos, como no caso em tela, paralelamente com o estudo crítico de sua história de quase quinhentos anos de lutas internas e externas predominantemente vitoriosas. E como resultado, procure desenvolver uma doutrina progressivamente nacionalizada dentro das realidades sulamericanas e de seus possíveis compromissos internacionais.

Tudo isso deve levar-nos a uma conscientização de que devemos estar permanentemente voltados para o aperfeiçoamento profissional e em busca do acompanhamento dos progressos da doutrina militar. Esta deve constituir a própria razão da existência do Exército brasileiro, para que não seja mais necessário recorrer a fórmulas adotadas no passado e passar pela estagnação e mesmo involução de 1874/1904 e por culpa da ênfase do ensino das ciências físicas e matemáticas em detrimento da arte da guerra, a arte do soldado.

Felizmente a História existe para ser explorada como instrumento de conhecimento do passado para entendimento do presente e para a orientação segura do futuro, evitando repetirem-se graves erros.

Finalizando, e como homenagem ao general Ferdinand Foch, ex-professor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França, de onde foi retirado para comandar os Exércitos Aliados e, portanto, comandou os heróicos oficiais brasileiros aqui focalizados, reproduzimos em letras de destaque este seu

pensamento ainda atual:

"Para sustentar, em tempo de paz, o cérebro de um Exército e prepará-lo para a guerra, não há livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar "

Nossa Capa

FUNDAÇÃO DO CLUBE MILITAR EM 26 JUN 1887 DOMINGO - NO CLUBE NAVAL

A capa fixa pintura a óleo de Newton Figueiredo Coutinho, Medalha de Ouro e Prêmio Aquisitivo do Salão de Artes Plásticas do Centenário do Clube Militar. Escolhendo uma das quatro reconstituições históricas do momento da Assembléia de Fundação do Clube, realizadas e oferecidas aos concorrentes pelo Departamento Cultural, com fotos e descrições respectivas, o pintor imortalizou o seguinte momento da Assembléia de Fundação:

Depois de compor a mesa diretora dos trabalhos, sob sua presidência, e dar inicio às atividades, por volta das 13 horas, o marechal-de-Exército e visconde de Pelotas José Antônio Correia da Câmara dirigiu palavras à Assembléia, e, a certa altura, recomendou o nome do marechal-de-campo Manoel Deodoro da Fonseca, como personalidade que reunia os predicados para presidir o Clube. Por estar doente, pediu à Assembléia licença para se retirar. O quadro fixa o momento em que os marechais Câmara e Deodoro, após se levantarem da mesa, abraçam-se afetuosamente, quando Câmara se despede.

Ao redor, integrantes da Diretoria do Clube, que pouco mais tarde seria aclamada, aguardam para, em comissão designada por Deodoro, acompanharem o marechal Câmara até o térreo do Edifício Sede do Clube Naval, onde embarcou em seu carro e se dirigiu à sua residência.

A sessão continuou sob a presidência de Deodoro, que, pouco depois, foi aclamado efetivamente, por proposta do tenente Honório de Souza Lima.

Identificação: (1) Mar Câmara; (2) Mar Deodoro; (3) Mar de Campo Rufino Enéas Gustavo da Fonseca Galvão e visconde de Maracaju (primo irmão de Deodoro e ministro da Guerra em 15 nov 1889);

(4) V. Alte e barão de Tefé, Antônio Luiz von Hoonholtz; (5) C. Alte e barão de Jaceguay, Artur Silveira da Mota; (6) CMG Custódio José de Melo — presidente do Clube Naval e aclamado vide-presidente do Clube Militar - (seria o 1º vice-presidente do Brasil em 1889); (7) Cel Inf Carlos Frederico Rocha, que secretariou a reunião e que o pintor, na falta de seu retrato, representou-o com o de seu parente, o pintor Pedro Américo, que imortalizou grandes momentos do Exército e da Marinha, como nos quadros "Batalha do Avaí" e Passo da Pátria " e que fazia representar seu rosto num dos personagens dos quadros que pintava; (8) Cel José Simeão de Oliveira, aclamado secretário do Clube e que, em 1870, trouxe do Paraguai e entregou ao imperador D. Pedro II a espada do marechal Solano Lopes; (9) CMG Eduardo Wandenkolk; (10) CMG José Marques Guimarães e o (11) Ten Cel Antônio Sena Madureira, integrantes da Comissão de Imprensa da Diretoria, sendo que este último, juntamente com o (12) Cap

Inocêncio Serzedelo Correia e o (13) Ten da Armada Benjamin de Mello, integrantes da Comissão de Estatutos do Clube.

O (14) Maj Benjamin Constant Botelho de Magalhães, aclamado tesoureiro, e seu irmão (15) Cap Marciano Augusto Botelho de Magalhães, aclamado 29 secretário. On9 16 é o Cel Ernesto Augusto da Cunha Mattos, emissário do marechal Câmara junto ao Clube Naval, para obter, por empréstimo, suas instalações e, junto com Sena Madureira, pivô da Questão Militar.

O nº 17 é focalizado na falta de retrato do 2º Ten Honório de Lima, que propôs e teve aclamada sua proposição de o marechal Deodoro ser eleito 1º presidente do Clube. Nos nºs 18 e 19, o pintor figurou alguns oficiais da Marinha e do Exército, presentes à histórica Assembléia, usando rostos com traços de pessoas de suas relações, na falta de outros elementos. No nº 20, o pintor fixou o aluno do 3º ano da Escola Militar da Praia Vermelha, José Maria Moreira Guimarães, o mais moderno e o mais moço dos fundadores do Clube e que redigiu o primeiro anteprojeto de Estatutos, em 2 de junho, na casa de Serzedelo Correia.

No nº 21, o pintor procurou fixar o cruzador "Almirante Barroso".

Haviam participado da fundação do Diretório Militar, seis anos antes, em 23 fev 1881, que passou a se reunir no consistório da Santa Cruz dos Militares, os numerados, no quadro, 2, 4, 5, 7, 11 e 15 e mais o Brig Severiano Martins da Fonseca, futuro barão de Alagoas. O Diretório visava, após as mortes de Osório e Caxias, a eleger oficiais do Exército e da Armada, pelos dois partidos, a fim de democraticamente acautelar, na Câmara e no Senado, interesses da classe militar, que lá começaram a ser feridos, dando inicio à chamada Questão Militar. O Diretório foi o prefácio do Gube, como ele será o prefácio da Proclamação da República, em 15 nov 1889.

O quadro foi adquirido pelo Clube e integrará o Museu.

Cel Cláudio Moreira Bento

Diretor do Departamento Cultural do Clube Militar

HOMENAGEM AO MARECHAL DEODORO DA FONSECA - FUNDADOR E PRIMEIRO PRESIDENTE DO CLUBE MILITAR

Cel Claudio Moreira Bento
Diretor Cultural e da Revista do Clube no Centenário em 1987

No 160º aniversário de nascimento do primeiro presidente do Clube Militar - o marechal Manoel Deodoro da Fonseca - comemorado em 5 de agosto de 1987, foi-lhe prestada significativa homenagem junto ao seu monumento-túmulo e o de sua esposa, na Praça Paris, próximo à Sede Social do Clube.

A cerimônia foi presidida pelo Gen Ex Heraldo Tavares Alves. Assinaram o livro de presença sessenta convidados integrantes da Diretoria do Clube e de seu Quadro Social, membros da família do homenageado, da direção da Liga de Defesa Nacional e estudantes do 2º grau.

Traduzindo os sentimentos do Clube Militar, falou o Cel Cláudio Moreira Bento, diretor do Depto Cultural. O presidente do Clube, general Heraldo, colocou, junto com o brigadeiro Hermes Ernesto da Fonseca uma corbelha de flores junto ao túmulo do primeiro presidente e de sua esposa.

Registrou-se, entre outras, as presenças de D. Lucília d'Alincourt Fonseca, neta do general João Severiano da Fonseca e sobrinha-neta do homenageado, junto com outras senhoras da família; a do general Aurélio de Lyra Tavares, sócio benemérito mais antigo do Clube; e a do general Tácito Theófilo Gaspar de Oliveira, presidente do Instituto Histórico do Ceará.

Concorreu para o brilho das cerimônias a Banda do Batalhão de Guardas, que executou, entre outras peças musicais, o Hino da República.

As fotos do evento e a oração então proferida documentam esta matéria que se insere como pioneira no ciclo de comemorações do Centenário da Proclamação da República em 1889.

ORAÇÃO PROFERIDA PELO DIRETOR DO DEPARTAMENTO CULTURAL CEL CLÁUDIO MOREIRA BENTO

O Clube Militar, sob a liderança de seu atual presidente, Gen Ex Heraldo Tavares Alves e também representado por ilustres membros da família Fonseca, descendentes da espartana heroína brasileira Rosa da Fonseca, e ilustres convidados, hoje, aqui se reúnem ante este monumento-túmulo, que a gratidão do povo brasileiro erigiu à memória do generalíssimo de Terra e Mar — Manoel Deodoro da Fonseca — em testemunho e reconhecimento perenes aos relevantes serviços que prestou à proclamação, à fundação e à implantação da República Brasileira, como o seu proclamador, fundador, líder e primeiro presidente constitucional.

Serviços que avultam tornam-se melhor compreendidos em suas circunstâncias castrenses e adquirem novas dimensões e contorno com o correr dos tempos que já beiram um centenário.



O presidente do Clube Militar e D. Lucila, uma sobrinha-neta do Mar Deodoro e neta do Gen Severiano da Fonseca.

Esta reunião, que o Clube Militar hoje e aqui, em praça pública, promove, junto ao túmulo do Mar Deodoro e de sua virtuosa esposa, visa a homenagear, no heróico marechal, o seu líder fundador e primeiro presidente, através da evocação

de lances memoráveis e basilares de sua trajetória de soldado e cidadão, no transcurso do 160º aniversário de seu nascimento e como parte de relevo das comemorações do seu Centenário de fundação, ocorrida em 26 de junho de 1887, na Sede do Clube Naval. O Clube Militar, surgido então no cenário nacional em circunstâncias históricas críticas, talvez tivesse sucumbido, em seus primeiros passos, a pressões políticas, não houvesse nascido sob a sombra e agasalho da indiscutível moral, do carisma e da liderança inconteste do marechal Deodoro sobre os seus irmãos de armas da Marinha e do Exército. Condições providenciais que se alicerçaram solidamente, no dia-a-dia, ao longo de uma sofrida, penosa e por vezes dolorosa vida de soldado, a serviço do Brasil.

Vida toda consagrada, sem esmorecimento e como religião, aos seus irmãos de armas, ao Exército e à Pátria Brasileira, na paz e na guerra, segundo interpretou o ilustre historiador general Lyra Tavares.

Vida assinalada pela conquista de suas três promoções de oficial superior, por atos de bravura, em lances memoráveis de audácia e coragem militares durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, além da Medalha do Mérito Militar, pela prática reiterada, na citada guerra, de atos de bravura em combate. Recorde singular entre seus irmãos de armas e de grande repercussão positiva na sociedade civil do seu tempo, de molde a comovê-la. Pois eram tempos nos quais o Brasil travava batalhas decisivas para firmar a unidade, integridade e soberania ameaçadas interna e externamente. O corpo do velho marechal era marcado de cicatrizes de combate. Dentre elas, avultava a do ferimento recebido no encontro da Soledade, na Revolução Praieira, em Pernambuco, e mais o ferimento grave, a bala, recebido no baixo ventre no quadro dos três tiros de fuzil que o atingiram em Itororó, quando, num rasgo de bravura, tentava ajudar a abrir caminho para o Exército sobre aquela histórica ponte.

Em Itororó, mesmo ferido, assistiu eletrizado o então marquês de Caxias, após perceber o momento crítico de Itororó, despir-se de sua condição de Iíder da batalha e assumir a condição **de** Iíder de combate, desembainhar sua já invencível espada de 5 campanhas, brandi-la ao vento, voltar-se firme para o Exército detido e gritar-lhe com energia:

"Sigam-me os que forem brasileiros."

Ato contínuo, lançou-se veloz com seu cavalo de guerra sobre a ponte, arrastando eletrizado, em sua retaguarda, todo o Exército, e indiferente ao perigo.

Hoje, sabe-se que mais pela capacidade de praticar atos de inaudita bravura e desprendimento, da forma descrita, como a praticada em Itororó por Caxias, do que por habilidade ou vocação política, é que Deodoro foi escolhido para liderar a proclamação e fundação da República. Fato demonstrado, então, na conquista pessoal que ele fez do velho Quartel-General, atual Palácio Duque de Caxias, defendido por bravos chefes e valorosas tropas do Exército e Marinha leais ao Império. Deodoro postou-se na frente do Quartel-General, manhã de 15 de novembro de 1889, no comando da 2ª Bda de Infantaria, vinda de São Cristóvão.

Pessoalmente e praticamente sozinho, com o boné na mão direita, montado em seu cavalo de guerra, o baio nº 6, e a trote, dirigiu-se para o seu grande encontro com a História, ou seja, para o portão principal do Quartel-General, que encontrou fechado. Em alto brado ordenou, com voz enérgica, que a guarda o abrisse. Obedecido, mas surdo a uma reação defensiva da tropa formada no seu interior, avançou em direção a ela. Ao defrontar o 7º BI, ordenou que a banda abrisse o toque que lhe cabia de direito. Neste exato momento, um capitão do 7º BI deu um brado: "Viva o marechal Manoel Deodoro da Fonseca." Toda a tropa defensora do

Império respondeu: "Viva! Viva! Viva!" Estava, pois, reunificado o Exército, proclamada de fato a República do Brasil, tudo em razão da autoridade moral, legenda de bravo e carisma do marechal. Fora contornado o mais sério obstáculo à implantação da República — a possível reação das defesas do Quartel-General e, como sentenciou o mestre Pedro Calmon, "Deodoro então apoderou- se da situação, conquistou o governo e presidiu o futuro".

A República Brasileira, pois, se fez no Quartel-General do Exército, no Campo de Santana, desde então da República, com a espada gloriosa de Deodoro e com o seu prestígio no Exército Brasileiro.

Sobre este fato, interpretou pouco depois Quintino Bocayuva:

"Sem a ação decisiva de Deodoro, ainda hoje estaríamos em propaganda republicana, dentro das muralhas do 3º Reinado."

Segundo o acadêmico Lyra Tavares, "Deodoro nascera para o comando e ignorava os manejos e acomodações políticas". Mas não se entenda isto como por falta de inteligência, sobre a qual falou Ruy Barbosa:

"Deodoro era uma inteligência clara, lúcida e penetrante, jamais lhe expliquei problema algum que logo não o compreendesse."

Além de bravo e inteligente, era humano. Recusou-se a aceitar um entendimento com D. Pedro II, na madrugada de 15 de novembro, por quem ele e toda a família Fonseca nutriam apreço, admiração e alguns até mesmo veneração, sob o humano argumento:

"Eu não posso ir. Eu não devo ir. Pois se eu for, o velho imperador chora. Aí eu também choro. E nesta altura, tudo estará perdido! Não vou!"

Era o homem que naquele momento revelava-se sentimental, como quando perdeu a mãe, aos 49 anos, que no dizer de seu biógrafo, o historiador militar Roberto Piragibe da Fonseca, sentiu-se dias e dias como um órfão- criança.

Sobre a disciplina militar, em defesa da classe militar, ele expediu o seguinte conceito em resposta ao Governo:

"A disciplina militar exige o brio e a dignidade da farda do soldado. Sem o brio e a dignidade, o soldado não cumprirá o dever que lhe é imposto — o dever de sangue!" E prossegue:

"Sabe perfeitamente o que é disciplina militar somente aquele que, no horrível momento do combate, tem a responsabilidade, a mais elevada, a mais difícil e incompreensível, que é a do soldado. E se ao soldado faltar o brio, a dignidade e o amor próprio — o que restará?"

Admirador de gestos de hombridade e de coragem moral, quando do embarque para o exílio do visconde de Ouro Preto, que ele depusera do Governo, para implantar a República, mandou-lhe dizer, pelo seu irmão João Severiano, que era testemunha do seu comportamento digno e altivo quando da Proclamação e que por isso o admirava, apesar de estarem em campos opostos.

Em carta ao imperador, em 5 fev 1888, procurando defender de perseguições das quais continuavam a ser vítimas alguns militares, escreveu:

Antes de finalizar, queremos deixar claro, com apoio no mestre Gen Jonas Correia, que Deodoro foi antes de tudo um soldado. Nasceu soldado, viveu exemplarmente como soldado e morreu como soldado. E como tal, um dos nossos maiores, deve ser julgado pelo tribunal da História do Brasil.

Ele faleceu em 23 de agosto de 1892, aos 65 anos. Levou para o túmulo somente a modesta medalha da Confederação Abolicionista, recebida por sua ação à frente do Clube Militar, quando assinou petição antológica à princesa Isabel, relativa à liberação das Forças Armadas do encargo de prender

escravos fugidos.

"Senhor! A obediência do soldado não é cega. Ela não vai até ao próprio aviltamento. O soldado é obediente, mas não é servil. E aquele que não repugnar atos de baixeza e servilismo não é digno da classe militar a que pertence, não é digno da farda que veste, a qual V.M. Imperial honra, vestindo-a."

Tudo que acabamos de narrar e interpretar sobre o grande soldado e cidadão Deodoro da Fonseca, demonstra quão vigorosas e profundas foram as raízes espirituais, morais e cívicas que alicerçaram o Clube Militar, em seu nascimento.

Clube que há um século, sem esmorecimento, dia após dia, vencendo desafios, superando grandes borrascas, soube se manter fiel e vigilante na defesa dos interesses da grande família militar e da Pátria Brasileira. E o passado de nosso Clube responde por esta afirmação. Seja na Abolição, seja na República, seja nas inúmeras lutas para a construção de um Brasil digno de seu destino de grandeza, como por exemplo, nas campanhas pela implantação do Serviço Militar Obrigatório e pela modernização de nossas Forças Armadas, à altura dos compromissos internacionais do Brasil na luta pela racionalização da implantação de nossas indústrias de base, hoje uma realidade pujante, e pela campanha do petróleo, entre outras tantas.

Bravo e legendário generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca! Recebe aqui, neste momento de gratidão, a reverência das gerações do Centenário do Clube Militar à tua obra imortal em nosso Clube, como fundador líder e seu presidente, e alicerce moral.

Ao morrer, seu testamento foi avaliado em 11 contos de réis, constantes de uma casinha num arrabalde de Niterói, avaliada em oito contos, um par de abotoaduras de punho, um botão de peito de camisa e o mobiliário da modesta casa de aluguel, onde faleceu, em Botafogo, tudo confirmado sobre ele conforme versejou Tobias Barreto:

"Deixai que eu paque o atributo que mais fala ao coração.

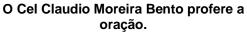
Deodoro, águia sem rapacidade! Grande herói sem ambição!!

Bravo e legendário marechal Deodoro da Fonseca! Recebe aqui, neste momento, através desta cerimônia singela, as justas homenagens que hoje te foram prestadas com gratidão e reverência da geração do Centenário do Clube Militar à tua obra imortal em defesa da tua classe e do Brasil.

Homenagem e reverência ao pé deste monumento- túmulo erguido pelo povo brasileiro em tua memória, e nas dos heróis da pena, da palavra e da espada, que te ajudaram a proclamar e a fundar a nossa República. Em memória da ação sempre digna e patriótica das Forças Armadas irmanadas ao povo brasileiro.

E finalmente, monumento que representa também a expressão fraterna da união dos civis e dos militares na implantação da República quase centenária, da qual a fundação do nosso Clube Militar, "a Casa Grande da Família Militar Brasileira", na expressão antológica do acadêmico Lyra Tavares, foi, indiscutivelmente, o glorioso prefácio.

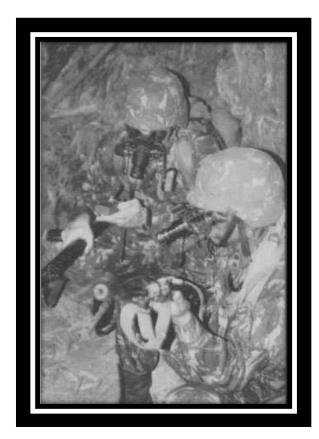






O Gen Heraldo Tavares Alves cumprimenta o Brig Hermes Ernesto da Fonseca, após a aposição de flores no monumento a Deodoro.

HOMENAGEM - NOVA SISTEMÁTICA DE ENSINO DA AMAN: UMA NECESSÁRIA EVOLUÇÃO PEDAGÓGICA



Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.

Luís de Camões

Em 1994, o Exército Brasileiro promoveu o *Simpósio sobre Educação no Ano 2000,* marco inicial de alentados estudos e de uma série de medidas com vistas a dinamizar o Ensino Militar, de modo a acompanhar a evolução vertiginosa da produção e difusão da informação e do conhecimento no novo século que então se avizinhava. Dando seqüência aos esforços da modernização, o Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) constituiu no ano seguinte o Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino - GTEME, que abraçou a missão de propor medidas práticas e exeqüíveis para a implementação efetiva da modernização em todos os estabelecimentos de ensino de nossa Força Terrestre.

Com a modernização do ensino na AMAN, houve a necessidade de adequar mudanças curriculares. O sistema tradicional de ensino acadêmico já não atendia às necessidades que então se impuseram, vindo a sofrer alterações.

Atualmente, as disciplinas são ministradas em blocos de 60 ou 120 horas, em períodos de 6 horas diárias por disciplina. Os assuntos são estudados em tempos presenciais ou mesmo não-presenciais, o que permite aos cadetes a prática pedagógica nas horas destinadas à matéria, sem interrupção para outras atividades.

"A avaliação da aprendizagem é realizada de forma somativa e formativa. A primeira recebe valorização sob a forma de grau, enquanto a segunda é empregada no acompanhamento do rendimento escolar do cadete para fins de controle de aprendizagem e assimilação dos assuntos ministrados.

As avaliações formativas desenvolvem-se com a prática de exercícios em grupo, projetos, pesquisas. Já as somativas são realizadas por meio de provas formais, escritas ou práticas ao término de cada módulo de 60 horas.

A prática avaliativa consolidou verificações em que é facultada ao instruendo a consulta livre. Dessa forma, os questionamentos elaborados não demandam a pura e simples memorização de conteúdos, mas respostas calcadas na pesquisa e na construção do conhecimento.

O sistema não-presencial possibilita um tempo real de estudo durante o dia, o que o modelo tradicional não comportava. Nesse processo, o professor mantém-se disponível para acompanhamento e assistência caso sejam requeridos pelo cadete.

A adoção ao novo sistema gerou também a necessidade de reformulação dos currículos. Foram suprimidas as disciplinas de Topografia e Geometria Descritiva e, em contrapartida, incluíram-se Comando, Chefia e Liderança, Didática, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Administração e Comunicação Social. Algumas disciplinas sofreram redução de carga horária, como Física e Português, e aumentou-se a de Psicologia. Tais medidas foram tomadas em conformidade com os novos conteúdos estabelecidos nos Planos de Disciplinas, que se adequaram aos novos paradigmas da modernização.

CAXIAS E SUA ESPADA INVICTA

Cláudio Moreira Bento*

O Museu do Exército tem hoje em seu acervo a espada usada por Caxias como oficial superior. Com ela, o ainda Coronel Luiz Alves de Lima e Silva,

pacificou o Maranhão.

Promovido em 18 de julho de 1841, Caxias adquiriu seu *sabre* de general, com o qual liderou o Exército em cinco campanhas vitoriosas - três internas (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e duas externas —, sabre que mereceu a consagração simbólica, de *Espada Invicta*.

O sabre de Caxias, hoje uma relíquia da nacionalidade, percorreu interessantes caminhos das suas mãos até o atual relicário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Caxias o doou, em testamento, ao Brigadeiro João de Souza da Fonseca Costa que, como 1º Tenente, fora seu Ajudante-de-Ordens na guerra contra Oribe e Rosas, em 1851-52. Como Coronel, foi Chefe de seu Estado-Maior na Campanha da Tríplice Aliança, em 1866-68.

Sobre esse oficial, assim se expressou o Duque, na Ordem do Dia, de 14 de junho de 1869, antes de retornar vitorioso do Paraguai: Prestou-me, como chefe de meu Estado-Maior, a mais dedicada cooperação em tudo quanto tem dependido de seu alto emprego, não só na condução regular de todos os negócios de meu serviço político a seu cargo, como nas batalhas e combates a que tem assistido sempre a meu lado, recebendo e transmitindo as minhas ordens e expondo-se com sangue frio e abnegação aos riscos e perigos decorrentes.

Esse sabre de campanha foi localizado, em 1925, pelo Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, biógrafo de Caxias. Encontrava-se em poder de descendente direto de Fonseca da Costa, o Capitão-de-Corveta Caetano Taylor da Fonseca Costa, que, em gesto que se reveste de nobreza e patriotismo, decidiu, naquele mesmo ano, doá-lo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Em 19 de novembro de 1931, assumiu o comando da Escola Militar do Realengo o então Coronel José Pessoa Cavalcante de Albuquerque. Oficial de escol, criou tradições, como os uniformes históricos dos cadetes, elo de ligação dos exércitos do Império e da República do Brasil. Criados os uniformes, julgou o Coronel José Pessoa que devessem eles ser complementados por uma arma símbolo, privativa do cadete. Decidiu-se que esta arma seria uma miniatura, cópia fiel da *Espada Invicta*, o sabre usado em campanha por Caxias já General.

Tomada a decisão, o passo seguinte seria a localização do sabre original para servir de modelo à miniatura. Encontrá-lo foi uma grande tarefa, assim descrita pelo Marechal José Pessoa:

Porfiadas demarches foram, então, realizadas para concretizar a feliz idéia. Ignorávamos, até então, o paradeiro daquela relíquia histórica. Para isso recorreuse em indagações a todos os lugares onde são destinados os troféus, sem ser encontrado. Afinal, com a preciosa colaboração do Dr. Max Fleiuss, fomos encontrá-la, entre outras armai gloriosas, nas coleções do IHGB. E, ainda com o auxílio do Dr. Max Fleiuss, secretário perpétuo daquela nobre e benemérita instituição, conseguimos a licença necessária para ser copiada a arma que é a nossa mais preciosa relíquia militar.



Localizado o sabre de campanha do Pacificador, o *Projeto Espadim* foi submetido à aprovação do Ministro da Guerra, General- de- Brigada José Fernandes Leite de Castro (1930-32).

Desejaram, aquele General e o Coronel José Pessoa, que Caxias, o Duque da Vitória, pairasse entre os cadetes do Brasil, de igual forma que Napoleão no seio dos cadetes de Saint Cyr, na França.

O Ministro Leite de Castro aprovou a proposta e concedeu o crédito correspondente para a confecção dos espadins. Os projetos e os recursos foram remetidos ao Chefe da Missão Militar Brasileira na Europa, Coronel José Duarte Pinto, que com desvelo e entusiasmo, cumpriu a missão, encomendando a confecção das peças à firma Alexandre Coppel, de Solingen, na Alemanha.

Em outubro de 1932 os espadins chegaram ao Brasil tendo sido incluídos na carga da Escola Militar do Realengo pelo BI nº 288 daquele ano. A seguir foram organizadas as "Instruções para recebimento e uso do Espadim de Caxias", ao que se sabe, somente publicadas no BI nº 148 de 1938.

Nos dias 15 e 16 de dezembro de 1932 teve lugar a primeira cerimônia de entrega de Espadins aos cadetes, desdobrada em duas fases. A primeira, de âmbito interno e a segunda, uma solenidade pública realizada no dia 16 de dezembro, na Praça Duque de Caxias, atual Largo do Machado, no Rio de Janeiro, defronte do Monumento do Patrono do Exército, que contou com a presença do Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório do Brasil, e de várias autoridades.

"A cerimônia teve início com as bandas tocando o antigo toque de alvorada. O mesmo que. nos campos do Paraguai despertava os nossos gloriosos regimentos. Toque que terminou com o de "Apresentar armas". Quando profundo era o silêncio da grande assistência, ouviu-se a voz de um oficial, lendo com vibração as palavras sacramentais do juramento, no que era acompanhado pelos cadetes, que tinham os olhos fixos no semblante quase austero de seu Patrono e pareciam iluminados pela famosa estrela

que guiou sempre aquele guerreiro de vitória em vitória, e que certamente há de guiar as novas gerações, através dos caminha ásperos da vida. Neste instante ecoou o troar dos canhões e o rufar surdo dos tambores, anunciando a criação de uma nova arma. representativa das virtudes de nossos antigos combatentes. Seguiu-se a leitura do Boletim *alusivo* do Comando da Escola. Nº 297 de 16 Dez (932...

Sobre o evento assim iniciou sua Ordem do Dia c Comandante da Escola Militar do Realengo, publicada n BI nº 297 daquele ano:

Cadetes!

Defrontando a estátua do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, aquele que, em vida, foi o maior dos generais sul-americanos, acabais de prestar o compromisso do recebimento do vosso espadim - arma distintivo que reproduz o sabre glorioso do invicto soldado, que com atos de sublimada grandeza esmaltou com refulgência inigualável as páginas gloriosas da história nacional, marcando-as de traços imperecíveis e assinalando o seu nome como o do cidadão que melhor serviu á Pátria e mais a estremeceu.

...A espada que foi esteio de um regime, que em rudes prélios cimentou a unidade nacional e, em terras estranhas, acutilou bravamente os inimigos do Brasil, terdes hoje a honra e a rara fortuna de a cingirdes à cinta outorgado ao Corpo de Cadetes o encargo de guardar aquele glorioso que reflete, no brilho espelhante do seu aço a constância no dever e que nunca a ferrugem da deslealdade de leve sequer maculou, em meio século de intenso batalhar em prol da ordem e do prestígio desta terra estremecida, a que ele serviu com inexcedível dedicação e bem alto a elevou no conceito das nações!

Na homenagem que aqui prestais - vossos espadins, em continência, não reverenciais somente o vulto homérico do general nunca vencido, que enriqueceu de imarcescíveis louros o Exército Brasileiro e iluminou de refulgências *glo*riosas *uma época* da vida nacional!...

Desde então o cadete é o único integrante do Exército a ter a honra e o privilégio de cingir à cinta o sabre de Caxias, como a síntese e a expressão mais viva e sublime das virtudes militares do soldado brasileiro.

Há 71 anos, desde 15 de dezembro de 1932, inicialmente na antiga Escola Militar do Realengo e, a partir de 1944, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em Resende, repete-se anualmente a mais significativa cerimônia da vida dos cadetes — a entrega dos espadins aos alunos do 1º ano.

A grandiosidade do ato, a história dessa arma, seu simbolismo, as tradições que ela encerra, estão traduzidas nas palavras que os jovens futuros oficiais proferem em uníssono, como juramento:

"Recebo o sabre de Caxias, como o próprio símbolo da honra militar!"

O Coronel José Pessoa mandou gravar, na lâmina dos espadins, as palavras Duque de Caxias e o brasão de armas da Escola Militar.

Do IHGB, onde se encontra há 78 anos, o sabre de Caxias saiu três vezes.

A primeira ocorreu em 1939. O sabre foi posicionado, em solenidade de rara grandiosidade, defronte do Corpo de Cadetes, formado, e ao lado da espada do General San Martin trazida pela representação da Escola Militar da Argentina em visita ao Brasil.

O Prof. Pedro Calmon, Presidente do IHGB, estabeleceu em 1978, que o sabre somente sairia do relicário onde se encontra no IHGB, em condições excepcionais, de alto sentido cívico, e com cerimonial condizente com a grandeza do simbolismo que ele traduz.

Assim, pela segunda vez, em 1978, o sabre de Caxias - *a Cópada Invicta* - foi levado à AMAN, em homenagem ao Presidente da República, General João Figueiredo, o primeiro ex-detentor do *Cópadim de Caxias* a exercer a Presidência da República.

A terceira vez aconteceu em 1980, no centenário de morte do Duque de Caxias.

E em ambas, o professor Pedro Calmon, impôs, como condição, ser o sabre levado à AMAN com toda a pompa e circunstância. O Comandante da AMAN, General Iran Ribeiro Arnt e o Presidente do IHGB confiaram ao Ten Cel Cláudio Moreira Bento, oficial instrutor da AMAN e membro do IHGB, nas duas ocasiões, o comando de uma Guarda de Honra e de segurança composta de cadetes para conduzir a *Espada Invicta*. E assim foi feito.

Em 1939, o General José Pessoa, atual patrono de uma cadeira na Academia de História Militar Terrestre do

Brasil (AHIMTB) e denominação de sua Delegacia em Brasília, como assíduo colaborador de nossas revistas militares em assuntos de história e doutrina militar, escreveu na Revista da Escola Militar:

"O Espadim de Caxias do Corpo de Cadetes, ainda quase sem história pela sua apoucada existência, nem por isso devemos olvidar-lhe fatos que hoje sabidos, mais tarde será difícil reconstituí-los. Haja vista o exemplo histórico da nona lendária Academia Real Militar da qual, hoje, mal se sabe ter sido fundada por D. João VI."

Estava convicto o Marechal José Pessoa de que a História, a mestra das mestras, é a mestra da vida e a mãe da tradição. E que sem documentação, não há história e nem tradição que resista à ação do tempo. E estava convencido que o povo tem tradição, ou aquele que, se a possui, não a cultiva, é flor sem perfume, é espada sem têmpera, que quebra ao primeiro embate. É nau sem bússola, à deriva na tempestade, que não sabe de onde veio, onde está e para onde vai.

Soube o Marechal José Pessoa construir e preservar, através dos cadetes do Exército, a tradição de rija têmpera moral e cívica, tal qual a do aço de que foi forjado o sabre de Caxias — a Espada Invicta de Caxias, que, desde 1996, figura no brasão da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, da qual o Duque de Caxias foi eleito Patrono, como a mais representativa espada brasileira.

Nas cerimônias de entrega de espadins na AMAN se faz presente a espada que o Duque de Caxias recebeu do povo depois da Guerra do Paraguai, relíquia por vezes confundida com o sabre de campanha de Caxias, do qual foram copiados, em escala, os espadins dos cadetes. Esta espada simbólica, que possui gravada na lâmina, de um lado, *Imperador e Constituição*, e do outro, *Honra e Pátria*, foi doada pelo povo brasileiro ao *General Invencível* ao retornar

da Guerra do Paraguai. Ela foi entregue solenemente à AMAN, no dia 23 de abril de 1953, pelo Embaixador Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, descendente de Caxias.

* Coronel, graduado na Arma de Engenharia em 1955. Oficial de Estado-Maior. Historiador. Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Presidente da AHIMTB.

AS ONGS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Cel Claudio Moreira Bento

ONG significa "Organização não Governamental". E para muitos estudiosos brasileiros, incluindo parlamentares da CPI das ONGs, ao invés de elas representarem o bem para o Brasil, representam o mal, como instrumentos disfarçados a serviço de interesses das nações do G-8, com vista a minarem, progressivamente, a Soberania do Brasil sobre a nossa Amazônia e internacionalizarem-na, pela transformação das riquezas que ela abriga em seu seio, em reservas futuras à disposição do Poder Econômico Mundial. Elas teriam ganho grande força e penetração na Amazônia em 1991, com a supervalorização, pela Constituição, das questões ambiental e indígena. Estudos realizados por Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) detectaram 320 ONGS atuando na Amazônia, ou cerca de I ONG para cada 1000 índios, dos 320. 000 levantados pela FUNAI. Com o grande poder que elas possuem na área, conseguiram engessar a Amazônia, que representa 60% do Brasil, engessamento com a criação de enormes Reservas Indígenas + Áreas de Preservação Ambiental + Corredores Ecológicos e outras servidões de uso da terra na margem dos seus rios e limitação de que cada proprietário só use 20% da sua. Tudo isso o Brasil ignora, por um trabalho da mídia internacional refletida pela mídia nacional que anestesia a opinião pública nacional e imobiliza e inibe o poder público para não parecer contra as questões ambiental e indígena. Enquanto isso, a biopirataria internacional vai explorando por meio de agentes estrangeiros, sem controle governamental, a biodiversidade e os nossos recursos minerais. São questões fundamentais que necessitam ser mostradas ao povo brasileiro com toda a transparência. Essas são idéias que retiramos de esclarecedora palestra do senador por Roraima, Mozarildo Cavalcanti, na Academia Militar das Agulhas Negras, autoridade que integra a CPI sobre as ONGs na Amazônia, que já levantou 10 ONGs que exercem atividades irregulares lesivas aos interesses do Brasil. Enquanto isso a mídia internacional com apoio ou silêncio da mídia nacional prepara a opinião pública do G-7, principalmente, com esta falsidade:

"O Brasil está desmatando e incendiando a Amazônia e matando os seus índios."

Enfim, estão preparando o caminho através da mentira, para justificar uma intervenção na Amazônia, com apoio de seus braços nela atuantes, as ONGs. E necessário que este debate domine o cenário nacional, entre os que defendem o trabalho das ONGs e os que o condenam, para estudar-se quais as que trabalham em beneficio dos brasileiros e quais as que defendem interesses alienígenas e, finalmente, ter-se sobre elas o máximo controle possível.

Sobre isto escreveu o acadêmico emérito da AHIMTB e ex- comandante da AMAN, General Carlos Meira Mattos, autor do trabalho "A Geopolítica do Brasil na

Amazônia", com apoio em Guy Sorman, do Jornal francês Le Monde de 25 abril 2001: "Atrás das siglas (humanitárias), prosperam pequenas e grandes associações, ricas e pobres, generosas e cínicas".

Mais adiante, acrescentava o mesmo jornalista: "e ninguém fiscaliza suas fontes de financiamento, ninguém verifica a autenticidade da boa causa a que se propõem, ninguém controla suas despesas. Na sua quase totalidade não estão subordinadas senão a assembléias fantasmas (compostas de personalidades honradas), mas administradas, efetivamente, por minorias vinculadas a outros interesses.

Ainda, segundo o que diz o jornalista do Le Monde, "as ONGs, as mais poderosas, são transnacionais, projetam a imagem das empresas transnacionais que as financiam, tomando utópica a idéia de que são organizações autogerenciadas." Segundo Meira Mattos, "é muito bom para nós, brasileiros, vítimas das campanhas de ONGs internacionais, que venham de fora, da imprensa européia e norte-americana, a revelação dos interesses espúrios, nada humanitários, nada científicos, acobertados por algumas destas instituições que operam em nossa Amazônia".

Controlar atividades de estrangeiros na Amazônia é preciso, em conjunto com o SIVAM e CIPAM, que parecem em melhores condições de vigiar e proteger a biodiversidade.

(*) O autor é Coronel do Exército e Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil

O CLUBE MILITAR E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Cel Cláudio Moreira Bento

É consenso histórico que na Assembléia Geral do Clube Militar de 9 de novembro de 1889, sob a presidência do Tenente-Coronel Benjamin Constant, por doente seu presidente — o Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca, e na mesma noite do histórico baile da Ilha Fiscal, foi decidida a Proclamação da República. Evocar os antecedentes e a projeção da histórica Assembléia ocorrida então, na primeira sede própria da entidade, no número 155 da Rua do Ouvidor, lado L, junto à casa de esquina para Rua Uruguaiana, é o objetivo do presente trabalho, na oportunidade do Sesquicentenário da Proclamação da República em 15 de novembro de 1989.

Antecedentes

Com as mortes dos prestigiosos e heróicos Senadores Marechal Manoel Luiz Osório em 1879, e do Duque de Caxias em 1880, a classe militar passou a sinalizar o não atendimento, pelo governo, de aspirações justas, de natureza profissional, institucional e social (previdenciária), que terminaram por deixar o Exército, segundo Eduardo Prado, "esquecido, mal organizado e desestimulado".¹

O Clube Militar, fundado em 27 de junho de 1887, foi o desaguadouro da "Questão Militar", conjunto de incidentes entre militares do Exército e da Marinha e o governo, que feriam os brios da classe e que vieram a contribuir decisivamente para o advento da República entre nós.

O Clube Militar foi ainda o desaguadouro do frustrado Diretório Militar, fundado em 1881, por um pugilo de oficiais do Exército e da Armada, entre os

quais o próprio Marechal Deodoro, com reuniões no consistório da Igreja Santa Cruz dos Militares, objetivando, através da conquista de cargos legislativos, lutar nos parlamentos, democraticamente, pelos interesses da classe como militantes dos partidos Liberal e Conservador. Mas a realidade foi que nenhum membro do Diretório Militar foi eleito. Foram ignorados por ambos os partidos e mudaram as estratégias de luta, ao longo da qual tiveram lugar os incidentes militares. O Clube Militar registrou sua primeira grande vitória sob a presidência do Marechal Deodoro ao enviar petição à Princesa Izabel, em 26 de outubro de 1887,3 pedindo para liberar o Exército do encargo de prender escravos fugidos, o que veio a precipitar o 13 de maio de 1888, sendo então o Exército chamado de Libertador e a princesa Izabel de Redentora. 4, Mas, a este tempo, o republicanismo lavrava no Exército e na Marinha, entre a oficialidade jovem, de major para baixo, a qual, no Exército, atendia à liderança do professor Tenente-Coronel Benjamin Constant, da Escola Militar da Praia Vermelha e da Escola Superior de Guerra. A este sentimento contrário ao Império somava-se o de desgosto de profissionais do Exército, veteranos da Guerra do Paraquai e filhos destes, particularmente sob a liderança do heróico Marechal Manoel Deodoro da Fonseca.⁵ Eles sonhavam com uma atualização doutrinária do Exército, em benefício de sua maior operacionalidade, em decréscimo deliberado desde a Guerra do Paraguai, afora outras manifestações do governo de desprestígio, alijamento e ofensas à classe militar.

Apesar de encerrada a "Questão Militar" que envolvera Cunha Mattos e Sena Madureira, outros incidentes tiveram lugar após a fundação do Clube Militar, envolvendo oficiais da Marinha, como o Vice-Presidente do Clube Militar Almirante Custódio de Mello, obrigado a repor, de seu bolso, despesas feitas por seu navio, o cruzador *Barroso*, ao retribuir no Chile homenagens recebidas do governo e povo daquele país.⁶ Ou, envolvendo oficiais do Exército, como a humilhante exoneração "a bem do serviço público, acompanhada de Conselho de Investigação" do Tenente-Coronel João Nepomuceno Medeiros Mallet, da Escola Militar do Ceará, por haver reagido à nomeação de um oficial para a escola, à sua revelia, atendendo a critérios políticos.⁷ Mallet era filho do Marechal Emílio Mallet e Barão de Itapevi, atual Patrono da Arma de Artilharia e como Ministro da Guerra em 1901, iria dar início à Reforma Militar.⁸ Medeiros Mallet era descendente de um republicano francês.

O clima a esta altura no Exército era de franca conspiração contra o Império, particularmente na Guarnição Militar da Corte, nos quartéis da Escola Militar da Corte, na Praia Vermelha, da Escola Superior de Guerra, em São Cristóvão e nos 1º e 9º regimentos de Cavalaria e 2º Regimento de Artilharia, em São Cristóvão, integrantes da 2ª Brigada do Exército, força que apoiaria efetivamente, no primeiro momento, o Marechal Deodoro a 15 de novembro de 1889.9

A conspiração republicana esteve intensa em outubro. Agitava o Exército a idéia de que o governo, para subjugá-lo, iria aumentar as polícias da Corte e do Rio de Janeiro, arregimentar a Guarda Nacional, criar a Guarda Cívica e armá-las com espingarda "Comblain" e adestrá-las à altura, além de retirar algumas unidades do Exército da Corte, para enfraquecê-lo, ferindo assim os seus brios e dignidade. Deodoro, muito doente em seu leito, explode em cólera:

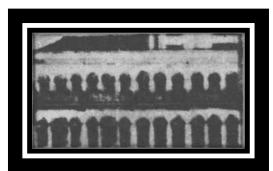
"Não permitirei isto. Voltará o 22º Bl. Irei ao parlamento responsabilizar o governo por semelhantes atos! Assestarei a Artilharia, levarei os sete ministros à praça pública e me entregarei depois ao povo para julgar-me. Não! Não!" 11

Benjamin Constant, a 23 de outubro, em discurso na Escola Militar da Praia Vermelha, na presença do Ministro da Guerra, declarou a certa altura "que o Exército era acusado injustamente de **indisciplina pelo governo, que**

demonstrava querer um Exército de janízaros. Alertou o governo que não se julgasse forte, pois a parte sã do Exército saberia cumprir com altivez e desassombro seu dever" ou por outro lado, culpou o governo pelos incidentes da Questão Militar.¹²

Em 26 de outubro, alunos da Escola Superior de Guerra e alguns integrantes dos 1º e 9º RC, e do 2º RA, se reuniram na Escola da Praia Vermelha e homenagearam Benjamin Constant. Reafirmaram a gratidão de todo o Exército, por ele "haver defendido o brio e a dignidade da classe militar" e afirmaram-lhe que estariam sempre a seu lado, sacrificando até a vida se preciso fosse.

Este incidente provocou a dispensa da direção da Escola Superior de Guerra do Tenente-General Miranda Reis, por haver censurado seus alunos.¹³



Primeira sede do Clube Militar, onde foi decidida a República, em Nov 1889.

Era convicção, em largos círculos do Exército, de que o governo iria dissolvê-lo para garantir o 3º Reinado.

Esta convicção era reforçada pela efetividade das seguintes medidas adotadas pelo governo e que caracterizavam sua intenção de dissolver o Exército: arregimentação da Guarda Nacional; criação da Guarda Cívica; aumento da Polícia da Corte e Rio, todas armadas com "Comblaim", armamento superior ao do Exército, equipado com o sistema "Minié", e transferência de algumas unidades do Exército da Corte.¹⁴

Este clima de insatisfação e revolta foi o que predominaria na Assembléia Geral do Clube Militar de 9 de novembro.

Ao findar outubro, o Clube Militar estava em situação de abandono, desde que nele se realizara uma reunião para receber os ministros da Marinha e da Guerra, recentemente empossados, com a ascensão do Partido Liberal, além de desgostoso com uma moção do Cel Ernesto Augusto da Cunha Mattos, da Questão Militar, "que colocaria o Clube em situação de louvaminheiros", 15 sem expressão, pois, na defesa dos altos interesses, em jogo, da classe militar.

Preparação da reunião do Clube Militar

O Clube Militar, no início de novembro, possuía cerca de 120 sócios. No dia 3, ficou decidido entre os líderes da conspiração que o Clube teria uma Assembléia Geral no dia 9. Grandes foram os esforços dos conspiradores para que comparecesse o maior número de oficiais à mesma.

Na reunião de 5 de novembro do Clube Militar foram propostos e aceitos os seguintes 42 integrantes do Exército e Armada, muitos bastante comprometidos na conspiração republicana em marcha. Eram eles os Coronéis Cândido José da Costa (x), Joaquim Jerônimo Barão e João Evangelista Neves da Fonseca; os Tenentes-Coronéis Ernesto Jaques Ourique e João Nepomuceno de Medeiros

Mallet; os Majores Frederico Solon de Sampaio Ribeiro (x), Antonio Virgílio de Carvalho e Luis Mendes de Morais; os Capitães Henrique Guatemosin Ferreira, Antônio Tertuliano da Silva Mello, Lídio Porpurário dos Santos Costa (x), Vespasiano Augusto de Albuquerque Silva (x), Manoel Joaquim Godolphim (x) 1º RC, Antônio Carlos Ferreira Leão, Floriano Florambel da Conceição (x) 12 RC e José Pedro de Oliveira Galvão; os Tenentes Jerônimo A. Ribeiro de Morais, Gentil Eloy de Figueiredo (x) 1º RC, Feliciano Mendes de Morais (x), Alcides Bruce, Sebastião Bandeira (x) 1º RC, Henrique de Amorim Bezerra (x) 1º RC, Augusto Chimeno Villeroy (x), Lauro Nina Sodré, Saturnino Nicolau Cardoso (x) 2º RA e Américo de Andrade Almada (x) RA; os 2º Tenentes Eugênio Bittencourt, Tristão A. Araripe Júnior (x) ESG, Adolfo Augusto de Oliveira Galvão (x) 2º RA e Joaquim Máximo M. de Sá (x) 2º RA; os Alferes João Ludgero dos Santos Conny (x) 1º RC, José Vieira da Silva (x) 1º RC, Gasparino de C. Carneiro Leão (x) 10 RC, (Viera de São Paulo onde participara de incidente que acelerou a libertação dos escravos), Alexandre Zacarias de Assunção (x) 1º RC, Álvaro de Portugal, Pedro D'Artagnam da Silva (x) 1º RC, Joaquim Ignácio Cardoso (x) 9º RC, Daniel Acioly de Azevedo e Sá (x) 1º RC, João Paulo de O. Carvalho, Pedro Nolasco Alves Ferreira (x) 9º RC e Abel Noqueira; os médicos Dr. Luiz Carlos Duque Estrada e Henrique de Araújo Lima.

O número mais expressivo foi de oficiais do 1º Regimento de Cavalaria, a começar por um dos maiores conspiradores, o então Major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, gaúcho de Porto Alegre, que iria liderar os 1º RC e 9º RC em 15 de novembro.

Os oficiais assinalados com (x) estariam entre os oficiais, que, depois da reunião do Clube Militar de 9 novembro, firmaram pactos de sangue com o Major Benjamin Constant, nos dias 11 e 12, de "acompanharem Benjamin Constant em todo o terreno até o da resistência armada".

Os pactos de sangue firmados dão uma idéia do clima da reunião de 9 de novembro, no Clube Militar.

Eles foram firmados por cerca de 160 oficiais, sendo 35 da Escola Militar da Praia Vermelha; 33 dos 1º RC e 9° RC, afora os cadetes e inferiores do 1º RC representados; do 2º Regimento de Artilharia; 57 da Escola Superior de Guerra, entre os quais os mais tarde Marechal Rondon e o General Augusto Tasso Fragoso, que terão papel de destaque em 15 de novembro, além de 13 oficiais avulsos.¹⁷

Benjamin Constant, em reunião na sua casa, às 11 horas da noite do dia 6, com um grupo de oficiais conspiradores, fez as seguintes recomendações:

- apressar o movimento militar, agindo-se secretamente e com cuidado para n\(\tilde{a} \) comprometer o sucesso do mesmo;
- realizar a reunião do Clube Militar do dia 9 com a maior discrição, ocultando as reais intenções da conspiração;
- aconselhar que o 22º Bl, como demonstração de disciplina, embarcasse para a Amazônia, atendendo ordem precipitada do governo;
- comunicar a todos os conspiradores que o General Almeida Barreto havia aderido ao movimento;
- conceder ao Imperador a ser deposto todas as garantias e considerações, "porque é um nosso patrício e muito digno".

A reunião do Clube Militar de 9 de Novembro

Ela foi presidida por Benjamin Constant, por estar impossibilitado, por doença, o Presidente, Marechal Deodoro. Benjamin Constant expôs o motivo da

convocação. Assumiu o compromisso solene de, no máximo em 8 dias, ou até 17 de novembro (domingo), apresentar a seus companheiros uma solução honrosa para o País e para a classe militar. Caso fracassasse, estaria disposto a renunciar a todos os empregos que possuía no governo e reafirmou, com calor, "estar pronto a morrer pelo Exército, na defesa da Pátria e dos brios da classe".

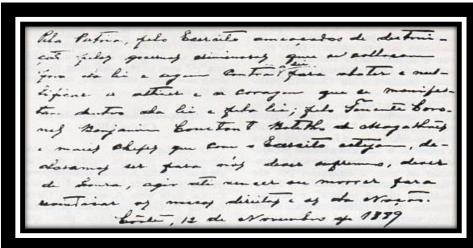
A Assembléia delegou-lhe poderes para resolver a situação, ou seja, a proclamação da República.

A seguir transcreve-se a Ata da reunião de 9 de novembro, que só pode ser entendida dentro do contexto que abordamos em Antecedentes.

"Sessão da Assembleia Geral, em 9 de novembro de 1889. — Presidência do Sr. Tenente-Coronel Dr. Benjamin Constant.

Achando-se presentes 116 sócios, o Sr. Presidente declara aberta a sessão. Sendo lida a ata da sessão antecedente é aprovada sem debate.

Passando à ordem do dia, o Sr. presidente declara à Casa os motivos que levaram a Diretoria, reunida a 5 do corrente, a convocar esta reunião de Assembléia Geral.



Pela Pátria, pelo Exército ameaçados de destruição pelos governos criminosos que se colocam fora da lei e agem contra lei para abater e nulificar a altivez e a coragem que se manifestam dentro da lei e pela lei; pelo Tenente Coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães e mais chefes que com o Exército estejam, declaramos ser para nós dever supremo, dever de honra, agir até vencer ou até morrer para reivindicar os nossos direitos e os da Nação.

Côrte, 12 de novembro de 1889. (Seguem-se as assinaturas) ("Pacto de Sangue" do Grupo de Oficiais do Estado-Maior que serviam na Corte)

Fazendo uma exposição dos atos do Governo Ouro Preto, o Sr. presidente disse que não precisava descer a detalhes para acentuar aos sócios deste Clube os maus intuitos do Governo para com aqueles a quem é confiada a mais nobre das missões - garantir a honra, a liberdade e a integridade da Pátria; que já estava no domínio de todos o estado de coisas tão lastimável a que a política de homens sem critério pretendia nos reduzir; que nem um só membro deste Clube o podia ignorar, mas que nunca pensava que lhe fossem dados plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com a sua honra e dignidade; que a isso se comprometia sob a sua palavra de honra, e que desde já poderiam ficar cientes de que, se fosse mal sucedido, resignaria todos os empregos públicos que lhe foram confiados, quebrando até a sua espada.

Terminava o seu discurso, quando pede a palavra o Sr. Alferes- Aluno José Bevilaqua e diz que ao venerando mestre Dr. Benjamin Constant deveria ser dada pleníssima confiança para proceder como entendesse, a fim de que em breve nos fosse dado respirar o ar de uma Pátria livre, no que foi coberto de imensos aplausos.

Em seguida lembra que o Clube Militar, achando-se reunido pela primeira vez após o falecimento do bravo Capitão Luis Maria de Melo Oliveira, não pode deixar de lançar em ata um voto de pesar pelo passamento de tão ilustre associado.

Neste sentido envia à mesa uma proposta que foi unanimemente aceita.

Tendo o Sr. Presidente declarado que resignaria todos os empregos públicos que os homens da monarquia lhe haviam confiado, caso não lhe fosse dado colocar a classe militar na posição que lhe compete, pede a palavra o Sr. Tenente Ximeno Villeroy e diz que o mestre Dr. Benjamin Constant não deveria proferir aquelas palavras, nem sequer pensar em tal coisa; parecia não conhecer a política de homens como Ouro Preto, antipáticos, mal intencionados e em cujo coração só germina o mal.

Que se a Ouro Preto fosse dado, mesmo em sonho, saber que o mestre havia pretendido firmar semelhante fato, isto somente seria suficiente para fazê-lo vítima de uma cilada.

Terminado o seu discurso, pediu ao Sr. Presidente que retirasse o seu modo de pensar, declarando que em defesa da grande causa nacional o acompanharia cegamente em qualquer que fosse o terreno, no que foi calorosamente aplaudido, e secundado pelo Sr. Dr. Anfrísio Filho.

Em vista da maneira por que foram recebidas as palavras do Sr. Tenente Villeroy, o Sr. Presidente acede ao seu pedido.

Manifestam alguns sócios o desejo de falar sobre o assunto, quando pede a palavra o Sr. Tenente- Coronel Alfredo Ernesto Jacques Ourique e diz que ninguém melhor que o Sr. Dr. Benjamin Constara para guiar-nos no caminho da honra, resolvendo de uma vez para sempre, de um modo o mais digno para a nossa classe, todas as questões da política desorientada de que éramos vítimas, e que não admitindo que um só membro do Clube se pronuncie sobre tal assunto depois da palavra do Sr. Benjamin Constant, que fosse suspensa a sessão, o que foi unanimemente coberto de calorosos aplausos.

O Sr. Presidente, chamando a si tão alta quão patriótica responsabilidade, declara que se não lhe fosse dado convencer aos homens do governo que eles marchavam em um caminho errado, que estavam cavando a ruína da nossa Pátria, e que eram os únicos responsáveis pelo abismo que nos está destinado, que se a calma que lhe é peculiar, se os meios legais e suasórios não forem suficientes para mudar a direção de uma política caduca, política de homens completamente ignorantes, e sem patriotismo algum, estaria pronto para desprezar o que havia de mais sagrado — o amor da família — para ir morrer conosco nas praças públicas, combatendo em prol da Pátria que era vítima de verdadeiros abutres, para o que só pedia lhe fossem dados alguns dias para desempenhar-se de tão árdua quanto difícil missão de que foi investido pela classe a que tem a honra de pertencer.

Após estas palavras, o Sr. Presidente foi coberto de uma salva de palmas e enormes aplausos. — Tomás Cavalcanti, 1º secretário. — Pedro Ferreira Neto, 2º secretário." (Os grifos são do autor).

A revolução republicana em marcha

De 9 a 15 de novembro intensificaram-se as medidas preparatórias com vistas à proclamação da República:

No dia 10, Benjamin visitou o presidente do Clube Militar e comunicou-lhe a decisão da Assembléia Geral do Clube Militar. No dia 11, Deodoro recebeu em sua casa os líderes civis do movimento republicano – QUINTINO Bocayuva, Aristides Lobo, Ruy Barbosa e Francisco Glycério, que obtêm adesão de Deodoro à República.²⁰

Nos dias 11 e 12, cerca de cem oficiais da guarnição do Exército na Corte e um médico da Armada firmaram pactos de sangue, comprometendo-se a apoiar Benjamin Constant até o terreno da resistência armada. Nos dias 12 e 13, exemplares dos jornais *Correio do Povo* e *O Dia* penetraram nos quartéis e inflamaram os ânimos nos mesmos, "dizendo da péssima situação que o governo deixara o Exército".²¹

Ainda em 13, o Marechal Floriano Peixoto, Ajudante-General do Exército, ao visitar o Marechal Deodoro, recebeu deste a comunicação "estar à frente da sublevação do Exército contra o Gabinete Ouro Preto".

Segundo Ernesto Sena, em *Deodoro e a Verdade Histórica*", era notável a atividade empregada pelos conspiradores, que pareciam possuir o dom da ubiquidade, não descansando um momento, percorrendo os quartéis, confabulando com os oficiais graduados e a soldadesca, e realizando conferências secretas para delineação dos planos que teriam de pôr em execução para a completa vitória".²²

No dia 14, à tarde, o Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, procurou informar-se do Marechal Floriano Peixoto, Ajudante-General do Exército, e recebeu como resposta: "Estamos sobre um vulcão."

O Major Solon Ribeiro, à tardinha, espalhou boato na Rua do Ouvidor de que o Marechal Deodoro e Benjamin Constant haviam sido presos e de que a Guarda Negra, integrada por ex-escravos e organizada em 1888 por José do Patrocínio para defender a Princesa Izabel dos escravagistas, iria atacar a 2^a Brigada em São Cristóvão. O boato se espalhou e surtiu efeito. O Gabinete se recusou a desmenti-lo. E quando o fez, já era tarde!

Ainda a 14, à noite, Benjamin Constant conspirou no Clube Naval com o Almirante Wandenkolk acerca da colaboração da Armada. Na manhã de 15, ele obteve a confirmação da adesão daquela entidade, através de trocas de mensagens das quais foram portadores, a cavalo, os Alferes-Alunos da Escola Superior de Guerra,. Tasso Fragoso e Cândido Mariano Rondon.

A Proclamação da República

Na manhã de 15 de novembro de 1889, uma sexta-feira, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente efetivo do Clube Militar, secundado por outro destacado membro de sua diretoria, o Tenente-Coronel Benjamin Constant, liderando tropas da Guarnição do Rio de Janeiro (Corte) (Exército, Armada, Polícia e Bombeiros), penetraram no Quartel-General do Exército, local do atual Palácio Duque de Caxias, onde se reunia o Gabinete Liberal do Visconde de Ouro Preto. E, como feliz desfecho de uma bem urdida, sucedida, coordenada e incruenta conspiração republicana, o Gabinete foi deposto, sem nenhuma resistência ou protesto expressivo. Assim, segundo Pedro Calmon, "Deodoro apoderou-se da situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro", proclamando a República à tardinha, em sua casa, através do Decreto nº 1 do Governo Provisó-

rio que passou a presidir, regime consagrado mais tarde pelos constituintes de 1891.

Da Diretoria do Clube Militar tomaram parte os seguintes componentes do Governo Provisório: Presidente da República — Marechal Manoel Deodoro da Fonseca; Ministro da Guerra — Tenente-Coronel Benjamin Constant e Ministro da Marinha — Almirante Eduardo Wandenkolk.

Sobre a Proclamação da República escreveu Euclides da Cunha: "Foi o que se viu em 15 de novembro de 1889: uma parada repentina e uma sublevação; um movimento refreado de golpe e transformando-se, por um princípio universal, em força e desfecho feliz de uma revolta, porque a revolução já estava feita."²³

Os seguintes sócios do Clube, eleitos constituintes, ajudaram a escrever a primeira Constituição da República, em 1891²³ Antônio Borges de Athayde Júnior (ES), Antônio índio do Brasil (PA), Belarmino Augusto de Mendonça Lobo (PR), Caetano M. de Faria e Albuquerque (MT), Carlos A. Campo (SC), Custódio José de Mello (BA) (x), Eduardo Wandenkolk (DF) (x), Gabino Bezouro (Corte), Inocêncio Serzedelo Correia (Corte) (x), Ivo do Prado Monte Pires da Fonseca (SE), João Pedro Belfort Vieira (MA); João Severiano da Fonseca (Corte) — Atual Patrono do Serviço de Saúde, José Augusto Vinhães (Corte), José Bevilaqua (CE), José Simeão de Oliveira (PE) (x), Lauro Muller (SC), Manoel Perciliano de O. Valadão (SE), Marciano A. Botelho Magalhães (PR) (x), Pedro Paulino da Fonseca (AL) e Vicente Antônio do Espírito Santo. Os assinalados com (x) foram da 1ª Diretoria do Clube Militar.

Na Proclamação da República, o Clube Militar através de seus ilustres dirigentes Deodoro, o "Proclamador", e Benjamin Constant, o "Fundador", expressavam a vontade centenária de milhares de republicanos, tanto civis como militares, fossem eles bacharéis ou povo, padres ou antiescravagistas, maçons ou industriais, plantadores de café ou simplesmente agricultores.

"Uniram-se no Marechal Deodoro as vontades dispersas e informes que tinham ficado ao longo do caminho, à espera do advento da República. Nele se exprimiram dois séculos de tradição republicana.

Através dele falaram os inconfidentes mineiros, os poetas da Inconfidência, os libertários pernambucanos de 1817 e 1824, os rio-grandenses farroupilhas, os civilistas de São Paulo, os militares, os abolicionistas...

A nova bandeira unia simbolicamente as 21 estrelas da Nação e, se na crise final faltou calor popular, não se poderá negar raiz popular à idéia mais generosa que jamais brotou no Brasil."²⁴

Eis, em síntese, a contribuição histórica do Clube Militar ao advento da República Brasileira, hoje centenária.

Assistia razão a Ruy Barbosa quando em 1821 declarou no Clube Militar: "Daqui saiu a Abolição e a República do Brasil.

- Américo J. Lacombe, Revista do Centenário do Clube Militar, nº 280, p. 12
- Garcez Palha em **Efemérides Navais**. Sv. Doc. Geral da Marinha, 1988. O Diretório editava o jornal *O Soldado*, que lutava por maior participação da classe no Parlamento e Administração Pública.
- Cláudio Moreira Bento, **Revista do Clube Militar**, nº 284, p. 8-9.
- _____.⁵ Com apoio em depoimento ao autor, de Piragibe da Fonseca, do IHGB, filho do General Clodoaldo da Fonseca.

- 6 _____.A Guarnição Militar do Rio de Janeiro (Corte) na Proclamação da República. *Rio, Poupex, 1989.*
- Ten Cel Gonçalves Meira, em "Centenário da Escola Militar do Ceará", conferência no Arquivo Histórico do Exército, 24 maio 1989.
- 8 Com apoio em informação ao autor do Ten Cel P. J. de Mallet Joubim.
- _____.nota 6.¹º Com apoio em Ernesto Senna. *Deodoro subsídios para a História*. Brasília, Ed. V Bra, 1981.
- 1.12 SILVA, Hélio. 1889. A República não esperou amanhecer. Rio, Civ. Bras. 1972, p. 17.13 Com apoio em declaração de Vicente Tapajós do IHGB, biografia de Miranda Reis.1 "1 Com apoio op. cit. nota 10.15 Idem nota anterior. 16 Com apoio na revista do *Cinqüentenário do Clube Militar*, 1937.17 Com apoio op. cit. nota 10, p. 491.18 Com apoio op cit. nota 10.19 O original encontra-se no Museu do Clube Militar.20 Odem op. cit. nota 6.21 Idem op. cit nota 10.22 Idem nota anterior.23 Citado op. cit. nota 6.23 Idem op. cit. nota 3, p. 27.24 BESOU- CHET. A evolução da idéia republicana no Brasil. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 13/06/87.

A diferença entre o armamento Minié e Comblain, segundo o Cel Pedro Schirmer, estudioso de Armamento, "era como a de um carro de boi para um caminhão". A Minié era de antecarga ou de carregar pela boca, calibre 14,8 mm e 14,4 mm. Conseguia-se que um atirador desse 16 tiros em 1 hora e 45 minutos. A Comblain era retrocarga carregamento pela culatra, com cartucho metálico calibre 11 mm. Possuía maior cadência de tiro e precisão. Era, pois, justa a indignação do Exército ficar com armazenamento obsoleto e a Polícia e a Guarda, com Comblain.

O autor é Diretor do Arquivo Histórico do Exército e membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi Diretor Cultural e Diretor da Revista em 1986-87.

AGOSTO DE 1942:O BRASIL ENTRA NA GUERRA Cel Claudio Moreira Bento

Este artigo publicado foi no Diário Oficial Leitura de São Paulo11(123) ago 1992 p.7 e é aqui incluído por pertinente

O Brasil participou do esforço de guerra aliado na Segunda Guerra Mundial a partir de 22 de agosto de 1942, quando reconheceu o estado de beligerância contra ele, de parte do Eixo, e nela ficou até 8 de maio de 1945, Dia da Vitória. Sua extensão geográfica, a quinta do mundo, sua posição geopolítica debruçada sobre o Atlântico e mais a solidariedade continental americana não permitiram ao Brasil ficar neutro. Assim, participou militarmente da guerra nos teatros de operações do Atlântico e do Mediterrâneo, em decorrência do Acordo Bilateral Brasil

	Est	ados Unid	os, c	de 23 d	e maio	de 1942,	coorder	nado pela	a C	omissão
Mista de	e Defesa	Brasil-EU	A qu	e funci	onava e	em Washi	ngton e	no Rio d	e J	aneiro.
As	Forças	Armadas	do	Brasil	assim	participa	ram na	guerra:	0	Exército

_

defendeu o território brasileiro e as instalações militares nele existentes, com ênfase na Zona de Guerra então criada e, dentro desta, o Saliente Nordestino (Estados RN, PB, PE, AL), no qual se incluía o triângulo Arquipélago de Fernando de Noronha — Natal

— Recife; também enviou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao teatro de operações do Mediterrâneo, integrada no V Exército dos Estados Unidos.

A Marinha incumbiu-se da defesa dos nossos portos, do patrulhamento oceânico e da proteção de comboios, isoladamente ou integrando a IV Esquadra Americana, com Quartel General no Recife.

A Aeronáutica participou com ações de patrulhamento oceânico e proteção aérea de comboios, isoladamente ou integrando a referida IV Esquadra Americana, além de enviar o 1º Grupo de Caça ("O senta a pua") para integrar a Força Aérea Aliada do Mediterrâneo e uma esquadrilha de ligação e observação (la ELO), na Itália, sob o controle operacional da FEB.

A cooperação inicial do Brasil com os Aliados ficou restrita ao continente americano. Cessada a ameaça de invasão das Américas pelo Eixo, através do Saliente Nordestino, a resolução da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA nº 16, de 21 de agosto de 1943, ampliou a participação militar do Brasil, que foi traduzida, na prática, no envio de forças de terra e ar do Brasil para o teatro do Mediterrâneo e na ação de nossa Marinha de Guerra além das águas continentais americanas.

Em contrapartida, o Brasil recebeu dos Estados Unidos, para o cumprimento de suas missões, o material bélico cedido através da Lei de Empréstimos e Arrendamentos (Lend-Lease), além de instrução americana para a guerra antisubmarina, proteção de comboios navais, caça aérea, defesa antiaérea e de costa e de emprego de divisões de Infantaria.

O esforço militar do Brasil foi defender o Saliente Nordestino. Este, junto com a costa do Senegal, na África, formava o estreito Natal-Dakar, através do qual os nazistas, antes de serem derrotados no Norte da África, poderiam tentar uma ação aeronaval, ou mesmo ações tipo comando, contra o Nordeste do Brasil onde estava importante base norte- americana, a partir da conquista do Arquipélago de Fernando de Noronha.

O Saliente Nordestino, através da base aérea de Parnamirim, em Natal, cedida aos americanos, junto com a base aérea de Belém no Pará, se constituiu em importante área estratégica, integrante da ponte aérea militar americana Natal- Dakar, essencial ao esforço aliado para a conquista do Norte da África, do Oriente Médio (de novembro de 1942 a maio de 1943), da invasão da Europa pela Itália e mesmo para as operações militares dos Estados Unidos no Extremo Oriente.

A cooperação brasileira ao esforço de guerra aliado, em nível estratégico, se caracterizou pela defesa do Saliente Nordestino do Brasil contra uma possível invasão inimiga através do estreito Natal-Dakar; pela captura pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália, de duas divisões inimigas num total de 20.753 homens; pelo fornecimento aos Estados Unidos de matérias-primas estratégicas, como cera de carnaúba, balata, cristal de rocha e borracha, esta colhida pelos chamados "soldados da borracha", que se embrenharam na Amazônia e, finalmente, pela cessão temporária das bases aéreas de Natal e Belém, que apressaram a vitória dos Aliados na África, Europa e Ásia (Oriente Médio).

A base aérea de Natal permitiu que milhares de aviões militares dos Estados

Unidos dela saltassem, sem escalas, para a África, e daí para a Europa e Extremo Oriente. A base aérea de Natal se projetou também na vitória inglesa de El Alamein, a batalha que decidiu a vitória aliada no Norte da África. Sem ela, teria sido dificílimo o apoio dos americanos aos ingleses contra as divisões alemãs. Daí decorreu o nome de Trampolim da Vitória, dado ao Nordeste.

O Brasil perdeu nessa guerra, por morte, 1.889 brasileiros. Foram afundados 34 de seus navios, dos quais 31 eram navios mercantes, além de abatidos 22 aviões de caça. Foram gastos com as operações 21 milhões de cruzeiros.

Durante a guerra, as Forças Armadas do Brasil se modernizaram e se atualizaram doutrinaria- mente. A renovação de material bélico foi expressiva, com base na Lei de Empréstimos e Arrendamentos. Elas se equiparam com o que havia de mais moderno: caças-submarinos, aviões de caça, de bombardeio e antisubmarino, contratorpedeiros de escolta, carros de combate, canhões de campanha, anticarro, antiaéreo e de costa, radares e sonares, detectores de minas, gasolina gelatinosa etc.

O Brasil teve a sua instrução militar atualizada com base em padrões das Forças Armadas dos Estados Unidos e na experiência operacional militar adquirida na Batalha do Atlântico, com a IV Esquadra Americana, ou com a Força Aérea Aliada do Mediterrâneo e o V Exército dos Estados Unidos, na Itália. O povo brasileiro incluiu no rol de suas vitórias militares os combates de Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Colechio-Fornovo, que foram as mais expressivas de sua Força Expedicionária, da Força Aérea Brasileira e da Marinha de Guerra, que ajudou a escoltá-las para a Itália e a trazê-las de volta coberta de louros. O desenvolvimento da Aeronáutica do Brasil em função da guerra teve expressivos reflexos na acelerada modernização e expansão da aviação civil brasileira.

O Brasil já havia participado do esforço de guerra dos Aliados na Primeira Guerra Mundial, através da Marinha de Guerra representada pela Divisão de Operações Navais (DNOG), sob o comando do almirante Pedro Frontin, e que operou no litoral da África, de Serra Leoa para o norte, como parte de esquadra dos Aliados comandada pelo almirante inglês Heathcoat Grant. O Exército foi representado pela Comissão de Estudos de Operações de Guerra e de Aquisição de Material na França, constituída de 24 oficiais que combateram no Exército daquele país, oito deles promovidos por atos de bravura. Essa Comissão foi chefiada pelo general Felipe Aché. ao qual estava subordinada também a Missão Médica Especial enviada pelo Brasil, composta de médicos de nosso Exército e Marinha, além de civis formados ou acadêmicos à disposição do Comando Unico dos Exércitos Aliados. Ainda na Primeira Guerra Mundial, um reduzido número de pilotos brasileiros do Exército e da Marinha se adestou respectivamente nas aviacões militares da França e da Inglaterra e nelas atuaram. Eles se constituíram no embrião das aviações do Exército e da Marinha do Brasil que, fundidas em 1941, deram origem à Força Aérea Brasileira. Estes pioneiros, com o concurso da Missão Naval Inglesa em nossa Marinha de Guerra, e da Missão Militar Francesa em nosso Exército adestraram o Exército e Marinha entre as duas guerras mundiais.

Cláudio Moreira Bento, coronel do Exército e historiador militar, é membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Escola Militar da Praia Vermelha (1857-1904) Coronel Cláudio Moreira Bento

O presente artigo não foi publicado na Revista do Clube Militar e sim no Ombro a Ombro de Nov 1992 p.5

Depois da Guerra do Paraguai, em 1873, foi introduzido na Escola Militar da Praia Vermelha currículo distorcido voltado mais para a formação de bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas e Engenheiros do que para soldados especializados em Arte e Ciência Militar, a serviço da defesa do Brasil. Aspecto equivocado que ainda foi mais priorizado com o currículo de 1890, implantado na Escola pelo Ministro da Guerra Ten.Cel. e Dr. Benjamin Constant que havia introduzido o Positivismo na Escola Militar através da cadeira de Sociologia e com ele o agnosticismo, numa instituição até há pouco Católica Apostólica Romana.

A correção desta distorção só seria feita 32 anos depois, com a adoção do currículo de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar. Este voltado para o estudo da Arte e Ciência Militar Terrestre, a serviço da segurança interna e externa do Brasil e instrumento de exercício da soberania nacional e não para a Engenharia para o exercício, por oficiais nela formados, de funções civis divorciadas da Defesa Nacional.

De 1873-1905 a juventude militar da Praia Vermelha foi bastante politizada e passou a atuar e influenciar nas grandes questões do período: Questão Militar; criação do Clube Militar, evento que criou condições para o Exército acelerar a Abolição e, em seguida proclamar e consolidar a República.

Mas o ânimo, idealismo e pureza dos jovens militares continuaram a ser explorados por políticos de dentro e fora da Escola Militar e, assim foram em parte participar da frustrada e absurda Revolta da Vacina Obrigatória da Praia Vermelha, em 1904. Em conseqüência, a Escola Militar foi fechada e a seguir extinta e novo currículo foi implementado de 1906-11 na então criada Escola de Guerra de Porto Alegre, nome para que não deixasse dúvidas que se destinava a formar oficiais especialistas em Arte e Ciência Militar e não engenheiros que deviam ser formados em universidades civis.

O equívoco do ensino na Praia Vermelha, de 1873-1904, foi comprovado na Guerra de Canudos da qual os doutores e bacharéis por ela formados estiveram expressivamente ausentes e teve o Exército de recorrer à mobilização de civis, com alguma experiência em revoluções e que foram comissionados oficiais. Atribuo a este ensino militar equivocado e aos que o implantaram (até com as melhores intenções) em parte o morticínio inútil e cruel de irmãos brasileiros que se debateram nos dois lados, na Guerra de Canudos. O currículo de 1873 decretou a morte do desenvolvimento, em curso, da Doutrina do Exército que atingiu em 1896 em Canudos padrões operacionais bem abaixo dos da Guerra do Paraguai. Canudos teve grande influência no futuro do Exército e provocou um grande processo de crítica e, em conseqüência uma postura que até hoje persiste, ou seja a da profissionalização de seus integrantes em todos os níveis em Arte e Ciência Militar a serviço da Segurança.

Desta revisão decorreu o processo chamado Reforma Militar 1896-1945 na qual o Exército, graças a um hercúleo e prolongado esforço, evoluiu dos baixos padrões operacionais revelados em Canudos, aos revelados por sua Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, onde esta força fez boa figura ao lutar contra ou em aliança com frações expressivas dos melhores exércitos do mundo

presentes na Europa na Segunda Guerra Mundial, tendo inclusive capturado duas divisões inimigas em Colechio Fornovo, numerando mais de 20.000 homens com respectivos armamento e material.

A Escola Militar da Praia Vermelha criada em 1857 pelo atual Duque de Caxias teve duas fases. A 1^a, 1857-73, a profissional militar, que por mais de 15 anos formou oficiais com grande capacidade em Arte Militar e que lideraram nossos soldados à vitória na Guerra do Paraguai. A 2ª, a do bacharelismo militar, que durou mais de 30 anos e foi marcada pela influência do Positivismo - a religião da Humanidade e agnóstico, numa instituição tradicionalmente e até há pouco oficialmente Católica, além de agitada por questões políticas e sociais: Questão Militar; Abolição; República; Revolta da Vacina etc. Foi uma fase romântica, bonita a que mais marcou através da literatura, cheia de gestos belos e macro visão, não correspondeu ao que dela esperava a nação, como instituição destinada à formar soldados, cara, mas que foi desviada de sua finalidade - a defesa nacional. Chamo a atenção para este aspecto a reflexão de qualquer brasileiro responsável. Em realidade para a consecução deste objetivo de procurar proporcionar ao povo brasileiro o melhor grau de segurança possível, como a sua expressão armada, o Exército desde 1822 enfrentou sérios percalços. Por exemplo: Por longos anos o exército encontrou forte incompreensão dos bacharéis de Direito ao seu desenvolvimento racional, dentro do possível, em Arte e Ciência Militar. Ao contrário, como cientistas jurídicos não souberam ou não quiseram entender que eles não entendiam de Arte e Ciência Militar como os militares não entendiam de Ciência Jurídica. E desta divergência tem origem no Brasil as alternâncias do predomínio "direito da Força" e "da força do Direito". Constatar isto é obra de simples raciocínio e verificação! Quem não conhece sua História corre o risco de repeti-la afirmou Santana. Oxalá os juristas com sua Ciência Jurídica e os militares com sua Arte e Ciência Militar ajudem a construir para os brasileiros um Brasil mais justo e mais seguro. E parece que este tempo chegou!

(Depoimento atendendo a gentil convite da universitária de História Adriana Barreto de Souza para sua tese sobre a Escola Militar da Praia Vermelha).

Cel Cláudio Moreira Bento – Historiador Militar membro dos Institutos de Geografia e História Militar do Brasil e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O EXÉRCITO E A MARINHA DO BRASIL NA I GUERRA MUNDIAL (1914-18)

Este artigo não foi publicado na Revista do Clube Militar e sim no Jornal Ponte Velha de Resende, julho 2014 p.5. mas e aqui juntado como pertinente

Cel Claudio Moreira Bento

A 1ª Guerra Mundial estourou em 28 de Julho de 1914, quando ia acesa e viva a Revolta do Contestado no Paraná e Santa Catarina (1912-1916). Durante a guerra, estima-se que foram mobilizados mais de 70.000.000 militares dos quais cerca de 60.000.000 na Europa. Deles morreram mais de 9.000.000 em decorrência dos avanços da tecnologia armamentista, especialmente de

Infantaria, empregados de forma maciça em ataques frontais temerários. O Brasil teve cerca 158 mortos, não computados os que pereceram nos torpedeamentos de navios mercantes,

O Brasil foi o único país neutro que se declarou, a 4 de agosto, contra a invasão alemã da Bélgica. O Governo Alemão decidiu o bloqueio do Brasil, desencadeou uma campanha submarina, e o Brasil protestou. E em 3 de abril de 1917, na Costa Ocidental da França, a marinha alemã torpedeou e pôs a pique o navio mercante **Paraná**. Em janeiro de 1916, mais de um ano antes, um navio alemão colocara minas no litoral brasileiro. Este clima agitou o povo brasileiro que, em protesto, atacou casas comerciais de origem alemã no Rio de Janeiro e em outras cidades.

Em 11 de abril de 1917 o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha. Por Decreto de 1º de junho de 1917, o Brasil suspendeu sua neutralidade e no dia seguinte permitiu a apreensão de navios alemães em seus portos. Em 26 de outubro de 1917, o Brasil reconheceu e proclamou o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão. E em 4 de novembro de 1917 foram afundados na saída do Porto de São Vicente, arquipélago do Cabo Verde, os mercantes brasileiros **Acari** e **Guaíba**.

O Exército na 1ª Guerra



Missão médica

O Exército de 1874/1905 fora dominado pelos bacharéis, sendo muito deles adeptos do Positivismo, que, mal interpretada entre nós, causou sérios prejuízos à operacionalidade do Exército, quando este teve que enfrentar, com operacionalidade por vezes inferior, os revoltosos na Guerra Civil de 1893/1895 no Sul do Brasil e a seguir, em 1897, a Guerra de Canudos, no Sertão Baiano.

Ao término da Guerra de Canudos surgiu a consciência do Exército retornar ao profissionalismo militar. Assim, sendo o Ministro da Guerra General Mallet (1898-1902), veterano da Guerra do Paraguai, deu início à Reforma Militar do Exército (1898-1945) com as seguintes providências iniciais principais: - Criação do Estado-Maior do Exército, em 1898; Criação da Fábrica de Pólvora sem fumaça do Exército, em Piquete- SP, liberando o Exército e Marinha da dependência externa.

Nas vésperas da guerra, no Brasil o nosso Exército não formava reservas. E era de longa data um Exército profissional, mas sem reserva a ser mobilizada em emergências. Era impositivo atualizar-se doutrinariamente. E neste esforço de

construir reserva antes da eclosão da la Guerra Mundial surgiu a providência da criação dos Tiros de Guerra.

A Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material na França, (1918-19) foi enviada à França, em caracter reservado composta de 24 oficiais, sob a chefia do General Napoleão Felipe Aché com o fim de absorver, durante a Guerra, a maior quantidade de conhecimentos da Doutrina Militar Francesa e adquirir o material necessário à sua implantação no Brasil. Os oficiais dessa Comissão combateram no Exército da França, de modo que oito deles foram promovidos por atos de bravura.

Constituíram a Comissão, além do General Aché, o tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e o Major médico Rodrigo de A. Aragão Bulcão, ligados à história de Resende.

Dentre as contribuições à Doutrina do Exército trazidas por esses oficiais registram-se: sua influência na contratação de missões militares francesas para a nossa Aviação Militar, a introdução de Blindados em nosso Exercito a reformulação do ensino do nosso Exército nos moldes da França; a idealização da construção da AMAN com suas mais caras tradições. Esses elementos foram pontas-de-lança do trabalho aqui desenvolvido pela Missão Militar Francesa (MMF) (1920-39), que foi substituindo, a partir de 1921, a influência da Doutrina Alemã (1910-21), a qual foi exercida através de oficiais que estudaram na Alemanha (1910-12), tendo como principais instrumentos de difusão a revista **A. Defesa Nacional**, criada por eles em 1913, e a Missão Indígena, da Escola Militar do Realengo (1919-21), viveiro de grandes soldados nacionalistas.

Com a revolução de 1930, dois deles, se destacaram no Exército, o general Leite de Castro, que combateu na Artilharia da França, e o coronel José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, que combateu na Cavalaria. José Pessoa recebeu inúmeros elogios de seus comandantes franceses.

Pereceram nesta guerra, na Europa, ou em função dela dois combatentes brasileiros, netos de D. Pedro II, bisnetos do ex-Rei da França, Luiz Felipe de Orléans e filhos do príncipe francês Luis Ferdinand Gaston de Orléans - Conde D'Eu e Marechal do Exército Imperial do Brasil: D. Luiz, que combateu no Exército da França, falecido em 24 de maio de 1920 em decorrência de doença adquirida nos campos de batalha, e D. Antonio, que combateu como Capitão no R*oyal* Canadian Dragoons.



Em missão de guerra, atravessou o Canal da Mancha de avião, o qual caiu em Edmonton, tendo ele falecido em Hospital Militar e sido agraciado *post mortem* com a *Croix de Guerre* (foto).

A Missão Médica do Brasil enviada a Paris na la Guerra Mundial foi chefiada por Nabuco de Gouveia, deputado, cirurgião, professor e diretor do Hospital da Gambôa. A Missão Médica foi constituída de 131 combatentes de Saúde.

Enquanto uns foram espalhados pelo interior e cooperavam na saúde pública em geral, outros trabalhavam na Montagem do Hospital Brasileiro, remodelando o prédio de um antigo convento de Jesuítas, que existia na rue Vaugirard. A Missão foi extinta em fevereiro de 1919. O Hospital, daí em diante, ficou sob a direção dos médicos do Exército e da Marinha sob a chefia do Coronel-médico Rodrigo de Araújo Aragão Bulcão. Seis meses depois, o nosso Governo doou o Hospital Brasileiro à Faculdade de Medicina de Paris. Quem hoje subir as encostas da rue Vaugirard, há de ler, no bronze, em grande fachada, o nome *Hôpital brésilien*, atestado vivo do esforço de alguns brasileiros que ali contribuíram com o esforço de guerra aliado.

Em tempo...

O pioneiro e mártir do Brasil no emprego de foguetes militares

CLÁUDIO MOREIRA BENTO (*) Cel Eng QEMA

Um feito memorável

Ao anoitecer do calorento 7 de fevereiro de 1827, no acampamento do Exército do Sul, junto ao arroio Lexiguana, atualmente Bagé, ao comando do mineiro de Mariana, Marquês de Barbacena, teve lugar a primeira demonstração no Brasil do uso de foguetes como arma de guerra. Dois dias antes, naquele local, Barbacena em operações defensivas contra orientais e argentinos, no contexto da Guerra Cisplatina (1825-28), concretizara um dos mais memoráveis feitos do Exército Brasileiro: operar junção, depois de 23 dias de marchas forçadas e a despeito de chuvas e enchentes, de dois grupamentos de suas forças, separados por 300 km. Do grupamento ao seu comando, situado em Santana do Livramento, sob a cobertura de flanco do Marechal Barreto e do grupamento ao comando do General Henrique Braun, situado em Pelotas, depois de trazido ao Rio Grande pelo próprio Imperador D. Pedro I e sob a cobertura de Bento Goncalves, desde Jaquarão. Barbacena consequiu transpor suas forças da bacia do Uruguai para a da Lagoa dos Patos, guando tropas de Alvear, fortes em Cavalaria, encontravam-se detidas em Bagé por enchentes lá ocorridas, fato abordado por Tarcísio Taborda em Invasão Argentina de 1927, Fumba, 1972. Depois de memorável e modelar transposição do rio. Camaquã-Chico em cheia, para sua margem direita, Barbacena reuniu todo o seu Exército em Lexiguana, em região montanhosa da Serra dos Tapes, extremamente favorável à sua força baseada na predominância de Infantaria e interposta entre Alvear e os três mais importantes centros do poder gaúcho-Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Participou do grupamento de Barbacena o então alferes Manoel Luiz, atual Patrono da Cavalaria.

Consequência de Barbacena

Não tivesse Barbacena conseguido este grande feito, sua tropa seria batida por partes e Alvear teria ocupado, facilmente, e sem resistência, todo o Rio Grande do Sul. Depois da junção no dia 5, o ambiente foi de euforia. Os dias 6, 7, 8 e 9 foram aproveitados pelo recém-chegado da Europa, Chefe do Estado-Maior do Exército do Sul, Marechal Braun, renomado tático de Infantaria, para exercitar em conjunto todo o Exército e nele integrar tropas alemãs de Infantaria e Cavalaria que trouxe do Rio, além de mostrar novidades em ciência de guerra trazidas da Europa. Dentro deste último contexto acreditamos tenha trazido com sua tropa alguns exemplares de foguetes à Congreve, cri ação do engenheiro e artilheiro inglês Willian Congreve (1772 - 1828), que tiveram largo uso contra Napoleão. Eram usados taticamente, sem precisão, na direção de formações de Cavalaria, em carga, visando dispersá-los por assustar os cavalos. Presumimos que Braun, que fora Coronel do Hannover, tenha encarregado um filho daquela terra,o tenente Siegener, veterano de Waterloo, para realizar uma experiência com a nova arma para o Exército do Sul. Segundo se conclui do Capitão Seweloh, testemunha ocular o Tenente Siegener "não tomou as precauções devidas. Abusou da escorva e os três foquetes estouraram próximo dele sendo que o último a seus pés". Recebeu ferimentos generalizados sendo seis de natureza grave. Foi colocado numa carreta e levado para a localidade mais próxima — a atual cidade de Caçapava do Sul - tendo morrido no caminho, sendo sepultado no dia 9, nessa localidade. Com esta trágica e frustrada experiência, Siegener tornou-se o pioneiro e primeiro mártir, no Brasil, do uso de foguetes militares.

Importância de Siegener

Com a introdução dos foguetes no Exército do Brasil, e as perspectivas futuras promissoras de seu emprego generalizado, Siegener ganhou importância. Em 1978, o Estado-Maior do Exército desejou conhecer mais sobre a vida e obra daquele pioneiro e mártir.

Encaminhou solicitação ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil que, através de seu Presidente, Gen Jonas Correia, encarregou o Ten Cel Henrique O. Wiedersphan de realizar a pesquisa, com uma das maiores autoridades brasileiras em assuntos militares relacionados com a Guerra Cisplatina 1825-28. Este, por sua vez, recorreu aos préstimos do historiador Dr Carlos H. Hunsche, nosso confrade no Instituto Histórico de São Leopoldo e autoridade em assuntos relacionados com a colonização alemã do Rio Grande do Sul. Depois de ingentes esforços de pesquisas no Brasil e na Alemanha, esses dois confrades produziram o seguinte resumo biográfico do pioneiro e mártir Siegener, em atendimento ao Estado-Maior do Exército.

Pioneiro e mártir

Carl Ludwig August Siegener, filho de Johan Georg F. W. Siegener (mestrede-obras distrital) e Johanna Dorothea Carolina Behrens, nasceu em Celle, no reino de Hannover em 4 de setembro de 1798, sendo batizado na igreja evangélica-luterana de Blumlager. Com 15 anos ingressou e jurou bandeira no Corpo Hannoverano de Caçadores de Campanha de Kielmansegge, com sede em Neuhaus, Kreis Celle. Em 21 de abril de 1814, foi transferido, no posto de alferes, para o Batalhão de Campanha de Infantaria de Bremen. Em 6 de maio de 1814, foi incluído no Batalhão de Lunenberg (2ª linha). Nesta unidade, como alferes, e integrando contingente da Legião Anglo-Alemã (hannoveranos, hanseáticos e ex-combatentes contra Napoleão em Portugal e Espanha), tomou parte na decisiva batalha de Waterloo, epílogo da brilhante carreira de Napoleão. Depois, recebeu medalha comemorativa desse histórico evento. Foi desmobilizado e dispensado em 19 de maio de 1817, ficando, no entanto, relacionado como alferes, de 1818 a 1820, no Batalhão de Gifhrorn.

Vinda de Siegener

Siegener reapareceu cinco anos depois, ainda como alferes, desembarcando de bordo do veleiro hamburguês Anna Louise, em 26 de fevereiro de 1826, no porto do Rio. Fora contratado para prestar serviço militar ao Brasil, numa das quatro unidades de estrangeiros organizadas por D. Pedro I. Coube-lhe servir no 3° Regimento de Granadeiros. Veio no último embarque contratado em 1825 pelo Major Anton Georg von Shaeffer, encarregado pelo Brasil de contratar, particularmente na Alemanha, imigrantes civis e militares. Sobre este embarque de cerca de 400 pessoas, na maioria militares, o citado Major Shaeffer disse tratar-se de "oficiais de nobres nascimentos e com recomendações dos seus antigos chefes". Em 24 de novembro de 1826, Siegener embarcou para o Rio Grande do Sul no comboio marítimo no qual o Imperador D. Pedro I, pessoalmente, levava reforços para o Marquês de Barba- cena, comandante do Exército do Sul, encarregado de fazer a guerra aos orientais e argentinos. Siegener acompanhou a comitiva de D. Pedro I até este ser obrigado a retornar ao Rio, informado do falecimento de sua esposa — a Imperatriz D. Leopoldina Siegener. Viajou do Rio a Santa Catarina, por mar, e daí até Pelotas, por terra. Deixou esta última cidade em 13 de janeiro de 1827, por água, via canal de São Gonçalo, Lagoa Mirim, rio Jaguarão, para seu encontro com a História Militar do Brasil no arroio Lexiguana, em Bagé, como o seu pioneiro e mártir no emprego de foguetes militares.

Marechal Braun

O Marechal Braun, que acreditamos tenha patrocinado a experiência com foguetes levada a efeito por Siegener, é parente daquele que cerca de um século depois seria o criador das bombas voadoras V-1 e V-2 e que ligou-se, intimamente, ao envio do homem ao espaço e à lua como subdiretor da NASA — o cientista Eric von Braun. Maiores detalhes sobre o contexto da morte de Siegener poderão ser buscados em nossos trabalhos *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS*, Porto Alegre, IEL,1975 (1) a "Batalha do Passo do Rosário" e "Marchas Estratégicas para a Batalha do Passo do Rosário" publica- dos na *Revista Defesa Nacional* nºs 672 e 680, coordenada pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Os foguetes à Congreve foram usados pela Artilharia Brasileira nas guerras contra Oribe e Rosas 1851-1852 e Guerra do Paraguai 1865-1870. Sobre a natureza dos resultados obtidos com seu uso, os relatos disponíveis nada

mencionam. Têm sido procurados com ansiedade por estudiosos brasileiros, sem êxito, exemplares de rampas (estativas) de lançamento dos referidos engenhos. Estudiosos norte-americanos têm solicitado ao Brasil, sem sucesso, informações a respeito. Seria interessante descobrir-se estes elementos, desafio que lançamos agora. Na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52, dela participou o "brummer" Capitão Eduardo Siber, integrando o Regimento de Infantaria Prussiano contratado pelo Brasil. Ao retornar à Alemanha produziu trabalho que reflete uma série de mágoas contra o Brasil. Em certa altura escreveu (2): "O Sr Wenelt da Silésia vendeu ao governo brasileiro, por um dinheiro enorme, o segredo dos péssimos foguetes à Congreve".

- 1 Do autor. Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, IEL, 1975.
- 2 SIBER, *Retrospecto da Guerra contra Rosas.* RIHGB, T78, parte 1º, 1915, p. 394, trad. Alfredo de Carvalho.
- (*) Natural de Canguçu-RS. Membro dos IHGB, IGHMB, IHGSP, IHGE Paranaense, IHGRGS, IHGMG, IH de São Leopoldo e academia Brasileira de História e Sul-Riograndense de Letras.

UM JORNAL NA GUERRA DO PARAGUAI

Cel Cláudio Moreira Bento(*)

A obra A Saudade na Guerra do Paraguai (UFRJ, Itaguaí, 1991), de Affonso Celso Vilela de Carvalho, resgata ali os textos dos 40 números de A Saudade, jornal literário e noticioso que circulou no seio do Exército Brasileiro em Operações na Guerra do Paraguai, com o apoio do Marquês de Caxias e impresso na Tipografia Movei do Exército. Ele abordava a vida social em campanha, mas lhe era vedado tratar de assuntos de Administração e Operações do Exército. Dele só se sabia por Dionízio Cerqueira em suas Reminiscências... que "os exemplares de A Saudade impressos no Exército desapareceram no torvelinho da morte de grande parte de seus colaboradores". Mas, agora, sabe-se que a Biblioteca Nacional possui sua coleção incompleta, bem como a de seus irmãos castrenses O Militar (1851) e O Soldado (1881), que no Império estiveram a serviço da defesa dos interesses da Família Militar brasileira, postergados.

A Saudade nos traz revelações curiosas: o Ten Cel Hermes, pai do Marechal Hermes, além de comandante do atual Regimento Mallet, era compositor de músicas sacras e as regia, executadas por bandas militares, em missas celebradas nas três capelas do acampamento de Tuiuti; Caxias condecorando a bandeira de uma heróica unidade com a medalha que o Imperador havia tirado de seu peito e com a condição de que ela ali permanecesse até a morte do último membro da unidade; a construção do Teatro da Vitória, atrás do Batalhão de Engenheiros, com decoração do Cap. Floria- no Peixoto; o trabalho de um

grande capelão do Exército, o capuchinho Fidélis D'Avola, uma espécie de Frei Orlando naquela guerra; uma grande festa no atual Regimento Mallet, em honra de sua padroeira, N.S. da Conceição, com a presença de Mallet e na qual foi oferecido um jantar em que foi "servido um copo d'água aos oficiais e convidados", como então era costume e sinal de refinamento social.

A Saudade divulgou amplamente no seio do Exército em Operações alentado e substancioso documento doutrinário, "Os Exércitos Modernos", de análise histórica da evolução da doutrina militar das grandes potências, que vinham fazendo largo uso militar dos telégrafos fixos e móvel, da fotografia, da ferrovia e dos balões cativos. Melhoramentos que logo a seguir Caxias começou a introduzir no Exército, à exceção da ferrovia, que correu por conta da Marinha para o apoio logístico da esquadra contra Humaitá. Caxias, em certa altura, tirou proveito da via férrea que encontrou no Paraguai.

A Saudade teve sua fase áurea nos seus 29 números editados em Tuiuti, na fase de estabilidade da frente. Adormeceu durante as operações de Tuiuti à Assunção, onde ressurgiu sem apoio oficial e com este apelo saudosista: "Quem há por aí nestes restos venerandos do Exército cheio de serviços, fadigas, glórias e mágoas que não se recorde de A Saudade de Tuiuti?

O jornal **A Saudade** é sem dúvida, em sua fase de Tuiuti, um ancestral do nosso **Noticiário do Exército**

^{*} O autor é membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.